

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**  
Doutorado em História

Ana Júlia Pacheco

**Dimensões do Atlântico Negro**

O apartheid sul africano nas reinvenções da luta antirracista no Brasil (1974-1995)

Porto Alegre

2023

Ana Júlia Pacheco

**Dimensões do Atlântico Negro**

O apartheid sul africano nas reinvenções da luta antirracista no Brasil (1974-1995)

Tese apresentada como requisito parcial à  
obtenção do título de doutora em História do  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.  
Orientador: Prof. Dr. José Rivair Macedo

Porto Alegre

2023

## CIP - Catalogação na Publicação

Pacheco, Ana Júlia

Dimensões do Atlântico Negro: O apartheid sul africano nas reinvenções da luta antirracista no Brasil (1974-1995) / Ana Júlia Pacheco. -- 2023. 227 f.

Orientador: José Rivair Macedo.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Apartheid. 2. Movimento Negro. 3. África do Sul. 4. Ditadura Militar. 5. Atlântico Negro. I. Macedo, José Rivair, orient. II. Título.

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Ana Júlia Pacheco

### Dimensões do Atlântico Negro

O apartheid sul africano nas reinvenções da luta antirracista no Brasil (1974-1995)

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de doutora em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.  
Orientador: Prof. Dr. José Rivair Macedo

**Aprovada em:** Porto Alegre, 21 de julho de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. José Rivair Macedo  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariluci Cardoso de Vargas  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fernanda Oliveira da Silva  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Flávia Mateus Rios  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Prof. Dr. Amauri Mendes Pereira  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Às memórias de Maria Anacleto Pacheco e  
Jucelia Pacheco, que foram incansáveis na  
minha criação e educação formal.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a toda minha família: minhas mães, Maria Seomar Pacheco e Genesis Pacheco Martins, e minhas primas, Andreia Pacheco Martins, Sandra Pacheco Martins e Rosa Pacheco Martins. Obrigada por todo suporte emocional, financeiro, estrutural e educacional que vocês me proporcionaram ao longo de todos esses anos. A mulher e profissional que me tornei só foi possível graças à paciência e dedicação de vocês. Amo-as imensamente!

Este trabalho não teria encontrado seu curso sem a generosidade, atenção e zelo do meu orientador, Prof. Dr. José Rivair Macedo. Com muita sabedoria, suas orientações e apontamentos proporcionaram não apenas os conhecimentos teóricos e metodológicos necessários para desenvolver a pesquisa, mas também a calma e o conforto necessários para aliviar o coração aflito de todo pós-graduando. Sou imensamente grata por receber suas instruções desde o mestrado!

A pós-graduação só foi possível em minha vida porque um professor acreditou no valor da oportunidade, ao receber como aluna uma ex-operária de 17 anos que chegou na capital catarinense para cursar a graduação em uma universidade pública. Prof. Dr. Paulino de Jesus Francisco Cardoso, agradeço-lhe incansavelmente por me fazer sonhar, me aceitar como orientanda e bolsista e apresentar todas as oportunidades de aprendizagem, desenvolvimento e disciplina que me fizeram chegar até aqui!

Também agradeço às mulheres que, desde 2011, me acompanharam e contribuíram diretamente para o meu amadurecimento, cheio de tropeços: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Graziela dos Santos Lima, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariana Schilickmann, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karla Leandro Rascke e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristiane Mare da Silva. Obrigada por todo amor e suporte que somente uma amizade de coragem pode oferecer!

A todo o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), especialmente, aos professores com quem tive contato e pude extrair, dos debates efetuados durante as disciplinas, subsídios para fazer escolhas e tomar novos rumos na pesquisa. Também agradeço às professoras que avaliaram o meu trabalho na banca de qualificação, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Caroline Silveira Bauer e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Flávia Rios. Seus comentários e críticas, regados de muita generosidade, foram significativos para a conclusão da tese. Igualmente, agradeço aos demais membros que integraram a banca de defesa:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fernanda Oliveira da Silva, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariluci Cardoso Vargas e ao Prof. Dr. Amauri Mendes Pereira.

Ao governo brasileiro e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro e concessão da bolsa de estudos, também manifesto meu agradecimento. Não poderia deixar de agradecer, ainda, aos meus alunos e colegas professores da rede pública de Santa Catarina que, todos os dias, me ensinam a ser uma educadora melhor.

Às amigas e primas, que insistiram em me mostrar que a vida não se resume a escrever uma tese. Valeu Aline, Vanessa, Yara, Erika, Letícia, Maria Júlia, Juliana e Alice! Ao meu companheiro, Abrão Napoleão Silverio, que abraçou as minhas frustrações e irritações diárias com paciência e muito humor. Obrigada por proporcionar um ambiente estável e gostoso, que me permitiu concluir os estudos do doutorado. Amo-te!

Por fim, agradeço a todas as entidades espirituais que me acompanharam e me deram forças para vivenciar e aprender com todas as adversidades que se apresentaram no decorrer do caminho.



N'an laara, an saara.

(Se nos deitamos, estamos mortos).

Joseph Ki-Zerbo

Filósofo e historiador de Burkina Faso

## RESUMO

O presente trabalho propõe apreender as experiências de reorganização da luta antirracista no Brasil, no contexto do regime civil-militar, protagonizada pelo Movimento Negro entre os anos de 1974 e 1995, em diálogo com os movimentos de libertação africana e na diáspora, em especial, a luta contra o regime de segregação racial implantado na África do Sul entre 1948 e 1994 – o *apartheid*. Com base em um aporte documental diversificado, composto por relatórios da vigilância do Estado autoritário, periódicos produzidos por afro-brasileiros, audiovisuais, jornais e bibliografia, rastreamos uma multiplicidade de discursos e mobilizações *antiapartheid* no Brasil, impulsionadas por entidades e lideranças do Movimento Negro. Examinada sob as perspectivas teórico-metodológicas dos estudos do “Atlântico Negro”, da diáspora africana e do transnacionalismo, a documentação nos permitiu reconstituir e analisar o impacto da luta *antiapartheid* no novo perfil e nas práticas discursivas, organizacionais e interventivas adotadas durante o período de emergência e institucionalização do antirracismo contemporâneo.

**Palavras-chave:** Movimento Negro; *Apartheid*; África do Sul; Ditadura Militar; Atlântico Negro.

## ABSTRACT

The present work proposes to seize the reorganization experiences of the anti-racist struggle in Brazil, in the context of the civil-military regime, starring by the Black Movement between the years 1974 to 1995, in dialogue with African and diaspora liberation movements, in particular, the fight against the racial segregation regime deployed in South Africa between 1948 and 1994 - *apartheid*. Based on a diversified documentary contribution, composed by surveillance reports of the authoritarian state, periodicals produced by afro-Brazilians, audiovisual, journals and bibliography, we traced a multiplicity of anti-apartheid speeches and mobilizations in Brazil, driven by entities and leaders of the Black Movement. Examined under the theoretical-methodological perspectives of the studies of the “Black Atlantic”, of the African diaspora and transnationalism, the documentation allowed us to reconstitute and analyze the impact of the anti-apartheid struggle on the new profile and in discursive practices, organizational, and intervention, adopted during the period of emergence and institutionalization of contemporary anti-racism.

**Keywords:** Black Movement; *Apartheid*; South Africa; Military dictatorship; Black Atlantic.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Distribuição de entidades de Movimento Negro nos estados brasileiros, conforme o Catálogo de Entidades de Movimento Negro no Brasil.....	55
Figura 2 - Nelson Mandela na capa do <i>Maioria Falante</i> (1987).....	97
Figura 3 - Campanha “Apartheid No” extraída da capa “Debate: o racismo no Brasil” .....	128
Figura 4 – Imagem da reportagem “São Paulo faz protesto contra a África do Sul”	141
Figura 5 - Imagem da reportagem “Um basta ao apartheid” .....	144
Figura 6 - Recorte da imagem da reportagem “Negros contra o apartheid exigem decisão do governo” .....	145
Figura 7 - Imagem da reportagem “Botha fora”, título em referência ao primeiro- ministro da África do Sul Pieter W. Botha .....	146
Figura 8 - Capa da Campanha da Fraternidade 1988 .....	165
Figura 9 - Ato Ecumênico com Bispo Desmond Tutu .....	165
Figura 10 - Ato Ecumênico com Bispo Desmond Tutu e líderes religiosos .....	166
Figura 11 - Congelamento de imagem extraída do audiovisual durante a Saudação de Abdias do Nascimento .....	167
Figura 12 - Congelamento de um trecho do audiovisual durante o encontro com Bispo Desmond Tutu na ABI .....	171
Figura 13 - Capa do livreto “Abolição?” .....	175
Figura 14 - Imagem do panfleto para recolhimento de assinaturas pelo fim do <i>apartheid</i> produzido pela Associação Cultural Agostinho Neto .....	180
Figura 15 - Anúncio do showmício de boas-vindas ao Mandela no <i>Jornal do Brasil</i> .....	184

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Apartheid na Imprensa Negra (1976-1993) .....	76
Tabela 2 - Tabela de pré-identificação das fontes do SNI .....	120

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI - Associação Brasileira de Imprensa  
ABRASSO - Associação Brasileira de Solidariedade ao Povo Moçambicano  
ACN - Associação Cultural do Negro  
ANC - *African National Congress*  
ANCYL - *African National Congress Youth League*  
APLA - *Azanian People's Liberation Army*  
APNs - Agentes de Pastoral Negros  
AZAPO - *Azanian People's Organization*  
BPC - *Black People's Convention*  
CCN - Centro de Cultura Negra do Maranhão  
CEA - Centro de Estudos Africanos  
CEAA - Centro de Estudos Afro-Asiáticos  
CEAO - Centro de Estudos Afro-Orientais  
CEASs - Centro de Estudos Africanos  
CEBA - Centro de Estudos Brasil-África  
CECAN - Centro de Cultura e Arte Negra  
CECERNE - Centro de Cultura e Emancipação da Raça Negra  
CECUNE - Centro de Estudos da Cultura Negra  
CEDENPA - Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará  
CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informações  
CEE - Comunidade Econômica Europeia  
CIB - Centro de Informação no Brasil  
CIE - Centro de Informações do Exército  
CISA - Centro de Informações da Aeronáutica  
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
COD - *South African Congress of Democrats*  
CODI-DOIS Centro de Operações de Defesa Interna - Destacamento de Operações Internas  
ComÁfrica - Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da África do Sul e Namíbia  
COPADECONE - Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra  
COSAS - *Congress of South African Trade Union*

COSATU - *Congress of South African Trade Unions*

CPDCN - Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo

DSIs – Divisão de Segurança e Informações

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos

ELF - Estados da Linha de Frente

FEABESP - Federação das Entidades Afro-Brasileiras do Estado de São Paulo

FNB - Frente Negra Brasileira

FRELIMO - Movimento de Libertação Moçambicano

IBASE - Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica

IBEPVD - Instituto Brasileiro de Estudo dos Países em vias de Desenvolvimento

ICU - *Industrial and Commercial Workers' Union*

IFP - *Inkatha Freedom Party*

INC - *Indian National Congress*

INEAFRIC - Instituto de Estudos Africanos

IPCN - Instituto de Pesquisas da Cultura Negra

IPEAFRO - Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiro

ISER - Instituto de Estudos da Religião

IURI - Institutos Unificados de Relações Internacionais

MNU - Movimento Negro Unificado

MNUCDR - Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial

MPLA - Movimento pela Libertação de Angola

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola

MK - *Umkhonto we Sizwe*

NECC - *National Education Crisis Committee*

NP - National Party

NUSAS - *National Union of South African Students*

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

OUA - Organização de Unidade Africana

PAC - *Pan Africanist Congress*

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PLF - Países da Linha de Frente

PMDB - Movimento Democrático Brasileiro

PUC - Pontifícia Universidade Católica  
SACC - *South African Council of Churches*  
SACP - *South African Communist Party*  
SACPO - *South African Coloured People Organisation*  
SACTU - *South African Congress of Trade Unions*  
SADC - Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral  
SADCC - Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral  
SAE - Secretaria de Assuntos Estratégicos  
SAIC - *South African Indian Congress*  
SASM - *South African Students Movement*  
SASO - *South African Students Organisation*  
SIAN - Sistema de Informação do Arquivo Nacional  
SINBA - Sociedade de Intercâmbio Brasil-África  
SISNI - Sistema Nacional de Informação e Contrainformação  
SNI - Serviço Nacional de Informações  
SWAPO - *South West Africa People's Organization*  
TEN - Teatro Experimental do Negro  
TEZ - Grupo Trabalhos e Estudos Zumbi  
UDF - *United Democratic Front*  
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
UHC - União dos Homens de Cor  
UNEGRO - União de Negros pela Liberdade  
*UNIA-ACL - Universal Negro Improvement Association and African Communities League*  
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
ZANU - *Zimbabwe African National Union*  
ZAPU - *Zimbabwe African People's Union*



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de  
Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	18
<b>1. A INVENÇÃO DO POVO NEGRO: LUTA ANTIRRACISTA CONTEMPORÂNEA NO BRASIL</b> .....	34
1.1 POPULAÇÕES DE ORIGEM AFRICANA E A LUTA ANTIRRACISTA BRASILEIRA .....	35
1.2 REINVENÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO .....	48
1.3 RELAÇÕES COM A CULTURA ANTIRRACISTA TRANSNACIONAL.....	62
<b>2. “NOSSOS IRMÃOS DO GRANDE CONTINENTE NEGRO”: NARRATIVAS SOBRE A ÁFRICA DO SUL PELA INTELECTUALIDADE ANTIRRACISTA</b> .....	70
2.1 IMPRENSA NEGRA, MOVIMENTOS SOCIAIS E APARTHEID.....	71
2.2 A ÁFRICA DO SUL, OS SUL AFRICANOS E O APARTHEID: O QUE DIZEM OS JORNAIS DA IMPRENSA NEGRA? .....	81
2.3 REFERÊNCIAS DA LUTA CONTRA O APARTHEID .....	91
2.4 LUTA ANTIAPARTHEID SUL AFRICANA .....	99
<b>3. “ÁFRICA FORTE LUTA POR LIBERDADE, APARTHEID É DESUMANIDADE: LUTA ANTIAPARTHEID NO BRASIL (1977-1986)</b> .....	105
3.1 O MOVIMENTO ANTIAPARTHEID TRANSNACIONAL .....	106
3.2 DOCUMENTAÇÃO DO ARQUIVO NACIONAL: APONTAMENTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS .....	114
3.3 MOBILIZAÇÕES E ESTRATÉGIAS DO MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO NA LUTA CONTRA O APARTHEID (1970-1986).....	123
<b>3.3.1 Posicionamentos, solidariedade e apelo ao fim do apartheid (década de 1970)</b> 123	
<b>3.3.2 Os atos públicos, os comitês antiapartheid e a crítica às relações do governo brasileiro com a África do Sul (1980-1984)</b> .....	125
<b>3.3.3 A ascensão do movimento antiapartheid e o fim das relações do governo brasileiro com a África do Sul (1985-1986)</b> .....	137
<b>4. “ÁFRICA DO SUL GENOCÍDIO LEGALIZADO, BRASIL GENOCÍDIO DISFARÇADO”: AS VISITAS DE DESMOND TUTU E NELSON MANDELA NO BRASIL E O CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO (1987-1995)</b> .....	151
4.1 O DESMANTELAMENTO DO APARTHEID SUL AFRICANO E AS EXPECTATIVAS BRASILEIRAS.....	152

4.2 “ZUMBI DA ÁFRICA DO SUL”: VISITA DO ARCEBISPO DESMOND TUTU (1987) .....	157
4.3 ATOS PÚBLICOS CONTRA O APARTHEID NO CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO DE 1988 .....	173
4.4 “SOB O SOL DE JUANESBURGO”: A VISITA DE NELSON MANDELA (1991) 179	
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>193</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>198</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>203</b>
<b>APÊNDICE A — LINHA DO TEMPO “ANTIRRACISMO E APARTHEID NA ÁFRICA DO SUL E NO BRASIL” .....</b>	<b>219</b>
<b>ANEXO A - PROGRAMAÇÃO OFICIAL DA VISITA DE DESMOND TUTU NO BRASIL .....</b>	<b>223</b>
<b>ANEXO B - MANIFESTO DAS ENTIDADES DO MOVIMENTO NEGRO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PARA O ARCEBISPO DESMOND TUTU (1987) .....</b>	<b>225</b>

## INTRODUÇÃO

Caro Arthur, em nome dos que não puderam vê-lo, quero manifestar nosso respeito pelos seus ideais, e sincera esperança de que consiga explicar satisfatoriamente por que veio a este país. Nós o adoramos e não queremos vê-lo usando indevidamente, ainda que de maneira indireta. Não estamos em condições de compreender por que alguns de vocês no exterior parecem pensar por nós. Sabemos que acabaremos sofrendo mais se foram suspensas as relações comerciais com o nosso país, se o petróleo vier a faltar entre nós, se você não vier nos visitar. Mas estamos dispostos a sacrificar tudo isso para atingir o objetivo final ao qual dedicamos nossas vidas. Por favor, transmita nossa afeição aos nossos amigos oprimidos no exterior<sup>1</sup>.

Esta carta, produzida clandestinamente por sul-africanos envolvidos na luta contra o *apartheid*, foi remetida ao tenista Arthur Robert Ashe Jr., afro-estadunidense que acabava de chegar na África do Sul para competir um Campeonato Aberto de Tênis. Ela foi publicada em 1974, nas primeiras páginas da última edição de março da revista *Veja*, através de uma entrevista com o atleta, intitulada *Tateando o “Apartheid”*: *um dos principais esportistas negros dos EUA defende o contato com a África do Sul*.

Para construir a problemática desta pesquisa, começamos retomando esse documento, já utilizado em nossa dissertação de mestrado<sup>2</sup>, e que permaneceu na memória. Isso porque os novos referenciais teóricos e estudos realizados durante a trajetória no curso de doutorado me permitiram fazer uma releitura mais qualificada para dimensionar as múltiplas conjunturas sociais e políticas que constituem a temática desta tese: O impacto da luta *antiapartheid* na África do Sul nas renovações da luta antirracista empreendidas pelo Movimento Negro contemporâneo.

Expressão legal do colonialismo ocidental do século passado na África Meridional e um arquétipo de Necropolítica<sup>3</sup>, o regime do *apartheid* (1948-1994) forjou, sob o conceito de raça, um sistema segregacionista que negava constitucionalmente qualquer acesso ou direito à cidadania dos mais de 30 milhões de sul-africanos de diferentes populações não europeias. Controlando-os e privando-os dos seus próprios recursos, o Partido Nacionalista, de bases sociais predominantemente

<sup>1</sup> VEJA, n. 290 27/03/74, p. 3

<sup>2</sup> PACHECO, Ana Júlia. ***Apartheid nas páginas da Revista Veja (1968-1985)***. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História. Porto Alegre, 2018.

<sup>3</sup> Percorrendo as noções de biopoder e biopolítica foucaultiana e postulados fanonianos, o cientista político camaronês qualifica a soberania das instâncias de poder na modernidade ocidental enquanto política de produção de morte. MBEMBE, Achille. ***Necropolítica***. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

*boers/afrikaaners*<sup>4</sup>, e sua política de “desenvolvimento em separado” com poderio policial e militar, condenava sistematicamente povos como *Zulus, Sothos, Xhosas, Tswanas, Tsongas, Vendas* e outros, a um contexto de dependência, desigualdade e violência cotidiana<sup>5</sup>.

A carta recebida pelo tenista apresenta um lastro das diversas estratégias da luta *antiapartheid*<sup>6</sup>, promovida por sul-africanos organizados em partidos políticos, como o *African National Congress (ANC)*; sindicatos, como o *Industrial and Commercial Workers' Union (ICU)* e o *Congress of South African Trade Unions (Cosatu)*; organizações estudantis, como ao *South African Students Organisation – (SASO)* e *South African Students Movement (SASM)*, movimentos de rejeição da cultura e valores ocidentais como o *Consciência Negra*, dirigido por *Steve Biko*; associações alternativas e independentes de assistência, organização e ajuda, como, por exemplo, a *National Education Crisis Committee - NECC* e a *United Democratic Front - UDF*, bem como instituições comunitárias e religiosas, como o *South African Council of Churches - SACC*<sup>7</sup>.

A violência do estado, sobre aqueles que resistiam ao *apartheid*, tornou-se mundialmente conhecida através dos meios de comunicação social, que passaram a produzir notícias com vídeos e imagens dos episódios de repressão. Esses veículos possibilitaram o conhecimento e a atenção, seguida de ações condenatórias da comunidade internacional, que reconhecia os valores da igualdade e liberdade do Ocidente moderno contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH redigida no pós-guerra.

As mobilizações promovidas por grupos e organizações que pressionavam governos, partidos políticos e instituições por boicotes e sanções contra a África do

<sup>4</sup> São chamados de *Afrikaans* os proprietários rurais e o proletariado de origem boer, que no início do século XX já compunham 60% da população branca da África do Sul (PEREIRA, 1986, p.16).

<sup>5</sup> Durante o regime do *apartheid*, a hegemonia branca foi garantida através de uma legislação discriminatória, mecanismos de subordinação e um aparelho burocrático a serviço do desenvolvimento das populações de origem europeia na África do Sul. As características do sistema segregacionista podem ser consultadas em: SAHO (Disponível em: <http://www.sahistory.org.za/> Acesso em: 12 abr. 2021.); PEREIRA (1986); JONGE (1991); LOPES (1990); PEREIRA (2012); PEREIRA (1978).

<sup>6</sup> Manifestações, protestos, reuniões, congressos, greves trabalhistas, marchas, boicotes, bombardeios, imprensa alternativa, articulações externas, caracterizavam as variadas e amplas ações estratégicas de resistência e desobediência civil, ora pela luta armada, ora pela não violência, acirrando os conflitos entre os militantes locais e o governo de Pretória (KURTZ, 2010).

<sup>7</sup> Sobre as articulações políticas de enfrentamento ao *apartheid* entre as diferentes organizações, ver em: SILVA, Cristiane Mare da. **Da dignidade da política**: invenção da África do sul democrática (décadas 1980-1990). Tese (Doutorado) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2021.

Sul, viabilizaram a internacionalização da causa antiapartheid formando uma rede de ativismo transnacional. O corte das relações diplomáticas e econômicas com o governo segregacionista, campanha já iniciada pelo ANC em 1959 (BRAGA, 2011 p.101), tornou-se uma das principais bandeiras levantadas pelos ativistas em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil.

Na mesma entrevista mencionada inicialmente, Arthur Robert Ashe Jr. conta que recebeu outras mensagens, sugerindo que ele não fosse ao país africano, pois em nada contribuiria na luta *antiapartheid* que pleiteava o fim das relações de outras nações com a África do Sul, e sua vinda simbolizava, portanto, um certo entendimento com o governo de Pretória. No entanto, conforme o desenrolar da matéria, a postura do esportista, que estabeleceu relações com diferentes grupos e pessoas que compunham a sociedade sul-africana, foi de que a vida destes só poderia melhorar através do contato e do diálogo, por meio do intercâmbio sul-africano com o resto do mundo, “ao contrário dos que defendem o boicote total à África do Sul como a única maneira de derrubar o apartheid”.<sup>8</sup>

Tal posição não é muito diferente da que, por alguns momentos, caracterizou as relações que o governo brasileiro manteve com a África do Sul. Dentre os países africanos, ela foi a maior parceira comercial do Brasil durante décadas (1918-1974), porém, a ruptura das relações ocorreu por pressões externas durante as crises mundiais de petróleo, no contexto da década de 1970 (SCHLICKMANN, 2020, p.34). Ademais, a divulgação da imagem de um país que simbolizava o convívio cordial e harmônico entre as raças através do mito da democracia racial, forjado pela elite intelectual brasileira desde o final do século XIX, era incoerente às práticas da política externa brasileira e seu envolvimento com a nação do *apartheid*. Esse posicionamento não escapou das críticas e denúncias nos fóruns internacionais e de setores da sociedade civil do país.

Não é um acaso, portanto, a publicização de uma matéria com uma perspectiva singular, encharcada de sentido político, logo nas primeiras páginas de um periódico brasileiro que, junto a outros veículos de comunicação, atuou elaborando e articulando sentidos e significados aos processos culturais e políticos no Brasil contemporâneo.

---

<sup>8</sup> VEJA, n.290 27/03/74 p. 3.

De um lado, a revista *Veja*<sup>9</sup> e outros impressos<sup>10</sup> veicularam um conjunto de imagens, representações, valores e crenças em torno do cotidiano dos sul-africanos, colaborativo às perspectivas e elementos de um projeto de Brasil engendrado nos governos militares<sup>11</sup>. De outro, atores desse mesmo momento estavam engajados na luta social que tencionou, no campo político, os aspectos discursivos, repressivos, violentos, autoritários e antidemocráticos que caracterizavam o regime de ditadura no país, instaurado pelo golpe de 1964.

Nesse cenário, o Movimento Negro, reorganizado na década de 1970 após uma longa tradição de luta de setores das populações de origem africana no Brasil, tornou-se o principal interlocutor da denúncia e da luta contra o racismo e a desigualdade racial no país. A ampla historiografia contemporânea, que investigou as múltiplas experiências antirracistas<sup>12</sup>, demonstra a heterogeneidade que qualifica a atuação política desse movimento formado por trabalhadores, universitários, intelectuais, artistas e políticos organizados em diferentes instituições e entidades espalhadas em todas as regiões do país.

Em pleno contexto de autoritarismo militar e vigilante (1964-1985), além do enfrentamento ao mito da democracia racial – mecanismo ideológico do regime da ditadura e vitrine diplomática no exterior –, o movimento social fazia comparações da

<sup>9</sup> Lançado em setembro de 1968, o periódico semanal *Veja* produziu dezenas de notícias sobre a África do Sul, que sondavam as implicações do regime político racista do *apartheid*, sobre os atuais e futuros laços diplomáticos, políticos e econômicos com o Brasil e os países africanos.

<sup>10</sup> Em sua dissertação de mestrado, Fabiana Vieira da Silva (2013) pesquisou as notícias relacionadas ao *apartheid* e à projeção do Brasil nos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, entre 1984 e 1990. Os olhares dos periódicos sobre os acontecimentos da África do Sul, segundo a pesquisadora, relacionam-se às propostas de integração econômico-mundial sobrecarregadas pelos valores culturais, percepções racializantes nos modos de ver, analisar, interpretar e projetar o mundo e pela busca da constituição de um tipo de sociedade nacional e internacionalmente, revelando muito mais sobre os projetos políticos, econômicos e sociais desejados pelos dois jornais. Ver mais em: SILVA, Fabiana Vieira da. **Notícias do apartheid: o racismo nos espaços dos jornais FSP e OESP na década de 1980**. Universidade Católica de São Paulo, 2013.

<sup>11</sup> Em minha dissertação de mestrado, discuti como a *Veja*, na busca por estabelecer constante diálogo com alguns setores da sociedade e, ao mesmo tempo, participar de empreendimentos governamentais e privados, optou por um olhar colonial e ocidental, congregando um conjunto de valores e crenças construídos e desenvolvidos nacionalmente em notícias, artigos e matérias a respeito da África do Sul e dos países da África Austral.

<sup>12</sup> ALBERTI, PEREIRA, 2007; ALBERTO, 2017; ANDRADE, 2015; ANDREWS, 2015; BARBOSA, 2011; CARBOSA, 2013; CAMPOS, 2006; CARDOSO, 1987; CARDOSO 2001; CARDOSO 2012; CATOIA, 2018; CONCEIÇÃO, 2017; DOMINGUES, 2007; ESCOBAR, 2014; GUIMARÃES, 1995; HASENBALG; GONZALEZ, 1982; HANCHARD, 2013; JÚNIO, 2003; KÖSSLING, 2007; MOURA, 1983; NASCIMENTO, 1980; NASCIMENTO, 1981; PINHO, 2003; PEREIRA, 2013,2020; PEREIRA, 2010; PINTO, 1993; RIOS, 2009, 2014; SANTOS, 2001; SANTOS, 1985; SILVA, 2008; SILVA, 2001.

violência racial sentida aqui com o regime do *apartheid*<sup>13</sup>, denunciando o sistema segregacionista e as relações comerciais brasileiras com a África do Sul. A crítica ao regime racista, somada a manifestações, atos e discursos de solidariedade com os sul-africanos não brancos diante do cotidiano violento, posicionou o Movimento Negro na rede *antiapartheid*, tornando esse elemento constituinte e mobilizador de suas práticas.

É consenso entre os próprios militantes, historiadores e sociólogos que o renascimento desse movimento social e político também é oriundo do encontro e diálogo com a cultura antirracista fomentada no campo da ação política, da literatura, da música e da estética. Leia-se, das experiências dos movimentos pelos Direitos Civis nos Estados Unidos (EUA), os *Black Panthers*, *Black Power* e *Black Soul*, e da luta dos povos africanos contra o colonialismo, circunscritos nos movimentos de independência, em especial, de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe.

O cientista social britânico Paul Gilroy (2012) chamou movimentos similares a esses de “Atlântico Negro”, uma categoria para explicar que as ideias circulam. Esse conceito é fundamental para compreender que há uma rede de referenciais vividos e trocados, centrados nas experiências de desumanização através do tráfico, da escravidão e de racialização dos africanos em seu continente e seus descendentes em diáspora nas Américas e na Europa Ocidental. A trajetória histórica acumulada há cinco séculos permitiu que populações diversas conversassem, interagissem e, mais recentemente, sincronizassem elementos significativos de suas vidas.

Reelaborando e ressignificando experiências, pensamentos e perspectivas em crítica ao Ocidente, a dinâmica de trocas culturais através do Atlântico pela diáspora africana, possibilitou que sujeitos recebessem, interpretassem e utilizassem ideias e referenciais antirracistas em diferentes espaços. Movimentos com potentes ideais nacionalistas, como o Pan-africanismo, Negritude, Poder Negro e Consciência Negra confluíram no contexto de reconstrução do Movimento Negro brasileiro a partir dos anos de 1970. Isso alterou a forma como a questão racial aparecia no espaço público, onde estratégias de integração e sociabilidades, características da luta dos afros nas

---

<sup>13</sup> Segundo Dávila (2015, p.93), na década de 1980, intelectuais e políticos afro-brasileiros que ganhavam espaço no processo de redemocratização começaram a usar comparações entre a África do Sul e o Brasil para chamar atenção à discriminação brasileira e reivindicar políticas compensatórias.



primeiras décadas da República, foi dando lugar ao inconformismo, construção e valorização identitária da cultura negra.

Esses novos referenciais cumpriram um papel fundamental ao fomentar elementos de mobilização na luta contra o racismo no Brasil. Nesse sentido, nossa intenção com este estudo é historicizar uma pequena – mas significativa – dimensão dessas experiências atlânticas. O objetivo, portanto, é investigar a apreensão da luta *antiapartheid* e seu papel na renovação das práticas discursivas, organizacionais e de intervenção adotadas pelo Movimento Negro contemporâneo brasileiro.

Por meio da análise de relatórios e materiais de vigilância do Sistema Nacional de Informações (SNI) em torno das atividades antirracistas, audiovisuais de eventos e memórias das experiências dos militantes, periódicos da chamada “Imprensa Negra” e bibliografia sobre o tema, a pesquisa se desdobra a partir das seguintes perguntas: 1) *Como se constituiu o Movimento Negro e qual o lugar dos diversos referenciais do Atlântico Negro na reinvenção da cultura antirracista contemporânea?*; 2) *Quais informações (eventos, atores e pensamentos) foram consumidas, produzidas, divulgadas e perpetuadas sobre o contexto sul-africano pela intelectualidade e militância?*; 3) *Quais mecanismos e estratégias foram adotadas no enfrentamento transnacional contra o apartheid no Brasil pelo Movimento Negro?*; 4) *Em que medida a apropriação do antiapartheid tencionou e contribuiu para o debate político sobre a questão racial no país?*

Nesse sentido, a tese busca entender as dinâmicas desenvolvidas no campo social no contexto do regime de ditadura civil-militar no Brasil e da segregação racial na África do Sul, cujo recorte cronológico remonta de 1974, que data registros da emergência de novas atividades antirracistas no país até 1995, ano que marca o reconhecimento público e governamental do racismo após a realização da Marcha do Tricentenário da Morte de Zumbi, ocorrida na Esplanada dos Ministérios em Brasília<sup>14</sup>. Nas décadas seguintes, assistimos ideias e teorias lançadas pelos militantes reverberando na prática com o engendramento de políticas públicas e com a aprovação de instrumentos legais específicos voltados para a superação das

<sup>14</sup> Passando a admitir a existência do problema racial no país e a necessidade de criar condições dentro do sistema para resolvê-lo, é no início da gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 / 1999-2002), que se abriu um espaço no interior do Estado para a discussão das pautas levantadas pelo Movimento Negro, materializado no Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra, em 1996 (CARDOSO, 2012a, p.324).

desigualdades que atingiam – e ainda atingem - as populações afro-brasileiras do país.

Este trabalho justifica-se por realizar um estudo sobre as práticas sociais e da ação coletiva, a produção de saberes, as relações de poder e as variadas formas de fabricação, transmissão, recepção e difusão de ideias. Assim, assumimos uma postura crítica e epistemológica ao analisar aspectos da memória que ajudaram a construir um discurso social e acadêmico sobre a emergência, a trajetória e o legado histórico da luta antirracista no Brasil, e seu lugar nas discussões teóricas sobre globalização, nacionalismo e multiculturalismo.

Mediante o entendimento de que “é fundamental recuperar, em conjunto, o aporte do pensamento africano e do pensamento afro-americano, afro-latino, afro-brasileiro” (MACEDO, 2016, p.13), esta tese, que também é fruto de experiências familiares, sociais, acadêmicas e profissionais, busca reafirmar a presença e a participação dos afros mais integradas às dinâmicas sociais e políticas que tecem a história do Brasil, em especial, no contexto do regime civil-militar, cuja produção historiográfica privilegiou as ações da esquerda estudantil.

Também pensamos que a compreensão dos debates recentes sobre equidade, reparação, justiça e democracia, que geram inúmeras questões e desafios no Brasil atual e suas crises, é indispensável à reflexão sobre os elementos e aspectos das mobilizações empreendidas no antirracismo politicamente organizado no país. Do mesmo modo, buscamos enfatizar que as experiências de África e de africanos na Europa Ocidental e nas Américas estão interconectadas e se influenciam mutuamente, incluindo a luta pela igualdade no Brasil às demais expressões de combate ao racismo do espaço transatlântico.

Assim, o propósito acadêmico desta pesquisa é ampliar as discussões já existentes e contribuir para as redes de produção do conhecimento: de um lado, do movimento transnacional *antiapartheid*; de outro, das experiências de organização e atuação do Movimento Negro partícipe da cultura antirracista produzida no Atlântico Negro.

O conjunto teórico que forma o fio condutor deste trabalho permeia as produções, usos e debates recentes dos conceitos de Atlântico Negro, diáspora africana e transnacionalismo. Esse guarda-chuva conceitual implica e permite perceber as ações e a força política de um movimento social partícipe de uma luta antirracista mais ampla, de experiências diversificadas, que recebeu e contribuiu para

redes de transmissão, diálogos e trocas das formas criativas de enfrentamento à violência racial.

O circuito transatlântico formado na modernidade, que engloba a África, América e Europa, gestou processos sociais, culturais e políticos em um sistema circunscrito por novas formas de comunicação e marcado por fluxos, trocas e compartilhamentos. O Atlântico Negro surgiu, então, como categoria e reflexão analítica dos contextos de ação transnacionais, em que os movimentos de africanos e seus descendentes, “engajados em várias lutas de emancipação, autonomia e cidadania -, propicia um meio para reexaminar os problemas de nacionalidade, posicionamento [*location*], identidade e memória histórica” (GILROY, 2012, p. 11).

Essa concepção acadêmica e política contida na obra de Gilroy, com abordagem menos nacionalista, resultou em indicações relevantes para uma nova percepção no campo dos estudos das experiências de luta das populações afro-brasileiras<sup>15</sup>: pensar as relações entre o local e o global, situando as práticas do Movimento Negro no campo da política antirracista transnacional. A compreensão do fenômeno do transnacionalismo oportunizou indicar e conectar a diversidade de processos históricos e as dimensões políticas, discursivas, simbólicas e estéticas entre os grupos diaspóricos que superaram os limites do seu Estado-nação particular.

Para Sérgio Costa (2006, p. 119), o que há de significativo no âmbito do Atlântico Negro de Paul Gilroy não é o vínculo primordial ou biológico entre os membros da diáspora africana, mas sim as formas similares de tradução e significação dos processos de exclusão e discriminação aos quais estão submetidos nas sociedades modernas. Segundo o autor, os contextos transnacionais de ação se constituem de temas, estratégias e objetivos que abrangem atores, estruturas e discursos; Nesse último, ele destaca o papel dos conceitos polissêmicos que, muitas vezes, funcionam como catalizadores dos interesses comuns e partilháveis.

Fornecer uma interpretação sobre as transformações do antirracismo nacional imbricadas a contextos políticos que transcendem fronteiras incumbe refletir também sobre as ambivalências entre o nacional/transnacional nos estudos históricos. A

---

<sup>15</sup> Utilizamos o conceito “afro-brasileiros” ao longo da tese, como uma categoria analítica para dar conta das múltiplas e diversas experiências organizativas das populações de origem africana no Brasil ao longo do século XX. Entretanto, ao tratarmos das dinâmicas a partir dos anos 1970, o termo “negro” poderá ser mencionado como categoria nativa, para lidar com o modo em que os militantes se vêem nesse período.

recente tendência historiográfica transnacional<sup>16</sup> busca colocar em evidência a circulação de pessoas e ideias que excedem o estado nação, alargando a perspectiva de análise ao superar a mera identificação de particularidades ou especificidades em um contexto nacional, e abrindo espaço para novas possibilidades teórico-metodológicas do estudo do passado. Ao investigarmos os referenciais, conceitos e sentidos da cultura antirracista produzidos no Atlântico e apropriados por intelectuais e ativistas militantes, a pesquisa não pretender ser, mas interagir com essa perspectiva historiográfica que, “pela própria etimologia da palavra, sugere conexões e interações, não simplesmente comparações” (PURDY, 2012, p. 67).

Na égide das discussões sobre globalização, nacionalismo, identidade e multiculturalismo, o conceito de diáspora vem sendo utilizado desde a década de 1990, como projeto político e acadêmico que questiona as ideias de pureza racial, identidade, território e cultura nacional (SANTOS, 2008, p.185). Extrapolando a noção de raça, deslocando e desterritorializando a cultura, a ideia de diáspora passou a ser balizada na redefinição crítica do lugar da África, dos africanos e de seus descendentes na formação do Ocidente, exigindo esforço teórico para apreender as mais diversas experiências culturais das populações afros pelo mundo (Idem).

Para os ativistas afro-brasileiros que construíram uma consciência da raça, a África e sua diáspora formam a base crucial para a identificação racial, possibilitando a utilização de formas de protesto e comunhão exercidas pelas populações “negras” de outros lugares, no Velho e no Novo Mundo (HANCHARD, 2012, p.41). Todavia, o reconhecimento dos aspectos simbólicos da diáspora africana, apreendidos pelo Movimento Negro brasileiro e seus signos identitários, pode auxiliar a perceber as motivações políticas, crenças e valores dos ativistas e sua maneira de se relacionar consigo mesmos, com suas bases, com o governo e com a sociedade.

Considerando a cultura como produção e intercâmbio de valores, sentidos e significados, e a linguagem como um dos meios pelo qual pensamentos, ideias e sentimentos são representados na cultura, Stuart Hall (2003, p.18) afirma que a representação pela linguagem é essencial aos processos nos quais os significados

<sup>16</sup> Ver: COSTA, Luiz Mário Ferreira. O estado da arte da história transnacional: o discurso “corporativista-mítico” como campo de reflexões transnacionais. **Locus**: Revista de história, Juiz de Fora, v. 24, n. 1, 2018; LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. A história transnacional e a superação da metanarrativa da modernização. **Revista de Teoria da História**, v. 20, p. 219-245, 2018; FICKER, Sandra Kuntz. Mundial, transnacional, global: Un ejercicio de clarificación conceptual de los estudios globales. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [En ligne], Debáts, mis en ligne le 27 mars 2014.

são produzidos. Se a diáspora africana alçou formas geopolíticas e geoculturais de vida, resultantes da interação entre sistemas comunicativos que transcendem fronteiras regionais linguísticas e culturais, ela nos encoraja a pensar, rigorosamente, como essas dinâmicas discursivas acontecem, se transformam, e dão sentido e significado às coisas, eventos e pessoas.

Pode-se aprender muito sobre a cultura política de uma determinada sociedade nos diversos momentos de sua história, a partir da análise do discurso produzido por atores engajados na ação do seu tempo, que decifra como eles percebiam os acontecimentos e refletiam sobre eles. Os discursos carregam ideias que precisam ser entendidas no campo da história da linguagem ou das linguagens políticas, isto é, dos atos e ações realizadas em contextos específicos que atuam sobre linguagens. Assim sendo, o papel do historiador do pensamento político é reconstruir o contexto retórico em que essas ideias foram invocadas, bem como articular e referenciar as discussões em voga no tempo e no espaço.

Este, por sua vez, deve atentar-se aos indícios da presença de determinados significados nos discursos que analisa, buscando compreender como diversos sujeitos empregaram o mesmo conceito para responder inquietudes e efetuaram diversas enunciações – até mesmo contrárias –, e identificar sua recorrência em textos e contextos. Ele precisa estar preocupado com as *performances* das ideias, com o uso delas e com os “lances”, ou seja, com as ocasiões em que os usuários de determinada linguagem a comentam criticamente, reflexivamente, e até a modificam e inovam para a articulação ideológica de uma visão de mundo (POCOCK, 2013).

Nesse sentido, a tese se desenvolver tateando os diferentes discursos que envolvem a temática do *apartheid*<sup>17</sup>, e explorando a sua contribuição para uma linguagem antirracista compartilhada pelo Atlântico Negro. Através das produções, registros e informações fabricadas pelo e sobre o Movimento Negro, a pesquisa se propõe a discutir em que medida o *antiapartheid* forneceu leituras, diagnósticos e expectativas no enfrentamento e debate promovido pelos militantes.

Desvendar as representações que formam e moldam as linguagens políticas operantes da luta antirracista significa compreender as experiências do Movimento Negro como uma construção política e histórica, marcada pela dinâmica de trocas no contexto transnacional. Significa, ainda, perceber os “lances”, os elementos comuns

---

<sup>17</sup> Sobre os marcos da história do *apartheid* e seus movimentos combativos, consultar o apêndice A.

e mais frequentes de um universo diverso e complexo que caracterizou esse movimento.

Sendo assim, a narrativa deste trabalho foi tecida a partir da coleta, seleção e análise de diversas fontes que permitissem explorar os discursos, pensamentos e ações das relações do campo antirracista com o *antiapartheid*, a fim de produzir uma interpretação possível dentro de um debate historiográfico teórico em torno dessas experiências de luta do Movimento Negro no Brasil.

O caminho inicialmente traçado para a busca de registros que pudessem identificar essas diferentes atividades que se estendiam em todas as regiões do país foi se alterando no decorrer dos estudos do doutorado, com novas escolhas de teorias, temáticas e objeto. Além disso, a pesquisa se adaptou ao contexto de isolamento social como medida preventiva da pandemia do Coronavírus (COVID-19) que, durante alguns meses de 2020, fechou instituições, bibliotecas e acervos – e que causou, só no Brasil, mais de 534 mil mortes desde março daquele ano até o momento em que produzo a última versão deste texto.

Assim, o aporte documental diversificado coletado digitalmente é composto por relatórios da vigilância militar sobre as atividades antirracistas, disponíveis no acervo do Arquivo Nacional (AN)<sup>18</sup>; periódicos produzidos por militantes e organizações, colhidos no Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV)<sup>19</sup>; audiovisuais do CULTNE<sup>20</sup>, um portal de memória e cultura afro-brasileira que mantém um acervo através de canal no *YouTube*; além de notícias e matérias sobre eventos relacionados ao tema, produzidos por veículos de comunicação diversos e disponíveis em anexos nos relatórios do AN e no blog *Colin Darch, Articles and Writings*<sup>21</sup>.

Esse arcabouço indicou a existência de uma linguagem antirracista que estava sendo produzida, compartilhada e trocada de diferentes formas e materiais, por agentes, militantes e intelectuais, revelando um movimento de enfrentamento ao racismo brasileiro não apenas receptor, mas atuante na cultura antirracista globalizada. Diante do grande volume de documentos, optamos por não concentrar as análises em determinados atores ou instituições muito bem assentadas pela literatura. Nossa intenção, pelo contrário, foi identificar os elementos comuns, a

<sup>18</sup> Disponível em: <<https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br>> Acesso em: 13 abr. 2020.

<sup>19</sup> Disponível em: <http://www.cpvsp.org.br/> Acesso em: 01 ago. 2019.

<sup>20</sup> Disponível em: <http://www.cultne.com.br/> Acesso em: 09 mai. 2020.

<sup>21</sup> Disponível em: <http://www.colindarch.info/> Acesso em 24 jun. 2020.

circulação das ideias predominantes e as iniciativas realizadas por pessoas e organizações em várias regiões do Brasil.

Embora o conjunto de múltiplas fontes tenha nos permitido rastrear uma rede antirracista com capacidade de conexão e articulação, elas devem ser entendidas cada qual dentro dos seus limites e do que é possível sondar do acontecimento estudado na operação intelectual.

O acervo coletado no AN é composto por dossiês e relatórios produzidos pelos órgãos de repressão política durante os regimes militares no Brasil, gerados pelos extintos SNI e Sistema Nacional de Informação e Contra-Informação (SisNI), como a Polícia Federal e os serviços secretos das Forças Armadas; e pelo Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA) e Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) (ISHAQ; FRANCO, 2008).

Esses órgãos faziam parte do sistema repressor e complexo do governo, que permitia o controle das atividades políticas toleradas. A arquitetura legal permeava as estruturas administrativas dos poderes públicos e exercia uma vigilância permanente sobre as principais instituições da sociedade civil, como sindicatos, organizações profissionais, igrejas e partidos. Ao mesmo tempo, a censura que intimidava ou proibia manifestações de opiniões e de expressões culturais identificadas como hostis ao sistema, fazia uso de maneira sistemática e ilimitada dos meios mais violentos, como a tortura e o assassinato (BRASIL, 2014 p. 112).

A população de origem africana está entre os maiores atingidos pelas políticas autoritárias do período. Suas manifestações culturais, políticas, reivindicatórias ou opositoras foram consideradas subversivas, cuidadosamente vigiadas e duramente reprimidas (SÃO PAULO, 2015). Ao denunciar o racismo no Brasil, os movimentos negros estiveram sob a ótica do regime militar, assim como ocorreu com outros movimentos sociais. A visão policial classificou essas associações como “introdutoras” da questão racial no Brasil e, por consequência, geradoras de conflitos que poderiam desestabilizar a “democracia racial brasileira” (KÖSSLING, 2008, p.29).

A partir dos descritores “Movimento Negro” e “Apartheid”, recolhemos cerca de 550 arquivos do AN, os quais cobrem os anos de 1974 até 1991, marcados pela intensa vigilância ao movimento. Nesses documentos, há registros das atividades das organizações, seus eventos, reuniões, atos, protestos, manifestações, produções, identificações político-ideológicas, anexos de atas, regimentos internos, periódicos, boletins informativos, livros, artigos e opiniões de jornais e revistas.

Embora as leituras e opiniões policiais sejam dados importantes nos relatórios, revelando percepções alinhadas à ideologia da época, o que nos interessa mais são os conteúdos e as temáticas que nos aproximam das ideias e pensamentos presentes nos discursos, nas estratégias de ação e nos diálogos estabelecidos pelos ativistas afro-brasileiros.

Compreendendo que os veículos de informação organizados por sujeitos de origem africana tiveram um papel fundamental para a circulação de informações, ideias e referenciais para a luta contra o racismo no Brasil e em outras partes do mundo (PEREIRA, 2010, p. 11), recolhemos do CPV 53 edições de jornais, boletins informativos e revistas produzidas entre 1976 e 1993 por diferentes instituições do país.

Esse conjunto de materiais faz parte de uma infinidade de publicações que compõem a expressão-conceito denominada “Imprensa Negra”. A principal característica que une essa diversidade dos meios de comunicação é estar voltada para as reivindicações das populações de origem africana (SANTOS, 2011, p. 158). Estando atividade desde o final do século XIX e alterando-se no tempo a diversidade de interesses, opiniões e projetos conforme as condições sócio-históricas de cada órgão, essas produções foram importantes ao construir narrativas sobre os acontecimentos históricos relacionados às comunidades de descendentes de africanos.

As publicações originadas do contexto de reorganização dos movimentos negros da segunda metade do século XX se articularam com o processo de construções identitárias em torno de uma memória centralizada na África, de contestação da ideologia racista e desconfiguração do mito da democracia racial. Nesse sentido, nos interessa identificar o conjunto simbólico que produz e transmite sentidos em torno das narrativas sobre o contexto da opressão sul-africana, de solidariedade e manifestação e de identificação com líderes e personagens da luta contra o *apartheid*, discutindo como o movimento se apropriava do discurso do *antiapartheid* em prol de suas próprias lutas.

Outros recursos importantes da pesquisa para captar a efervescência das mobilizações antirracistas foram as filmografias produzidas e divulgadas pelo CULTNE, a partir dos registros de Enugbarijo Comunicações, fundada por Ras Aauto e Vik Birkbeck, e de Cor da Pele Produção e Vídeo, iniciativa de Filó Filho e Carlos Medeiros. O acervo de material em vídeo documentou, desde os anos 1980, diferentes



expressões da cultura popular afro-brasileira, principalmente, as movimentações contra o racismo em cidades como Rio de Janeiro, Juiz de Fora, Belo Horizonte, Salvador e São Paulo. Desse modo, selecionamos alguns vídeos que cobriram as movimentações antirracistas em torno da luta *antiapartheid*.

Enquanto fonte para a pesquisa histórica, temos em vista as atenções teóricas e metodológicas requeridas na análise de uma produção documental<sup>22</sup>, entendendo-a como uma obra que busca apreender determinada realidade histórica ou social, capturada e organizada para mobilizar sentidos por seus criadores e produtores. Para além de uma evidência do passado, é preciso pensar o audiovisual como espaço de fabricação, atentando-se ao caráter polissêmico das imagens em movimento e de suas significações, à estrutura narrativa que dá forma aos acontecimentos e personagens, e aos condicionamentos técnicos e históricos em que foram produzidos.

Notícias produzidas sobre os acontecimentos estudados neste trabalho e publicadas em veículos da mídia tradicional também foram importantes. Além dos materiais jornalísticos presentes nos anexos dos relatórios de vigilância, também recorreremos ao levantamento do artigo “*Nelson Mandela’s Visit to Brazil, August 1991*”, produzido pelo pesquisador inglês Colin Darch<sup>23</sup>, que contém um conjunto riquíssimo de recortes de notícias da visita de Nelson Mandela no Brasil, publicadas pela imprensa brasileira, principalmente, em jornais cariocas e paulistas.

As reflexões acadêmicas a respeito dos usos dos impressos, da mídia e da produção jornalística nas pesquisas em história<sup>24</sup> apontam para o entendimento de que esses documentos, são muito mais que dispositivos de registro dos acontecimentos. São instâncias atuantes, discursivas e organizadoras do social, que constroem e reproduzem visões de mundo, atribuindo significados a personagens e tramas, e articulando e angariando legitimidade a processos políticos e culturais do mundo ocidental. O que é narrado por um meio de comunicação como uma visão “objetiva” e, eventualmente, como “a verdade”, pode estar impregnado por interesses e visões que pouco ou nada têm de jornalísticas (GRIJÓ, 2013 p. 4).

<sup>22</sup> BURKE, 2004; FERRO 1992; LUSNICH, MORETTIN, 2020; MORETTIN, NAPOLITANO, ALMEIDA, 2012; LIMA, 2019

<sup>23</sup> Colin Darch é especialista em história contemporânea de Moçambique, professor e pesquisador da *University of Cape Town*, da África do Sul, trabalhou em diversas universidades e centros de investigação na Etiópia, Tanzânia, Moçambique, Zimbábue e, no Brasil, foi professor visitante da Universidade Federal de Pernambuco.

<sup>24</sup> ZICMAN, 1985; CRUZ, PEIXOTO, 2007; LUCA, 2008; SILVA, 2011; AREND, 2014; LOHN, 2016

Reconhecer as especificidades de cada conjunto documental e sua capacidade de produzir uma interpretação dos eventos do passado nos auxiliou a perceber onde é possível chegar na história de tantas experiências antirracistas em torno do *apartheid*, observadas dentro no espaço analítico do Atlântico Negro. Unir e cruzar diferentes fontes foi um passo complexo, mas crucial para enxergar os elementos comuns, identificar os fios que teceram essa rede de lutas, compreender a atuação de diferentes forças e as relações transversais e laterais, bem como entender como o global e o local reorganizam e moldam um ao outro.

Nesse sentido, o trabalho está dividido em quatro seções. No primeiro, intitulado *A invenção do povo negro: luta antirracista contemporânea no Brasil*, nos atentamos a realizar um exame bibliográfico para reconstruir a trajetória e fornecer um panorama analítico da institucionalização das lutas sociais de setores das populações de origem africana no Brasil. Também realizamos uma revisão das ideias, conceitos e referenciais externos que embalaram a nova cultura antirracista no país com o renascimento do Movimento Negro contemporâneo a partir da década de 1970, onde o *antiapartheid* se configurou como uma pauta frequente e significativa.

No segundo, nomeado “*Nossos irmãos do grande continente negro*”: *narrativas sobre a África do Sul: produções, percepções e sentidos do apartheid*, objetivamos identificar e analisar as narrativas sobre a temática do *apartheid* nas experiências de produção intelectual antirracista, examinando especificamente quais eventos, personagens e pensamentos da luta *antiapartheid* são recorrentes nesses materiais, e como eles são lidos e utilizados pela militância. Tendo como fonte os materiais da Imprensa Negra e audiovisuais e relatórios de vigilância, averiguamos como as informações produzidas e divulgadas sobre o contexto sul-africano contribuem para os discursos e debates políticos sobre a questão racial no Brasil.

As ações e estratégias de luta transnacional do Movimento Negro contra o sistema de segregação racial da África do Sul são discutidas na terceira seção, denominada “*África forte luta por liberdade, apartheid é desumanidade*”: *A luta antiapartheid no Brasil*. Com a análise e o cruzamento de diferentes fontes, passamos a caracterizar a complexa rede, constituída por uma diversidade de instituições e comitês, que realizaram pressão ao governo brasileiro através dos atos públicos em solidariedade à causa sul-africana.

Na quarta e última seção, intitulado “*África do Sul genocídio legalizado, Brasil genocídio disfarçado*”: *o centenário da abolição, e as visitas de Desmond Tutu e*

*Nelson Mandela no Brasil (1985-1995)*, buscamos refletir acerca de como o conjunto de manifestações sobre o contexto sul-africano e o encontro com dois líderes da luta contra o *apartheid* aferiram nos discursos e debates políticos sobre a questão racial no país. Para tanto, reconstituímos a visita de Desmond Tutu, arcebispo da Igreja Anglicana, em maio de 1987, e de Nelson Mandela, ex-presidente da África do Sul, em agosto de 1991, além das mobilizações *antiapartheid* no contexto das manifestações do Centenário da Abolição, em 1988.

Utilizando os relatórios, audiovisuais e notícias da imprensa tradicional, discutimos como esses importantes eventos permitiram o encontro da militância com lideranças reconhecidas e consagradas no discurso antirracista em torno do *antiapartheid*, e se tornaram ocasiões bastante oportunas para a apresentação da cultura afro-brasileira aos irmãos do exterior, forjada e fomentada pelo Movimento Negro, e para a denúncia do problema do racismo na sociedade brasileira.

## 1. A INVENÇÃO DO POVO NEGRO: LUTA ANTIRRACISTA CONTEMPORÂNEA NO BRASIL

Milênios antes que os europeus tentassem negar a África e os africanos através da desumanização escravista e da invasão colonial, com a simultânea negação de sua história e cultura, os negros-africanos se reconheciam como negros e não se envergonhavam de sua identidade concreta, muito pelo contrário, se orgulhavam dela. A revolução pan-africana deve assumir como tarefa prioritária a responsabilidade de garantir o resgate da consciência negra, a qual tem sido violada, distorcida e agredida de muitas formas e maneiras (NASCIMENTO, 1980, p.78-79). *Abdias do Nascimento, em discurso à assembleia geral do VI Congresso Pan-Africano realizado na Tanzânia em julho de 1974.*

Com base na problemática 1) *Como se constituiu o Movimento Negro e qual o lugar dos diversos referenciais do Atlântico Negro na reinvenção da cultura antirracista contemporânea?*, esta seção se propõe a refletir sobre a emergência e a trajetória das experiências de organização e institucionalização das lutas sociais de setores das populações de origem africana no Brasil a partir da década de 1970, através de um estudo bibliográfico e de trechos de entrevistas em audiovisuais do CULTNE.

O título é inspirado no texto introdutório da obra “A invenção das tradições”<sup>25</sup>, em que o historiador britânico Eric Hobsbawm traduz tradição inventada como um conjunto de práticas, ritualísticas ou simbólicas, desenvolvidas por um grupo social para imbuir ideias, valores e padrões de comportamento, com a função de dar sentido de identificação a uma determinada comunidade e forjar uma continuidade dela com o passado histórico.

A concepção de uma tradição política inventada nos parece expressar a gênese do Movimento Negro contemporâneo, que estabeleceu uma ruptura com as práticas políticas exercidas pelas populações afro-brasileiras até então por condições de vida melhores e dignas. Através da configuração de uma identidade racial, negra e brasileira coletiva, onde a África era o centro de instrumentalização e sedimentação de significados e valores, os novos militantes galgaram nas experiências dos africanos e seus descendentes em diáspora, unificando diferentes trajetórias, construindo referências de luta no passado e produzindo uma continuidade histórica, que deu ritmo e legitimação de suas pautas em prol das populações negras no país.

Nesse sentido, na primeira subseção, objetivamos tatear a breve trajetória de experiências antirracistas exercidas por afro-brasileiros nas primeiras décadas da

<sup>25</sup> HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

República. Na segunda, discutimos os elementos e o contexto de efervescência política que possibilitaram a reorganização do Movimento Negro em algumas regiões brasileiras em meados de 1970, indicando a construção da institucionalização e a história antirracista contemporânea pelos intelectuais e militantes afro-brasileiros. Na terceira e última, examinamos as bases conceituais e discursivas que moldaram as pautas da nova militância, em diálogo ao conjunto de referenciais externos que circulavam no Atlântico Negro, que deram fôlego à nova cultura de luta contra o racismo no país.

### 1.1 POPULAÇÕES DE ORIGEM AFRICANA E A LUTA ANTIRRACISTA BRASILEIRA

O processo histórico do Movimento Negro contemporâneo tem sido frequentemente lembrado por dois marcos institucionais: a criação da Frente Negra Brasileira (FNB), em 1931, e a criação do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978. Entretanto, existe uma longa tradição de luta política dos afrodescendentes, desempenhada desde o alvorecer da República, que vem sendo capturada e assentada pelas produções acadêmicas que, por sua vez, identificaram uma pluralidade de práticas organizativas e de mobilizações constituídas sob um discurso antirracista, por diversos grupos das populações de descendência africana, em direção à sua cidadania e autonomia.

Em um primeiro momento, a partir do final do século XIX até o primeiro quartel do século XX, diferentes agrupamentos formados por homens e mulheres de origem africana projetavam-se nas primeiras décadas da sociedade republicana e competitiva do pós-abolição como formas alternativas de integração, sociabilidade, ascensão social, instrução e respeitabilidade.

Se, antes, a ideia de raça correspondia nitidamente aos aparatos sociais e jurídicos da escravidão, nesse primeiro momento, ela continuava sendo acionada para fundamentar as distinções e os estigmas de cor, reconduzindo o novo sistema político e social a sua profunda hierarquização. O processo de racialização que se formava no pós-abolição foi não menos que atroz às expectativas de vida das populações de afrodescendentes que, nesse contexto de integração à ordem capitalista, competiam pelo acesso ao mercado de trabalho com os imigrantes europeus.

Reagindo a essa conseqüente marginalização, espaços como as sociedades recreativas, os clubes, grêmios e associações (beneficentes, esportivas, literárias e

educativas) foram fundados por afrodescendentes relativamente bem empregados e com certo grau de instrução, principalmente nas regiões sul e sudeste do país, como um meio de afirmação social e projeção de seus interesses e demandas quotidianas. Podemos citar diferentes associações, cujo perfil e funcionamento foram examinados em vastos estudos.

No Rio Grande do Sul, criou-se o Clube Fica Ahí Prá Ir Dizendo (1921), em Pelotas, o Clube Os Zíngaros (1936), em Bagé<sup>26</sup>, e o Floresta Aurora (1872), em Porto Alegre<sup>27</sup>. No Paraná, foi criada a Associação de Recreação Operária de Londrina (1937)<sup>28</sup>. Em Santa Catarina, fundou-se a Sociedade Recreativa União Operária (1903) e o Clube Cruz e Sousa (1906), em Laguna<sup>29</sup>, o Centro Cívico Cruz e Souza, em Lages (1918)<sup>30</sup>, e a União Recreativa 25 de Dezembro (1933) e a Sociedade Recreativa e Carnavalesca Brinca Quem Pode (1930)<sup>31</sup>, em Florianópolis. Em São Paulo, foi fundada a Sociedade Beneficente Treze de Maio (1901)<sup>32</sup>, em Piracicaba, além do Grêmio Recreativo e Familiar Flor de Maio (1928)<sup>33</sup> e do Clube Recreativo Beneficente 13 de Maio (1934), situados na Bragança Paulista.

O associativismo e seus diferentes formatos estabeleceu-se em um horizonte de superação das heranças e marcas escravistas e das novas formas de exclusão racial e de classe na vida urbana republicana. Esses espaços, forjados dos sentidos próprios das experiências das “pessoas de cor”, em suas próprias palavras, tinham

<sup>26</sup> Ver em: SILVA, Fernanda Oliveira da. **As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, cidadania e racialização na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

<sup>27</sup> Ver em: JESUS, Nara Regina Dubois de. **Clubes sociais negros em Porto Alegre - RS: a análise do processo de recrutamento para a direção das associações Satélite Prontidão e Floresta Aurora, trajetórias e a questão da identidade racial**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2005.

<sup>28</sup> Ver em: DINIZ, Larissa Mattos. **O Clube Negro de Londrina: uma experiência contraditória**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2015.

<sup>29</sup> Ver em: ROSA, Júlio César da. **Sociabilidades e territorialidade: a construção de sociedades de afrodescendentes no sul de Santa Catarina (1903/1950)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2011.

<sup>30</sup> Ver em: PEREIRA, Eráclito. **Centro Cívico Cruz e Souza: memória, resistência e sociabilidade negra em Lages, Santa Catarina, 1918-2012**. 2013. 109 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2013.

<sup>31</sup> Ver em: RASCKE, Karla Leandro. **Samba, caneta e pandeiro: cultura e cidadania no sul do Brasil**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2019.

<sup>32</sup> Ver em: LUCINDO, Willian Robson Soares. **Comemorações, cidadania e festas: o associativismo negro em Piracicaba e Campinas nas três primeiras décadas do século XX**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2020.

<sup>33</sup> Ver em: SOUSA, Karina Almeida de. **Unir para festejar, unir para lutar: os Clubes Sociais Negros e o patrimônio material do Grêmio Recreativo e Familiar Flor De Maio**. Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico, Instituto de Artes da Universidade de Brasília, 2018.

múltiplos objetivos, no sentido de agenciar laços de solidariedade e sociabilidade entre as famílias e construir uma visibilidade positiva dos seus membros. As ações assistenciais e socioeducativas, espelhadas nos comportamentos e códigos de condutas considerados modernos e civilizados naquele momento, tinham o propósito de melhorar as condições intelectuais e materiais dos afrodescendentes – que, aliás, a República não proporcionou.

A estrutura organizativa dessas entidades demonstra uma notável agilidade e capacidade de organização. Geralmente, elas eram compostas por uma diretoria com quadros administrativos e tinham um estatuto próprio, contendo a natureza, os objetivos e os direitos e deveres dos associados. O espaço físico e as atividades eram mantidas, por vezes com dificuldades, através dos recursos financeiros advindos das mensalidades dos seus sócios. Seus diretores promoviam uma série de eventos de caráter recreativo, desportivo, dramático e dançante: bailes, convescotes, excursões, concursos de beleza, quermesses, homenagens às personalidades, competições desportivas, saraus, chás, apresentações musicais, encenações de peças teatrais e festas carnavalescas, além de solenidades nas datas significativas para a população afro, como o 13 de maio, dia da abolição da escravatura (DOMINGUES, 2009, p.2).

Nesse momento, também houve o advento de outras entidades com o propósito integracionista dos afrodescendentes e suas associações à sociedade mais abrangente<sup>34</sup>, dentre as quais destaca-se a Frente Negra Brasileira (FNB), criada em 1931. Ela nasceu em São Paulo, a partir de uma agitação política por parte de uma significativa parcela de afrodescendentes instruídos que almejavam uma instituição de âmbito nacional para a promoção social e política da “raça” (CARDOSO, 2012, p.170)<sup>35</sup>. Em 1936, contando com mais de 60 delegações distribuídas no interior de São Paulo e em outros estados, a FNB chegou a ser transformada em partido político.

---

<sup>34</sup> O Clube Negro de Cultura Social (1932) e a Frente Negra Socialista (1932), em São Paulo; a Sociedade Flor do Abacate (1906), no Rio de Janeiro; a Legião Negra (1934), em Minas Gerais; e a Sociedade Henrique Dias (1937), em Salvador (DOMINGUES, 2007, p.107).

<sup>35</sup> A FNB foi fundada especificamente em 16 de setembro de 1931 por José Correia Leite, Arlindo Veiga dos Santos, Francisco Lucrécio e Raul Joviano do Amaral. Cardoso (2012) discute que a entidade e seus personagens se constituem nas principais referências sobre as experiências afrodescendentes na primeira metade do século, tornando-se pilares de uma memória consagrada pelas gerações antirracistas mais recentes e avalizadas pela pesquisa acadêmica. Contudo, segundo o autor, ela não se tornou uma unanimidade no seio das comunidades afros. Ao contrário, como herdeira da tradição militante, ela era, de certo modo, refratária aos grupos marginais, assim como a formas de expressão que destoavam de seus valores profundamente influenciados pelas tradições culturais da elite branca dirigente. Sobre a trajetória da FNB, indicamos também: DOMINGUES, Petrônio José. Os descendentes de africanos vão à luta em terra brasilis. Frente Negra Brasileira (1931-37) e Teatro Experimental do Negro (1944-68). **Projeto História**, São Paulo, n.33, p. 131-158, dez. 2006.

Porém, foi extinta em 1937, devido ao decreto assinado pelo presidente Getúlio Vargas, que dissolvia todos os partidos políticos do país.

Simultaneamente, houve a criação dos periódicos da chamada Imprensa Negra no interior dos clubes e associações. Suas páginas, no início, divulgavam as produções literárias e a movimentação social da época, a fim de normatizar um padrão de comportamento coletivo compatível a uma imagem pública dos “homens de cor”<sup>36</sup> ou das “classes de cor”<sup>37</sup>. Mais tarde, eles passaram a tratar dos mais diversos assuntos que perpassam a vida dessas populações que desejavam representar, objetivando promover sua respeitabilidade, ascensão e mobilidade social.

Podemos citar alguns periódicos paulistas<sup>38</sup>, como *O Combate* (1912), *O Menelick* (1915), *O Bandeirante* (1918), *O Alfinete* (1918), *O Kosmos* (1922), e o *Clarim da Alvorada* (1924); além do paranaense *União* (1918), do mineiro *A Raça* (1935), e dos gaúchos<sup>39</sup> *O Exemplo* (1892), *A Cruzada* (1905), *A Hora* (1917), *A Alvorada* (1907), *A Revolta* 1925 e *A Navalha* (1931). Todos eles são frutos das experiências da comunidade dos letrados, um grupo minoritário dentro das populações de origem africana, composto por dirigentes de sociedades recreativas e produtores de jornais negros (CARDOSO, 2012, p.323). O periódico da FNB, intitulado *A Voz da Raça*, por exemplo, ficou conhecido por sua tendência integralista e monarquista.

As escritas da Imprensa Negra até as primeiras décadas do século XX discorriam sobre os eventos e as atividades do clube ao qual pertenciam, e sobre as comemorações e cerimônias importantes na vida dos indivíduos e das famílias. Elas

<sup>36</sup> A noção de “homens de cor” é utilizada pelos pesquisadores para a compreensão da formação das associações fundadas nessa época por afrodescendentes, com base na identificação construída pelos próprios atores sociais que se autointitulavam positivamente como homens de cor, em relação a outros termos que remetessem à escravidão, como preto, negro ou mulato. Segundo Karla Leandro Rascke (2020, p.58), para esses sujeitos históricos, a terminologia correspondia a uma ressignificação do passado escravista, como um mecanismo de construir positivamente lugares de ser e estar no mundo, dentro de novas configurações e embates da República. Ana Maria Fagundes e Flávio Gomes (2007, p.74) constataram, nas narrativas de muitos periódicos, a constituição de uma cultura política baseada em uma ordem moral, que deveria ser seguida pelos membros da comunidade dos homens de cor, apontando que a falta de decoro, o extrapolar nas danças, o desrespeito às damas e o descuido nos trajes eram alguns dos motivos para repreensões e até para a eliminação do quadro de associados.

<sup>37</sup> Paulina L. Alberto (2017, p. 52) apontou que, nas primeiras publicações da Imprensa Negra, quando se denominaram “classes de cor”, esses sujeitos usaram a palavra “classe” para fazer referência a uma categoria restrita de distinção social, e não a uma categoria ampla de uma circunstância racial compartilhada.

<sup>38</sup> Sobre Imprensa Negra em São Paulo, consultar: FERRARA (1985); MOURA (2002); e SALES (2015).

<sup>39</sup> Sobre Imprensa Negra do Rio Grande do Sul, consultar: SANTOS, José Antônio. Imprensa negra: a voz e a vez da raça na história dos trabalhadores brasileiros. In: **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História ANPUH**, Londrina, 2005.



traziam, também, fofocas sobre a má conduta dos seus associados, ligadas ao uso de bebidas alcoólicas em exagero nos festejos, brigas, ofensas, negligências na educação dos filhos, a vida desvirtuada e sem trabalho, entre outras posturas que destoassem do que a sociedade compreendia como um “bom comportamento”. Todas essas questões eram severamente criticadas pelos articulistas, que davam destaque para as questões educativas do meio afro em suas páginas, com um viés moralizador (SANTOS, 2011, p.88).

O apelo da pertença à nacionalidade também foi constante nesse contexto. Em uma sociedade complexa, onde a elite apoiada pelas políticas públicas do Estado, desde meados do século XIX, se esforçava para que imigrantes europeus substituíssem a mão de obra de descendência africana, os intelectuais da Imprensa Negra passaram a conduzir, através de seus escritos, o caminho de superação dos afros frente às suas baixas condições de vida, no anseio de partilhar a nacionalidade brasileira. Em um discurso nativista para conferir legitimidade histórica, eles recorriam ao passado escravista para ressaltar o papel dos afrodescendentes na construção do país e, muitas vezes, evocavam e relacionavam os “heróis da raça” aos grandes eventos da história brasileira.

[...] textos onde está escrito literalmente “somos brasileiros” ou “pertencemos à pátria” e congêneres. J. D’Alencastro, diretor do jornal paulistano *O Bandeirante*, escreveu, por exemplo, que era um “grave erro”, chegando mesmo a configurar “crime de lesa-pátria”, pregar a “separação de raças, selecionando a nossa da raça branca”. Dizia ainda que “vinte e um estados constituem este colosso Brasil, e a nossa bandeira é uma só”, pois “se os nossos antepassados tiveram por berço a terra africana, é preciso que se note, nós temos por berço e pátria este grande país”. E concluiu seu pensamento em uma frase: “Não somos africanos, somos brasileiros!” (REIS, 2017, p.57)

Esses sujeitos também se debruçaram para reverter as representações negativas sobre eles, formuladas a partir da ideia do desenvolvimento das sociedades humanas pelas características biológicas (raciais) na literatura Ocidental, que atribuía inferioridade aos africanos e seus descendentes, colocando-os na base da escala evolutiva. No combate à apatia por um movimento de inclusão dos sujeitos de origem africana como brasileiros, apresentavam-se como colaboradores importantes na formação da nação, utilizando as mesmas ideias racialistas que deram suporte às políticas de imigração do governo.

É importante pensar que, para os letrados, a memória da escravidão estava muito presente, e eles viviam em um país onde as elites intelectuais se empenharam na tarefa de construir uma nação branca nos trópicos, tomando a inferioridade dos descendentes de africanos como um fato. Assim, era fundamental indicar a contribuição dessas populações para a sociedade brasileira<sup>40</sup>.

Esses intelectuais, na busca pela integração dos “homens de cor” à sociedade, afastavam-se dos possíveis laços com o continente africano e seus nativos. Em estudos sobre o lugar da África na Imprensa Negra paulista, pesquisadores apontaram que, apesar de não aparecer como um elemento útil no projeto de mobilidade social, ela não está ausente<sup>41</sup>. As poucas informações sobre a África e a diáspora que chegavam aos articulistas eram produzidas pelas potências colonialistas europeias e imperialista dos EUA, regadas de noções racialistas que desumanizavam os africanos e seus descendentes no mundo.

Em alguns periódicos, os autores procuraram retratar o referido país como o lugar de uma ancestralidade distante, terra dos seus antepassados escravizados, descrevendo-o de forma positiva, civilizada, em harmonia com os valores ocidentais. Entretanto, à medida que esses sujeitos promoviam sua adesão à pátria brasileira, mantinham-se firmemente distantes de qualquer vínculo cultural com a África, estando “determinados a rechaçar as ideias e práticas que os designavam como estrangeiros em sua terra natal, e dedicados a apontar os verdadeiros estrangeiros (os imigrantes) como indesejáveis” (CARDOSO, 2012, p.321).

As teorias de repatriação dos afrodescendentes ao continente africano, oriundas do movimento conhecido como *Back to África*, do pan-africanista jamaicano Marcus Mosiah Garvey, contrastavam com o projeto político de inclusão à nacionalidade brasileira, fazendo gerar diferentes opiniões nas publicações dos afro-brasileiros quanto à adesão do garveyismo. Nas laudas do *Getulino* e *Clarim da Alvorada*, elas apareceram de forma mais intensa<sup>42</sup>. Enquanto o primeiro apresentou a recusa nacionalista negra ao internacionalismo de Garvey, o segundo foi mais receptivo<sup>43</sup>, reconhecendo a faceta modernizadora das ideias panafricanas, os

<sup>40</sup> CARDOSO, 2012, p.321

<sup>41</sup> REIS (2016); SANTOS (2012); ALBERTO (2017).

<sup>42</sup> Ver: DOMINGUES, Petrônio José. O “Moisés dos pretos”: Marcus Garvey no Brasil. **Novos Estudos**. Cebrap, São Paulo, V36.03, novembro, 2017.

<sup>43</sup> Segundo Domingues (2017, p.148), Correia Leite teceu comentários a esse respeito em seu livro de memórias: “O movimento garveyista entre nós ficou restrito, mas serviu para tirar certa dubiedade do que nós estávamos fazendo. Procurávamos fazer doutrinação, uma espécie de evangelização”. As

grandes negócios e empreendimentos da *Universal Negro Improvement and Conservation Association and African Communities League* (Unia)<sup>44</sup>.

É importante destacar que as conexões e os fluxos de informação sobre o pan-africanismo e sobre o continente africano, apesar de limitados, já existiam naquele momento. Há estudos que apontam a grande quantidade de textos sobre a África no periódico *Progresso* e o contato com o movimento de estadunidenses afrodescendentes, em especial, do *Clarim da Alvorada* com o *Negro World* e o *Chicago Defender* (SANTOS, 2012, p. 104).

As dezenas de organizações formadas no contexto do pós-abolição nos possibilitam dimensionar uma complexidade de estratégias de combate ao racismo no interior das populações afrodescendentes, para reverter a realidade cotidiana de marginalização. Elas expressaram expectativas e aspirações de vida de um parco setor de uma classe média afro-brasileira, em seus esforços para o acesso à educação, ao mercado de trabalho, e para a reformulação de atitudes públicas e promoção de bons costumes. Foram décadas de efervescência e contradições, com oposições e debates internos, em que “O principal apelo era reunir e tratar de assuntos do interesse dos “homens de cor” ou das “classes de cor” (GOMES, 2005, p.79).

Em um segundo fôlego, entre as décadas de 1940 e 1960, acompanhamos as formas e estratégias de luta produzidas nas experiências de organização das populações de origem africana, reinventando-se no compasso do cenário nacional e internacional, onde velhos e novos atores passam a mobilizar-se no sentido de compreender e reverter os infortúnios arraigados nas ideias de raça. O contexto político e econômico da redemocratização após o fim do Estado Novo (1937-1945) e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) estimulou uma atmosfera de insurgência, reação e discussão sobre o racismo por parte de diversos atores no país, despontando inúmeras atividades e iniciativas para sua compreensão e superação.

Em um clima mais otimista e esperançoso, decorrente do restabelecimento da democracia – e, com ela, das novas eleições e da Constituição de 1946, que alargou alguns direitos –, o país seguia em seu crescimento econômico incitado pelos ideais

---

ideias de Garvey “vieram reforçar as nossas. Com elas nós criamos mais convicção de que estávamos certos. Fomos descobrindo a maneira sutil do preconceito brasileiro, a maneira de como a gente era discriminado”.

<sup>44</sup> Organização fundada por Garvey em prol dos direitos civis dos afro-americanos. Seus principais *slogans* eram “*One God, one aim, one destiny*” (Um Deus, um objetivo, um destino) e “*Africa for Africans at home or abroad*” (África para os africanos de casa ou no exterior).

nacionalistas e desenvolvimentistas. O acelerado desenvolvimento industrial, a urbanização, e a expansão do sistema educacional contribuíam para o aumento da classe trabalhadora e dos setores médios na sociedade brasileira. Nesse cenário, nossos personagens, em permanente desvantagem no mercado de trabalho, continuavam a empreender novos agrupamentos, movimentos e perspectivas para agenciar seus problemas e exercer a liderança dos interesses dos afro-brasileiros no país.

Organizações foram surgindo, por exemplo, o Grêmio Literário Cruz e Souza (1943) e a Associação José do Patrocínio (1951), em Minas Gerais; a Associação do Negro Brasileiro (1945), a Frente Negra Trabalhista (1948) e a Cruzada Social do Negro Brasileiro (1948), em São Paulo; e o Comitê Democrático Afro-Brasileiro (1944) e o Conselho Nacional das Mulheres Negras (1950), no Rio de Janeiro (DOMINGUES, 2007, p. 110).

Três organizações se destacaram ao desenvolver ações efervescentes nesse período de curta experiência democrática da história do Brasil, denominado Segunda República (1945-1964): o Teatro Experimental do Negro (TEN) (1944), fundado no Rio de Janeiro, com filiais em São Paulo e Santa Catarina; a União dos Homens de Cor (UHC) (1943), criada em Porto Alegre e atuante em dez estados da federação; e a Associação Cultural do Negro (ACN) (1954), organizada na cidade de São Paulo.

Idealizado por Abdias do Nascimento<sup>45</sup>, com o apoio de outros intelectuais afro-brasileiros, o TEN se propunha “a trabalhar pela valorização social do negro no Brasil, através da educação, da cultura e da arte” (NASCIMENTO, 2004, p. 211). Além de ter se tornado um espaço pioneiro na reinvenção da tradição da dramaturgia brasileira, algumas atividades do TEN foram promovidas objetivando educar e integrar socialmente a comunidade afrodescendente, como a oferta de cursos de alfabetização para operários, empregados domésticos e favelados sem profissão.

<sup>45</sup> Poeta, escritor, dramaturgo e artista plástico, Abdias do Nascimento se tornou uma das referências mais conhecidas da luta antirracista no Brasil. Sua trajetória de ativismo no combate ao racismo perpassa participações na FNB nos anos 1930; organizações de diversas convenções e conferências negras nas décadas de 1940 e 1950 junto com a fundação do TEN; aprofundamento das reflexões antirracistas com base nas teorias pan-africanas durante seu exílio nos EUA e na Nigéria no final dos anos 1960 e 1970; participação na organização do MNU; e o ingresso nos cargos políticos dentro do Partido Democrático Trabalhista (PDT), que contribuiu para a inclusão das questões raciais no cenário legislativo do país. Da extensa produção sobre sua biografia, indicamos: SEMOG, Éle. **Abdias Nascimento**: O Griot e as Muralhas. Rio de Janeiro, Pallas, 2006; NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 1. ed. - São Paulo: Perspectivas, 2016; NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. Editora vozes, Petrópolis-RJ, 1980.

Em 1934 foi quando eu fundo então o Teatro Experimental do Negro aqui no Rio de Janeiro, mas já não só com esse objetivo do combate à discriminação racial, desigualdade racial, mas ampliando os horizontes e as ambições da população afro descendente, buscando outros objetivos, o principal dele é o resgate da história do negro, o resgate de seus valores culturais, e principalmente oferecer alternativas criativas para a construção de um futuro de melhor qualidade para a população de origem africana no Brasil<sup>46</sup>

O jornal *Quilombo*, além de divulgar os trabalhos realizados pelo TEN, também publicava reportagens, entrevistas e matérias com assuntos de interesse à comunidade afro (Ibid., p.123), tendo igualmente um importante papel na introdução das ideias da negritude francófona no Brasil (BARBORA, 2013 p.171). Referências à revista *Présence Africaine*, editada por Alioune Diop, e traduções de artigos do jornal *The Crisis*, por W.E.B. Du Bois, eram constantes nas páginas do periódico, o que aponta sua conexão com os movimentos afrodiáspóricos no mundo, sobretudo, com o movimento afro-norte-americano.

Já a UHC tinha como um dos seus objetivos, expresso em estatuto, elevar o nível econômico e intelectual dos negros em todo o território nacional, para torná-los aptos a ingressarem na vida social e administrativa do país (JESUS, 2005, p.74). Sua estrutura política era bem estabelecida nos locais em que estava presente:

Deputados, médicos, advogados, jornalistas e homens negros com visibilidade social e política eram membros da UHC, a qual tinha na rede um sustentáculo político. Ou seja, fortaleciam-se politicamente em suas regiões por estarem ligados a uma conexão nacional de homens negros com destacada atuação social e política nas suas regiões. Mesmo considerada "elite negra", essa pequena parcela sofria os problemas de marginalização e precisava articular-se para enfrentar essas questões (Ibid., p.75).

Assim, as campanhas educacionais que faziam parte do conjunto das atividades desenvolvidas pelas entidades da UHC almejavam a integração dos afros na sociedade através da ascendência social e intelectual, na medida em que “a ideologia liberal de mobilidade, ascensão e inclusão social através dos bancos escolares era perseguida por aquele grupo de emergentes”<sup>47</sup>. Além disso, algumas das preocupações registradas nas publicações do jornal da UHC – o *Nosso Jornal*, reproduzido em cada município – consistiam em inserir seus representantes em

<sup>46</sup> Trecho de entrevista de Abdias Nascimento em curta metragem. In: AFRO Memória. Enúbarijo Comunicações e CP - Cor da Pele Produções, Direção Geral Filó Filho, Rio de Janeiro, 2001.

<sup>47</sup> SILVA, 2003, p. 226-227.

cargos eletivos e atrair afro-brasileiros parlamentares para ingressarem nos quadros da organização.

A ACN, por sua vez, foi fundada por antigos intelectuais da Imprensa Negra paulistana<sup>48</sup> em dezembro de 1954, com sede no centro da capital de São Paulo. Em um curto intervalo de tempo, tal organização engajou um conjunto de homens e mulheres empenhados na promoção social pública do grupo que buscavam representar. Seu corpo associativo ultrapassou o número de 700 associados e contou com um grupo literário/intelectual minoritário, mas significativo, constituído por poetas, jornalistas e ativistas notáveis, que tinham relações com cientistas sociais reconhecidos pela academia<sup>49</sup>.

A ACN organizou diversas atividades educacionais, intelectuais e culturais, desde comemorações cívicas (“Ano 70 da Abolição” e “comemoração da Lei do Ventre Livre”), conferências (“I Convenção Paulista do Negro”), homenagens a personalidades afro-brasileiras (“Ano Cruz e Souza”, “A noite de Castro Alves” e “A noite de Luiz Gama”), cursos (aulas de inglês, português, matemática, oratória, jornalismo e alfabetização), recitais de poesia, corais e saraus, até apresentações de moda (“Desfile de modas”), música, dança e teatro (“Teatro Experimental do Negro” de São Paulo). Além disso, a organização publicou os jornais *O Mutirão: Órgão da Associação Cultural do Negro* (1958) e *Níger* (1960), a série *Cultura Negra* (1978) e outras obras relacionadas à história e à cultura afro-brasileira em um momento no qual esse tipo de produção era escasso<sup>50</sup>.

Cabe destacar, também, que a ACN procurava estabelecer relações com outras associações da diáspora africana, enviando correspondências para as lideranças e representantes de movimentos antirracistas, participando de eventos internacionais e organizando manifestos e atos em solidariedade às violências raciais sofridas por africanos e afro-americanos<sup>51</sup>.

<sup>48</sup> José de Assis Barbosa, Jorge Prado Teixeira, José Correia Leite, Geraldo Campos de Oliveira.

<sup>49</sup> Além dos fundadores, outros sujeitos também passaram por esse grupo, entre eles, Oswaldo de Camargo, Jayme de Aguiar, Raul Joviano do Amaral, Henrique Cunha e Eduardo de Oliveira e Oliveira. Domingues (2018, p.193) também aponta que a ANC mantinha entre seus membros afiliados pessoas que, hoje, são conhecidas nomeio acadêmico, como o bibliófilo José Mindlin e os sociólogos Otávio Ianni e Florestan Fernandes. O último, inclusive, tornou-se o representante da ACN para fins culturais.

<sup>50</sup> *Cruz e Souza – O Dante Negro* (1961), do escritor Henrique L. Alves; *15 Poemas Negros* (1961), de Oswaldo de Camargo; *Fatores determinantes da formação da cultura afro-brasileira* (1962), do jornalista Nestor Gonçalves e *Nina Rodrigues e o negro do Brasil* (1962) de Henrique L. Alves.

<sup>51</sup> Ver mais em: DOMINGUES, Petronio. “Em Defesa da Humanidade”: A Associação Cultural do Negro. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 61, no 1, 2018. O autor elencou as diversas

A entidade cessou formalmente suas atividades em 1976, por conta de dificuldades financeiras, crises internas e desmobilização política advinda do golpe civil-militar de 1964, que suspendeu as liberdades democráticas de expressão e manifestação. “Vigiada pelos órgãos de repressão, a associação ficou mais debilitada, deixou de fomentar alguns projetos e procurou se dedicar às atividades cívico-culturais” (DOMINGUES, 2018, p. 191). Ainda assim, ela marcou a trajetória antirracista da cidade de São Paulo, antecedendo a reorganização do Movimento Negro no final dos anos 1970. Dela, surgiu o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN) em 1976, formado por seus ex-membros; e a produção dos *Cadernos Negros* em 1978, um projeto de publicação literária afro-brasileira, que segue sendo editado até o presente momento<sup>52</sup>.

Em tempo, a Imprensa Negra, desenvolvida por algumas dessas entidades, continuava a publicar seus jornais e revistas em várias partes do país<sup>53</sup>. Sendo assim, o contexto de transição e reestruturação da sociedade brasileira e mundial refletiu nas produções feitas pelos afro-brasileiros daquele período, com a publicização de propagandas políticas abertas em alguns periódicos, campanhas de filiação a partidos políticos, promoção de atividades culturais, críticas à situação das populações afrodescendentes em um tom de conscientização e reivindicação de sua participação sócio-política e econômica (FERRARA, 1985, p.204).

Nesse mesmo momento, os ativistas e intelectuais passaram a ter maior contato com a circulação de imagens e informações da conjuntura internacional sobre acontecimentos políticos relacionados à vida dos africanos e de seus descendentes pelo mundo. O movimento de descolonização, que se espalhou pela África após a Segunda Guerra Mundial, já havia produzido o "Ano de África" em 1960 com 17 países recém independentes. Assim que a África começou a desempenhar um papel de liderança nas narrativas sobre democracia, direitos humanos e antirracismo, os intelectuais afro-brasileiros encontraram nela uma nova fonte de inspiração para suas políticas e identidades raciais (ALBERTO, 2017, p. 319).

---

conexões efetuadas pela ANC, que buscava se inserir no circuito mais amplo da diáspora afro-atlântica sob múltiplas perspectivas.

<sup>52</sup> As publicações podem ser acessadas pelo endereço eletrônico: <https://www.quilombhoje.com.br/site/cadernos-negros/> Acesso em: 08 jul. 2021

<sup>53</sup> *Alvorada* (1945); *Senzala* (1946); *União* (1948); *Mundo Novo* (1950); *Quilombo* (1950); “*Redenção*” (1950), *A voz da Negritude* (1953); *O Mutirão* (1958); *Hifen* (1960); *Níger* (1960); *Nosso Jornal* (1961); *Correio d’Ebano* (1963) (FERREIRA, 1985 p. 203).

Nesse sentido, as tensões geradas pelas guerras de independências africanas, bem como as articulações de luta contra a segregação estadunidense, amplamente divulgadas pela mídia estrangeira, tornaram-se temas recorrentes na produção intelectual dos membros da associação afro-paulistana, como afirma o escritor Oswaldo de Camargo<sup>54</sup>:

De início, então os *Cadernos Negros*, independentemente de quem escreveu, da qualidade dos textos, que vêm se aperfeiçoando, traz essa nota, este contexto absolutamente negro. Por que isso acontece? Porque àquela altura, ou melhor, até um pouco antes, **a África para nós era um sonho**. Não conhecíamos africanos, não ressoava ainda o grito “black is beautiful (negro é lindo)”, nem todas as ex-colônias africanas haviam se tornado independentes, as de língua portuguesa só em meados da década de 1970. Quando surgiu um dos primeiros países independentes, o antigo Congo Belga, eu fiz a matéria de capa com o retrato de Patrice Lumumba na revista *Níger*. **Esses movimentos na África foram um marco, refletem-se no nosso pensamento e na nossa literatura**. Acontece uma coisa incrível: de repente, o negro se expõe muito mais, quer saber o que se passa em outros lugares (FERREIRA, 2020, p.204)<sup>55</sup>.

Jornais como o *Mundo Novo* (1950), *Notícias de Ébano* (1975), *Hifen* (1960-1962), *O Ébano* (1961) e o *Níger* (1960) da ACN, citados por Camargo, que publicava a coluna “Mundo Negro”<sup>56</sup>, passaram a produzir textos mais detalhados e amplos sobre os líderes e eventos em lugares como Congos francês e belga, Madagascar, Quênia, Angola e Gana, evidenciando uma espécie de novo senso de propriedade em relação à África e sua política entre os intelectuais da Imprensa Negra (Ibid.).

Por outro lado, nesse contexto de articulações e reflexões das décadas de 1940 e 1950, os afro-brasileiros em movimento também debatiam seus projetos políticos em torno de uma legislação antirracista. As discussões promovidas na Convenção Nacional do Negro (1945), na Conferência Nacional do Negro (1949) e no I Congresso Brasileiro do Negro (1950) problematizaram as relações raciais brasileiras e apontaram os limites do projeto político brasileiro na figura do mestiço, sob a égide do mito da democracia racial (CATOIA, 2008). Vale destacar que a tarefa dos militantes negros, preconizada por Abdias do Nascimento naquele momento, resumia-se em “promover, de um lado, a denúncia dos equívocos e da alienação dos chamados

<sup>54</sup> Nascido em Bragança Paulista, em 24 de outubro de 1936, Oswaldo de Camargo é um poeta, escritor, e crítico literário, que colaborou em vários veículos de comunicação no meio afro-paulista. Em 1954, mudou-se para a capital do Estado e se filiou à ACN.

<sup>55</sup> Entrevista com Oswaldo de Camargo, realizada por Ligia Fonseca Ferreira em 1990.

<sup>56</sup> A coluna editada por José Correia Leite já existia no *Clarim da Alvorada* na década de 1930, onde divulgava sobre as ideias pan-africanas e garveyistas. Ela foi reativada no *Níger*, também editada por ele.



estudos afro-brasileiros, e fazer com que o próprio negro tomasse consciência da situação objetiva em que se achava inserido” (NASCIMENTO, 2004, p.211).

Foram nesses congressos e convenções que os ativistas trouxeram para o espaço público propostas que explicitavam uma luta por conquista de direitos, como a proposição de leis e políticas de caráter promocional, educativo-pedagógico e coercitivo, de forma estratégica para neutralizar os efeitos da desigualdade racial e disputar os sentidos da nação e da identidade dos afrodescendentes (CATOIA, 2008). “O movimento parecia acumular energia para o salto que daria depois, conduzido por lideranças isoladas, mas fortes, e intelectuais de pequena audiência, mas bem apetrechados” (SANTOS, 1985, p. 289).

Concomitante às atividades antirracistas protagonizadas pelos setores afrodescendentes, não há como deixar de mencionar as novas investigações sociológicas que estavam sendo elaboradas a partir de um projeto coordenado e patrocinado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1950. Agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU), o organismo internacional criado no pós-guerra em 1945, a UNESCO, à sombra do genocídio nazista e dos empreendimentos racistas e colonialistas do Ocidente, passou a definir uma agenda contra o racismo.

Nesse sentido, o Brasil, associado à imagem do paraíso racial construído por intelectuais nos anos 1930, era constantemente comparado com os EUA e a África do Sul, onde o racismo era legalizado e acumulavam-se uma série de episódios violentos amplamente divulgados pela mídia. A encomenda dos estudos das relações raciais brasileiras, portanto, objetivava transmitir ao mundo ensinamentos de uma sociedade civilizada e harmoniosa em termos de raça.

Entretanto, as pesquisas desenvolvidas no Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Bahia por uma rede de cientistas sociais estrangeiros e brasileiros majoritariamente de esquerda (Florestan Fernandes, Luiz de Aguiar Costa Pinto, Roger Bastide, Oracy Nogueira, Thales de Azevedo, Charles Wagley, René Ribeiro, Marvin Harris e outros) geraram interpretações diversificadas sobre a influência africana na cultura brasileira, as desigualdades sócio raciais advindas da escravidão e as possibilidades de superação do racismo no Brasil. Foi através do Projeto UNESCO que se deu a inflexão nos estudos sobre as relações raciais no Brasil, substituindo o paradigma cultural, representado pela obra de Freyre, especialmente

*Casa-Grande & Senzala*, por um paradigma sociológico, da estrutura social, que emerge da obra de Florestan Fernandes (MAIO, 2000, p. 124).

Foi dessas produções, inclusive, que nasceram as primeiras análises sobre as experiências das populações de origem africana da primeira metade do século XX. Durante o ciclo de estudos da UNESCO, seus líderes e intelectuais receberam o título de “elites negras”, por pertencerem a uma camada social composta por indivíduos que tiveram alguma ascensão social e que se diferenciavam da massa de miseráveis com pouca ou nenhuma escolaridade. Exercendo, muitas vezes, profissões liberais, essa “elite negra” de letrados marcou a história dos movimentos sociais no Brasil, ao introduzir a luta contra os estigmas e comportamentos que prejudicavam a inserção dos afrodescendentes na vida social e econômica do país (RIOS, 2014, p. 11).

## 1.2 REINVENÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO

Até o início dos anos 1960, o avanço do amadurecimento das organizações e das reflexões para compreender e combater as desigualdades que assolavam a vida das populações de origem africana no Brasil foi sufocado com a instauração do golpe de Estado, que destituiu João Goulart da Presidência da República e instaurou a ditadura civil-militar no país. É importante ressaltar que ambos os períodos de autoritarismo político (1937-1945 e 1964-1985), de banimento às liberdades civis, tiveram seus papéis no retraimento das organizações de luta antirracista no país.

O novo regime promoveu a suspensão das liberdades democráticas de expressão e manifestação, e a cassação dos direitos políticos dos brasileiros. Os meios de comunicação, as organizações sindicalistas, os grupos intelectuais e os movimentos sociais passaram a ser perseguidos e censurados sob a acusação de realizarem atividades subversivas. O perigo comunista, manuseado como pretexto para justificar a repressão, aprofundou a utilização institucionalizada da violência e da tortura, além de assassinatos e desaparecimentos forçados.

Os governos militares viam a crítica à questão racial como um elemento prejudicial à segurança nacional, passando a vigiar e reprimir intelectuais, ativistas e organizações afrodescendentes. Ao tornarem público o racismo brasileiro, a discriminação racial e a violência policial, o Movimento Negro estaria fazendo uma “propaganda adversa” da situação racial no país, com um discurso que agredia “os valores espirituais, morais e sociais da nação”, e que contestava “os fundamentos da organização atual do Estado” (KÖSSLING, 2011, p.291).

Contudo, em 1974, Ernesto Geisel assumiu a Presidência da República e promoveu uma “política de distensão”, mais conhecida como o início da chamada “abertura política”, configurando lenta transição democrática, que duraria, com avanços e recuos, até a eleição indireta de um civil para a Presidência em 1984 (RIDENTI, 2014, p. 22). Nesse momento, quando o regime entrou em uma fase de afrouxamento, emergiram diversas formas de ação coletiva na cena social e na ordem política nacional, protagonizadas por diferentes grupos no contexto de um conjunto de significativas alterações da sociedade civil.

A oposição e a contestação ao regime civil-militar, somada a demandas específicas, levou à heterogeneidade de processos organizativos de movimentos sindicais, por parte da classe trabalhadora operária e camponesa, estudantil, feminista, e de comunidades eclesiais de base e pastorais, além de outros setores que reivindicavam, por meio das lutas e mobilizações sociais, o reconhecimento e a conquista de direitos.

Desses segmentos, parcelas das populações de origem africana, formadas por militantes da geração anterior e jovens ativistas, relativamente bem-educados e com ensino superior, passaram a se rearticular e criar uma série de organizações em torno da luta contra o racismo, gestando o Movimento Negro brasileiro contemporâneo.

Considerando identificar os elementos que tornaram possível a emergência do movimento antirracista a partir dos anos 1970, através da bibliografia sobre o tema, algumas questões foram suscitadas no início da pesquisa, no sentido de orientar a reflexão de como esse fenômeno se deu: Quem eram os militantes? Como se constituíram? Quais foram suas bases e perspectivas? Quem eram suas referências? Que pautas orientavam suas ações e abordagens? Quais foram as estratégias de organização e divulgação das suas atividades? Como eles se relacionavam entre si e com outros movimentos e setores sociais? Com quais intelectuais e acadêmicos eles dialogavam?

Assistimos a múltiplos fatores dando forma a uma nova reorientação do ativismo das populações afrodescendentes. O projeto integracionista à nação, que caracterizou as iniciativas desses sujeitos em suas mobilizações políticas na República, foi dando lugar a novas estratégias, anunciadas na forma de denúncia e protesto das relações raciais brasileiras. Fundamentados na busca e construção de uma cultura e identidade negra brasileira a partir de um intrínseco movimento de aproximação com a África, de intercâmbio, influência e diálogo com diversos

movimentos antirracistas em diversas partes do mundo, os militantes da contemporaneidade recorreram a elementos culturais africanos para forjar matrizes identitárias dos afro-brasileiros em geral.

Na conjuntura nacional, Joel Rufino dos Santos (1985) indica o rápido crescimento econômico na sociedade brasileira, que alterou as condições sociais e políticas a partir do final da década de 1960<sup>57</sup>. Para ele, o Movimento Negro contemporâneo é “da maneira como o entendem suas lideranças e intelectuais, filho do milagre brasileiro, por via das frustrações sociais-raciais” (SANTOS, 1985, p.220). Isto é, os graduados afro-brasileiros, beneficiados pelo *boom* do ensino universitário<sup>58</sup>, foram menosprezados com relação aos diplomados brancos ou foram remunerados abaixo da média salarial, minando a expectativa geral de que o crescimento da economia brasileira anulasse as desvantagens da cor.

George Reid Andrews (1990:2015) complementa esse debate, indicando que um dos principais fatores que promoveu a mobilização antirracista foi esse sentimento de frustração na classe média negra. Os jovens ativistas eram oriundos de uma pequena classe média afro-brasileira, que cresceu vertiginosamente nos níveis de educação e oportunidades de empregos, nas décadas seguintes do pós-guerra<sup>59</sup>. Mas o racismo continuava a impedir sua mobilidade social e a partilha dos benefícios gerados pelo rápido crescimento econômico. Então, eles “começaram a debater e discutir entre si os dilemas de viver numa sociedade que não era nem uma democracia

<sup>57</sup> Entre 1967 e 1973, o Brasil alcançou elevadas taxas de crescimento, oriundas da implementação do Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg), voltado para estabilização e reformas durante o primeiro governo militar. Esse período ficou conhecido como “milagre econômico brasileiro”. Sob a direção do Ministro da Fazenda Antônio Delfim Neto, o programa, baseado em uma política econômica expansionista, criou um amplo sistema de subsídios para várias áreas da economia, em especial, para a agricultura e as exportações, implantando uma complexa estrutura de controle e administração de preços (LUNA; KLEIN, 2014, p. 95-96).

<sup>58</sup> Rodrigo Patto Sá Motta (2014, p.33), ao discutir como o regime militar se apropriou do projeto de reforma universitária, transformando as instituições de ensino superior em um dos principais alvos do projeto modernizador autoritário da ditadura, nos traz dados interessantes relacionados às mudanças que a reforma implantada em 1968 causou: “Em 1964 havia 23 cursos de pós-graduação no Brasil, enquanto em 1974 eles passaram a quatrocentos; o número de estudantes universitários subiu de 140 mil em 1964 para 1 milhão e 300 mil em 1979; as bolsas de pós-graduação financiadas pelas agências federais (Capes e CNPq) passaram de aproximadamente mil em 1964 para cerca de 10 mil em 1976”.

<sup>59</sup> De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), levantados pelo autor, de um total de 14,8 milhões de pretos e pardos em 1940, o censo registrou menos de 13 mil afro-brasileiros empregados como profissionais liberais e em cargos administrativos. Em 1980, esse número cresceu para 1,8 milhões, de uma população de preta e parda de 53,3 milhões. Esse crescimento das oportunidades de empregos para a classe média afro-brasileira também acompanhou o crescimento da educação. Em 1940, somente 20 mil não brancos tinham concluído o segundo grau. Em 1980, 1 milhão e cem mil afro-brasileiros tinham diploma de nível médio e 172 mil tinham cursado uma faculdade (ANDREWS, 1990:2015, p. 23).

política, nem, como logo concluíram, uma democracia racial” (Ibid., p.23-24), e passaram a conscientizar e mobilizar as populações afro-brasileiras de modo geral.

É necessário lembrar, ainda, que o momento em que os afro-brasileiros frequentaram escolas mantidas pelo estado na segunda República e ingressaram no ensino superior em seguida, coincidiu com a chegada dos militares ao poder e, conseqüentemente, com o endurecimento do regime a partir dos atos institucionais, que deram legitimidade à cassação das liberdades civis e políticas dos brasileiros (RIOS, 2014, p. 48).

Além dos pequenos grupos de negros universitários, Henrique Cunha Júnior (2003) indica que alguns operários e funcionários públicos também discutiam a relação entre os movimentos políticos de esquerda e o Movimento Negro. Flávia Rios (2014, p.50) até evidencia que as reuniões desses indivíduos aconteciam em espaços de resistência ao regime militar, como universidades, instituições religiosas, centros estudantis e organizações partidárias, para discutir os alicerces da identidade nacional, fundamentada no discurso do mito da democracia racial. Seus debates também ocorriam nas recém-fundadas organizações, que, assim como os predecessores dos anos 1950, tendiam a orientar-se principalmente para a cultura e a educação (ANDREWS, 1990:2015, p. 25).

Outrossim, nos anos 1970, em paralelo à modernização da sociedade brasileira e à integração econômica, vivenciamos a emergência dos novos meios de comunicação e o amadurecimento da indústria cultural. Nesse momento, a televisão se transformou em um veículo de massa, o cinema se consolidou como uma atividade financiada pelo Estado, e desenvolveu-se de maneira ampla a indústria fonográfica, editorial e publicitária, resultando na circulação de fatos que aconteciam em todo o mundo (ORTIZ, 2014, p. 74). Esse processo permitiu aos militantes estarem informados sobre as atuais práticas da luta pela igualdade e as transformações sociais no cenário internacional, bem como possibilitou o contato e o compartilhamento de referenciais centrados nas experiências vividas e trocadas pelo racismo congênito das práticas colonialistas pelo mundo.

Não por acaso, o movimento pelos direitos civis nos EUA e as lutas pela independência dos países africanos sob o domínio português influenciaram fortemente o processo de organização das entidades do Movimento Negro brasileiro contemporâneo (SILVA, 2018a, p. 621). Foi um período em que os ativistas tinham bastante informação das lutas de libertação africanas, o que produziu uma

consciência nova de pertencimento ao ciclo de lutas daqueles povos, levando a uma forte valorização de todos os elementos de origem africana presentes na cultura nacional, principalmente a filosofia e as religiões (JÚNIOR, 2003, p. 50).

De toda essa efervescência política, criou-se uma série de entidades que refletiram em um Movimento Negro urbanizado, formado nas grandes cidades do país. Boa parte delas, aparecem na documentação das seções seguintes desta tese, testemunhando sua participação nas mobilizações contra o *apartheid* no Brasil. No Sudeste<sup>60</sup>, mais especificamente, no Estado de São Paulo, foram fundados o Grupo Evolução (1971); o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN) (1972); a Federação das Entidades Afro-Brasileiras do Estado (1974); o Grupo Decisão (1977); o Núcleo Negro Socialista (1978); o Agentes de Pastoral Negros (APNs) (1983); o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo (CPDCN) (1984); o Núcleo de Consciência Negra na Universidade de São Paulo (1987) e a Pastoral Afro (1988).

No Rio de Janeiro, foram criados o Instituto de Pesquisas da Cultura Negra (IPCN) (1975); a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA) (1975); o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiro (IPEAFRO) (1980); o Centro de Estudos Brasil-África (CEBA) (1977); o Grupo de Mulheres Negras Aquatune (1980); o Grupo de Mulher Negra Luiza Mahin (1980); e o Grupo União e Consciência Negra do Brasil (GRUCON) (1984). Também foram fundados o Centro de Estudos da Cultura Negra (CECUNE) (1983), no Espírito Santo; e o Coletivo de Mulheres Negras (1986), em Minas Gerais.

Já no Nordeste<sup>61</sup>, houve a fundação do Centro de Cultura e Emancipação da Raça Negra (CECERNE) (1970), em Pernambuco; do Grupo Negro (1978), Legião

<sup>60</sup> Sobre a trajetória do Movimento Negro na região sudeste, foram consultados os seguintes estudos: ANDRADE, Luiz Fernando Costa de. **O Movimento Negro e a cultura política no Brasil (1978-1988): o caso de São Paulo**. Dissertação (Mestrado) --Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015; HANCHARD, Michael. **Orfeu e Poder: Movimento Negro no Rio e São Paulo**. Rio de Janeiro, EdUERJ/UCAM-Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012; SANTOS, Ivair Augusto Alves. **O Movimento Negro e o Estado (1983-987): O caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Governo de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001; CARDOSO, Marcos Antônio. **O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978-1998**. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2001; BARBOSA, Pedro. **Organização e institucionalização política do Movimento Negro de Uberlândia (MG)**. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2011.

<sup>61</sup> Sobre as ações do Movimento Negro no nordeste do país, ver: SILVA, Francisco Carlos Cardoso da. **Construção e (des)construção de identidade racial em Salvador: MNU e Ile Aiye no combate ao racismo**. Dissertação - Programa de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2001; SILVA, Francisco Carlos Cardoso da. **Invenções Negras na Bahia: pontos**

Rastafári (1980) e União de Negros pela Liberdade (UNEGRO) (1988), na Bahia; e do Centro de Cultura Negra (CCN) (1979), no Maranhão. Não há como deixarmos de mencionar, ainda, a criação de blocos afros nordestinos como Ilê Aiyê (1974), Olodum (1979) e Akomabu (1984).

Por fim, há que se destacar também o Grupo Palmares de Porto Alegre (1971), no Sul<sup>62</sup>; o Grupo Trabalhos e Estudos Zumbi (Tez) (1985) do Mato Grosso do Sul, no Centro-Oeste<sup>63</sup>; e o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA) (1981), no Norte<sup>64</sup>.

A fundação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) no ano de 1978, em São Paulo, reuniu diversos grupos e entidades da região<sup>65</sup>, marcando profundamente o processo de constituição antirracista em sua

---

para discussão sobre o racismo à brasileira Doutorado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008; PINHO, Osmundo Santos de Araújo. **O mundo negro: sócio-anthropologia da reafrikanização em Salvador**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2003.

<sup>62</sup> Alguns estudos consultados sobre a luta antirracista no sul do Brasil: BASTOS, Sara Talice Santos. **Movimento-Partido-Estado: os repertórios de ação dos militantes do Movimento Negro do Rio Grande do Sul**. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/SR, 2017; CAMPOS, Deivison Moacir Cezar. **O Grupo Palmares (1971-1978): Um Movimento Negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico**. Mestrado em História. Porto Alegre: PUCRS, 2006. MORAES, Kelly da Silva. **Política Cultural: Uma análise sobre a cultura política do Movimento Negro em Dissertação - Sociologia ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/SR, 2012; LIMA, Ivan Costa. As pedagogias do Movimento Negro no Rio de Janeiro e Santa Catarina (1970-2000): implicações teóricas e políticas para a educação brasileira**. Tese - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2009.

<sup>63</sup> Sobre o antirracismo na região centro-oeste, conferir: RIBEIRO, Bruno de Oliveira. O grupo TEZ e as raízes da expansão das instituições da Sociedade Civil Negra do Mato Grosso do Sul. **Revista Movimentação** v.02, n.01, pp. 77-93, 2015; RIBEIRO, Bruno de Oliveira. **O Mo(vi)mento negro no Mato Grosso do Sul: Identificações em curso**. Defesa do mestrado em Ciências Sociais – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013; SILVA, Gabrielle Andrade da. **Trajatória do Movimento Negro Unificado em Goiás: Os Dilemas e as ações mobilizadoras contra o racismo**. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás (PPGS/UFG), Goiânia/GO, 2018.

<sup>64</sup> Sobre o Movimento Negro no norte do país, ver: MACIEL, Alexara de Souza "Conversa Amarra Preto" **A trajetória histórica da União dos Negros do Amapá: 1986-2000**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001; SILVA, Elizângela de Almeida. **Educação, movimentos negros e ações afirmativas no Amazonas**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018; CONCEIÇÃO, Domingos. **Movimento Negro em Belém: ação coletiva de combate ao racismo e defesa de negras e negros**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

<sup>65</sup> De acordo com Marcos Antônio Cardoso (2006, p.34), o MNU foi oficialmente criado na reunião do dia 18 de junho de 1978, na qual participavam representantes do Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN), do Grupo Afro-Latino América, da Associação Cultural Brasil Jovem, de grupos *blacks* e representantes das equipes de baile *soul*, da Câmara do Comércio Afro-Brasileiro, dos jornais *Abertura* e *Capoeira*, além de estudantes, atletas, esportistas e artistas negros. O objetivo, nesse contexto, era mobilizar e organizar a população afro-brasileira para lutar contra o racismo. Nesse sentido, o MNU convocou para sua primeira atividade pública no dia 07 de julho do mesmo ano, realizando um ato em frente às escadarias do Teatro Municipal de São Paulo.

acepção moderna. Mais tarde, o MNU se tornou a entidade do Movimento Negro mais conhecida e uma referência aos militantes da luta contra o racismo no país, por inaugurar e apropriar-se de um discurso de união de toda a população negra brasileira – que, na prática, nunca aconteceu. No Programa de Ação, de 1982, a referida entidade defendia as seguintes reivindicações:

desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país (DOMINGUES, 2007, p. 114).

Algumas dessas pautas se concretizaram a partir do entrelaçamento das relações entre o Movimento Negro e o Estado, e mais efetivamente, do diálogo com os governos progressistas nas décadas seguintes. Contudo, apesar das entidades criarem e fomentarem um conjunto de reivindicações gerais às causas das populações afro-brasileiras, é necessário salientar o caráter heterogêneo do antirracismo contemporâneo, composto por diferentes instituições, com múltiplas ideias, atores e contestações que foram se constituindo em diferentes partes do Brasil.

A participação feminina no interior das organizações afro-brasileiras, desde aquelas empreendidas nas primeiras décadas da República até no movimento feminista, agregou à luta antirracista a articulação das pautas em torno do debate racial e as demandas específicas relacionadas às experiências das mulheres negras no Brasil. A partir de 1986, houve um aumento significativo de grupos e coletivos menos institucionalizados, organizados pelas militantes negras, tornando seu movimento cada vez mais autônomo: Mulheres Negras da Baixada Santista, em São Paulo (1986); Mãe Andressa, no Maranhão (1986); Centro de Mulheres de Favela e Periferia, no Rio de Janeiro (1986); Mulheres Negras, do Espírito Santo (1987); Maria Mulher, no Rio Grande do Sul (1987); Mulheres Negras, de Belo Horizonte (1987); Geledés, em São Paulo (1988); e Coletivo de Mulheres Negras, na Bahia (1989).

Ampliando o repertório discursivo antirracista, as ativistas e intelectuais afro-brasileiras produziram ideias que indicavam a intersecção de dois agentes, o racismo e o sexismo, que colaboravam na produção e manutenção das diferentes formas de desigualdade social. Correspondente às suas ações políticas e teóricas, o movimento feminista negro passou a reconhecer e orientar-se nas categorias de raça, gênero,



classe e sexualidade, que configuraram, em sua ótica, as estruturas de poder que mantinham as afro-brasileiras em um estado de subordinação na sociedade. Essa perspectiva foi enunciada por Lélia Gonzalez<sup>66</sup>:

Na nossa sociedade, que dizer, as classificações sociais, no caso, a racial, sexual entrando aí também, fazem da mulher negra este... este ser assim, que é objeto de... dos mais sérios estereótipos existentes na nossa sociedade. E no caso do teatro, do cinema, da televisão, o que a gente vai perceber é justamente isso, é... nós temos grandes atrizes, nós temos figuras por exemplo como a Zezé Motta, como Lea Garcia, como a Ruth de Sousa, como a Xica Xavier, a Zenaide... essas mulheres. Mulheres assim, de uma força, de interpretação extraordinária. Mas, o que a gente percebe, é o seguinte, que o espaço delas, já está pré-determinado, dentro desse espaço né.<sup>67</sup>

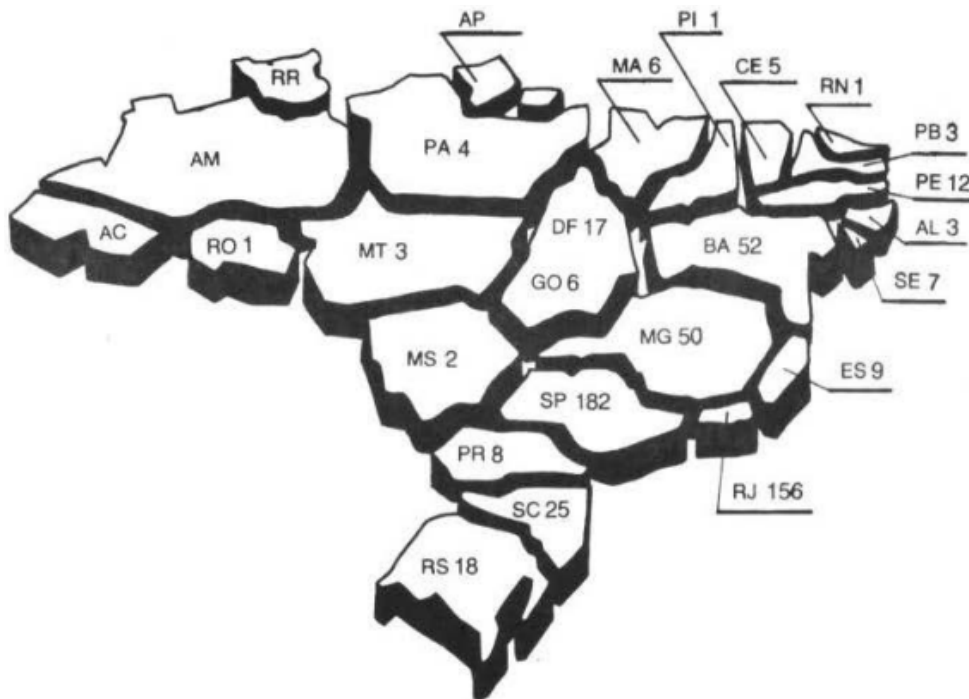
Em março de 1988, o Programa de Religião e Negritude Brasileira, do Instituto de Estudos da Religião (ISER), lançou o *Catálogo de Entidades do Movimento Negro no Brasil*, que, através de pesquisas, identificou 573 grupos que atuavam pelo combate ao racismo e à discriminação racial. Esse material foi produzido com o objetivo de reunir e facilitar o contato entre as organizações, para as tratativas dos eventos relacionados ao centenário da Abolição naquele ano<sup>68</sup>. Ele nos permite vislumbrar a rede antirracista contemporânea que emergiu no país em meados da década de 70, produzindo variados mecanismos políticos, simbólicos e culturais como alternativas de enfrentamento aos legados da violência racial.

Figura 1 - Distribuição de entidades de Movimento Negro nos estados brasileiros, conforme o Catálogo de Entidades de Movimento Negro no Brasil

<sup>66</sup> Intelectual e militante do Movimento Negro, Lélia Gonzalez nasceu em 01 de fevereiro de 1935, em Belo Horizonte (MG). Foi antropóloga, filósofa e professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Escola de Artes Visuais, produzindo pesquisas dedicadas às temáticas de gênero e etnia. Participou da fundação do MNU, do IPCN e do Coletivo de Mulheres Negras N'Zinga e Olodum, e seu legado acadêmico agregou ao debate da problemática racial no Brasil, em especial, à denúncia da ideologia do branqueamento e aos efeitos do racismo e sexismo sobre a mulher negra.

<sup>67</sup> Trecho de entrevista de Lélia Gonzalez em curta-metragem. AFRO Memória. Enúbarijo Comunicações e CP - Cor da Pele Produções, Direção Geral Filó Filho, Rio de Janeiro, 2001.

<sup>68</sup> O ano de 1988 foi um marco na história do Movimento Negro contemporâneo no Brasil, segundo Amílcar Araújo Pereira (2010, p.227), já que o centenário da abolição da escravidão foi considerado por diversos setores do movimento como o momento ideal para provocar a discussão sobre a situação do negro na sociedade brasileira. Um dos principais eventos realizado pela militância foi a “Marcha contra a farsa da Abolição”, em 11 de maio de 1988 na Candelária, no Centro do Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, aconteceram marchas semelhantes em várias capitais que contestavam as celebrações oficiais do centenário da Abolição e outras formas de atuação também foram colocadas em prática, contribuindo fortemente para a criação de novas organizações antirracistas por todo o país. Esse marco da trajetória antirracista também é abordado na seção quatro desta tese.



Fonte: Comunicações do ISER, 1988<sup>69</sup>.

Embora a publicação do ISER (1988) assumisse e discutisse as dificuldades teóricas e práticas em delimitar o conceito “Movimento Negro”, bem como o risco de construir categorias que podem excluir ou incluir determinadas entidades, elas foram identificadas sob o critério maior de dedicar-se e atuar “nas mais variadas formas à/com a questão do negro”, reunindo um conjunto de organizações autodenominadas como grupo, associação, movimento, instituição, sociedade, conselho, grêmio, instituto etc. No entanto, o referido catálogo não indicou, necessariamente, um Movimento Negro com estratégias e ações unificadas, mas sim um universo abrangente, dotado de processos com contradições e conflitos internos.

O grande volume de experiências organizativas em todo o território nacional concentrava-se em grupos formados nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. Segundo o catálogo, a maior parte dessas instituições eram fundadas em capitais e atuavam prioritariamente em nível local, atendendo bairros da mesma cidade ou município; seguida de entidades que organizam suas atividades em âmbito regional, agregando as cidades próximas; e, em menor número, tinham aqueles que atuavam nacionalmente com núcleos em diversos estados, como o GRUCON e o MNU.

<sup>69</sup> N°ACE/ANO 015879/88, p.5. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC,GNC.CCC.88015879

Tensionando a sociedade civil e o governo brasileiro a partir da denúncia do racismo como o principal fator gerador das desigualdades econômicas, o desmantelamento da base ideológica que alicerçou a ideia de um Brasil com harmonia racial (ao menos no campo legal, em comparação com países como os EUA e a África do Sul) foi um ponto aglutinador das críticas presentes nas produções intelectuais (discursos, periódicos, jornais e panfletos) e nas ações desenvolvidas pelas entidades do Movimento Negro.

Ao propor uma contra narrativa, o movimento introduziu uma problematização e rediscussão da identidade nacional, provocando um processo de ressignificação identitária, onde conclamou para si a busca pela conquista de direitos da população de ascendência africana. É nesse momento que a raça se torna “o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação” (DOMINGUES, 2007, p.102). Cunha Júnior (2003, p. 50) denominou essa fase da história do Movimento Negro (1970 a 1990) de "Período da luta pela consciência negra". Isso porque tratava-se de um contexto em que os esforços da militância eram empregados no sentido de promover uma cultura negra, um traço que os distinguiu dos ciclos anteriores de luta. A partir disso, "o movimento tinha como principal característica assumir o ser negro e valorizar a cultura negra, como também, reivindicar a melhoria da situação socioeconômica dessa população" (Ibid.).

O novo projeto que orientou as ações e políticas estabelecidas por esse movimento nas últimas décadas do século XX se amparou em uma nova linguagem, forjada do encontro de elementos tradicionais da identidade afro-brasileira e ideias afrodiaspóricas de circulação global, levando à rejeição de categorias de cores intermediárias, como pardo, mulato e moreno, em favor de uma categoria única.

De fato, em seu programa de 1982, o Movimento Negro Unificado (MNU) elencou entre seus objetivos a “desmistificação da democracia racial brasileira” e, **coerentemente com a sua intenção de tornar-se um movimento de massas, afirmou a necessidade de recuperação do termo “negro” para referir-se a todos os descendentes de africanos – o que o tornaria porta-voz de cerca de metade da população brasileira.** (DAFLON, 2014, p.41-42 – grifo nosso).

O Grupo Palmares, fundado por jovens negros universitários em Porto Alegre, no ano de 1971, já forjava uma revisão das narrativas sobre a história do Brasil, com o intuito de apresentar uma história de resistências das populações de origem africana que vinha sendo engendrada desde a escravidão. Seus membros almejavam elevar

a autoestima dos afros através da afirmação identitária e, assim, retirá-los da condição de imobilidade política para que organizassem sua luta emancipatória. As ações desse grupo foram desenvolvidas em torno da proposta de substituição do 13 de maio pelo 20 de novembro como a principal data comemorativa para a população negra brasileira, rompendo com a ideia de liberdade concedida por uma concepção de liberdade conquistada, tendo em Palmares e em Zumbi seus referentes (CAMPOS, 2006, p. 9).

O MNU intensificou essa proposta por meio das atividades político-culturais efetuadas após sua fundação. Sendo assim, o simbólico manifesto do dia 4 de novembro de 1978 anunciou um novo marco cronológico para a história das populações de origem africana no Brasil: o dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, apropriando-se da narrativa do herói palmarino.

Nos anos seguintes, tínhamos atos públicos, as passeatas e outras formas de manifestação, ocorrendo a nível nacional enquanto expressões de um assentimento: o da Comunidade Negra. Graças ao empenho do MNU, ampliando e aprofundando a proposta do Grupo Palmares, o 20 de novembro transformou-se um ato político de afirmação da história do povo negro (HASENBALG; GONZALEZ, 1982, p.57).

A denúncia dos casos de violência racial e a promoção de manifestações em praça pública, protestos, atos públicos, passeatas e eventos (congressos, palestras e encontros) – na maioria das vezes, realizados em espaços institucionais, como universidades, bibliotecas e museus, para conscientização da comunidade negra e valorização da cultura negra, sobretudo, na área de educação – fizeram parte das ações constantes da trajetória antirracista contemporânea. Os diálogos e as alianças políticas galgadas pela militância criaram, no período democrático, conselhos, assessorias e comissões em prol dos interesses das populações negras, no interior de prefeituras em diferentes estados do país.

O ato público promovido nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, no dia 07 de junho de 1978, as marchas do Centenário da Abolição (1988), e a Marcha do Tricentenário da Morte de Zumbi (1995) marcaram os protestos reivindicativos do Movimento Negro. Esta última foi singular ao reunir cerca de 30 mil pessoas em Brasília, em uma segunda-feira do dia 20 de novembro de 1995, e promover o encontro entre o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e a comitiva nacional do movimento. Dela, culminou a divulgação e o início das atividades do

Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra (GTI), que já estava sendo articulado pelo governo<sup>70</sup>.

Ao analisar o processo da formação da consciência racial negra brasileira pelo Movimento Negro carioca e paulista, Michael Hanchard (2012) sinaliza que suas tendências e conteúdo são resultantes da luta de ideias entre os grupos de ativistas do início da década de 1970. Segundo ele, não houve uma luta nacional pela libertação no Brasil, tampouco uma luta de direitos civis pela integração racial. “Os ativistas, sem alianças gerais e nenhuma opressão clara e inequívoca, buscaram forjar identidades e estratégias para um Movimento Negro de massas”<sup>71</sup>, aplicando as lições extraídas das lutas pelos direitos civis e das lutas anticoloniais.

Isso se deu, em sua avaliação, devido à existência de uma hegemonia racial sustentada pelo mito da democracia entre as raças, que promovia a manutenção das desigualdades raciais e dificultava a identificação e conscientização coletiva entre os não-brancos. O Movimento Negro – assim como Orfeu na Mitologia Grega, que olha para trás perdendo sua Eurídice – seguiu uma agenda “culturalista”, voltada ao resgate do passado africano e suas feições culturais, diluindo ainda mais as possibilidades de uma coalizção com as massas afro-brasileiras.

Essa perspectiva suscitou vigorosos debates entre acadêmicos e ativistas no Brasil. Assinando como “militante do MNU”, Luiza Bairros publicou um texto crítico à tese de Hanchard na revista *Afro-Ásia* (1996)<sup>72</sup>, argumentando que o cientista político afro-americano submeteu a experiência antirracista brasileira à lógica das lutas abertas na África ou nos EUA nos anos 60 e 70, reduzindo-a ao seu entendimento por política culturalista. A abordagem mais condizente com as perspectivas colocadas pelo autor seria: “Que tipo de Movimento Negro foi gerado a partir da formação racial brasileira?”, incorporando então, a influência dos movimentos afrodiáspóricos.

Na edição seguinte do mesmo periódico, em 1996, houve uma resposta do autor, reafirmando os conceitos (culturalismo e hegemonia racial) incorporados

<sup>70</sup> Segundo Rios (2008, p.125), os ativistas envolvidos na marcha construíram um discurso de que o governo respondeu imediatamente às pressões com a construção do GTI. Entretanto, a autora aponta que Ivair Alves dos Santos, ativista do Movimento Negro que geriu o Conselho da Comunidade Negra do Estado de São Paulo e atuava na gestão de Fernando Henrique Cardoso, informou articulação no interior do Estado, feita por ativistas e funcionários negros ligados ao Governo. “Quando a marcha Zumbi dos Palmares chegou aqui, deu a impressão de que a Marcha criou o GTI. Mas na verdade o GTI já estava pronto. Foi uma coisa que foi construída no governo. Não foi feita pela sociedade civil. O governo fez e apresentou”.

<sup>71</sup> HANCHARD, 2012, p.108-109.

<sup>72</sup> BAIRROS, Luiza. Orfeu e poder: uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil. *Revista Afro-Ásia*, n. 17, p. 173-186, 1996.

analiticamente para apreender a dinâmica racial da sociedade brasileira<sup>73</sup>. Para ele, os militantes negros responderam às condições brutais de violência e desigualdade racial por meio das práticas culturais (religião, música e outras dimensões da cultura negra), desenvolvendo suas próprias instituições sob circunstâncias repressivas, como veículos políticos para romper com os símbolos que sustentavam o mito da democracia racial e expandir uma identidade cultural e política distinta da ideologia nacional. O que ele denomina de culturalismo, ou seja, a fetichização das práticas culturais "negras" como os únicos meios da política, sinaliza uma tendência aparente do antirracismo brasileiro, exemplificados com a glorificação de Zumbi, e a construção idealizada de um passado africano e afro-brasileiro.

Os franceses Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant também elaboraram críticas à tese de Hanchard, em 1998, publicada na *Afro-Ásia* em 2002<sup>74</sup>. Os sociólogos se voltaram, especialmente, para a questão do imperialismo cultural norte-americano, fazendo a denúncia da influência e do lugar do império nas produções intelectuais sobre América do Sul, em seu poder de “universalizar os particularismos associados a uma tradição histórica singular” ao importar categorias das suas próprias experiências. No caso do Brasil, eles apontam que a maior parte das pesquisas recentes sobre as desigualdades étnico-raciais foram empreendidas por americanos e latino-americanos formados nos EUA, com financiamento de agências e instituições norte-americanas de fomento à pesquisa.

Em resposta<sup>75</sup>, Hanchard ressaltou o papel dos diálogos transnacionais entre os intelectuais, ativistas e artistas negros brasileiros com os afro-americanos e africanos, que fizeram parte da trajetória das mobilizações antirracistas ao longo do século XX e refletiram em suas experiências de organização nos anos 1970. Ele indicou que as limitações presentes na crítica dos autores partiram da incapacidade de compreender que formas de cultura e política não necessariamente são coincidentes com política nacionalista, onde Movimento Negro brasileiro e movimento por direitos civis nos EUA são vistos unicamente como fenômenos de territórios nacionais, sem ligações entre si. Do mesmo modo, eles estavam implicados com a

<sup>73</sup> HANCHARD, Michael. Resposta a Luiza Bairros. *Afro-Asia*, nº 18, 1996.

<sup>74</sup> BOURDIEU, Pierre e WACQUANT, Loïc. Sobre as artimanhas da razão imperialista. In: **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 24, nº 1, 2002.

<sup>75</sup> HANCHARD, Michael. Política transnacional negra, antiimperialismo e etnocentrismo para Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant: exemplos de interpretação equivocada. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 24, nº 1, 2002.

própria crítica ao ignorarem as heranças do imperialismo francês, o colonialismo e o conhecimento das relações raciais no Brasil.

No compasso da desenvoltura de suas atividades, diferentes atores refletiram e construíram narrativas sobre a multiplicidade de ações efetuadas por esses setores das populações afrodescendentes empenhados na luta antirracista no país. Militantes, intelectuais e acadêmicos – principalmente, da área da sociologia – produziram um vasto material interpretativo sobre os elementos organizativos desse movimento social que, aos poucos, foi sendo organizado com estudos bibliográficos que localizaram e problematizaram os instrumentos conceituais, metodológicos e as concepções e formuladas por esses autores.

Intelectuais afro-brasileiros, como Abdias do Nascimento (1978), Eduardo de Oliveira e Oliveira (1974), Beatriz Nascimento (1974), Clóvis Moura (1983), Lélia Gonzalez (1982), Joel Rufino dos Santos (1983) e Hamilton Cardoso (1987), que participaram do contexto de reorganização da luta contemporânea, elaboraram profícuas reflexões em obras e ensaios que, atualmente, são consagradas pelos ativistas e revisitadas pela academia.

Ao teorizar a existência e a superação da desigualdade racial, esse pequeno, mas expressivo grupo, concebeu o que podemos chamar de um pensamento negro no Brasil contemporâneo, vinculando a emergência do movimento antirracista a partir da década de 1970 às diferentes experiências e complexidades de ações efetuadas por africanos e seus descendentes na diáspora. Leia-se, as práticas de resistência à escravidão, religiosas, assistenciais, recreativas e associativas criadas ao longo de quatro séculos, lidas a partir de um significante racial, que embricou e organizou de maneira linear uma história do povo negro brasileiro.

Assim, o Movimento Negro, na forma como foi lido e narrado a partir dessa memória militante, se consolidou em uma linha evolutiva que o associou aos processos organizativos realizados por essas populações, concentrando um conjunto de vivências e experiências às ações e expressões de combate ao racismo. Respondendo às elites intelectualizadas da época, as ideias lançadas por esses autores contribuíram tanto para fazer das entidades antirracistas protagonistas das demandas das populações afrodescendentes em face da violência racial, quanto para tornar os estudiosos afro-brasileiros interlocutores da produção de conhecimento sobre a história da população afro-brasileira.

### 1.3 RELAÇÕES COM A CULTURA ANTIRRACISTA TRANSNACIONAL

O objetivo desta tese é discutir o lugar da luta *antiapartheid* no contexto das novas práticas de reorganização adotadas a partir da década de 1970 pelo Movimento Negro contemporâneo. Se, nas seções anteriores, compreendemos as iniciativas de integração pelos afro-brasileiros na primeira metade do século XX e os elementos que possibilitaram a rearticulação antirracista com novas feições nas décadas seguintes, agora, nos atentamos às ideias e perspectivas que orientaram a construção das pautas, dos discursos e das estratégias colocadas em prática pela militância.

As experiências de África e africanas na Europa Ocidental e nas Américas estão interconectadas e se influenciam mutuamente pelo Atlântico. Não há dúvidas de que a nova cultura antirracista foi embalada por outros movimentos de contestação e resistência promovidos por africanos e afrodescendentes em outros lugares do mundo.

O Movimento Negro foi construído em torno de uma pluralidade de objetivos, e gestou demandas específicas em defesa de seus interesses e aspirações, ressignificando e reproduzindo conceitos e enunciados dentro do conjunto de uma diversidade de linguagens compartilhada no “Atlântico Negro”, de Paul Gilroy (2012). Ele é integrado por lideranças e intelectuais com diferentes graus de inquietação e variado instrumental de análise, e “sua produção de ideias se desenvolve no contexto intelectual e ideológico da sociedade global e ao compasso das demandas sociais e étnico-raciais prementes” (SANTOS, 1985, p. 299).

Como vimos, a África já vinha sendo sentida e mencionada nos ciclos anteriores de luta antirracista. Os brasileiros de origem africana, em diferentes etapas e por uma variedade de meios, criaram sua própria “África” (SANSONE, 2003, p. 248). Nas primeiras décadas da República, os órgãos da Imprensa Negra versavam, ainda que parcamente, sobre assuntos do continente e seus nativos, em especial, sobre o movimento panafricanista do jamaicano Marcus Garvey, que gerou opiniões diversas entre os intelectuais. No período democrático, chegavam às organizações e aos ativistas informações sobre as lutas pela libertação que se intensificavam no continente africano, e o movimento pelos direitos civis dos norte-americanos.

O movimento literário *Négritude*, de valorização da perspectiva negro-africana, em contraposição à cultura ocidental, ressoava nas páginas do *Quilombo*. Os escritores da ACN liam e reproduziam poemas de Léopold Senghore, Aimé Césaire,



Léon Damas, e alguns dos seus membros já procuravam estabelecer contato com instituições e pessoas ligadas aos movimentos da diáspora africana. Essas iniciativas premeditavam a busca e aproximação que o Movimento Negro da contemporaneidade exerceria com vivacidade à África.

No início dos anos 1970, nossos personagens emergiram em uma intensa procura por informações sobre a África e os africanos. Segundo Verena Alberti e Amilcar Araújo Pereira (2007), a descoberta da África teve uma função importante no processo de instrumentalização dos militantes, sobretudo, na construção e consolidação da identidade negra, já que ampliava a consciência sobre sua origem e abria possibilidades de ação. Importava buscar, naquele momento, uma África livre de estereótipos, com referências positivas e um passado que fosse motivo de orgulho para os afros. “Era preciso conhecer para formar uma massa crítica capaz de sedimentar objetivos e atingir outras pessoas. Tudo era novidade a ser absorvida e transformada em ação política” (Ibid., p.8).

No contexto de discussão sobre a questão racial no Brasil, informações e conteúdos desconhecidos sobre as experiências africanas começaram a circular em conferências, seminários, palestras e cursos, e passaram a ser objeto de estudo em pesquisas e grupos de estudos. O surgimento dos Centro de Estudos Africanos (CEAs) foram fundamentais na construção e na disseminação de conhecimento acerca da África e dos africanos, influenciando o pensamento e a formação dos militantes. Dentre eles, podemos destacar o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) (1963) da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro; o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) (1973) da Universidade Federal da Bahia; e o Centro de Estudos Africanos (CEA) (1965) na Universidade de São Paulo.

A institucionalização dos estudos africanos com a criação dos CEAs oportunizou, segundo Mariana Schlickmann (2015), importantes acordos entre as universidades brasileiras e africanas. Deles, vieram os primeiros intercâmbios acadêmicos, que tornaram as informações, livros e materiais sobre a África ainda mais acessíveis aos pesquisadores. Os conteúdos acadêmicos sobre o continente africano eram disseminados nas revistas vinculadas aos centros, a saber, *Afro-Ásia* do CEAO, *Estudos Afro-Asiáticos* do CEAA e *África* do CEA, e contribuía no diálogo estabelecido com estudiosos africanos. Além disso, diversos militantes do Movimento Negro “não só participaram de discussões acadêmicas e leram avidamente os textos das

lideranças africanas neste processo de luta, como também integraram os CEAs, e dedicaram-se tanto a militância quanto a academia” (Ibid., p.102).

É importante destacar, do ponto de vista governamental, que o Brasil já vinha tendo uma maior aproximação com a África desde a década de 1960. O governo Geisel foi marcado pelo ápice das relações brasileiras e africanas, que acarretaram recordes nos números do comércio entre si (SCHLICKMANN, 2020, p.62). Do mesmo modo, a continuidade dos acordos e projetos realizados nos governos anteriores e os acontecimentos em Portugal relacionados à Revolução dos Cravos possibilitaram ao Estado brasileiro uma intensa proximidade com os novos países de ex-colônias portuguesas<sup>76</sup>.

Amauri Mendes Pereira (2013, p.21) indica que o Movimento Negro produziu o que ele chama de “Cultura de Consciência Negra”, um guarda-chuva conceitual que abrange diferentes significações em torno dos referenciais históricos, simbólicos e estéticos tidos como de matrizes africanas, logrados pela vivência afro-brasileira. Trata-se da elaboração de narrativas de valorização sob referenciais de origem africana, angariadas das novas condições internas e externas no cenário mundial.

De acordo com Regina Pahim Pinto (1993, p. 30-31), várias associações antirracistas do final da década de 1970 empenharam-se na organização de cursos, atividades e apresentações para o conhecimento e divulgação das tradições de origem africana. Nessas situações, as entidades passaram a debater as diretrizes para a área cultura, uma vez que novas manifestações artísticas que, antes, eram ignoradas, passaram a ser prestigiadas pelos jornais da Imprensa Negra, que informava as origens e significados do samba, do carnaval, do candomblé e da umbanda. A valorização de elementos estéticos, como o uso do cabelo estilo “afro”, a frequência dos bailes *blacks* e *soul*<sup>77</sup>, a sugestões de nomes africanos para os pais

<sup>76</sup> Após o fim do regime salazarista de Portugal, com a Revolução dos Cravos (1974), que gerou o colapso do colonialismo português, o Brasil conseguiu sair do seu estado de ambiguidade com relação aos países africanos, podendo dar prosseguimento à expansão de suas relações com o continente africano com mais coerência e desenvoltura. Segundo Penna Filho e Lessa (2007, p. 39), poderia efetivar-se um intercâmbio comercial, assentado em bases complementares e vantajosas para os dois lados. Assim, alguns países passaram a se destacar no cenário da política africana do Brasil, como Nigéria, Argélia, Gabão, Senegal e os recém-independentes Estados de língua portuguesa, que foram priorizados politicamente, com destaque para Angola.

<sup>77</sup> Através da cultura, o movimento *Black Soul*, segundo Gabriela Buscácio (2019), contribuiu fortemente para a construção e afirmação de uma estética afro (penteados, sapatos de salto alto e outros elementos da cultura negra norte-americana) nos bailes, que tocavam nomes da *soul music*, como James Brown e Jackson Five, e representantes brasileiros desse estilo musical, como Tim Maia, Toni Tornado, Cassiano, Gerson King Combo, que se tornaram fenômenos comerciais. O movimento aconteceu no Rio de Janeiro, mas se espalhou pelo resto do país, despontando bailes *blacks* até em

colocarem nos filhos e o incentivo de oferecer comidas típicas em ocasiões festivas, também ajudaram a reforçar o sentimento de pertencimento a um grupo, segundo a autora.

Concomitantemente, as ações e ideias lançadas das experiências do pan-africanismo, do movimento de negritude francófona e da campanha pelos direitos civis nos EUA reverberavam nas produções e discursos da militância negra. Esses acontecimentos internacionais que cercavam o Atlântico Negro embalaram os discursos que conduziram as estratégias de ação política antirracista, bem como as reflexões promovidas pelos intelectuais do pensamento social afro-brasileiro. Além disso, eles contribuíram fortemente no processo de ressignificação identitária, estimulado pelas entidades e militantes do Movimento Negro para toda a população de descendência africana no país.

De caráter absolutamente transnacional, o pan-africanismo nasceu da luta de ativistas africanos na África e na diáspora americana, especificamente nos EUA e nas Antilhas Britânicas, entre o fim do século XVIII e início do século XX. Elisa Larkin Nascimento (1981, p. 73) aponta que esse movimento foi construído sob uma heterogeneidade de intelectuais, com perfil social e político variado, resultando em diferentes vertentes teóricas esboçadas. Por sua vez, ele foi concebido não apenas em critérios superficiais da cor, mas do encontro de processos históricos que se desdobraram do capitalismo, imperialismo e do colonialismo. Assim, “O reivindica a unificação do continente africano, e a aliança concreta e progressista com diáspora unida” (Ibid).

Após a Segunda Guerra Mundial, incorporando os ideais libertação, autoafirmação e integração, o pan-africanismo se tornou uma ideologia política alinhada à luta contra o neocolonialismo, aos processos de independência dos países africanos e à autodeterminação de seus povos, consolidando-se como um dos movimentos mais relevantes do pensamento africano moderno. No Brasil, militantes

---

Salvador, São Paulo, Porto Alegre, Campinas e Minas Gerais, cujo período especulado em fins da década de 1960 é compreendido como o momento em que as organizações antirracistas estavam em refluxo, causado pelo regime militar. Oriundo de um movimento de afro-norte-americanos, a autora destaca que, no *Black Soul*, difundiu-se e ressignificou-se uma nova forma de expressão cultural negra no Brasil, *restrita* aos bailes e à construção de certa identidade negra, aparentemente sem nenhuma proposta política explícita de transformação da situação do negro na sociedade brasileira. Como lembra Hanchard (2001, p.163), o Movimento *Black Soul* no Brasil internalizou aspectos simbólicos da diáspora africana e expressões artísticas e ideológicas dos afros da América e da África, contudo, não ocorreram versões brasileiras das dimensões práticas dessa expressão, como os boicotes, a desobediência civil e a luta armada.

bem-informados produziam panfletos e jornais, divulgando bibliografias de líderes nacionalistas da África portuguesa, bem como de teóricos anticoloniais, pan-africanistas e os processos aos quais eles remetiam, conforme narra Amauri Mendes Pereira:

Estavam em sintonia com obras completas de Amílcar Cabral, de Agostinho Neto (inclusive textos políticos), de Samora Machel, de Eduardo Mondlane, de livros e textos de Cyril Lionel Robert James, de Richard Wright, de Kwame N’Krumah e outros ‘pais da pátria’ na descolonização africana. Eram preciosidades trazidas de Portugal por conta de articulações com o Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes, de alguns amigos viajados, e outras situações, e que alimentavam as discussões do incipiente Movimento Negro, em seu novo impulso, nos meados dos anos 70. E havia, mesmo, um torvelinho de discussões sobre essa massa de informações, sobre as lutas de libertação africanas e as lutas negras na diáspora, que – entre a militância negra e muitos não negros – rivalizava com os debates intensos que agitavam a classe política, na campanha pela (e no pós) anistia e volta dos exilados pela ditadura militar (PEREIRA, 2013, p. 264-265).

Acompanhando e participando dos congressos pan-africanistas pelo mundo por conta do autoexílio, Abdias do Nascimento tornou-se o mais importante precursor das ideias do Pan-africanismo no Brasil. Sua obra *O Quilombismo: documentos de uma militância panafricanista* expôs uma teoria social antirracista e, ao mesmo tempo, demonstrou que o ativista estava atento e articulado com as lutas dos povos diaspóricos pelo mundo e imerso em um intercâmbio de ideias e teorias antirracistas transnacionais.

Filho do pan-africanismo, o movimento da negritude também repercutiu no Brasil. Inicialmente, ele se propunha a diluir a política de assimilação dos padrões de comportamento e valores relacionados à cultura europeia para conscientizar, assumir e valorizar uma identidade, história e cultura específica: a africana. *Négritude* apareceu pela primeira vez no texto *Cahier d’un retour au pays natal* (1939) (O Diário de um retorno ao país natal), do poeta martinicano Aimé Césaire, e constituiu-se como um dos pontos de partida para a formação do movimento literário que denunciava o racismo contido no projeto colonialista, especialmente nas Antilhas francesas.

Ao pesquisar em que momento o termo chegou ao Brasil, percebendo as ideias e os sentimentos que aqui desabrocharam, Ligia Fonseca Ferreira (2006) apontou que a *négritude* antilhana foi interpretada e incorporada por intelectuais brasileiros nos anos 1950, no sentido de construir uma afirmação de uma identidade que seria, ao mesmo tempo, negra e brasileira.

O conceito e seus diversos usos e sentidos toma proporções nos meios intelectuais entre os anos de 1960 e 1975, a partir da publicação de alguns textos notórios, como a tradução de “Orfeu Negro” (1960), de Jean-Paul Sartre; “Novo conceito da negritude” (1962), de Roger Bastide; “Negritude” (1966), de Henrique L. Alves; “Gestas líricas da negritude” (1967), do poeta Eduardo de Oliveira; “Sérgio Milliet e a poesia negra” (1968), de João A. das Neves; e “O carro do êxito” (1972), de Oswaldo de Camargo. “A projeção da negritude em direções divergentes deixaria trincado, dos dois lados do Atlântico, um movimento e uma ideologia que se pretendiam universais” (Ibid., p. 172).

Nos anos 1980, ultrapassando as fronteiras do mundo francófono, a palavra passou a ecoar e a propagar-se fortemente entre escritores, cantores, poetas, estudiosos e intelectuais afro-brasileiros do país. Seu uso a transformou em uma potente noção de caráter político e ideológico, que inovou ao questionar os valores da cultura eurocêntrica. O conceito popularizou-se no país e adquiriu novos significados, tornando-se, no final da década de 1970, com a emergência antirracista contemporânea, sinônimo de tomada de consciência racial do negro brasileiro, expressa pela valorização dos diferentes símbolos culturais afrodescendentes, como o samba, a capoeira, os grupos de afoxé e as religiões de matriz africana (DOMINGUES, 2005, p. 206-207).

Contudo, se as lutas empreendidas pelo Movimento Negro tendiam a unificar as populações afros sob a afirmação de uma identidade negra brasileira, logo, a atuação do ativismo antirracista engendrou um deslocamento discursivo da identidade nacional em prol de uma identidade étnica, no bojo de contextos transnacionais de trânsito de ideias, informações e pessoas (TRAPP, 2012, p.239). Nesse processo, o movimento pelos direitos civis da população afro-americana nos EUA também ganhou relevância no contexto de reorganização da luta antirracista brasileira.

A onda de protestos contra a segregação institucionalizada do regime *Jim Crow*<sup>78</sup>, que já vinha ocorrendo desde o início do século XX, ganhou força entre 1954 e 1968, com a mobilização não violenta estimulada por figuras como Martin Luther King Jr. Pressionando o governo a promover mudanças, a ação coletiva viabilizou protestos e manifestações em diversos estados do país, além de boicotes aos transportes públicos e atos de estudantes em renomadas universidades, tendo a igreja

<sup>78</sup> Jim Crown refere-se a um conjunto de leis locais e estaduais de segregação racial, que vigoraram nos EUA entre 1876 e 1965.

um papel essencial na mobilização pacífica. Os esforços resultaram na conquista da aprovação da *Civil Rights Act* em 1964, um marco legal que proibiu a discriminação e derrubou os diversos sistemas estaduais de segregação racial no país.

Em seguida, houve a ascensão do movimento *Black Power*, que provocou uma radicalização ao inovar no campo artístico, ideológico, intelectual e político da cultura afro-americana, em defesa do orgulho negro e de uma política de autodeterminação. Tendo as concepções de Malcolm X como uma das principais fontes de inspiração das expressões do movimento<sup>79</sup>, o maior impulso do *Black Power* era o nacionalismo negro, “o qual buscava a consciência negra na comunidade afro-americana e o empoderamento por meio da independência de instituições e pessoas brancas” (PEREIRA, 2019, p. 43).

Além disso, expressões culturais afro-estadunidenses como a *Black Music*, o *Soul*, o *Hip Hop* e o slogan “*Black is Beautiful*” inspiraram a atuação de muitos grupos do Movimento Negro e os bailes *blacks* organizados nos subúrbios metropolitanos, que davam o tom à estética jovem de afro-brasileiros. A música da primeira apresentação do bloco afro Ilê Aiyê, no carnaval de Salvador de 1975, trazia as expressões “mundo negro” e “*black power*”, demonstrando certa influência do movimento *Soul* com um forte caráter político de enfrentamento e afirmação da identidade negra (PEREIRA, 2010, p. 129). Vale indicar, também, a recepção da abordagem multiculturalista norte-americana e suas políticas de ação afirmativa propostas pelo Movimento Negro a partir dos anos 1980 no Brasil, como um instrumento de reconhecimento das diferenças culturais e um mecanismo aos governos para administrar os problemas da diversidade.

No interior de algumas entidades, os ativistas passaram a se identificar com as teorias, ações políticas e lideranças africanas ou americanas. Os “africanistas”, grupo composto por militantes pautados nos movimentos anticoloniais da África, se viam como parte de uma onda revolucionária que varreu o continente na década de 1950, e opinavam que os afro-brasileiros, enquanto grupo majoritário, deveriam fazer exigências ao Estado e à sociedade civil. Já a ala dos “americanistas” vinculava suas lutas às dos EUA, combinando as ideologias do *Black Power* e dos Panteras Negras, e acreditavam que os boicotes, as paralisações e os protestos contra atos específicos

---

<sup>79</sup> Sobre a biografia do Malcolm X, consultar em: ARABLE, Manning. **Malcolm X: Uma vida de reinvenções**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

de exclusão racial poderiam surtir efeito no Brasil (HANCHARD, 2001, p.109). Yedo Ferreira<sup>80</sup> narrou um pouco a respeito desse assunto:

“Então existia praticamente duas correntes, que eram, uma corrente, que era luta e libertação na África, se identificando com os líderes africanos, Amílcar Cabral, Augustinho Neto e outros. E os que eram identificados com a luta dos direitos civis nos Estados Unidos, que era com Malcon X e outros mais. A reunião no afro-asiáticos, no Centro de Estudos Afro-Asiáticos na faculdade Cândido Mendes, foi importante, porque ali nós conseguimos encontrar outros grupos, que nós sabíamos que tinha, que eles existiam... mas a gente nunca teve oportunidade de nos encontrarmos e até conversar. E lá... nessa reunião na Cândido Mendes, tinha grupos de várias partes, inclusive o grupo que fazia até o soul no renascença”<sup>81</sup>.

O foco das discussões entre “africanistas” e “americanistas” concentrava-se na Universidade Cândido Mendes, onde foi fundado o CEAA; no IPCN; no jornal *Sinba*, no CECAN, no MNU e em São Paulo. O CECAN, em especial, contribuiu para a formação política da nova geração de intelectuais e ativistas afro-brasileiros, oriundos das universidades de São Paulo. Seu jornal, o *Jornegro*, refletia o interesse dos jovens militantes pelas correntes internacionais de ativismo antirracista, sobretudo, nos movimentos africanos revolucionários, com textos que denunciavam a política ocidental colonialista, os horrores do *apartheid*. Eles “escreveram com entusiasmo sobre as tendências culturais inspiradas pela África e pela diáspora, como o movimento do *soul* ou a estética da *négritude*” (ALBERTO, 207, p.386-387).

Na seção seguinte, apresentamos os debates em torno do *apartheid*, na escrita produzida pelos militantes afro-brasileiros.

<sup>80</sup> Nascido na cidade de Santo Amaro da Purificação (BA), Yedo Ferreira atuou no Movimento Negro desde o início da década de 1970. Participou de diversas entidades antirracistas, especialmente, da fundação da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA), do Movimento Negro Unificado (MNU) e da estruturação do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN). O ativista também é “um exemplo da articulação entre a constituição do movimento na década de 1970 e os movimentos de esquerda”, participando do Partido Comunista Brasileiro de 1955 até pouco depois do golpe de 1964 (ALBERTI; PEREIRA, 2005, p.11).

<sup>81</sup> CULTNE CINEMA - Afro Memória - parte 01. 2009. 1 vídeo (09:01min). Publicado pelo canal Cultne. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fgv8JfeYJgo>. Acesso em: 15 fev. 2021.

## 2. “NOSSOS IRMÃOS DO GRANDE CONTINENTE NEGRO”: NARRATIVAS SOBRE A ÁFRICA DO SUL PELA INTELECTUALIDADE ANTIRRACISTA

*A proposta política desenvolvida por Biko a partir do conceito de Consciência Negra implica o reconhecimento da miséria espiritual produzida pela opressão racista e um processo de olhar para dentro, num reconhecimento da cultura africana esmagada sob a acusação europeia de barbárie; retomar as práticas de costumes religiosos, valorizar a herança cultural, “reescrever a história do negro e criar nela os heróis que formam o núcleo do contexto africano”. Lá, como entre nós, Biko explicita a importância da luta ideológica. É necessário construir heróis e instituir datas. Opor os Zumbis aos Domingos Jorge Velhos, os vinte de novembro aos treze de maio. Apresentação da obra de Steve Biko “Escrevo o que eu quero” publicada em 1990, por Benedita da Silva, militante do Movimento Negro e Deputada Federal na época<sup>82</sup>.*

Dos referenciais tateados na seção anterior, que estimularam uma cultura de luta antirracista marcada pela dinâmica de trocas, a resistência ao *apartheid* sul-africano ganhou relevância. O teor libertário inscrito no movimento de Consciência Negra de Steve Biko, que radicalizou a juventude sul-africana no final dos anos 1960, em especial, os estudantes filiados à Organização de Estudantes Sul-Africanos (SASO), impulsionou os sul-africanos não brancos a serem agentes do seu destino político, conscientizarem-se do contexto de exploração no qual viviam, para então construir uma ação política coletiva, com estratégias de combate ao sistema de segregação racial.

Nos esforços do Movimento Negro para a construção e a valorização de uma identidade compartilhada – a negra brasileira –, assistimos a apropriação desses e outros ideais, na medida em que a militância buscava incutir um sentimento de comunidade entre as populações afro-brasileiras e de orgulho de si mesmas, de sua autoimagem, alicerçado na construção de uma memória pautada na recuperação e ordenação de acontecimentos históricos, celebração de datas e condecoração de personagens da trajetória histórica das populações africanas e de origem africana no Brasil.

Nesse contexto, a crescente luta transnacional contra o *apartheid*, amplamente divulgada pela imprensa hegemônica nacional, refletiu na produção textual efetuada por afro-brasileiros. Em seus empreendimentos para estabelecer um vínculo com elementos culturais de origem africana, o antiapartheid se converteu em uma pauta consolidada nos discursos e nas ações dos militantes, com potencial de reuni-los com

<sup>82</sup> BIKO, 1990, p. 7.



organizações e com a sociedade civil para protestar por uma causa do outro lado do atlântico.

Esta seção, elaborado em torno da problemática 2) *Quais informações (eventos, atores e pensamentos) foram consumidas, produzidas, divulgadas e perpetuadas sobre o contexto sul-africano pela intelectualidade e militância?*, dedica-se a mapear e analisar a temática do *apartheid* na produção intelectual do antirracismo contemporâneo através dos materiais da Imprensa Negra. Objetivamos acompanhar e entender os diálogos que os autores estabeleciam entre si, para os afro-brasileiros e a sociedade civil, bem como as tentativas e estratégias para se inserirem na atmosfera política e sociocultural do país.

Em um primeiro momento, discutimos os aspectos contextuais e metodológicos, apresentando o *corpus* documental selecionado e as escolhas efetuadas para capturar e examinar as principais ideias presentes nesses veículos. Nas seções seguintes, identificando as narrativas sobre a África do Sul, analisamos quais informações da luta *antiapartheid* são recorrentes nesses materiais, como elas estão retratadas e quais são enfatizadas pelos editores e escritores para desenvolver a estrutura teórica dos seus discursos.

## 2.1 IMPRENSA NEGRA, MOVIMENTOS SOCIAIS E APARTHEID

No contexto de reorganização de luta do Movimento Negro contemporâneo, os veículos da imprensa produzida pelos afro-brasileiros instruídos, estudantes e/ou com formação superior, habilitavam discursos e estratégias para a organização de uma comunidade negra no país, e para a reflexão sobre sua história, os problemas e necessidades em comum, e as mobilizações em prol de seus objetivos, forjadas e negociadas no cenário social e intelectual.

A produção jornalística alternativa da década de 1970, nascida dos anseios de uma pequena classe média afro-brasileira e seu projeto de ascensão social, proporcionou uma ruptura com as formas de mobilização antirracista das décadas anteriores. Convictos de uma nova consciência política, os intelectuais dessa geração traçaram críticas aos governos autoritários da ditadura brasileira, desmantelando a ideia de democracia racial, a qual denunciavam ser sustentada pelo regime, para silenciar as discussões públicas sobre discriminação racial.

O golpe de Estado deu fim ao recém período democrático da trajetória republicana do país, perseguindo e proibindo atividades consideradas subversivas à

segurança nacional. Os governos nacionalistas de direita reprimiram, com uso da violência, os diversos segmentos e representantes de movimentos sociais, incluindo as organizações e os militantes do Movimento Negro.

Inspirados nos movimentos anticoloniais da África e da diáspora, e nos movimentos pelos direitos civis do EUA, os intelectuais afro-brasileiros compartilhavam de uma nova linguagem de condenação a outras ideologias raciais que subordinavam populações africanas e seus descendentes em outras partes do mundo. O ressurgimento de diversos veículos da Imprensa Negra, importante espaço de produção de sentidos dos grupos sociais, no momento de aprofundamento da aberta política em meados da década de 1970, ilustra “as estratégias empreendidas pelos negros brasileiros para produzir e divulgar um discurso identitário que almeja interferir na estrutura e no exercício do poder político-cultural” (SOUZA, 2006, p.11).

Dessa conjuntura, a situação política dos países africanos e as expressões de lutas anticoloniais passaram a compor seu repertório, de modo que a África do Sul, sob o regime de segregação racial – *apartheid* –, ganhou destaque a partir da segunda metade da década de 1970. Foi nesse momento, favorável à mobilização civil e ao ativismo com o processo de redemocratização, somado ao estágio de plenitude da rede de ativismo transnacional, especialmente nos EUA e no Reino Unido, que as mobilizações *antiapartheid* no Brasil passaram a crescer (BRAGA, 2011, p.242).

A imprensa brasileira, especificamente em revistas de informação e jornais das classes hegemônicas da segunda metade do século XX, forjaram significados e ideias negativas sobre a África e os africanos. *Veja, Istoé, Época, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Zero Hora, Correio do Povo*<sup>83</sup>, entre outras, disseminaram notícias com abordagem colonialista aos acontecimentos políticos no continente. O quadro das representações mais comuns encontradas nesses impressos foi constituído por uma África incapaz de governar a si mesma, onde a diversidade étnica foi homogeneizada e racializada pela cor dos indivíduos, como um ambiente repleto de conflitos e rivalidades tribais, pobre, com atraso e subdesenvolvimento e, portanto, dependente de ajuda externa.

Partícipes da disputa de sentidos e representações sociais, e arraigados em seus sistemas de crenças e valores ocidentais, os enquadramentos desses veículos de informação denotavam relações e posicionamentos políticos que configuravam a

---

<sup>83</sup> Ver os seguintes resultados de pesquisas que se dedicaram a investigar as representações e ideias sobre África nestes veículos: MARQUES (2011); SILVA (2013); PACHECO (2018).

época e que eram compartilhados no cenário econômico e ideológico. No caso do *apartheid*, como evidenciamos na pesquisa em torno da revista *Veja*<sup>84</sup>, imagens que exibiam a violência e o terror das políticas segregacionistas ficavam estampadas em narrativas que tateavam a estrutura e a lógica desse regime, porém, personificadas em governantes sul-africanos e desagregadas das forças políticas que formavam o bastião branco aliado a nações capitalistas fora da África, para a sustentabilidade do seu poder.

Outrossim, ao tratar do regime, a perspectiva econômica corroborava a concepção do governo brasileiro, que mantinha relações políticas e diplomáticas com Pretória. As relações externas sul-africanas não eram condenadas pela *Veja*, mas apresentadas como proveitosas possibilidades para a desenvoltura da política externa do Brasil na África. Nesse mesmo viés, as reações, episódios de luta e mobilizações abertas contra o regime, promovidas por uma variedade de grupos *antiapartheid* na África do Sul, resumidas como “distúrbios raciais” e alocando as populações nativas em uma mesma cultura, apareciam como ameaça ao desmantelamento do governo dos africanos e, portanto, como um problema à prosperidade econômica da nação.

Diferentemente da visão da *Veja* e de outras revistas e jornais produzidos pela grande imprensa, a produção da imprensa alternativa ligada aos movimentos sociais, em especial, vinculada às atividades antirracistas, contrapôs as imagens e os sentidos da produção simbólica hegemônica. Nesse momento, setores do Movimento Negro, em uma nova fase de atuação marcada pela “descoberta da África”, atribuíram novos significados à história do continente e de suas populações, ao contrário das expressões e manifestações dos anos anteriores. A valorização das experiências vindas do continente africano, que ganharam ênfase no final dos anos 1940 e na década 1950 através dos acontecimentos e ideias provenientes das lutas pela libertação, que se intensificaram após o fim da Segunda Guerra, receberam ainda mais visibilidade nas décadas seguintes.

A busca pelo conhecimento do passado e dos acontecimentos recentes na África foi impulsionada pelos Centros de Estudos Africanos mencionados na seção anterior, que promoveram a produção e o intercâmbio de informações entre os militantes que fundaram as organizações da década de 1970 e 1980. “De um lado, importava buscar uma África livre de estereótipos, um passado que fosse motivo de

---

<sup>84</sup> Consultar nas considerações finais da minha dissertação: PACHECO (2018).

orgulho para militantes, crianças e jovens negros. Por exemplo, os antigos impérios e as modernas cidades, como o avesso da pobreza e do atraso” (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p.24-25). Nesse sentido, a construção de uma África livre dos estereótipos dos animais selvagens e da miséria exerceu uma função importante no processo de consolidação da identidade negra dos ativistas e do público-alvo que queriam alcançar (Idem, p.20), bem como a sedimentação dos objetivos em comum que foram alcançados posteriormente, com as conquistas institucionais e legais.

Do conjunto de recorrências sobre a África na produção jornalística do Movimento Negro, a luta contra o *apartheid* na África do Sul ganhou centralidade. Notícias sobre a situação dos sul-africanos diante do regime segregacionista passaram a compor o repertório de assuntos veiculados nas páginas da intelectualidade antirracista. No contexto de uma diversidade de periódicos do Movimento Negro, seus articulistas registraram: os eventos que ganharam comoção internacional; a história do *apartheid* e os impactos no dia a dia do seu aparato legal; as lutas de enfrentamento; além de estratégias, ações, organizações e personalidades sul-africanas do *antiapartheid*.

Essas notícias estiveram presentes em capas, manchetes, editoriais, matérias isoladas e complementares na seção internacional, junto com as demais informações sobre as lutas anticoloniais exercidas em outros países africanos. Elas fizeram parte do rol de ação política dos próprios militantes na formação de uma memória afrodescendente coletiva, pautada na produção cultural de uma África ancestral, forjada para ser instrumento de construção de identidade. Na contramão do jornalismo hegemônico, o *apartheid* sul-africano aparecia em tom de denúncia, com narrativas que estimulavam a solidariedade à causa dos sul-africanos e posições contrárias à perpetuação do regime, com o estímulo às sanções econômicas e ao rompimento de relações diplomáticas com Pretória. Tal retórica se transformou em ações práticas e tornaram o Movimento Negro um dos principais atores na luta transnacional contra o *apartheid* no país.

As temáticas sobre a África do Sul começaram a aparecer a partir de 1976. No entanto, isso não significa que críticas ao racismo institucionalizado não foram elaboradas pelos militantes através de outros meios nas décadas anteriores. Em 1959, por exemplo, a ACN já havia emitido uma moção de repúdio sobre o caso de racismo contra os jogadores afro-brasileiros da equipe de futebol da Portuguesa Santista, que foram jogar na África do Sul com um time de futebol local e sofreram

discriminação racial. Evocando os princípios norteadores da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), o governo brasileiro, para eles, não poderia se relacionar com um país que violava os compromissos democráticos universais: “deve levar o caso à ONU, propondo que seja eliminado dos quadros daquela organização internacional qualquer país que mantenha oficialmente discriminação de qualquer natureza” (DOMINGUÊS, 2018, p.184).

No ano seguinte, o episódio conhecido como Massacre de Shaperville, que assassinou brutalmente 69 civis na África do Sul, foi amplamente divulgado pela imprensa, despertando a opinião pública e chamando a atenção da diretoria da ACN também. Quatro dias depois, os membros da entidade promoveram um ato público de solidariedade às vítimas, criticando as operações do governo da África do Sul.

Reunidas na sede da Associação Paulista de Imprensa em 25 de abril de 1960, as entidades convocadas por ela escreveram um manifesto ressaltando a brutalidade dos últimos acontecimentos, e apelando novamente à ONU para retirar a União Sul-Africana do seu quadro. Dessa vez, elas também solicitaram ao governo brasileiro para que rompesse “definitivamente as relações diplomáticas e comerciais com a União Sul-Africana, em defesa da Humanidade” (SILVA, 2012, p.253-254). Para os ativistas:

“Os acontecimentos sangrentos de Shaperville, Langa e Carte Manor, representam o ressurgimento de tudo aquilo contra o que a Humanidade lutou duramente no último conflito mundial. O Mundo se encontra diante de uma absurda tentativa de restauração dos fundamentos ideológicos do nazifascismo, que são os fundamentos do “apartheid”, com sua violenta negação do direito à liberdade, à igualdade, à justiça e à vida aos homens, mulheres e crianças negras sul-africanas” (Ibid.).

Nos acervos consultados, recolhemos cerca de 80 edições de uma variedade de periódicos produzidos por organizações e entidades do Movimento Negro Brasileiro contemporâneo em diferentes estados do país, nos quais o *apartheid* foi citado ou tematizado em algum segmento escrito ou imagético. Artigos, entrevistas, opiniões, editoriais, notas, matérias, charges, divulgações, resenhas e capas fizeram parte do conjunto de seções que constituíram cada um desses órgãos da Imprensa Negra a partir da década de 1970.

Desse arcabouço documental, realizamos as leituras em sua integridade, selecionando e agrupando os temas recorrentes e mais enfatizados. Em cerca de metade dessas edições, o regime de segregação sul-africano era parte do assunto de

alguma peça. Ressaltamos que a nossa pesquisa não se debruçou em analisar a produção e a trajetória de um determinado veículo, mas procurou construir um balanço intelectual a respeito do *apartheid*, constante em diversas entidades e organizações antirracistas.

A tabela abaixo resulta da identificação dos periódicos de afro-brasileiros, que, na época, colaborou não apenas informando a comunidade e a sociedade civil os eventos relacionados ao regime que ocorriam na África do Sul, mas também na formação e orientação dos militantes. A partir da elaboração de críticas e reflexões por seus articulistas da manutenção do racismo de lá e daqui, com narrativas que traziam experiências, teorias, estratégias e personalidades que promoviam a luta *antiapartheid*, enquadrados como poderosos exemplos para as ações do antirracismo brasileiro.

Tabela 1 - Apartheid na Imprensa Negra (1976-1993)

<b>Estado</b>	<b>Periódico</b>	<b>Edições</b>
Goiás	<i>Consciência Negra</i>	a.1 n.0 (1987) a.1 n.1 (1987)
São Paulo	<i>Árvore das Palavras</i>	n.14 (1976)
	<i>Acorda Negro</i>	a.1 n.2 (1986) a.2 n.3 (1987)
	<i>Jornal do Conselho da Comunidade Negra</i>	a.1 n.1 (1984) a.1 n.2 (1984) a.1 n.3 (1985) a.2 n.4 (1986) a.2 n.5 (1986) a.3 n.2 (1988)
	<i>Jornegro</i>	a.1 n.1 (1978) s/n Mai (1978) a.3 n.8 (1980)
	<i>Movimento Negro Unificado</i>	n.1 (1980) n.2 (1980) n.3 (1981) n.4 (1981) n.5 (1993)
	Rio de Janeiro	<i>Maioria Falante</i>
<i>Nzinga Informativo</i>		a.1 n.2 (1985) a.1 n.3 (1986) a.3 n.4 (1988)
<i>Sinba</i>		a.1 n.1 (1977)
<i>Frente Negra</i>		a.1 n.0 (1983)
Bahia	<i>Movimento Negro Unificado - BA</i>	n.17 (1989)
	<i>Negô – MNU</i>	n.13 (1987) Especial Dia da Consciência Negra (1987) n.14 (1988)
	<i>Ogunhê - BA</i>	a.2 n.9 (1990)

Distrito Federal	<i>Raça – MNU-DF</i>	a.1 n.3 (1982)
	<i>Praia Verde</i>	a.2 n.4 (1986)
Minas Gerais	<i>Voz do Negro</i>	a.4 n.14 (1987)
Rio Grande do Sul	Panfleto <i>Debate sobre o racismo</i> (MNU e PMDB)	(1983)
	<i>Negritude</i>	n.00 Jul (1986)
Mato Grosso do Sul	<i>Voz de Palmares</i>	a.1 n.2 (1986)

Fonte: elaboração própria

A ditadura militar foi um período marcante na história do jornalismo, pois reprimia a manifestação de ideias, censurava os meios de comunicação e perseguia os jornalistas e profissionais. A Imprensa Negra, que paralisou suas atividades a partir de 1963, ressurgiu concomitantemente com a reorganização das entidades promovida pelos afro-brasileiros e com as atividades da imprensa alternativa, ligada a movimentos sociais de esquerda que resistiam ao regime, publicando matérias e críticas que não constavam na grande imprensa.

Na década de 1970, esses novos empreendimentos jornalísticos surgiram apenas em algumas capitais do Brasil, centrando-se principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, e em menor volume, em Salvador e Porto Alegre. Produzidos com poucos recursos<sup>85</sup>, os periódicos (boletins, jornais e revistas) viveram em média três anos e, de modo geral, tinham uma periodicidade irregular devido a fatores financeiros (RIOS, 2014, p.141).

Suas publicações ocorriam em números trimestrais, que sobreviviam por alguns meses. Tinham poucas tiragens<sup>86</sup> e circulavam localmente, “com exceção do *Jornal do MNU*, do *Nego* e o do *Conselho da Comunidade Negra* com maior circulação e longevidade” (Ibid.). Quando a entidade possuía núcleos nos demais estados e distribuía suas edições, era possível alcançar outros lugares. Quanto à produção de notícias do cenário internacional, “A militância tinha acesso às informações externas através das revistas, como a revista *Realidade*, ou por intermédio dos amigos que estavam fora do Brasil e lhes enviavam matérias (jornais, revistas, livros, etc.)” (SILVA, 2014, p.9).

Na primeira seção desta tese, observamos que, nos momentos anteriores do século XX, os jornais produzidos pelos afro-brasileiros letrados preocupavam-se em

<sup>85</sup> Segundo Amílcar Araújo Pereira (2010, p.213), a precariedade de recursos das entidades do Movimento Negro contemporâneo era notória. No próprio tipo de organização que era construído, em caráter associativo ou filiativo, os militantes associados pagavam as despesas com seu próprio dinheiro ou com os recursos obtidos de suas ações, como a venda dos jornais e cartilhas. Em muitos casos, o apoio mais substantivo era decorrente de parcerias e relações institucionais.

<sup>86</sup> O máximo de exemplares identificados nas edições analisadas foram de 2000 tiragens.

valorizar a vida social da comunidade de associados e frequentadores das organizações recreativas a qual estavam vinculados: “Os periódicos passaram a se perceber como instrumentos de defesa e de soerguimento moral da “classe” (CARDOSO, 2012, p.64). Esse contexto era formado pela consolidação de um projeto de Brasil, no qual a ideologia do branqueamento e o incentivo governamental da vinda do imigrante europeu vigorava. Assim, os brasileiros de origem africana, empenhados na superação do estigma da cor e no combate à apatia, enxergavam na instrução e no seguimento das regras sociais e morais, a possibilidade de uma real disputa no mercado de trabalho, sua integração à nacionalidade e ascensão social.

Moldada por essas circunstâncias, a África não tinha lugar privilegiado nessa dinâmica integracionista, aliás, “muitos escritores da imprensa negra de meados da década de 1920 esforçavam-se em enfatizar a distância, e negar qualquer filiação política, entre africanos e negros brasileiros” (ALBERTO, 2017, p.93). É preciso pensar que ideais evolucionistas do século anterior enunciaram o continente africano e suas populações à barbárie, ao exotismo, ao primitivismo e ao atraso intelectual, moral e material. Os afro-brasileiros estavam tentando se desvincular desses sentidos negativos e de inferioridade, elevando sua civilidade e moralidade para projetar a sua inserção à identidade nacional e o reconhecimento enquanto brasileiros.

Nesse sentido, a ambivalência e o distanciamento marcaram como a África e os Africanos apareceram nas páginas da Imprensa Negra até a década de 1930, em que seus articulistas partilhavam ideias nas premissas racialistas.

Havia certo esforço em valorizar o continente africano, sempre no sentido de aproximá-la da “civilização”. Neste sentido, ganha relevo a notícia da descoberta de uma civilização africana antiga, “anterior às civilizações mesopotâmicas”, textos que falam da África do Sul, ou, com mais destaque, as notícias sobre a Etiópia. Não era todo o continente que era valorizado, muito menos as áreas responsáveis pela maior migração forçada de africano para o Brasil durante o tráfico de escravizados mas sim uma África tida como “moderna”, como, por exemplo, a Etiópia, símbolo de uma África não derrotada pelo colonialismo europeu (SANTOS, 2012, p.158).

Na geração contemporânea, sob novas condições históricas, assistimos a um movimento diferente. Os escritores da década de 1970 e 1980 passaram a problematizar o nacionalismo político, criticando os governos autoritários e a ausência de uma democracia no Brasil. No centro dos seus questionamentos aos pilares da identidade brasileira, estava o desmantelamento que identificaram como “mito da democracia racial”, uma ideologia do estado nacional que servia de instrumento



político para reafirmar a suposta ausência de preconceito, discriminação e desigualdade racial no país.

Como constatamos na seção anterior, o renascimento do Movimento Negro foi inspirado em experiências de luta do Atlântico Negro, especialmente nos movimentos de descolonização dos países africanos, no movimento dos direitos civis dos EUA e na esquerda internacional. Os militantes bem-informados construíram suas próprias estratégias, apropriando-se das ideias e do vocabulário que emergiram dessas práticas e estavam em circulação. Solidarizando-se com a situação similar dos “irmãos”, eles também passaram a denunciar as ideologias e políticas raciais exercidas em outros países com comunidades afrodescendentes e africanas.

Nos novos discursos e ações da concepção contemporânea, a África passou a ser fonte de inspiração política e intelectual, servindo de base para a construção de uma tradição cultural e de autoimagem da população afro-brasileira. Esse novo olhar para a África foi uma das principais características que marcou a ruptura dos modos anteriores de mobilização afro-brasileira e a mudança dos conteúdos da produção jornalística efetuada pelos ativistas.

Nesse momento, os pequenos jornais, de caráter mais contestativo, refletiam as linhas ideológicas do MNU, que pretendia desmontar o mito da democracia racial brasileira e alinhar as estratégias antirracistas (SODRÉ, 1998, p.23). Os discursos pedagógicos e as preocupações com ordenamento familiar e formação profissional, que moldaram a imprensa dos afros nas primeiras décadas da República, foram dando lugar a denúncias do preconceito de cor, análises da consciência discriminatória, informações históricas sobre colonialismo e escravatura, e a juízos afirmativos de identidade negra, que procuravam resgatar os valores políticos das lutas anticoloniais na África (Ibid.).

Vale lembrar que, na década de 1980, o processo de distensão política do regime autoritário – especialmente com os anos mais agitados pela sucessão presidencial, pelas eleições para deputados constituintes e pelo Centenário da Abolição em 1988 – marcou um contexto de oportunidades políticas e culturais que propiciaram o aumento e a frequência dos jornais elaborados por afro-brasileiros em outros estados, especialmente, os do Norte e Nordeste (Ibid., p.140).

Esses materiais nos auxiliam a compreender como esse movimento social se apropriou das questões do *apartheid* para fomentar um espaço de debate sobre a discriminação racial no Brasil. Ao mesmo tempo, ajudam a guiar suas formas de

atuação, posicionamentos frente à conjuntura nacional e internacional e, principalmente, as estratégias a partir do discurso de enfrentamento ao racismo nas disputas políticas, simbólicas e de representação. Assim, buscamos respostas para as seguintes questões: Como o *apartheid* é narrado? Quais os conteúdos tratados? Qual a importância dada às lutas contra o regime de segregação racial? Quais as lições apreendidas pelos articulistas?

A organização do material empírico em grupos temáticos que subsidiaram a metodologia, resultou do processo de coleta, leitura e sistematização dos dados, em virtude de uma preocupação de apreender, do ponto de vista mais amplo, as ideias dos militantes e organizações significativas do Movimento Negro contemporâneo. A análise dessas fontes não obedeceu a uma cronologia temporal de cada veículo, mas de categorização por temas conforme os diferentes assuntos tratados em torno do *apartheid*, distribuídos nas discussões que englobam esta seção.

*História da África do Sul* - materiais que tratam da África do Sul, dos sul-africanos, da sua história, situação política, econômica e cultural no âmbito dos aparatos do regime do *apartheid*. Procurou-se constatar as considerações e ênfases em relação aos acontecimentos que ocorreram e estavam ocorrendo no país.

*Referências sul-africanas de luta* - materiais que tratam de personalidades que se destacavam nos processos de combate ao *apartheid*. Procurou-se perceber a postura do periódico perante a trajetória dessas pessoas, seus exemplos e ideias para a luta antirracista apreendidas pelo Movimento Negro.

*Luta antiapartheid* - materiais que transcrevem as ações desenvolvidas por grupos e movimentos do contexto sul-africano de luta contra o *apartheid*, buscando identificar as apreensões feitas em relação às estratégias *antiapartheid* no campo cultural, político, social ou econômico.

*Repúdios e manifestos contra o apartheid* - materiais que denunciam os conflitos violentos na África do Sul decorrentes do *apartheid*. Buscou-se mapear as formas de repúdios e as manifestações de solidariedade aos sul-africanos não brancos que resistiam ao regime respeito.

*Comparações do racismo brasileiro e sul africano* - materiais que comparam a segregação racial institucionalizada sul-africana com a discriminação racial no Brasil, oportunizando debates, denúncias e posicionamentos do Movimento Negro com segmentos políticos da sociedade brasileira.

## 2.2 A ÁFRICA DO SUL, OS SUL AFRICANOS E O APARTHEID: O QUE DIZEM OS JORNAIS DA IMPRENSA NEGRA?

O *Jornegro*, jornal produzido a partir de 1978 pela Federação das Entidades Afro-Brasileiras do Estado de São Paulo (FEABESP)<sup>87</sup>, publicou um artigo intitulado “Apartheid: Racismo e Exploração” na edição de número 2, construindo um panorama dos principais aspectos e acontecimentos do regime. Ao informar o funcionamento da política de segregação e as consequências que ela impunha às demais populações para a manutenção da hegemonia política e econômica de uma minoria branca sul-africana, o *Jornegro* enfatizava as lutas de resistência estabelecidas pelos africanos desde a penetração europeia no continente.

Buscando no passado a origem dos conflitos, o artigo destaca que as “guerras e guerrilhas negras compõem a história da resistência africana ao colonialismo” (JORNEGRO, 1978, n.2 p.8), sendo “Chaka e Umzilikazi, dois grandes chefes militares negros” que impuseram as primeiras derrotas aos soldados da exploração europeia.

O primeiro é Shaka Zulu, um chefe estrategista que modificou a organização social da etnia nguni em uma formação estatal conhecida como Reino Zulu, através da reformulação das táticas de guerra, sendo uma delas a formação de um exército permanente. No contexto de ocupação do interior do continente africano pelos europeus no século XIX, o “impacto do reino zulu foi ainda maior porque seu aparecimento ocorreu no mesmo instante da implantação da administração britânica e da expansão colonizadora dos bôeres” (MACEDO, 2013 p.92). Ao citar a formação do império Zulu, o *Jornegro* destacou “que em toda a sua duração combateu vigorosamente o domínio europeu” (*Jornegro*, 1978, n.2 p.8).

O segundo é Mzilikazi, ao qual atribui-se a fundação do estado de Ndebele no final da década de 1830, em uma área no sudoeste da região que, hoje, corresponde ao atual Zimbábue, ocupado pelos povos shonas e matabeles. Caracterizado como um estado militarista e expansionista, com traços do Império Zulu e do principado de

<sup>87</sup> Ubirajara Damaceno Motta (1986, p.65 apud LOPES, 2007, p. 147) indicou que o *Jornegro* teve 12 números publicados, mas não tinha uma periodicidade regular. Funcionava aos sábados na rua Maria José, 450 (Bela Vista, em São Paulo), e os temas constantes do periódico eram: história, pesquisa, variedades, exterior, participação sociopolítica e econômica, folclore, editorial, conscientização, povo, vida, preconceito racial, poesia, revisão crítica da posição do negro, literatura, cartas, saúde, alimentação, educação, propaganda, mulheres e esportes. Os participantes da confecção do jornal foram Luiz Silva, Odacir Mattos, Jamu Minka, Jacques Félix, Maria Inês da Silva, Ubirajara Motta, Luis Paulo Lima, Mensah Gamba, Henrique Cunha Junior, Isidora T. Souza, Cristina e Lúcia.

khumalo, o reino Ndebele foi fundado e desenvolvido a partir da conquista de outros povos, que se dava através das expedições militares (NGCONGCO, 2010, p.128), cujo estabelecimento marcou o nascimento de um sistema político que amadureceu lentamente no Transvaal<sup>88</sup>.

Como indicamos na seção anterior, a África para a militância negra brasileira contemporânea surgiu como um lugar de referência e adquiriu novos significados. A Imprensa Negra colaborou na construção de uma memória sobre o continente, ao evocar e mitificar atores e personalidades das dinâmicas próprias africanas, enfatizando qualidades individuais de chefes e líderes de determinadas comunidades étnicas, lembrando seus feitos e trajetórias biográficas. Essa forma de ação discursiva, utilizando conhecimentos envolvendo o passado das populações africanas como instrumento educador e fonte de ensinamento, exerceu uma função marcante das necessidades do Movimento Negro em seu processo de construção e consolidação de uma identidade negra positiva.

Apresentando explicações e denunciando os aparatos de repressão e censura do governo da África do Sul, o periódico continuou narrando cronologicamente os movimentos de luta e resistência *antiapartheid* que foram sendo organizados, na medida em que o regime se intensificava. Na ótica anticolonial do *Jornegro*, o *apartheid* não era um fato isolado, mas fazia parte de uma conjuntura maior de países do sul da África, como Rodésia e Namíbia, que estavam sob dominação de uma minoria branca apoiada por países industrializados do Ocidente.

O colonialismo e seus desdobramentos fizeram parte das narrativas dos jornais da década de 1970 e início dos anos 1980, sendo fortemente condenados pelos articulistas e militantes. Os periódicos em geral procuravam mostrar as sequelas ocasionadas no continente africano a partir da chegada dos europeus, elogiando os movimentos de libertação e seus mentores, e fazendo críticas aos países que, mesmo não participando da aventura colonial, se beneficiaram de algum modo da condição dos africanos, cobrando de várias nações, incluindo o Brasil, uma posição diante da eclosão de diversos conflitos (PINTO, 1993, p.31).

---

<sup>88</sup> Mzilikazi utilizou o sistema de regimentos constituídos por faixas etárias como o principal instrumento para integrar as populações conquistadas na sociedade ndebele. Os regimentos permitiam a agregação de diferentes classes sociais e dos jovens dos países conquistados, permitindo o emprego dos costumes ndebele, da língua sindebele e da fidelidade à Mzilikazi (NGCONGCO, 2020, p.128.).

Guerrilhas, organizações internacionais como a ONU, o Movimento de Consciência Negra, igrejas separatistas nativas, sindicatos, protestos, distúrbios, greves e desobediências civis não violentas eram apresentadas como elementos que constituíam a trajetória de luta contra o *apartheid*. Relembrando os últimos grandes conflitos, como os massacres de Sharpeville (1960)<sup>89</sup> e Soweto (1974), a matéria informava que, nesta última, o Governo que agiu com violenta repressão sobre os manifestantes desistiu de impor a língua africâner a toda África do Sul, "demonstrando organização e a resistência da população africana" (*Jornegro*, 1978, n.2 p.8).

"Exploradas pela raça e pelo sexo", a condição das mulheres sul-africanas também foi lembrada pelo jornal. O material indicou os serviços braçais realizados por domésticas, lavadeiras, arrumadeiras, diaristas e operárias, reservados às mulheres tanto das zonas rurais quanto urbanas, que sobreviviam com baixos salários e tinham dificuldades de deslocamento devido à lei de circulação e os gastos com o transporte. "A discriminação de que são vítimas as mulheres e toda a população negra está enraizada na estrutura capitalista da África do Sul e só terminará quando o *apartheid* for derrotado" (*Ibid.*).

O assunto não está desconectado das novas configurações e relações da luta antirracista contemporânea. Em paralelo ao contexto das sul-africanas, a situação das trabalhadoras domésticas brasileiras, majoritariamente negras, foi uma das pautas presentes nos ciclos da trajetória do Movimento Negro brasileiro. Além disso, as organizações de trabalhadoras domésticas organizadas, por meio de associações profissionais e sindicatos, estabeleceram diálogos significativos com movimentos sindicais, sociais e católicos, cujas demandas tinham como foco o reconhecimento classista-profissional das trabalhadoras domésticas para equiparar aos demais trabalhadores em termos de direitos (BERNARDINO-COSTA, 2015).

A exemplo disso, destacamos as lideranças do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campinas e da Bahia, que tiveram vínculos com o Movimento Negro nas décadas de 1970 e 1980. Laudelina de Campos Melo<sup>90</sup> participou da fundação do

<sup>89</sup> Em um protesto pacífico e desarmado contra a Lei de Passe (Pass laws), que fez parte de um conjunto de medidas destinadas a controlar, segregar e restringir a movimentação da população não branca no país, um grupo de policiais do Estado abriu fogo contra os manifestantes, matando 69 e ferindo 186 deles no dia 21 de março de 1960, em Sharpeville, província de Gautung na África do Sul.

<sup>90</sup> Referência na luta pelas trabalhadoras domésticas no Brasil, Laudelina de Campos Melo nasceu na cidade mineira de Poços de Caldas, em 12 de outubro de 1904, e faleceu dia 22 de maio de 1991, em Campinas. Sua atuação política perpassou a luta sindical por melhores condições de trabalho para as domésticas e a luta antirracista pelos direitos da população afro-brasileira. Segundo Crespo (2010, p.10), a trajetória de Laudelina foi marcada pelas relações com diversos militantes negros, comunistas

movimento das domésticas em Campinas, e sua trajetória foi marcada por ligações com a Frente Negra Brasileira, na década de 1930, e com o Teatro Experimental do Negro, nas décadas de 1950 e 1960. Creuza Maria de Oliveira<sup>91</sup>, uma das líderes do movimento em Salvador, sempre sustentou um diálogo muito próximo com o MNU do núcleo baiano (Ibid, p.158).

O recorte das questões de gênero também foi uma pauta nas produções do Movimento Negro, estando presentes nas notícias mais amplas, como no caso do *Jornegro*. Logo depois, durante a década de 1980, o movimento de mulheres, formado por ativistas que atuavam no interior das entidades antirracistas, mobilizou-se mais profundamente nas discussões dos efeitos não só do racismo, como também do sexismo. Na articulação de um feminismo negro, as mulheres organizadas criaram espaços institucionais, grupos e coletivos para debater a condição de desigualdades das mulheres brasileiras e a construção de uma agenda política associada aos seus direitos.

Na edição de número 2 de 1980 da *Revista Movimento Negro Unificado* do núcleo de São Paulo, foi publicada a matéria “Minoria Branca x Maioria Negra na África do Sul” na seção internacional. Nela, foram apresentados dados demográficos e o cotidiano da população sul-africana não europeia, elucidando os aparatos repressivos do *Natives Land Act* (1913), que dividiu a posse da terra na África do Sul por grupos raciais, e da *Urban Areas Act* (1923), que limitou a circulação dos sul-africanos não brancos no território da África do Sul.

---

e sindicalistas e pelo contato e interlocução com várias organizações políticas distintas. Ver mais em: **LAUDELINA: Lutas e Conquistas**. Museu da cidade, 2015. 1 vídeo (37:18 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JYL2Ki8ltGg&t=9s> Acesso em: 19 abril 2022; CRESPO, Fernanda Nascimento. **O Brasil de Laudelina**: uso do biográfico no ensino de história. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016; PINTO, Elisabete Aparecida. **Etnicidade, gênero e educação**: a trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991). São Paulo: Anita Garibaldi, 2015.

<sup>91</sup> Nascida em 11 de maio de 1957, em Santo Amaro da Purificação, cidade do Recôncavo Baiano, Creuza Maria de Oliveira, é uma das principais lideranças atuais do movimento das trabalhadoras domésticas na Bahia. Segundo Cardoso (2019, p.38-39) atuou como trabalhadora doméstica, professora, auxiliar de enfermagem, e concluiu ensino superior em Serviço Social e em Estudos Sociais aos quarenta anos. Atua junto a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), associação formada por 22 sindicatos e representa a categoria formada por aproximadamente 7,2 milhões de trabalhadores domésticos. Em 2013, teve participação direta nas conquistas sindicais da categoria de trabalhadoras domésticas, principalmente na luta pela aprovação da chamada “PEC das Domésticas” – a Proposta de Emenda Constitucional que garantiu aos empregados domésticos os mesmos direitos trabalhistas de outras profissões. Ver: CARDOSO, Sintia Araújo. **Lute como uma mulher negra**: do sindoméstico ao coletivo de mulheres negras Creuza Maria Oliveira. Dissertação do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Gênero e Mulheres (PPGNEIM), Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, 2019.

"Apesar dessa estrutura de controle o negro dá a sua resposta" (*Revista MNU*, n.2, 1980, p.14), o MNU informou, ao descrever as ações de resistência ao *apartheid*, a criação do *South African Native National Congress* (1912), que mais tarde viria a ser o *African National Congress* (ANC), fundado em 1912.

A situação dos trabalhadores também foi debatida pelo periódico. Vale ressaltar que as ideias produzidas no âmbito dos grupos de esquerda também estavam presentes nas bandeiras e reivindicações das entidades do Movimento Negro da década de 1970, onde o trato das questões raciais passou a articular as questões de raça e classe (ANDRADE, 2015, p.111). A revista descrevia como a vida desses sujeitos era afetada pelo sistema, salientado que os sindicatos de organizados por sul-africanos não brancos não tinham reconhecimento e não participavam das negociações.

A greve geral de 48 horas, convocada pelo ANC para lembrar as vítimas do massacre de Soweto, foi marcada pela ausência dos trabalhadores nas províncias e centros urbanos. Alguns grevistas foram deportados das zonas urbanas para as reservas, e sindicalistas foram presos e continuaram detidos. Com a luta interna avançando e o apoio internacional crescendo, O MNU orientou que os “negros brasileiros devem dar apoio e contribuição à luta dos irmãos da Azânia (África do Sul)”. A evocação “Azânia”, de significado “Terra dos Homens livres”, tornou-se constante nas narrativas da imprensa antirracista contemporânea brasileira. O termo usado pelos escritores para referir-se à África do Sul foi evocado no sentido de conferir legitimidade às lutas das populações autóctones, empreendidas contra a segregação racial.

A segunda página da primeira edição do jornal *Frente Negra* de 1983, trouxe o artigo intitulado “Cada vez mais forte o cerco ao racismo na África do Sul”, que consistia em uma publicação do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPNC) no Rio de Janeiro, contextualizando as relações entre os países do centro e sul do continente com a nação do *apartheid*.

Uma observação sobre as características históricas do periódico é que seu nome faz referência à FNB, a maior organização política de afro-brasileiros nascida nos anos 1930. Segundo o editorial, o IPCN buscava recuperar a memória social da luta contra a discriminação e “fazer justiça a todos os militantes do Movimento Negro daquela época como: José Correia Leite, Raul Joviano do Amaral, Aristides Barbosa, Henrique Cunha e outros” (*Frente Negra*, 1983, n.1, p.1). Embora estivessem se

reorganizando em uma nova época e sob novas condições, os articulistas afirmavam que “a responsabilidade é a mesma: mobilizar a grande maioria dos negros”.

Em 1985, Amauri Mendes Pereira<sup>92</sup> e Yedo Ferreira, militantes do IPCN, conduziram uma pesquisa com apoio do Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica (IBASE), e entrevistaram os fundadores da FNB citados no jornal. O registro desse encontro, com uma confraternização entre os militantes do ciclo atual do Movimento Negro e do passado, ocorreu na sede campestre do Clube Aristocrata, em São Paulo, e pode ser assistido no audiovisual intitulado “A História de Luta”, disponível no acervo do Cultne<sup>93</sup>. Os diálogos entre os “velhos” e os “novos” militantes expressavam uma pequena parte das contrariedades que surgiam na construção de um discurso, onde seus intérpretes buscavam ser os herdeiros de uma tradição, ao vincular traços de continuidade e similaridades entre o ciclo anterior e atual do antirracismo.

O órgão *Frente Negra* (1983, n.0) reconstruiu o cenário político sul-africano, identificando as relações entre os países da região Austral, marcadas pelo apoio à luta *antiapartheid* dos países independentes, Angola, Moçambique e Botswana. Alguns processos e personalidades de cada nação foram citados para compor a notícia. Em Angola, foi falado sobre as invasões do exército sul-africano, o apoio aos guerrilheiros da *South West Africa People's Organization* (SWAPO)<sup>94</sup>, e os dilemas de Jonas Savimbi, líder da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA)<sup>95</sup>. Em Moçambique, foi apontada a atuação de Samora Machel<sup>96</sup> e, em Botswana, foram abordadas as relações rompidas com a África do Sul.

<sup>92</sup> Nascido no ano de 1962, em São Paulo, Amauri Mendes Pereira é escritor, professor e pesquisador brasileiro e doutor em Ciências Sociais. Militante do Movimento Negro desde o início da década de 1970, atuou na fundação da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA) e na criação do MNU. Foi presidente do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) e diretor da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Tem uma vasta produção sobre história do Movimento Negro no Brasil e, atualmente, é professor adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Participou de momentos importantes das mobilizações do Movimento Negro desde o final dos anos 1970 e seu nome é citado em algumas partes desta tese.

<sup>93</sup> CULTNE - Frente Negra Brasileira - Edição completa. 2019. 1 vídeo (17:36min). Publicado pelo canal Cultne. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2FRnKpFLiQE&t=3s>. Acesso em: 02 mar. 2022.

<sup>94</sup> Fundada em 1960, a SWAPO protagonizou o movimento de libertação por meio da guerrilha na Namíbia, tornando-a independente da África do Sul.

<sup>95</sup> Surgida em 1966 como uma dissidência da Frente Nacional para a Libertação da Angola por Savimb, a UNITA abraçou a defesa do capitalismo com o apoio dos EUA e da África do Sul do regime do *Apartheid* (JOSE, 2008, p.167),

<sup>96</sup> Revolucionário e ex-presidente de Moçambique. Sua trajetória é abordada na seção seguinte.



Também foram discutidos os impasses com Lesoto e Namíbia. No primeiro deles, o governo de Pretória desempenhava um papel importante nos assuntos econômicos e políticos no país vizinho. Já no segundo foi ocupado ilegalmente pela África do Sul desde 1966, que o integrou ao seu regime e implantou as leis do *apartheid*.

As informações do artigo relacionavam-se com o próprio surgimento do IPCN e da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA), ambos ligados à Universidade Cândido Mendes. Seus respectivos órgãos informativos e atividades culturais, por vezes realizadas através do diálogo e do relacionamento entre os próprios ativistas, deu início a um intenso fluxo de identificação e solidariedade aos movimentos de libertação dos países africanos. O IPCN foi formado em 1975 por profissionais liberais moradores da Zona Sul do Rio de Janeiro e tinha como objetivo desenvolver pesquisas sobre as culturas negras, no Brasil e na África, para que pudesse servir de instrumento à luta de libertação (MARTINS; THEODORO; GOMES, 2015, p.205). “Com um discurso radical, eles enfatizavam a solidariedade com os povos africanos e a luta pela movimentação político-ideológica da massa da população afrodescendente com aproximação direta com as classes populares” (Ibid.)

Em julho de 1985, o segundo número do *Nzinga Informativo*, primeiro periódico fruto do processo de formação do feminismo negro brasileiro enquanto organização política e autônoma, oriundo dos movimentos antirracistas e feministas<sup>97</sup>, trouxe o *apartheid* como tema principal de toda a edição. As matérias abordavam diversos aspectos da situação sul-africana<sup>98</sup>, incluindo a manifestação e a posição do periódico frente às mobilizações brasileiras contra o regime, o cotidiano de vida das mulheres e sua participação nos movimentos de resistência, além da trajetória de algumas personalidades da luta *antiapartheid*.

No pequeno texto “Por que o dia internacional contra a discriminação racial?”, *Nzinga* resumiu os dados e informações da violência cometida no Massacre em Shaperville em 1960, que fizeram com que a ONU proclamasse, no dia 21 de março de 1967, o Dia Internacional pela Eliminação da Desigualdade Racial.

<sup>97</sup> Sobre o processo de consolidação do feminismo negro no período democrático e a produção do *Nzinga informativo*, ver em: RIOS, Flávia; FREITAS, Viviane Gonçalves. *Nzinga informativo: redes comunicativas e organizacionais na formação do feminismo negro brasileiro. Cadernos adenauer* xix, nº1, 2018.

<sup>98</sup> Essas informações estão listadas na capa da edição. Infelizmente, as páginas digitalizadas do informativo não estão completas, faltando a página 5, que conteria as seguintes matérias: A Mulher Negra Sul-Africana; A vida nos Bantustans; A força na Militância; Winnie e Zinzi Mandela.

Recuperando a trajetória sul-africana, o informativo narrou que a história das divergências "entre brancos e negros na atual África do Sul datam de 1816, quando o chefe negro Tchaka iniciou o império ZULU" (Nzinga Informativo, 1985, n.2 p.2). Contudo, as lutas de resistência à dominação europeia não derrubaram o *apartheid*, nesse sentido, foi necessária a solidariedade de todos os povos para que a "Azânia (nome africano da África do Sul) seja realmente livre".

O marco do império Zulu é encontrado com frequência nos jornais da Imprensa Negra aqui analisados, quando abordam a história da África do Sul para referir-se aos movimentos de resistência contra a dominação Ocidental europeia. O lugar destinado a esses e outros acontecimentos relacionados às dinâmicas históricas dos povos africanos, exemplificados com episódios de combate à presença e aos valores do colonizador, foram respaldados em suas páginas como fontes de ensinamentos à população afro-brasileira e sua organização política pleiteada pelos militantes. Conforme indica Regina Paim Pinto (1993, p.31), "Em inúmeros momentos os jornais relacionam a afirmação da consciência afro-brasileira com os acontecimentos da África".

Em 1988, o *Jornal do Conselho da Comunidade Negra*, periódico do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (CPDCN), um órgão comunitário criado em 1982 no governo do Estado de São Paulo, fruto da experiência de institucionalização do Movimento Negro e de formulações de políticas públicas focalizadas na população negra<sup>99</sup>, publicou em sua edição de número 2, um manifesto autoral intitulado "Morra a África do Sul", escrito por Luiz Carlos S. Santos<sup>100</sup>.

Compondo um quadro do processo colonizador no continente africano e dos aspectos singulares da história da África do Sul para elucidar os embates políticos e legítimos da luta *antiapartheid* no país, o manifesto iniciou explicando a classificação dos modos de colonizar, com base na leitura de Amílcar Cabral<sup>101</sup>. Categorizando a África do Sul (chamada pelo invasor) ou Azânia (denominada pela população nativa)

<sup>99</sup> Para compreender a criação do primeiro órgão de Estado de proposição de direitos à população negra e o início da institucionalização do Movimento Negro e de formulações de políticas públicas de combate ao racismo, conferir a seguinte dissertação de mestrado: SANTOS, Ivair Augusto Alves. **O Movimento Negro e o Estado (1983-987):** O caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Governo de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

<sup>100</sup> Professor licenciado em história da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

<sup>101</sup> Um dos líderes da luta de libertação de Guiné-Bissau e de Cabo Verde das colônias portuguesas e um dos principais teóricos sobre o colonialismo europeu, Amílcar Cabral foi escritor, agrônomo e político, fundador do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que protagonizou a luta armada contra o Império colonial português.

no terceiro tipo, proposta do político e intelectual indissociável da luta da libertação de Guiné-Bissau e Cabo Verde, Santos salienta que ela foi “condicionada pela reclusão da população nativa em zonas geográficas ou reservas próprias, geralmente desprovidas de possibilidades de vida” (*Jornal do Conselho da Comunidade Negra*, 1988, p.10).

Sabemos que as informações sobre as lutas de libertação africanas e diaspóricas fomentavam as discussões que levaram ao novo impulso do Movimento Negro Brasileiro dos anos 1970 e 1980. Nos países africanos de língua oficial portuguesa, os processos de independência também eram vistos e apropriados enquanto potentes exemplos para a formação da identidade e a mobilização dos militantes afro-brasileiros.

As escritas e vidas de Fanon, Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Samora Machel, Eduardo Mondlane, Kwame N’krumah, a lenda viva de Mandela, etc.; personalidades e eventos emblemáticos na reposição histórica dos povos africanos e da diáspora negra no mundo, a partir dos meados do século XX, eram apelos inescapáveis e incentivos excepcionais para a juventude negra que naquele momento assumia a causa (PEREIRA, 2013, p.93)

Também é importante indicar que, através do CPDCN, a temática da luta contra o *apartheid* na África do Sul no Brasil deixou de ser uma pauta exclusiva do Movimento Negro, e passou a ser incorporada nas atividades do governo estadual de São Paulo (SANTOS, 2001, p.14), com repercussões nacionais, como explicitamos na seção seguinte.

A narrativa do manifesto fez uma ampla retomada, relatando a chegada dos holandeses e, posteriormente, dos ingleses, bem como os conflitos anglo-boer durante as décadas da exploração dos recursos nos territórios do sul da África até a institucionalização do *apartheid* na África do Sul independente. Evidenciando a negação da cultura autóctone como face do colonialismo, houve destaques acerca dos processos do monopólio das atividades qualificadas e semiquilificadas por trabalhadores bôeres denominados de africâneres; o reconhecimento do inglês e holandês como línguas oficiais; e a ocupação das zonas situadas em terras férteis, que resultou na legislação das reservas que criaram os bantustões, que formaram os pilares da política de segregação racial aos diferentes grupos étnicos nativos da região.

Sob a perspectiva da descolonização africana, o manifesto citou a criação do ANC e algumas ações empreendidas contra o *apartheid*, sinalizando que, na África

Austral, existia um conjunto de condições para a realização de um projeto pan-africanista, já que os países vizinhos possuíam experiências de enfrentamento ao neocolonialismo. O autor registrou que Moçambique, Angola, Zimbábwe, Zâmbia, Tanzânia e outros formavam os "Estados da Linha de Frente" no combate ao *apartheid*, finalizando com o enunciado "Viva a Azânia, morra a África do Sul!".

Na abordagem metodológica de Pocock (2013, p.37) para compreender a performance dos discursos políticos, o historiador deve procurar os indícios de que "as palavras estavam sendo usadas de novas maneiras, como resultado de novas experiências, e estavam dando origem a novos problemas e possibilidades no discurso da linguagem sob estudo". Nessa perspectiva, percebemos que, nesse conjunto de notícias sobre a África do Sul, os sul-africanos e o *apartheid*, os articulistas efetuaram enunciações variadas, mas com algumas tendências e convenções, que introduziram inovações no pensamento dos militantes e intelectuais afro-brasileiros acerca das experiências históricas.

A reavaliação da trajetória dos sujeitos africanos e de seus descendentes na história do Brasil era uma das pautas de combate ao racismo, levantada pela militância. A construção de uma memória mais positiva da África e dos africanos estava associada a uma via de mão dupla, relacionada ao processo de unidade identitária afro-brasileira que tomavam para si, e às propostas de reformulação dos conteúdos do currículo escolar brasileiro, visando a inserção da História e da cultura africana e afro-brasileira.

Nessa perspectiva, os militantes do Movimento Negro enxergaram os africanos como "irmãos" de uma mesma mãe – a África. Assim, organizaram as experiências históricas de lá e daqui, ao lócus da resistência, concebendo uma unicidade cultural e política entre os africanos e seus descendentes no mundo. Se na releitura da história afro-brasileira pelos intelectuais militantes, tínhamos Zumbi dos Palmares e os quilombos, logo, na África do Sul, houve a formação dos impérios e a atuação de Zulu. Contudo, a herança africana do Brasil pretendia ser resgatada pelo Movimento Negro, por isso, além da adoção de valores estéticos, os heróis africanos ou de descendência africana tornaram-se símbolos importantes, e seus pensadores e filósofos passaram a ser lidos avidamente (SCHLICKMANN, 2014, p.43).

Em contrapartida, a condenação do *apartheid* entrelaçava-se, nas páginas escritas por afro-brasileiros, à uma conjuntura maior das lutas contra o colonialismo e pela independência dos países do continente africano. O engajamento do Movimento

Negro nas questões da África do Sul perpassava o dado anticolonial e unia-se à trama de questões contemporâneas mais amplas da África, com ênfase nas relações internas e externas da África Austral, a fim de compreender a base de sustentação do regime racista.

Ao indicarem episódios do impacto dos empreendimentos ocidentais nos territórios do sul da África, os articulistas afro-brasileiros explicavam a origem da política de segregação racial aos seus leitores. Nessa narrativa, eles traziam informações do cotidiano violento e repressivo lançado às populações não brancas sul-africanas, onde o *apartheid* era enquadrado em um caráter de denúncia. No mesmo sentido, promulgavam a libertação da “Azânia”, termo que continuou sendo emitido nas páginas e demais locais de manifestação antirracistas, legitimando e apoiando as ideias e estratégias promovidas pelos grupos *antiapartheid* da África do Sul.

### 2.3 REFERÊNCIAS DA LUTA CONTRA O APARTHEID

Além dos Zulus, como referência apreendida da luta contra a dominação europeia na trajetória da África do Sul, outros sujeitos e personalidades mais associadas aos movimentos e grupos políticos contestatórios ao regime de segregação racial, passaram a compor um conjunto de materiais informativos da Imprensa Negra contemporânea. O empenho dos articulistas e militantes em construir referenciais da luta antirracista sob a ótica anticolonial, e conectar e valorizar práticas culturais identificadas como de origem africana, é uma ação oportuna para informar, educar e orientar o movimento de combate ao racismo no país.

Steve Biko (Stephen Bantu Biko 1946-1977) foi a mais conhecida liderança do movimento estudantil, universitário e secundarista sul-africano contra o regime do *apartheid*. Foi o fundador da *South African Student Organisation* (SASO) em 1969, cujos membros romperam com a *National Union of South African Students* (NUSAS), uma organização liberal dominada por estudantes de origem europeia.<sup>102</sup> Biko foi o expoente do *Black Consciousness Movement*, o Movimento de Consciência Negra, trazendo um novo olhar para a inferioridade racial, em favor da autoestima e do

---

<sup>102</sup> Sobre a SASO, ver mais em: *South African Student Organisation* (SASO). Disponível em: <https://www.sahistory.org.za/article/south-african-student-organisation-saso> Acesso: 28 abr. 2022.

orgulho dos valores e da cultura própria dos sul-africanos, a fim de unificar e intensificar a luta por sua libertação.

Fruto da emergência dos novos discursos e de práticas antirracistas nos anos 1950, “seu foco estava nos africanos urbanizados, abertos a coloreds e indianos, todos abarcando o termo negro” (SILVA, 2021, p.90). Em adesão à ideologia de orgulho racial, evocada pelo regime *apartheid*, o movimento tornou-se referência nas periferias como Soweto, “constituindo uma plataforma de unificação de diferentes grupos oprimidos da África do Sul, assentados no protagonismo da juventude, cujo ponto alto foram as Manifestações contra a Educação Bantu, em 1976” (Ibid.).

O recorte de uma crítica de Ademir Ferreira<sup>103</sup>, intitulada “Axé 80” e publicada no *Pasquim*<sup>104</sup> n.549, foi reproduzida em 1980 pelo *Jornegro* (a.3, n.8). De um lado, ela trazia a divergência e o embate de ideias no interior do próprio Movimento Negro; de outro, ela vislumbrava o movimento Consciência Negra de Biko como orientador da militância que se desejava:

Esperamos que na década de 80 (é bom falar em década de imprensa nativa), os negros consigam pelo menos impedir que os lobos esqueçam o assunto Negro, **e com isso possamos começar seriamente um trabalho de Consciência Negra**. Não esta fantochada de que pseudos-intelectuais negros, insistem, como os Senhores, a nos impigir. **Seria muito importante que se preocupasse realmente saber o que foi o trabalho de Steve Biko, na África do Sul. Não para copia-lo a sim para politicamente aprender com eles, negros sul africanos** (Ibid. - grifo nosso).

Embora não possamos identificar quem são os “lobos” destinatários da crítica, sabemos que, na década de 1970, houve uma produção intelectual significativa, esforçada para compreender as experiências de organização das populações de origem africana no Brasil. Oriunda da busca por informações sobre a África e os africanos, e em diálogo com estudiosos sociólogos e africanistas, esses intelectuais tornaram-se intérpretes das ideias que ajudaram a conduzir a luta antirracista.

“Esse é o jogo do amigo da onça... não pode ser o nosso. [...] Vamos fazer da próxima década, a década em que nós os negros, resolvemos limpar primeiro os quilombos dos lobos, e então sermos zumbis” (Ibid.). A fala de Ferreira exprime os desafios daquele momento com relação aos métodos e ao alcance da luta do

<sup>103</sup> Não identificamos informações sobre o autor.

<sup>104</sup> O *Pasquim* foi um periódico semanário brasileiro da imprensa alternativa, publicado entre 1969 e 1991. Consultar: ALMEIDA, Adriana Aparecida de. **O PASQUIM e O Pasquim 21: práticas discursivas jornalísticas de resistência**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 2006.

Movimento Negro brasileiro, e os projeta como fonte de inspiração na atuação do ativista sul-africano à luz das experiências e da ideologia do movimento de libertação que ajudou a fundar.

É importante ressaltar que o foco da intervenção do Consciência Negra de Steve Biko, apesar de forjado no movimento estudantil, não se aproximava da mobilização de classe média sul-africana, mas da massa trabalhadora das zonas urbanas, de suas carências, misérias e, em especial, de sua autoestima (SILVA, 2021, p.93). Na militância brasileira, entretanto, o aspecto mais apreendido da filosofia desse movimento, era a ideia de reconhecimento e afirmação dos valores positivos de uma cultura negra. Sendo a África sua matriz, como parte do processo de formação identitária dos representantes do movimento antirracista e da população afrodescendente a qual queriam alcançar.

Essa compreensão pode ser percebida na fala de Hamilton Cardoso<sup>105</sup> durante o evento “Mesa Redonda de Estudantes Afro-Brasileiros”, capturado no documentário *Orí* (1989), dirigido por Raquel Gerber. Tal evento apreendeu a história do Movimento Negro no Brasil entre 1977 e 1988 a partir das tramas pessoais da historiadora e militante Beatriz Nascimento<sup>106</sup>,

“Então, na medida que o negro pretende preservar a própria cultura, ele tem todo o direito de se identificar com toda a cultura africana. Se o caminho é correto, na solução do problema do negro é uma questão [...] que só vai ter sentido de ser discutida dentro da comunidade afro-brasileira, na medida em que a comunidade afro-brasileira está totalmente marginalizada do processo de desenvolvimento nacional. Mas agora eu pergunto: Quem fala da África no Brasil?”<sup>107</sup>

Steve Biko era citado constantemente quando a trajetória da luta *antiapartheid* se tornava assunto nos veículos afro-brasileiros. Na edição de janeiro de 1993 do

<sup>105</sup> Nascido no ano de 1953 em Catanduva (SP), Hamilton Bernardes Cardoso foi jornalista e fez parte da geração de militantes do Movimento Negro dos anos 1970 e 1980, sendo um dos principais articuladores do MNU. Escreveu diversos textos sobre a luta antirracista contemporânea e matérias em jornais tanto da grande imprensa quanto da imprensa alternativa, como *Folha de São Paulo* e *Jornal Versus*. Sobre sua trajetória, ver mais em CARRANÇA, Flavio. Hamilton Cardoso e seu tempo. **2º Ato O Meneleck**. 2014: Disponível em: <http://www.omeneleck2ato.com/historia-e-memoria/hamilton-cardoso-e-seu-tempo> Acesso: 13 nov. 2022

<sup>106</sup> A historiadora e professora Maria Beatriz Nascimento nasceu no ano de 1942, em Aracaju (SE). Entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, participou dos processos de reorganização e constituição do Movimento Negro. Como pesquisadora, dedicou-se ao estudo das formações dos quilombos no Brasil, cujas produções também refletiram sobre os impactos do racismo na educação. Ver mais em: RATTIS, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Instituto Kuanza, 2007.

<sup>107</sup> CARDOSO, Hamilton. In: GERBER, Raquel (dir). **ORÍ**. Brasil: Angra Filmes, 1989.

*Boletim Informativo MNU* em São Paulo (n.5), foi publicado um pequeno artigo intitulado “Steve Biko”, que trazia dados biográficos e informações a respeito do seu assassinato por membros de polícia sul-africana, representativa do aparelho repressivo do estado segregacionista. O ativista era lembrado por ser “o principal “fundador, orientador e inspirador do Consciência Negra, que se dirigia à juventude negra para prepará-la para uma nova fase de luta pela liberdade” (*Boletim Informativo MNU*, 1993, n.5, p.8).

O Movimento de Consciência Negra resumido no artigo buscava transgredir “com as antigas atitudes negras em relação à luta pela libertação, e estabelecer um novo estilo de autoconfiança e dignidade para os negros criando nova estrutura psicológica que levasse a novas iniciativas” (Ibid.). O texto finalizava informando que, dessa filosofia, surgiram outras organizações negras sul-africanas, em especial, a *Black People's Convention* (BPC) e a SASO.

O Arcebispo Desmond Mpilo Tutu (1931-2021), ovacionado pela militância afro-brasileira, também foi uma personalidade importante no ativismo contra o *apartheid* no campo político e religioso. Tutu foi uma figura chave nas relações entre o movimento *antiapartheid*, engendrado pelos próprios sul-africanos, e as campanhas de apoio, solidariedade e sanções fora da África. Laureado do Prêmio Nobel da Paz de 1984, ele ganhou projeção internacional através dos meios de comunicação daquela década. Na África do Sul, pós-*apartheid*, ele foi o Presidente da Comissão da Verdade e Reconciliação, símbolo do processo da transição democrática no país, ocupando esse cargo por indicação de Nelson Mandela, presidente da África do Sul em 1994.

O *Nzinga Informativo* (1985, n.2 p.3), na matéria “Tutu: um prêmio Nobel do *apartheid*”, falou sobre as tentativas do bispo de se encontrar com o então presidente da África do Sul, Pieter Botha, para conversar sobre possíveis reformas sociais do regime e sobre as expectativas para o início das negociações que poderiam mudar o curso do país. As informações do periódico relacionavam-se com o contexto de manobras políticas efetuadas pelo Estado nacionalista sul-africano para a manutenção do *apartheid*. O reconhecimento e a notoriedade das atividades, bem como os discursos do arcebispo, estiveram presentes nas produções e ações dos grupos dos Movimento Negro, especialmente durante sua visita ao Brasil, em maio de 1987 – tal tema é contemplado na seção final desta tese.



Político e líder revolucionário do movimento de libertação moçambicano, protagonizado pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que ajudou a derrotar o colonialismo português após quase 15 anos de luta armada em seu país, Samora Moisés Machel (1933-1986) também aparece como referencial no apoio às mobilizações *antiapartheid*. O desenvolvimento da luta de libertação em Moçambique não foi dissociado das demais lutas anticoloniais empreendidas na África Austral. Na sua aceção de que “O *apartheid*, como o colonialismo, não é reformável. O *apartheid*, como o colonialismo deve ser erradicado” (MACHEL, 1986)<sup>108</sup>, era necessário construir uma independência regional mais ampla, para garantir a manutenção da sobrevivência dos Estados recém-independentes, que sofriam constantes ameaças e ataques militares dos regimes minoritários da Rodésia do Sul e da África do Sul.

O boletim informativo dos Grupos Negros da Grande São Paulo, *Acorda Negro*<sup>109</sup>, em sua segunda edição de outubro de 1986, noticiou em seu editorial o assassinato de Samora Machel, falando não somente da sua atuação na sua terra natal, mas enfatizando que ela “Tornou-se também o principal líder das nações negras - Angola, Zimbábue, Zâmbia, Namíbia, Tanzânia, Lesoto, Suazilândia e Botsuana-que se opõem à política racista, de dominação econômica e militar da África do Sul” (*Acorda Negro*, 1986, n.2, p.1).

Em tom de denúncia, o boletim alertou aos leitores que a morte estava sendo anunciada como consequência de um desastre aéreo, mas que o piloto do avião, sobrevivente ao desastre, afirmou que eles foram atingidos por algo que causou a explosão. Além disso, a oposição ao governo de Samora Machel, apoiada pelo bastião branco sul-africano, havia manifestado satisfação pela sua morte. Por fim, o periódico apontou que a conturbada tragédia era consequência das políticas da África do Sul, “que na base da força, tortura e morte, insistem em manter de pé o Apartheid que tanto mal tem causado a população negra daquele país” (Ibid.). Ao final do artigo, *Acorda Negro* manifestou-se com os dizeres “ABAIXO O APARTHEID! VIVA SAMORA MACHEL!”.

<sup>108</sup> Trecho do discurso de Samora Machel como presidente de Moçambique em 1986, na 8ª Reunião da Cúpula dos Movimento dos Países Não Alinhados, em Harare, no Zimbábue. Conferir em: Notícias [Maputo] 4 de setembro, 1986. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/machel/index.htm> Acesso: 10 mai. 2022.

<sup>109</sup> Infelizmente, não encontramos referências sobre o *Acorda Negro* e sobre quais grupos do Movimento Negro faziam parte dele. Nas edições coletadas, os boletins são constituídos de duas páginas, com editorial, divulgações de notícias, eventos, produções e serviços relacionados à luta antirracista e ao fomento da cultura negra. Identificamos, através de convites e divulgações publicadas, a participação do Grupo de União e Consciência Negra e do Grupo e Negrícia – Poesia e arte de crioulo.

Emparelhando o *apartheid* às dinâmicas maiores do anticolonialismo, notícias e artigos que rememoravam importantes agentes da luta *antiapartheid* foram sendo produzidas e publicizadas nas páginas dos periódicos vinculados à luta antirracista. Associadas a algumas posições e perspectivas de esquerda, no interior dos grupos do Movimento Negro, elas assumiram um papel significativo no avanço da construção dos referenciais, de estratégias e de debates políticos e teóricos empreendidos em torno do racismo no país.

O ANC, instituído em 1912 como *South African Native National Congress* e rebatizado em 1923, foi a mais conhecida e dominante organização de resistência e oposição ao *apartheid* na África do Sul. Com manifestações e campanhas não violentas até o Massacre de Sharpeville, em 1960, Nelson Mandela, Walter Sisulu<sup>110</sup> e outros membros do ANC fundaram um movimento armado, o *Umkonto we Sizwe* [A Ponta de Lança da Nação], cujos militantes banidos da vida pública e política foram forçados a entrar na clandestinidade e instalar suas bases operacionais fora dos limites do território sul-africano (CHANAIWA, 2010, p.310). Em 1964, Mandela, presidente do ANC juntamente com outros companheiros, foram sentenciados à prisão perpétua em *Robben Island*, unidade de segurança máxima do governo sul-africano, próxima à Cidade do Cabo.

Ícone da luta pela igualdade no contexto político contemporâneo, o sul-africano Nelson Rolihlahla Mandela (1918-2013) tornou-se um dos mais importantes ativistas de nosso tempo, “que confrontou imposições políticas dos anos do regime do *Apartheid* na África do Sul, e construiu-se como líder do ANC, símbolo de superação, resistência e diálogo” (SILVA, 2016, p.105). As ações, discursos e diálogos efetuados por esse ator político provocaram repercussões não apenas nos órgãos da imprensa hegemônica mundial, mas também na escrita dos articulistas e militantes da luta antirracista brasileira, que buscaram aprender com a magnitude do seu protagonismo.

Em 1987, o *Maioria Falante*, editado e publicado no Rio de Janeiro, trouxe, na sua segunda edição, quatro artigos que analisavam e informavam a situação da África do Sul sob regime do *apartheid*<sup>111</sup>, cuja capa estampava o rosto do ativista que, na

<sup>110</sup> Ativista sul-africano que atuou pelo fim do regime do *apartheid* e um dos membros dirigentes do ANC. Em 1943, fundou a Liga Juvenil no interior da organização, junto com Mandela e Oliver Tambo. Assim como outros companheiros, foi julgado por traição pelo Estado sul-africano, compartilhando o cárcere com eles durante 26 anos.

<sup>111</sup> Os artigos são: “Por trás do Apartheid – quem sustenta a África do Sul?”; “A luta contra o racismo”; “ANC contesta contra o pan-fricanismo”; e “21 de maio: dia internacional da luta contra o apartheid”.

década de 1980, já era personalidade reconhecida. O veículo, cuja fundação é atribuída a Gerson Miranda Theodoro (Togo Ioruba), fez parte dos jornais da Imprensa Negra com maior periodicidade no país, publicado entre 1987 e 1996, obtendo circulação internacional e alcançando países como EUA, Angola, Portugal, Argentina, Uruguai e Nigéria<sup>112</sup>. Mandela, referenciado como presidente do ANC que foi condenado à prisão perpétua junto com outros dirigentes, apareceu enquanto símbolo da luta contra o racismo.

Figura 2 - Nelson Mandela na capa do *Maioria Falante* (1987)



Fonte: *Maioria Falante*, 1987, n.2.

Em outro órgão, *O Negô*, jornal nacional do MNU, editado em Salvador, informou, na edição de número 14 de 1988, na seção “Aconteceu”, que em 25 de fevereiro, o governo da África do Sul colocou sob prisão domiciliar 18 dirigentes da luta *antiapartheid*, junto com a medida de proibição do exercício das atividades políticas dessas organizações. Essas ações de aumento da repressão policial do governo nacionalista, junto com os capitalistas africanos e seus aliados militares, faziam parte de um conjunto de medidas implementadas em um contexto de crise econômica do regime de segregação racial. Ela era caracterizada pelo aumento da

<sup>112</sup> Informações constantes no Currículo Lattes de Togo Ioruba. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3232795052751489> Acesso: 12 mai. 2022.

resistência armada e mobilização civil, além de desdobramentos políticos regionais na África Austral e isolamento internacional da África do Sul devido às crescentes sanções econômicas<sup>113</sup>.

O periódico, ao opinar que a investida do governo do *apartheid* contra a oposição tinha sido a mais violenta desde a imposição do estado de emergência, em junho de 1986, comunicou que líderes históricos do ANC, como Walter Sisuiu e Nelson Mandela, continuavam presos desde 1962. “O ANC prega a luta armada para acabar com o *apartheid* e tomar o país da mão da minoria branca racista” (*Negô*, 1988, p.5).

Por outro lado, referências femininas na vanguarda da luta *antiapartheid* também foram evocadas por escritoras e escritores afro-brasileiros. As sul-africanas também participaram dos movimentos de desobediência civil do país, e estavam entre os mártires de Sharpeville e de Soweto (MAZRUI; 2010, p. 21). Winnie Madikizela-Mandela, militante também filiada ao ANC, presidindo a Liga Nacional das Mulheres e participando do Comitê Executivo Nacional do partido, e Zindzi Mandela (1960-2020), sua filha com Nelson Mandela, estiveram em uma matéria nas páginas do periódico *Nzinga* (1985, n.2), sob a ótica feminista negra. Além disso, o nome de Winnie era sempre lembrado nas peças jornalísticas, aparecendo associada ao vínculo matrimonial com o ex-presidente da África do Sul.

Contudo, o grupo de notícias relacionadas aos ícones da luta contra a segregação racial sul-africana, localizados no jornal *O Maioria Falante*, *Negô* e outros órgãos do Imprensa Negra contemporânea, abordaram suas ações e trajetórias como notórias. Eles enquadram as atuações pessoais dessas personalidades não somente como referências da causa sul-africana, mas também como concernentes a uma luta compartilhada dos africanos e de seus descendentes no mundo, que se sentiam pertencentes à comunidade.

Informações biográficas desses sujeitos, formuladas pelos escritores afro-brasileiros, valorizavam as concepções intelectuais e as mobilizações e atitudes em prol da coletividade. Tais enfoques tinham um potencial de oferecer aprendizagens ideológicas no sentido de amparar a organização e a condução da luta contra o racismo no Brasil e, quem sabe, a construção de possíveis relações antirracistas

<sup>113</sup> Entretanto, segundo Pereira (2010, p.54), apesar das aparências, o presidente Pieter W. Botha, ao promover reformas, não estava acabando com o regime, mas sim alterando suas formas através de concessões políticas aos *coloured* e hindus, e concessões econômicas aos negros, que deveria dar um novo fôlego ao monopólio branco de poder.

internacionais. Além das páginas dos periódicos, esses nomes também eram evocados em manifestos e atos realizados pelo Movimento Negro no país.

Durante a Marcha Contra a farsa da Abolição, um protesto público que reuniu mais de 5 mil pessoas no centro do Rio de Janeiro em 1988, o militante Amauri Mendes Pereira pediu um minuto de silêncio antes de saírem em marcha, para lembrar das grandes lideranças da luta internacional contra o imperialismo e o racismo, e igualmente, “os grandes comandantes das lutas de libertação africana, tão bem simbolizados por Steve Biko e por Samora Machel recentemente assassinados pelo regime racista da África do Sul.”<sup>114</sup>

## 2.4 LUTA ANTIAPARTHEID SUL AFRICANA

Todas as notícias encontradas sobre a África do Sul e o regime do *apartheid*, produzidas no âmbito das atividades intelectuais exercidas pelos militantes negros a partir da década de 1970, sempre vinculavam as experiências de resistência empreendidas pelos diversos grupos de sul-africanos não brancos organizados.

No contexto de emergência das novas estratégias de luta contra o racismo no Brasil e de reorganização das entidades e de suas atividades, os militantes buscaram, em outras práticas – especialmente, na dimensão da causa na África do Sul –, compreender a si próprios, seu modo de pensar, de agir e de se ver no mundo, atribuindo significados e sentidos para formular seus projetos de inclusão e ampliar sua capacidade de adesão e mobilização de suas causas.

Em 1976, o periódico *Árvore das palavras*, produzido por militantes ligados ao Núcleo Negro Socialista, publicou, em seu número 14, o artigo “África do Sul: da próxima vez fogo”. Nele, comentavam-se os acontecimentos em Shaperville, ressaltando que “Nos últimos anos a situação em toda a África é de revoluções e revoltas a fim de expulsar o colonizador branco e criar governos negros para população negra” (*Árvore das Palavras*, 1976, n.14 p.5), e exemplificando com as principais lutas no sul do continente, especialmente a Rodésia, Namíbia e África do Sul.

Atuante em São Paulo, o Núcleo Negro Socialista era formado por militantes que interagiam dentro de uma organização de esquerda chamada Liga Operária, que

<sup>114</sup> PEREIRA, Amauri Mendes. In: CULTNE - Marcha de 88 - Reflexão 125 anos. 2013. 1 vídeo (14:59min). Publicado pelo Canal Cultne. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gbbm0MeNxk4>. Acesso em: 07 abr. 2022

se tornou Convergência Socialista em 1977. Do Convergência Socialista, fazia parte um pequeno grupo de orientação marxista e trotskista, atuante nas mobilizações contra a ditadura civil militar (FERREIRA; PAES, 2020). Militantes negros que também participaram desse movimento viam o protesto antirracista como indissociável da luta classista e do enfrentamento ao capitalismo. Essa política que articulava raça e classe “atraiu ativistas que cumpriram um papel decisivo na fundação do Movimento Negro Unificado: Flávio Carrança, Hamilton Cardoso, Vanderlei José Maria, Milton Barbosa, Rafael Pinto, Jamu Minka e Neuza Pereira” (DOMINGUES, p.113, 2007).

Fazendo referência a uma tradição africana de se reunir sob o baobá para ouvir aos mais velhos, o *Árvore das Palavras* foi publicado pela primeira vez em 1974, veiculando notícias de revoluções africanas nas colônias portuguesas e mensagens de consciência política do negro brasileiro (SOUZA, 2006, p.82). Comparando as configurações das zonas urbanas segregadas na África do Sul a "verdadeiras favelas (guetos)" brasileiras, o artigo narrou os distúrbios de Soweto contra a obrigatoriedade do ensino da língua Afrikan. Nele, foram citadas as formas de protestos que se deram pelos incêndios em ônibus, edifícios públicos, depredação de lojas, e algumas escolas e universidades.

As ações que configuraram esse episódio da trajetória de combate ao *apartheid* tiveram uma violenta retaliação do governo africânder. Ordenando às suas forças policiais o uso dos meios necessários para garantir a suspensão dos protestos, a repressão resultou, conforme indicado no artigo, em 140 mortos, 1200 feridos e 894 presos.

Além disso, o periódico informou que o ocorrido também gerou alguns protestos internacionais, citando a declaração do Secretário Geral e do Comitê especial da ONU contra o *apartheid*. Iniciando seus trabalhos em 1963, esse Comitê desempenhou diversas funções na mediação dos conflitos e no encorajamento do crescimento da campanha internacional *antiapartheid*. Ele serviu como um canal institucional da ONU para divulgar a causa e legitimar os movimentos de oposição que haviam sido declarados ilegais após o Massacre de Sharpeville, principalmente, o ANC (BRAGA, 2011, p.110).

O parecer dos resultados da luta sul-africana pelo *Árvore das Palavras*, especificamente no contexto das manifestações em Soweto, foi de que, apesar da desigualdade de forças, a população “resolveu dar um Chega Pra Lá na dominação – branca” (*Árvore das Palavras*, 1976, n.14 p.5), fazendo com que o governo racista

voltasse atrás. "É uma vitória dos nossos irmãos" nas palavras dos articulistas, entretanto, a luta continuava acontecendo. O artigo foi finalizado informando que, mesmo após um mês, as escolas permaneciam fechadas e, em partes isoladas do país, ainda aconteciam protestos, e citando o romancista norte-americano "o irmão James Baldwin: Da próxima vez: Fogo".

No *Nzinga Informativo* (1985, n.2 p.4), encontramos uma linha do tempo do regime do *apartheid* com um ordenamento dos eventos e organizações ligados à luta contra o regime de segregação racial. A luta *antiapartheid* começou a ser citada entre 1952 e 1953, a partir da criação ANC, "entidade negra, organiza várias campanhas de oposição ao *Apartheid*" (*Nzinga Informativo*, 1985, n.2 p.4). Em seguida, ela indicou que, em 1956, 156 líderes da campanha contra o *apartheid* foram condenados à morte ou a penas de prisão altíssimas.

Na ótica das lutas empreendidas, a linha do tempo citou o reconhecimento da ONU em 1969 como o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, em referência ao dia 24 de maio de 1960, em que "70 pessoas — mulheres, crianças e homens, são mortos numa passeata contra a Lei do Passe" (Ibid.). Também foi indicada a prisão de Nelson Mandela em 1964; e os conflitos de 1976 em Soweto, que se espalharam por toda a África do Sul, "com um saldo trágico de 575 mortos, 1600 feridos, 200 negros e 80 brancos presos" (Ibid.), indicado pela revista.

No final de sua linha do tempo, *Nzinga* declarou que "O *Apartheid* está em agonia. Unidos, nós todos, em apoio à luta do povo negro da África do Sul, enterramos este regime odioso" (Ibid.). Essa adesão e defesa aberta dos periódicos antirracistas na década de 1980 somava-se às demais ações, ideias e estratégias que comportavam o contexto mais favorável ao ativismo *antiapartheid* praticado no Brasil e fora dele.

Ao escreverem sobre as práticas de luta exercidas no outro lado do atlântico, eles selecionavam e davam ênfase aos episódios, organizações e personalidades sul-africanas mais emblemáticas, construindo um panorama da discriminação racial de lá e uma memória antirracista do combate ao *apartheid*, que serviria de inspiração e unificação das ideias e projetos em torno de políticas raciais elaboradas aqui, conectadas às mudanças seguintes com o fim do regime militar.

O *Maioria falante*, na edição que trouxe Mandela na capa (1987, n.2), exposta na seção anterior, criou algumas matérias que tateavam os aspectos históricos e contextuais dos movimentos de oposição do *apartheid*. Em uma delas, intitulada "A

luta contra o racismo", foi feito um panorama das resistências empreendidas por diversas organizações contra a dominação europeia nos territórios da África do Sul e contra a implantação do regime de segregação racial.

A primeira formação política de sul-africanos, distinta dos brancos, apontadas no texto, surgiu em 1912 – o ANC, mencionando que, no início da organização, seus membros acreditavam que os africanos aceitariam a coparticipação das demais populações na vida política do país. Em seguida, o órgão referiu-se ao advento do ICU em 1920 e, no ano seguinte, à criação do *South African Communist Party* (SACP). Nos anos 1940, o ANC adotou uma estratégia de resistência não violenta em relação às leis segregacionistas, a partir de campanhas pacifistas, exemplificando com a *The Freedom Charter*, a carta da liberdade, e ressaltando que ela foi subscrita por indianos, *colored*, liberais e socialistas.

Nascida das manifestações populares nos anos 1950 pela Campanha do Congresso do Povo<sup>115</sup>, a célebre carta da liberdade foi o mais importante documento programático das diferentes organizações *antiapartheid* sul-africanas. Adotada não somente pelo ANC, mas também por importantes organizações como *South African Indian Congress* (SAIC), *South African Coloured People Organisation* (SACPO), *South African Congress of Democrats* (COD) e *South African Congress of Trade Unions* (SACTU), ela sintetizou o programa de um governo democrático, com base nas demandas e aspirações populares e nas ideias de emancipação, cooperação e solidariedade. “Cerca de 3000 delegados representando operários, camponeses, intelectuais, mulheres, jovens e estudantes [...] reuniram-se em Kliptown, em 26 de junho de 1955 e aprovaram a “Carta da Liberdade” (PEREIRA, 1986, p.67).

A narrativa do *Maioria Falante* seguia informando que os setores dissidentes do ANC, que discordavam da política multirracial, criaram o *Pan Africanist Congress* (PAC). O PAC convocou a manifestação em Shaperville contra a "Lei do passe", cuja repressão do Estado deixou 69 pessoas mortas e, mais tarde, o evento foi reconhecido pelas Nações Unidas. O artigo também comentou que “O ACN cria o seu braço armado Umkhonto we Sizwe (A lança da nação) e o PAC organiza outro grupo guerrilheiro, o Pogo (Apenas Nós)” (*Maioria Falante*, 1987, n.2, p.6), posteriormente renomeado como *Azanian Peoples Liberation Army* (APLA).

---

<sup>115</sup> Sobre a Campanha do Congresso do Povo, ver mais em: SAHO, South African History Online. Congress of the People and the Freedom Charter. Disponível em: <https://www.sahistory.org.za/article/congress-people-and-freedom-charter> Acesso: 15 mai.2022.



Continuando a apontar os marcos da trajetória do movimento *antiapartheid*, em 1963, o artigo indicou que os principais dirigentes do ANC foram presos, incluindo seu presidente, Nelson Mandela. Em 1976, houve a rebelião dos “jovens negros de Soweto” e a independência dos Homelands ou Bantustans<sup>116</sup> de Transkei, Ciskei, Venda e Bophutswana, condenada internacionalmente, por se tratar de uma concessão e estratégia do governo sul-africano para barrar a circulação interna de trabalhadores não brancos.

Nesse sentido, a abolição da autorização escrita que controlava o fluxo migratório pelo Estado, como consequência das pressões internas e externas ao país, foi vista de forma crítica pelo periódico. Em sua avaliação, o *Maioria Falante* discorreu que a decisão do governo em extinguir o “Passe”, um documento que restringia a circulação da população não branca em áreas do território da África do Sul, estava “entre outras leis restritivas, numa tentativa de reformas cosméticas que não mudam a face hedionda do *apartheid* e não abalam a essência do regime sul-africano” (Ibid.).

O mesmo periódico, na edição de 1988 (julho/agosto), trouxe um artigo intitulado “Milhões lembram levante de Soweto”, publicado na seção “Maioria Internacional”, e assinado pelo jornalista e escritor Uelinton Farias Alves. Nele, continham notícias sobre a greve geral convocada para lembrar o levante de Soweto após 21 anos. “Foi mais uma tentativa, das muitas que têm sido tentadas, de desafiar a estrutura e o aparato do governo segregacionista de Bhotá” (*Maioria Falante*, 1988, jul/ago, p.11)

Narrando os efeitos da greve, foi informado que o protesto levou à ausência dos trabalhadores não brancos nas fábricas, no comércio e em restaurantes. Isso foi considerado pelo periódico como um “golpe certo contra os esforços do regime governamental” e uma das grandes vitórias da resistência ao regime, na medida em que milhões de pessoas aderiram à greve de três dias, repercutindo internacionalmente e fazendo aumentar as pressões contra o governo da África do Sul.

---

<sup>116</sup> Um dos pilares da política do *apartheid*, os bantustões ou pátrias correspondiam a espaços territoriais demarcados dentro das fronteiras da África do Sul e projetados para isolar os diferentes grupos étnicos sul-africanos das zonas urbanas reservadas às populações de origem europeia. Esses territórios careciam de uma estrutura local para o seu próprio desenvolvimento e dependiam das atividades econômicas da África do Sul branca. Como parte da política de “desenvolvimento separado”, sem poder reivindicar a nacionalidade sul-africana, o governo do Partido Nacional declarou os bantustões de Transkei, Bophuthatswana, Venda e Ciskei áreas independentes, porém, eles não foram reconhecidos internacionalmente.

Tais notícias, relacionadas aos principais acontecimentos mobilizados pelos grupos de combate ao *apartheid* na África do Sul, tomaram um espaço significativo nas páginas dos periódicos da Imprensa Negra. Ao mesmo tempo, os debates sobre o racismo e a desigualdade racial vivenciada no país, promovidos pelos militantes antirracistas, ganhavam força e se tornavam um tema preponderante na conjuntura nacional e com visibilidade nos meios hegemônicos de comunicação.

O ano de 1988, no Brasil, foi marcado por um processo de redemocratização, com a formulação e promulgação da Constituição Federal. Esse período também foi importante no que diz respeito ao avanço da agenda política e de estratégias de intervenção do Movimento Negro. O ano culminou nos desdobramentos relacionados no Centenário da Abolição, e em um contexto posterior relacionado à “Marcha Zumbi dos Palmares pela vida e contra todas as formas de discriminação”, realizada em 20 de novembro de 1995, em Brasília.

Em vista do exposto, observamos, nesse conjunto de materiais, a ênfase nos movimentos de resistência ao regime de segregação racial sul-africana e as demais dinâmicas anticoloniais que se sucederam na África, ligadas à conjuntura dos debates sobre o racismo na esfera nacional. Na retórica formulada por articulistas e intelectuais afros desse contexto, associados à busca pela composição e afirmação de uma identidade negra coletiva, era importante exemplificar, nas atuações e ideias dos grupos e personalidades *antiapartheid*, as formas de protesto exercidas em outros lugares, especialmente, na África do Sul.

### 3. “ÁFRICA FORTE LUTA POR LIBERDADE, APARTHEID É DESUMANIDADE: LUTA ANTIAPARTHEID NO BRASIL (1977-1986)

*“As organizações democráticas da Bahia vêm mais uma vez levar ao governo brasileiro, a vontade do nosso povo de que imediatamente o Brasil corte relações diplomáticas, culturais e econômicas com o governo criminoso da África do Sul. Apesar de já diversas vezes ter sido demonstrada, essa vontade ainda não foi respeitada, demonstrando o descaso dos dirigentes deste país ante aos anseios da população. QUEREMOS O FIM DO APARTHEID. QUEREMOS O FIM DO RACISMO NO BRASIL E NO MUNDO. QUEREMOS LIBERDADE PARA NELSON MANDELA E PARA O POVO OPRIMIDO DA ÁFRICA DO SUL. QUEREMOS DIZER PARA O MUNDO QUE O POVO BRASILEIRO DECIDIU: APARTHEID NÃO!”<sup>117</sup>*

Do conjunto de referenciais externos das lutas de libertação na África e na diáspora, que circularam e embalaram a nova cultura antirracista do Brasil, o *antiapartheid* foi ganhando destaque e se tornou uma pauta recorrente nos repertórios discursivos das diferentes entidades e dos militantes do Movimento Negro contemporâneo. As narrativas de apelo à situação violenta dos sul-africanos não brancos nos periódicos da imprensa produzida por afro-brasileiros refletiram em ações práticas de conscientização, denúncia e enfrentamento mediante a realização de moções, atos e manifestações, tornando esse movimento social o principal ator das mobilizações contra o *apartheid* no país.

Objetivamos, com esta seção, identificar e compreender as ações de luta transnacional efetuadas pelo Movimento Negro contra o sistema de segregação racial da África do Sul, que caracteriza a terceira pergunta elencada para o desenvolvimento da tese: 3) *Quais mecanismos e estratégias foram adotadas no enfrentamento transnacional contra o apartheid no Brasil pelo Movimento Negro?*

Nesse sentido, na primeira subseção, abordamos a internacionalização dos repúdios ao regime segregacionista, compreendendo os contextos e articulações políticas que levaram dezenas de países e movimentos sociais a condenar o *apartheid*. Também discutimos as características e os limites da documentação do Arquivo Nacional (AN), que compõe a seção seguinte. A partir da análise e do cruzamento de diferentes documentos, propomos recompor, na próxima seção, a complexa rede constituída por uma diversidade de ativistas, instituições, conselhos e

<sup>117</sup> Trecho da carta de repúdio do Grupo Cultural Os Negões de Salvador/BA, assinada por 30 representantes de entidades do Movimento Negro baiano durante um ato público contra o *apartheid*, realizado no dia 18 de julho de 1988 no Centro Cultural SITOC, localizado no Centro Histórico do Pelourinho. In: N°ACE/ANO 880100/85 Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP.88010085

comitês que criticavam as relações externas do governo brasileiro com a África do Sul e conscientizavam a sociedade em geral acerca do racismo institucionalizado aplicado do outro lado do atlântico, através dos atos públicos organizados em solidariedade à causa sul-africana.

### 3.1 O MOVIMENTO ANTIAPARTHEID TRANSNACIONAL

A exploração, a opressão e a violência promovida pelo colonialismo ocidental marcaram a história secular austral da África, pactuando no regime de segregação do *Apartheid* no século XX. Na África do Sul, o sistema consolidou estruturas políticas, econômicas e militares que permitiram a hegemonia dos grupos de origem europeia sobre as diversas populações africanas nativas do território.

Os mecanismos do racismo institucionalizado, que atingiam com brutalidade o cotidiano de africanos urbanizados, coloreds, indianos e demais grupos sociais do país, gestou uma diversidade de mobilizações populares e de aspirações de uma pequena classe média africana, em uma luta pela inclusão política e pela sobrevivência em um estado totalitário. A resistência foi registrada em experiências plurais sul-africanas e em seus diferentes projetos de libertação, marcadamente nos movimentos de desobediência civil, organizações de trabalhadores, universitários, secundaristas, movimento armado, expressões do nacionalismo africano, consciência negra e outros.

Junto a esses movimentos domésticos de oposição, também foram desenvolvidas estratégias e ações civis e governamentais de apoio e solidariedade, por diferentes organizações em países da África, Europa e América, que criticavam as leis do *apartheid* e defendiam os princípios dos Direitos Humanos laureados no pós-guerra.

Além de suporte financeiro, logístico e militar por parte de alguns países do bloco socialista e de países não alinhados da lógica da Guerra Fria, os Estados, organizações internacionais e sociedades civis passaram a efetuar sanções econômicas, embargos, boicotes na esfera esportiva, cultural e acadêmica, protestos, campanhas de libertação e restrições diplomáticas ao governo sul-africano. Essas ações foram sendo traçadas com maior ênfase a partir dos anos 1960, mediante as tensões e os rearranjos geopolíticos da nova ordem mundial.

Nas três primeiras décadas do regime, o capital internacional investia fortemente no país, dando vitalidade ao racismo oficial de Pretória. A política

econômica dos governos do *National Party* (NP), com a criação de setores industriais voltados para a produção interna, atraiu interessados – especialmente lideranças do bloco capitalista, como os EUA, Reino Unido, Alemanha Ocidental e Israel – no grande mercado de mão-de-obra barata. “As inversões estrangeiras, especialmente as norte americanas quintuplicaram seu valor entre 1957 e 1958” (PEREIRA, 2010, p.48). Ao final da década de 1980, nas novas dinâmicas no cenário global, cresceram as pressões econômicas e políticas sobre a África do Sul, atingindo suas relações internas e externas, que ajudaram a levar ao processo do fim do regime, na primeira metade da década de 1990.

Diversos atores externos, dentre eles, a ONU, organizações não governamentais (ONGs), Estados e organizações internacionais, promoveram diferentes ações de boicote ao *apartheid* e estabeleceram relações em apoio à luta empreendida pelos grupos e lideranças da África do Sul. É preciso ressaltar que alguns países, como a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a Índia, o Brasil e os estados da África Austral, cumpriram um papel fundamental no movimento internacional *antiapartheid*.

A URSS apresentou-se como importante aliada, fornecendo apoio à luta armada e à política, ao *South African Communist Party* (SACP), ao ANC e sua ala armada, Umkhonto we Sizwe (MK) (BRANCHTEIN, 2016). Essa aliança se deu com o auxílio de diferentes recursos para desenvolver estratégias de resistência e combate ao *apartheid*: subsídio financeiro, envio de mantimentos, treinamento militar e de guerrilhas, transferência de armamentos e apoio logístico.

De acordo com os dados oficiais, o apoio concreto com fornecimento de armas, equipamentos e assistência financeira começou com a visita de Oliver Tambo e Moses Kotane à URSS em 1963, e continuou por mais de 25 anos. “O valor total da assistência ao ANC (de 1963 a 1990) foi de cerca de 61 milhões de rublos, incluindo 52 milhões de suprimentos (36 milhões - “equipamentos especiais” e 16 milhões - bens civis)” (SHUBIN, 2008, p.17). A assistência técnica deu-se especialmente com treinamento de quadros do ANC na URSS e envio de especialistas soviéticos para Angola. Contabilizou-se, ainda, a assistência material fornecida pelo Partido Comunista Soviético e ONGs, como o Comitê Soviético de Solidariedade Afro-Asiática (Ibid.).

Partilhando historicamente as violências desempenhadas pela colonização britânica, a Índia também exerceu um papel especial na trajetória da luta contra o

*apartheid* na África do Sul, sobretudo no campo das organizações internacionais e no âmbito das Nações Unidas.

A massa indiana que migrou para a África do Sul entre 1860 e 1911, incentivada pela mão de obra, também foi submetida às estruturas raciais criadas pelo sistema do *apartheid*. “Em finais do século XIX, existiam na província do Natal 51 mil indianos, no Cabo, 10 mil e na República do Transvaal cerca de 5 mil indianos” (BRANCO, 2003, p.36). O estado impôs suas leis de segregação a esse povo, limitando-os à moradia e mobilidade, e retirando os seus direitos políticos.

Essas comunidades de trabalhadores indianos – hindus, mulçumanos e cristãos –, discriminados pelos europeus e africanos que os denominavam coolies ou sâmi, resistiram ao regime. Inspirados nos ideais difundidos por Mahatma Gandhi e no princípio da não agressão fundamentada por Satyagraha, eles passaram a articular exigências políticas e associar as suas campanhas e ações com as demais forças sociais que se mobilizavam na África do Sul.

Em sua criação, a principal organização sul-africana de caráter nacional – o ANC –, foi inspirado no *Indian National Congress* (INC), partido que desenvolveu a ideologia nacionalista na Índia, no esforço de torná-la independente do Império Britânico (BRAGA, p.68, 2011). Mais tarde, na década de 1940, o *African National Congress Youth League* (ANCYL), liderado por Mandela, adotou estratégias de não agressão e táticas de desobediência civil. Destarte, ao longo do tempo, os mais diversos grupos sociais em luta contra opressões vividas “trocam engenhosidades, saberes, produção de conhecimentos constituídos a partir de suas próprias experiências de enfrentamento” (SILVA, 2021, p.79).

As críticas ao *apartheid* enquanto um sistema racial repressivo, à maior organização internacional daquele momento, iniciou-se em 1946, a partir de iniciativas indianas. Em 1948, o representante da Índia na ONU, Padmanabha Pillai, escreveu uma carta para o Secretário Geral, fazendo reclamações acerca da maneira como os indianos estavam sendo tratados na África do Sul (NASCIMENTO, 2009, p.42). Vale lembrar que, no mesmo ano, foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos na Assembleia Geral da ONU, sendo um marco na construção das liberdades e dos direitos básicos para toda a pessoa humana.

Com essa condenação incitada pela Índia dentro da ONU, passou a crescer o número de manifestações formais, resoluções e sanções no sentido de pressionar o governo sul-africano a alterar e extinguir suas políticas de segregação racial.

Em 1963, foi adotada, no âmbito da Assembléia Geral da ONU, a *Declaration on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination*. Dois anos mais tarde, a Assembléia Geral adotou a *International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination*. O dia 21 de março do ano seguinte, aniversário de 5 anos do Massacre de Sharpeville, na África do Sul, foi designado como *International Day for Elimination of Racial Discrimination*. Em 1971, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), juntamente com outros países, esboçou um rascunho de uma espécie de convenção para punição e supressão contra o regime do Apartheid. Esta convenção foi reconhecida e aprovada pela ONU em 1973, tendo sido assinada por 31 países no momento de aprovação, e por muitos outros sequencialmente (Ibid. p.36).

Com o passar dos anos, e com cada vez mais países independentes se incorporando à ONU, a África do Sul foi coletando mais opositores ao seu regime, com exceção dos países com poder de veto no Conselho de Segurança, como EUA e Reino Unido, que exerciam sua influência para proteger o governo de Pretória (BRANCHTEIN, 2016, p.36). No caso brasileiro, o engajamento com a questão do *apartheid* foi caracterizado por algumas aproximações e distanciamentos, associadas aos aspectos políticos da consolidação de um projeto de Brasil e sua inserção na ordem internacional.

No contexto pós Segunda Guerra Mundial, na conjuntura da construção do Brasil como uma democracia racial, intelectuais como Gilberto Freyre definiram o *apartheid* como moralmente incompatível com a cultura brasileira (DÁVILA, 2015, p.93). Os exemplos de regimes oficiais de supremacismo branco, tanto na África do Sul quanto nos EUA, nutriam a ideia de um Brasil ausente de preconceito racial. “Curiosamente, intelectuais e políticos na África do Sul e nos EUA também investiram na contraimagem de um Brasil antirracista” (Ibid.).

Embora os dois países possuíssem divergências ideológicas, de 1918 até a metade da década de 1970, o Brasil esboçou uma política de relacionamento com a África do Sul, prevalecendo seus interesses econômicos e seu alinhamento com a política colonial portuguesa. Com um jogo discreto entre o discurso e a prática, as elites brasileiras, parafraseando Antônio Sérgio Guimarães (1995, p.42), representavam diariamente o compromisso entre exploração selvagem e boa consciência. Assim, apesar do discurso oficial do convívio harmônico entre as raças, a nação do *apartheid* consistiu, até aquele momento, o mais importante espaço de intercâmbio comercial no continente africano.

A aproximação com a União Sul-Africana, ainda sob domínio do Império Britânico, iniciou-se em 1918, com a criação de um Consulado de Carreira na Cidade do Cabo, cujas atividades só começaram em 1926, para promover o comércio bilateral. Assim, o primeiro acordo comercial, proposto pelo governo de Pretória, foi assinado somente mais tarde, em 1939. Na década seguinte, intencionando estabelecer relações diplomáticas diretas e consolidar seu interesse político pela aproximação com os sul-africanos, o Brasil instalou oficialmente uma Legação diplomática em Pretória em 1947 (PENNA FILHO, 2001, p.75). Se para o Itamaraty, aspectos econômicos foram determinantes para a condução das relações com a África do Sul, é importante destacar que,

a diplomacia sul-africana percebia o Brasil não como um parceiro comercial importante, mas sim como um eventual aliado político que poderia ajudar a romper a crítica à política racial sul-africana e a possibilidade de isolamento crescente contra a União verificada no interior da Organização das Nações Unidas (Ibid, p.79)

O relacionamento diplomático e comercial entre ambos perdurou até meados de 1974 e 1975, em um cenário de desdobramentos da descolonização africana com os novos contornos geopolíticos na região da África Austral. Com o nascimento dos Estados independentes, sobretudo os territórios livres do colonialismo português, o governo militar passou a construir uma política africana do Brasil, intensificada na presidência de Ernesto Geisel (1974-1979)<sup>118</sup>, para ampliar seus espaços de ação no ambiente externo. Com isso, as relações com a África do Sul foram se tornando um empecilho, na medida em que prejudicavam sua imagem para as articulações diplomáticas com os demais países africanos que, em uma perspectiva de luta anticolonial, expressavam seu apoio aos grupos e organizações *antiapartheid*.

Todavia, é preciso pensar que, quanto mais o Estado brasileiro se aproximava da África, mais a conexão com a África do Sul ia se tornando parte da política africana que, por sua vez, já estava sendo gestada desde o início da década de 1960 pelo menos (PENNA FILHO, 2010, p.166). Enquanto essa desenvoltura do Brasil com a África foi se consolidando, estendiam-se as críticas e o confronto à política de

<sup>118</sup> Buscando efetivar um intercâmbio comercial que fosse vantajoso para os dois lados, alguns países passaram a se destacar na política africana do Brasil, como Nigéria, Argélia, Gabão, Senegal e os recém-independentes Estados de língua portuguesa, com destaque para Angola, sobretudo pela riqueza em recursos minerais e potencialidades futuras para o Brasil. (PENNA FILHO; LESSA, 2007, p.69)



segregação racial sul-africana. Assim, o período entre a metade da década de 1970 e o final da década de 1980 foi caracterizado pelo afastamento das relações bilaterais entre esses dois países (Idem, 2001, p.81).

Contudo, foi somente na abertura democrática que o Estado brasileiro impôs sanções estratégicas à África do Sul na esfera econômica e social. O Decreto nº 91.524, assinado em 09 de agosto de 1985 pelo presidente José Sarney, proibiu as atividades de intercâmbio cultural, artístico ou desportivo; bem como a venda de armas, munições, veículos e equipamentos militares; e a exportação de petróleo e combustíveis derivados para a África do Sul ou para o território da Namíbia, ilegalmente ocupado.

Nessa nova postura, o governo brasileiro afirmou que a política de segregação racial sul-africana “atenta contra a consciência e a dignidade da humanidade”<sup>119</sup> e, portanto, estava em “contradição flagrante com os princípios de democracia e convivência racial vigentes no Brasil”. O texto do decreto também mencionava as “reivindicações legítimas da população negra sul-africana”, diante do quadro do agravamento da repressão desencadeada pelo Governo daquele país.

Almejando desempenhar um lugar preponderante nos fóruns internacionais, somando-se aos demais países na condenação do *apartheid*, a posição oficial no texto do decreto alinhou-se ao discurso dos Direitos Humanos e ao cumprimento das resoluções da ONU, de suspensão de atividades comerciais e esportivas. Contudo, na década de 1980, também assistimos o crescimento e o amadurecimento do ativismo civil *antiapartheid* no país, que tornou o Movimento Negro o principal ator das críticas ao Estado brasileiro e às suas relações com a África do Sul.

Além desses atores que internacionalizavam a luta *antiapartheid*, os países africanos recém-independentes, em especial da África Austral, também contribuíram para a desestabilização e o fim do regime dos africâneres. Compartilhando das tensões causadas pela dominação colonial ao longo dos séculos, e das experiências e perspectivas das lutas de libertação, os países da região mais ao sul do continente africano apoiavam os grupos de resistência dos territórios da África do Sul.

As novas dinâmicas regionais, advindas dos movimentos nacionalistas para a descolonização na segunda metade do século XX, aglutinaram a energia de Angola,

---

<sup>119</sup> Decreto nº 91.524, de 09 de agosto de 1985: Estabelece restrições ao relacionamento com a República da África do Sul.

Moçambique, Tanzânia, Botsuana e Zâmbia – primeiros países independentes da África Austral. Hostilizados pela violenta política externa da África do Sul, esses estados se reuniram em um comitê criado pela Organização de Unidade Africana (OUA) em 1974, que ficou conhecido como Estados da Linha de Frente (ELF) ou Países da Linha de Frente (PLF). A OUA foi um organismo internacional criado em 1963, durante uma conferência realizada em Addis Abeba, na Etiópia, para fortalecer e reunir os interesses dos novos Estados-nações africanos, na perspectiva do pan-africanismo.

O objetivo do PFL era estabelecer apoio aos movimentos e organizações de resistência africana ao imperialismo europeu, a fim de alcançar a libertação política à toda região austral, em especial no Zimbábue, Namíbia e África do Sul. A ideia da organização já existia desde a década 1960, mas foi constituída somente na década de 1980, por Julius Nyerere (Tanzânia), Kenneth Kaunda (Zâmbia), Seretse Khama (Botswana), Samora Machel (Moçambique) e Agostinho Neto (Angola), enquanto iniciativa de caráter voluntário para ajudar os seus vizinhos, que estavam sob o jugo colonial (PORTO, 1991, p.147).

Os integrantes do PLF buscavam combater a hegemonia política, militar e econômica da união sul-africana e as políticas segregacionistas promovidas pelo *apartheid*. Além de um Estado agressor à sua população, a África do Sul era percebida pelo grupo como um obstáculo ao desenvolvimento de toda a região e uma ameaça para a paz de seus vizinhos, já que sabotava a economia e o sistema político de outros estados, sobretudo na infraestrutura e instituições financeiras, afastando os possíveis investimentos estrangeiros desses países (BRANCHTEIN, 2016, p.38).

Para manter seu poder em um ambiente cercado de antagonismo político e ideológico, os africâneres encontraram uma via de preservar a ordem regional centrada na África do Sul, através da promoção da desestabilização e política de guerra aos estados vizinhos. Assim, desde a década de 1960 até o final da década de 1980, também contexto de engajamento das superpotências da Guerra Fria no continente africano, os conflitos armados e as guerras civis marcaram a história de instabilidade da região Austral.

No sentido de defesa às agressões da África do Sul, os PLF coordenaram esforços, recursos e estratégias de auxílio às organizações que atuavam na região: ANC e o PAC na África do Sul; SWAPO, a *Zimbabwe African National Union* (ZANU) e a *Zimbabwe African People's Union* (ZAPU) no Zimbábue e Rodésia

(BRANCHTEIN, 2016, p.38). O resultado foi uma onda de processos de descolonização, com diferentes focos de conflito, que contribuíram para o declínio do sistema do *apartheid* a partir dos anos 1980. Com as primeiras ações direcionadas às questões na Rodésia e Namíbia, “passaram a ser considerados, aos olhos da Sociedade Internacional, como a vertente política da região no combate ao *apartheid*” (BRANCO, 2003 p.111)

Além do enfrentamento aos regimes de minoria branca e ao colonialismo ocidental, os PLF visavam maior libertação econômica, objetivando reduzir a dependência dos estados em relação à África do Sul, e aumentar a cooperação e o desenvolvimento dos países-membros. O grupo é precursor da Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC) criada em 1980, atualmente nomeada de Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Ela é a mais bem-sucedida organização econômica no continente africano, com adesão de 14 países, incluindo a Namíbia – independente em 1990 – e a África do Sul, que ingressou em 1994, sob o governo do ANC, presidido por Nelson Mandela.

Afora as práticas *antiapartheid* transnacionais desempenhadas na esfera governamental, não poderíamos deixar de mencionar as iniciativas do ativismo civil nos EUA, que também cumpriram um papel importante no crescimento e consolidação do transnacionalismo *antiapartheid*. As mobilizações transnacionais contra o *apartheid* foram gestadas por ONGs, organizações estudantis, sindicais e universitárias e, sobretudo, por grupos afro-americanos ligados ao Movimento dos Direitos Civis.

As articulações protagonizadas pelos afro-estadunidenses remontam à década de 1940, contexto em que compartilhavam uma situação similar à dos sul-africanos. As leis de supremacia branca, que regiam a segregação racial norte-americana conhecida como *Jim Crow*, fizeram com que “la lucha contra el Apartheid sudafricano se presentaba, entonces, como una extensión de la lucha de la comunidad negra contra la explotación a nivel doméstico” (CARBONE, 2015, p.136).

As ações que marcaram a atuação civil norte-americana caracterizavam-se por campanhas de arrecadação de fundos de assistência, conscientização sobre a situação política da África, apoio às ações de desobediência civil, boicotes, criação de comitês, organização de conferências acadêmicas e intelectuais, protestos etc. Também mobilizavam campanhas de desinvestimento em empresas estadunidenses que mantinham relações econômicas com a África do Sul e criticavam o alinhamento

político e diplomático dos EUA com o governo de Pretória, por apelo às sanções financeiras contra o regime dos africânderes<sup>120</sup>.

No Reino Unido, também houve apoio aos movimentos *antiapartheid* e mobilizações dos setores da sociedade civil britânica, como a Igreja, os Partidos Comunista, Trabalhista e Liberal, que possibilitaram a articulação de ativistas sul-africanos exilados, principalmente em Londres. O grupo dos exilados forjou o centro do movimento contra o *antiapartheid*, exigindo sanções de organismos internacionais, como a ONU e a Commonwealth (KLOTZ 1995, p. 113, apud BRAGA, 2011, p.172).

Contudo, a intensificação da luta interna na década de 1980 na África do Sul; o enfraquecimento econômico e político do regime africâner frente aos conflitos na região Austral e as transformações na ordem internacional com o fim da Guerra Fria; somados à mobilização da ação coletiva transnacional, que resultou em sanções e boicotes que isolaram cada vez mais o país, formaram o quadro de elementos internos e externos que levou o sistema racista sul-africano ao colapso.

### 3.2 DOCUMENTAÇÃO DO ARQUIVO NACIONAL: APONTAMENTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS

O rastreio das articulações *antiapartheid*, efetuadas por entidades antirracistas e ativistas afro-brasileiros, só foi possível nesta pesquisa de tese, porque o Movimento Negro e outros grupos sociais estavam sendo constantemente vigiados pelos órgãos de segurança do Estado. Consubstanciado nas leis de segurança nacional, cartas constitucionais e de atos institucionais, passando a institucionalizar a repressão política, as agências de informação produziram um grande volume de documentos nomeados de “Racismo Negro”.

Durante o período autoritário brasileiro, mecanismos estatais de violência foram acionados para dar sustentação ao regime de exceção. Entre os anos de 1964 e 1985, estendendo-se até a redemocratização em 1988, o governo militar nutriu uma intensa atividade de espionagem e vigilância sobre os setores sociais organizados no país. Objetivando desmobilizar e punir a luta de milhares de brasileiros que estavam em desacordo com os projetos políticos da ordem dominante, essas práticas faziam parte

---

<sup>120</sup> Ver mais na seção 4.1 *EUA* do capítulo quatro (4) da obra de BRAGA (2011) e o artigo de CARBONE (2015).

de um sistema que desempenhou, em apenas 21 anos, uma série de métodos violentos como demissões, exonerações, prisões, torturas e assassinatos.

As ações de espionagem sistemática eram coordenadas pela instituição central da estabilidade do regime, o Serviço Nacional de Informações (SNI), hoje extinto. Criado após o golpe de 1964, esse órgão central abrigava o Sistema Nacional de Informação e Contrainformação (SISNI) que, por sua vez, detinha diversas entidades integradas, estruturadas hierarquicamente, que davam força e manutenção à complexa rede do estado autoritário. O SNI constituía-se de dezenas de órgãos com funções e competências diversas, como o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) e o Centro de Operações de Defesa Interna - Destacamento de Operações Internas (CODI-DOIS).

Gradativamente, os militares construíram um amplo sistema de informações que abrangia todo o país e até extrapolava seus limites territoriais. Isso porque o regime concentrou seus esforços não só na repressão por meio das polícias tradicionais, mas também no plano das informações com coletas e análises cada vez mais especializadas (PENNA FILHO, 2008, p.80). Enquanto existiram, essas instituições de informação e segurança produziram extensos relatos de monitoramento discreto das atividades políticas de brasileiros aqui e no exterior, que ajudavam a coordenar as ações repressivas para neutralizar e eliminar os grupos considerados subversivos.

Atualmente, o amplo volume de registros das experiências de vigilância do autoritarismo integram um valioso patrimônio documental dessa pequena parte da história do Brasil. Nosso país é o que mais acumulou acervos sobre as atividades de espionagem, polícia política, censura e propaganda, no espírito das ditaduras do cone sul<sup>121</sup>. A recuperação, organização e disponibilização desse acervo para consulta só foi possível após o restabelecimento da democracia e o direito de acesso à informação garantido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

O aprofundamento desses debates no século XXI propiciou a implementação de uma série de políticas públicas que propunham recuperar uma memória social e política marcada pela ditadura militar e a reparação às famílias diante dos casos graves de violações de direitos humanos, que deixou centenas de mortos e desaparecidos. Em 2005, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência

---

<sup>121</sup> THIESEN; FROTA, 2020, p.14

da República criou um Grupo de Trabalho, conforme a Portaria nº 21, de 21 de fevereiro de 2005. O objetivo desse grupo era elaborar um projeto para a implantação de um centro de referência, que "venha abrigar informações, documentos, arquivos, objetos artísticos com valor simbólico, sobre as violações dos Direitos Humanos durante o período da ditadura militar no Brasil".<sup>122</sup>

No mesmo ano em que o Grupo entregou seu relatório final com a proposição do projeto de um centro de referência, o AN recebeu os documentos produzidos e recebidos pelos extintos CSN, Comissão Geral de Investigações (CGI) e SNI, que estavam sob a guarda da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) (Ibid.).

Esses arquivos somaram-se aos demais documentos que já haviam sido recolhidos desde a década de 1990 e aos novos conjuntos documentais de outros órgãos extintos do regime, obtidos por meio da solicitação da Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Van Rousseff, em 2006. Assim, desde 2005, o AN teve seu acervo sobre repressão política no Brasil incrementado em 20 vezes mais, onde 493.898 páginas de texto passaram para 11.468.676, em novembro de 2009 (SILVA, 2008b, p.18).

Entretanto, foi somente nesse ano, em um contexto político e jurídico favorável à transparência pública e ao direito à memória, que o "Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Relevadas" foi lançado, durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva. Seu objetivo era reunir, de forma cooperativa, informações sobre o acervo arquivístico relacionado à repressão política no período da ditadura.<sup>123</sup>

Desse modo, a ampla e complexa rede de arquivos públicos que compõe toda a documentação da repressão, sobrevivente à transição pós-ditadura militar, está sob a guarda do AN – órgão gestor da documentação pública, ao qual o Centro é vinculado. A instituição é responsável, portanto, pela transformação dos documentos em fontes de informação, através de um tratamento técnico de recuperação, catalogação e viabilização ao acesso público. Esse significativo acervo serve de subsídio para as reflexões e articulações entre os campos do arquivo, da memória e da história, promovendo contribuições de fins científicos, acadêmicos e sociais.

<sup>122</sup> REVELADAS, Memórias. Histórico. Disponível em: <http://antigo.memoriasreveladas.gov.br/index.php/historico>. Acesso: 06 jul. 2022.

<sup>123</sup> REVELADAS, Memórias. Histórico. Disponível em: <http://antigo.memoriasreveladas.gov.br/index.php/historico>. Acesso: 06 jul. 2022.

De maneira conjunta, o **Projeto Memórias Reveladas**, a **Comissão Nacional da Verdade** e a **Lei de Acesso à Informação** integram a articulação de promoção do direito à memória e à verdade acerca da história da ditadura de segurança nacional para a historiografia recente, impulsionando diversos historiadores e pesquisadores a reverem e aprofundarem infundáveis problemáticas de pesquisa acerca desse período da História do país<sup>124</sup> (FERNANDES, 2021, p.539 - grifo nosso)

Nesse sentido, a documentação oriunda do aparato de vigilância ganhou relevância ligada à escrita da história e à produção de uma memória, no sentido de possibilitar a construção de novas interpretações ao conjunto de violações estatais cometidas na ditadura. Para além de compreender o funcionamento do regime e os impactos das práticas de repressão política de estado contra diversos grupos sociais, é possível capturar, em seus conteúdos, as experiências vivenciadas por esses grupos, bem como as ideias e convicções compartilhadas pelos agentes do regime.

Novos trabalhos historiográficos, produzidos na última década, puderam se beneficiar do acesso a essas documentações do AN, que estavam inacessíveis anteriormente. Além disso, testemunhos da cultura política autoritária daquele período têm sido reconstituídos por pesquisadores. No exercício de costurar fragmentos, eles identificaram questões relativas às atividades políticas, à estrutura das organizações, às afirmações dos membros e aos dilemas internos dos grupos sociais sob vigilância, considerados uma ameaça à ordem vigente expressa ideologicamente na doutrina de Segurança Nacional<sup>125</sup>.

No emaranhado de informações contidas nessas fontes, constatou-se a existência de registros do monitoramento sobre a questão racial, sendo possível tecer novas análises acerca de como os governos militares encaravam o debate sobre raça e racismo. Considerado um movimento subversivo ao projeto político oficial, por suscitar o problema da discriminação tecendo críticas ao poder do Estado e as autoridades instituídas, os afro-brasileiros organizados acirraram as tensões do ideário da democracia racial apropriado pelos governos militares. Ao ameaçarem a

<sup>124</sup> FERNANDES, 2021, p.539

<sup>125</sup> Segundo Coimbra (2000, p.10), a Doutrina de Segurança Nacional associou a segurança e o bem-estar social, justificando o sacrifício deste último com a limitação da liberdade, das garantias constitucionais, dos direitos da pessoa humana, quando a “segurança nacional” estivesse ameaçada. Esses princípios nortearam a subjetividade oficial em vigor para a caça ao “inimigo interno” e ajudaram a estruturar todo um sistema com dezenas de organismos repressivos de segurança e policiamento dos opositores políticos. Ver mais em: COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Doutrinas de Segurança Nacional: banalizando a violência. **Psicologia em Estudo**. DPI/CCH/UEM. v. 5 n. 2 p. 1-22, 2000.

imagem do paraíso racial brasileiro e, ao mesmo tempo, inclinarem-se para o lado de outros movimentos de oposição e resistência, o agenciamento das mobilizações contra o racismo passou a ser indesejável ao regime, tornando-se alvo do aparato repressivo do estado.

Assim, as atividades organizadas por ativistas de entidades do Movimento Negro e grupos universitários foram monitoradas por meio de infiltrações em reuniões e encontros institucionais, sofrendo boicotes e acusações falsas como forma de desmobilização. As reivindicações e temáticas do discurso antirracista, referentes aos problemas sociais que a população afrodescendente enfrentava, apresentava-se como um incômodo e uma insubordinação social aos olhos da polícia política (KÖSSLING, 2007). Nesse sentido, das práticas de vigilância, produziu-se um grande volume de relatos, cujos documentos contêm registros detalhados dos assuntos que eram debatidos entre os militantes.

Além disso, perseguições<sup>126</sup>, abordagens policiais, prisões arbitrárias<sup>127</sup> e invasões em bailes *black* e *soul*<sup>128</sup> caracterizaram as ações de vigilância e repressão do estado de exceção, segundo os pesquisadores que se dedicaram a compreender o advento do ativismo afro-brasileiro durante o período da ditadura militar<sup>129</sup>. Igualmente, os relatórios da comissão da verdade de São Paulo e do Rio de Janeiro<sup>130</sup> também concluíram que as articulações de combate ao racismo passaram a ser encaradas como ameaça ao regime, recaindo consideravelmente o aparato repressivo aos sujeitos afros e seus agenciamentos. Em um olhar secular, esse conjunto de

<sup>126</sup> Conferir em: JESUS, Marize Conceição de. **O legado da militância negra pós-64 para a democratização das relações étnico-raciais**. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2015.

<sup>127</sup> Conferir em: SÃO PAULO, Comissão da Verdade do Estado de. **Tomo I - Parte II - Perseguição à População e ao Movimento Negros**. São Paulo, 2015.

<sup>128</sup> Ver as obras: PEDRETTI, Lucas. **Dançando na mira da ditadura: bailes soul e violência contra a população negra nos anos 1970**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022; LYRIO, Caroline. **Racismo institucional e ditadura militar: girando em sentido antihorário na árvore do esquecimento**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Direito do Departamento de Direito da PUC-Rio. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2016; ALBERTO, Paulina L. Quando o Rio era black: Soul music no Brasil dos anos 70. **História: Questões & Debates**, Curitiba, volume 63, n.2, p. 41-89, jul./dez. 2015.

<sup>129</sup> KÖSSLING 2007; FIGUEIRÊDO 2016; PIRES 2018; LOPES 2021; SANTOS 2019; RIOS 2014; ESCOBAR 2014.

<sup>130</sup> Ver nos relatórios: SÃO PAULO, Comissão da Verdade do Estado de. **Tomo I - Parte II - Perseguição à População e ao Movimento Negros**. São Paulo, 2015; e RIO DE JANEIRO (estado). **Colorindo memórias: ditadura militar e racismo** In: RIO DE JANEIRO (Estado). Comissão da Verdade do Rio. **Relatório Comissão da Verdade do Rio**. – Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.



violações cometidas durante a ditadura somaram-se às demais violências praticadas sobre as populações de origem africana no Brasil. Além disso,

Apesar do controle interno cerrado e das violências efetuadas contra negros pelo regime militar, no plano externo interessava ao Brasil blindar-se de interferências relacionadas à violação de direitos humanos por parte de organizações internacionais que, no que diz respeito especificamente a questão racial, estavam bastante atentas aos processos de independência africanos, movimentos por direitos civis nos EUA e regimes instituídos de *apartheid* como na África do Sul (RIO DE JANEIRO, 2015, p.9)

Para somar uma contribuição a esses estudos efetuados e produzir interpretações possíveis em torno das atividades *antiapartheid* empreendidas por grupos afro-brasileiros organicamente organizados no país, foi necessário usar recursos digitais para consultar o acervo do AN. Desse modo, a utilização da plataforma virtual do Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN)<sup>131</sup> para realizar a pesquisa documental com duas palavras-chave (Movimento Negro e Apartheid) foi fundamental no momento de pandemia do Coronavírus (Covid-19), em que as instituições se mantinham fechadas.

Assim como qualquer fonte histórica, a utilização dos arquivos da repressão requer atenções e cuidados metodológicos, associados aos aspectos da própria produção do documento – nesse caso, pertencente a um viés estatal e ideológico de sua época. Ao problematizarmos o conceito de verdade, temos em vista que os arquivos produzidos pelos serviços de segurança da ditadura não representam a verdade, mas possuem um caráter evidencial, que exprime muito mais as perspectivas do seu produtor, do funcionamento e as ações do órgão que os geraram (CAMARGO, p.8, 2012).

Não obstante, os arquivos dos órgãos de informação e repressão são matéria-prima essencial para nos aproximarmos de uma verdade possível sobre o passado recente (JOFFILY, p.20, 2014). Nesse sentido, deve-se:

Levar em conta seu contexto de produção, fazer a crítica das fontes levando em conta as operações de ocultamento/revelação próprias desse material, evitando tomá-los em seu sentido literal e atentando para os usos a que estava destinado quando foi forjado. Além de mapear, em função do recorte temático com o qual se está trabalhando, quais as “armadilhas”, limites e possibilidades a serem encarados (Ibid, p.21).

<sup>131</sup> Endereço do portal: <https://sian.an.gov.br/> Acesso: 2019, 2020, 2021, 2022.

A pesquisa de fontes no AN foi realizada com a coleta dos documentos, empregando os descritores de busca. Inicialmente, foram baixados 550 arquivos, produzidos entre os anos de 1974 e 1991. Em um segundo momento, realizamos a leitura dos documentos e uma pré-identificação, na qual categorizamos pouco menos da metade (240) em diversos temas, tocantes não só aos diferentes aspectos da luta antirracista, mas também à variedade de materiais de informações que compunham os documentos.

Tabela 2 - Tabela de pré-identificação das fontes do SNI

<b>Categorias</b>	<b>Temas</b>	<b>Período</b>	<b>Qtd de arquivos</b>
Abdias do Nascimento	Relatórios, anexos de entrevistas e reportagens das atividades do militante	1974-1983	11
Ditadura sobre o Movimento Negro	Relatórios de atividades, resumos de informações, conteúdos da trajetória e objetivos do MN, campanhas, anexos de periódicos, panfletos, regimentos e boletins informativos das entidades	1976-1988	30
Entidades e militantes	Relatórios, listas de balanços e nomes de militantes e associados ao MN	1976-1986	6
Revistas, jornais e livros	Relatórios, anexos de revistas e jornais produzidos pelas entidades antirracistas, livros publicados por militantes e acadêmicos que dialogavam com o MN, anexos de matérias da imprensa sobre o MN e entrevistas com os militantes	1976-1982	11
Movimento <i>Black</i>	Relatórios sobre os bailes <i>black</i>	1976	2
Estudos Africanos	Informes, relatórios e programação de eventos sobre a questão racial, organizados por institutos e centros de estudos africanos em universidades públicas; anexos de produções e reportagens de pesquisadores africanistas	1977-1983	13
Movimento Negro e Relações internacionais	Relatórios das ações e atividades do MN com grupos e entidades externas; informes e anexos de programações de eventos que discutiam o racismo no campo internacional	1877-1988	11
Atividades do Movimento Negro	Relatórios, informes, resumos de atividades, falas e discursos; anexos de panfletos, cartilhas, programações, folhetos de reuniões, debates, palestras e eventos organizados pelo MN	1977-1988	57
Solidariedade <i>antiapartheid</i>	Relatórios, informes, resumos de campanhas, debates, atos, eventos e manifestações pelo fim do <i>apartheid</i> ; anexos com fotografias, programações, panfletos e reportagens	1978-1991	88
Desmond Tutu	Relatórios, informes sobre a visita do bispo ao Brasil, anexos da programação e reportagens	1986-1987	6
Nelson Mandela	Informes de manifestações e homenagem ao líder sul-africano	1988	3

Fonte: produção própria

Com as fontes previamente organizadas, pudemos estabelecer as seleções, atentando-nos para os três últimos conjuntos da tabela: “Solidariedade *antiapartheid*”,

“Desmond Tutu” e “Nelson Mandela”. Nesse volume de documentos, mapeamos os registros das atividades contra o *apartheid* que estavam sendo efetuadas no país sob o protagonismo do Movimento Negro e, simultaneamente, monitoradas pela ditadura.

Esses materiais, recolhidos para compreender como a luta contra o *apartheid* desenvolveu-se por aqui, foram escritos por agentes infiltrados nas reuniões, atos e manifestações articuladas pelos grupos antirracistas. Suas narrativas refletem impressões, interpretações e sentimentos associados ao imaginário social e à ideologia do regime militar no Brasil, arraigados nos preceitos da doutrina de Segurança Nacional. Em referências às ações e aos próprios militantes, encontramos termos e expressões como “racistas”, “comunistas”, “agitadores”, “exaltados” e “marxistas” que provocam o “antagonismo racial” e o “racismo negro”.

No decorrer das leituras, fomos induzidos a interpretar somente o que as narrativas produzidas pelos órgãos policiais diziam, porém, sobreveio o desafio de também perceber as intencionalidades e os propósitos da estrutura que produziu tais documentos. Para além da identificação e problematização da linguagem policial nos documentos, repleta de apreciações e julgamentos, mantivemos o esforço de uma leitura a contrapelo, para compreender e conectar informações que, no exercício da análise, se tornaram relevantes para compor o conjunto de atividades *antiapartheid* que estavam sendo desenvolvidas em todo país.

Embora o tipo de fonte diga muito sobre os objetivos de sua produção e a visão de mundo dos seus produtores, nos interessa menos refletir em torno dos pensamentos, das convicções e inconsistências dos relatores, do que capturar e analisar o caráter evidencial das práticas e articulações das campanhas pelo fim do *apartheid* no Brasil. Além disso, tendo em vista que os documentos das engrenagens da repressão política não registraram a totalidade das ações desenvolvidas pelo Movimento Negro, o cruzamento com outras fontes (Imprensa Negra e audiovisuais) foi uma estratégia importante para o desenvolvimento desta tese.

De maneira geral, o material pesquisado, recolhido e selecionado é composto por relatórios, dossiês e informes com narrativas ricas e detalhadas, que abordam os diferentes aspectos da luta social de grupos afro-brasileiros. Neles, encontramos descrições minuciosas e considerações dos encontros promovidos pela militância, bem como transcrição de falas dos integrantes que se manifestavam durante o sucedido e anexos de materiais produzidos pelas próprias entidades.

Esses documentos possuem uma padronização de organização das informações e dizem respeito à lógica e estrutura interna de atuação dos órgãos de repressão. São sempre dotados de um cabeçalho, contendo assunto, origem, classificação, difusão, difusão anterior, anexos e referências. Também há o registro de várias nomenclaturas, indicando haver uma dinâmica de circulação interna entre os órgãos. Alguns ainda possuem o nível de sigilo (ultrassecreto, secreto/sigiloso, confidencial e reservado)<sup>132</sup>, concernente ao intercâmbio de informações, em que alguns eram mais disseminados e outros mais restritos (FERNANDES, 2021).

Cabe, aqui, um breve comentário metodológico com relação à continuidade das atividades de espionagem dos órgãos do SNI. Mesmo no contexto de transição e início do período democrático, os aparelhos de repressão que serviram aos interesses dos governos militares – nesse caso, monitorando a vida dos brasileiros, das organizações civis, dos partidos e dos sindicatos suspeitos de “subversão” –, projetaram-se na transição “lenta, gradual e segura” (RIDENTI, 2018), sob o controle do regime ditatorial.

Tornando-se o centro de um sistema de controle e espionagem tentacular, composto por agências estaduais e pela Divisão de Segurança e Informações (DSIs) criadas em todos os ministérios e órgãos públicos federais<sup>133</sup>, o SNI sobreviveu ao governo Sarney, tendo 26 anos de duração. Ele foi extinto somente no governo Collor, pela Medida Provisória nº 150, de 15 de março de 1990, dando lugar à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República e repassando algumas atribuições à Polícia Federal.

Nesse sentido, os documentos que coletamos nesse período, sobre as mobilizações *antiapartheid* promovidas por entidades e líderes do Movimento Negro, continuavam a chamar atenção dos investigadores. Os relatos descreviam a rotina dessas atividades, buscando identificar as ligações das organizações com o *apartheid*, seus organizadores, suas reivindicações, posturas ideológicas, e o conjunto de críticas efetuadas sobre as posições do governo brasileiro, principalmente sobre

---

<sup>132</sup> A regulamentação da Constituição de 1967 já previa medidas de limitação ao acesso e circulação, a fim de não expor e comprometer o funcionamento das ações dos organismos do aparato repressivo e de informação nacional (OLIVEIRA, p.39, 2021).

<sup>133</sup> Extinto o “monstro” criado por Golbery. Memorial da Democracia.

Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/extinto-o-monstro-criado-por-golbery>  
Acesso: 02 abr. 2023.

as ações do Itamaraty, quanto às relações comerciais e diplomáticas com a África do Sul.

Verificamos, assim, a permanência da vigilância sobre o movimento social ao final do processo ditatorial e início do regime democrático, com a produção de informações que descreviam a organização e a realização de atos públicos, seminários e debates, bem como campanhas, cartilhas, cartazes e panfletos produzidos pelos afro-brasileiros organizados. Somente após o ano de 1989, com a dissolução da agência e dos organismos de espionagens militares, observamos a diminuição no volume de relatórios e informes, até chegar à suspensão.

Vejamos, a seguir, as múltiplas práticas de mobilização política e enfrentamento do Movimento Negro em torno do *apartheid*, que foram relatadas nesses documentos capturados e organizados pela pesquisa. Na seção seguinte, continuamos a tatear as fontes do AN, para debater a repercussão das visitas dos líderes sul-africanos Desmond Tutu (1987) e Nelson Mandela (1991) no Brasil.

### 3.3 MOBILIZAÇÕES E ESTRATÉGIAS DO MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO NA LUTA CONTRA O APARTHEID (1970-1986)

#### 3.3.1 Posicionamentos, solidariedade e apelo ao fim do apartheid (década de 1970)

Ao adentrarmos na ampla rede de experiências de contestação dos grupos afro-brasileiros organizados, em especial, nas produções da Imprensa Negra contemporânea, é notório, como indicamos na seção anterior, que a temática do *apartheid* estava presente no rol de discussões e dentro das pautas da mobilização antirracista brasileira. Posicionamentos de solidariedade à causa dos sul-africanos não brancos já haviam sido dispostos antes da década de 1970, a exemplo da ACN. Contudo, foi nessa década e na seguinte, no decorrer de processos sociais internos, que a luta *antiapartheid* se tornou um tópico catalisador dos protestos organizados pelo Movimento Negro.

A primeira edição do jornal SINBA, distribuída no Rio de Janeiro em julho de 1977 trazia, logo na primeira página, a matéria intitulada “Depoimento de um líder estudantil de Soweto”. Essa edição inaugural contou com sete matérias, as quais abordaram as lutas anticoloniais em diferentes países africanos, citando os eventos

na Namíbia e na Rodésia, e em Moçambique e Nigéria, ressaltando o valor das lutas e as conquistas alcançadas (PEREIRA, p.143, 2010).

O SINBA não escapou da vigilância do SNI, reportando da agência central para os outros órgãos que “Todas as matérias veiculadas no referido periódico apresentam tópicos que incentivam o antagonismo racial, razão pela configura-se contrária aos interesses nacionais”<sup>134</sup>. Essa consideração, no âmbito da ótica dos governos estava relacionada desconfiança do Estado sobre os militantes afro-brasileiros em seus interesses e aproximações com os grupos e intelectuais anticoloniais africanos.

Importa ressaltar que a rede de informações e segurança brasileira dos governos militares foi fundamentada no ideário anticomunista. O terror “anticomunista” sustentado pelo governo militar acirrou a vigilância sobre o movimento negro, que passou a debater os modelos de desenvolvimento africano de tendência “marxista-leninista” (KÖSSLING, p.115, 2007). Assim, na estrutura repressiva, os segmentos do antirracismo brasileiro que se identificavam com conteúdo do ideário-político marxista ou mesmo aqueles que possuíam perspectivas diferentes e outras estratégias de ação, passaram a ser caracterizados como “subversivos”.

Além dos periódicos, as declarações de apelo ao fim do *apartheid* passaram a constar nos documentos constitutivos das organizações em construção do antirracismo contemporâneo. No ponto 8 da primeira carta de princípios MNU de 1978, foi registrado que a entidade também lutaria “Pela solidariedade à luta internacional contra o racismo; Pela solidariedade à luta de libertação dos povos da Namíbia, Zimbábwe e África do Sul; Pela formação do comitê Anti-Apartheid”<sup>135</sup>. O MNU, aliás, foi um ator importante e bastante presente nas mobilizações *antiapartheid* que culminaram no país.

Além de contestar de forma escrita o aparato colonialista que afetava as populações sul-africanas, manifestações públicas passaram a ser organizadas, intensificando o constante debate promovido pelos ativistas afro-brasileiros sobre o *apartheid*. No dia 20 de novembro de 1979, na praça do Ferreira, no centro da cidade de Fortaleza, ocorreu uma manifestação pelo Dia Nacional da Consciência Negra,

<sup>134</sup> Informação nº0845/19/AC/77 p.68. Disponível em: Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.76109622

<sup>135</sup> Encaminhamento nº0260/CISA-RJ. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB VAZ.0.0.10824

culminando em um protesto contra a “Discriminação Racial, a situação dos Irmãos Negros da África do Sul e a todos os tipos de preconceito”<sup>136</sup>.

As ações do ato, que por sua vez, foi convocado pela Comissão Executiva do MNU no Ceará, permaneceram até o dia 23, com exposições no museu Arthur Ramos e debates sobre a situação do negro no Brasil, na África e no mundo, promovidos pelos cursos de História e Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC). Vale acentuar que a documentação do AN indica a organização de diversas aulas, atos, debates, eventos e reuniões sobre o *apartheid*, realizadas nos meios acadêmicos, fruto das relações entre os militantes do Movimento Negro e as faculdades e universidades brasileiras, em especial, com integrantes de centros de estudos afro-brasileiros, como vimos na primeira seção. Alguns, inclusive, eram estudantes afro-brasileiros militantes ou até mesmo professores, que promoviam a discussão da temática africana no contexto acadêmico e estudantil.

O relatório sobre o evento ainda descreveu os artigos e conceitos proferidos pelos professores universitários sobre a questão racial no país, concluindo que a manifestação não repercutiu na população local, ficando restrita aos meios acadêmicos. Na mentalidade dos governos militares, essas atividades eram consideradas uma ameaça à estabilidade política da nação, cujo objetivo seria “aliciar elementos menos avisados, notadamente no meio estudantil, para engrossar as fileiras dos contestadores do regime” (Ibid, p.5).

### **3.3.2 Os atos públicos, os comitês antiapartheid e a crítica às relações do governo brasileiro com a África do Sul (1980-1984)**

Na trajetória da luta antirracista contemporânea, a década de 1980 representou um marco na ampliação de suas ações e estratégias, e na consolidação da luta contra o *apartheid* no Brasil, protagonizado pelo Movimento Negro. Em um primeiro momento, junto aos processos de denúncia e contestação, a principal reivindicação dentro da pauta *antiapartheid*, defendida pelos militantes, era o fim das relações diplomáticas entre o Brasil e a África do Sul. As pressões promovidas pelos ativistas afro-brasileiros e outros setores organizados do país despertou atenção e críticas sobre a política brasileira em relação à África do Sul.

---

<sup>136</sup> Informação nº219/116/AFZ/79. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.QQQ.79000378

Declarações de apoio e solidariedade se expandiram nos materiais da Imprensa Negra. Em 1980, o manifesto produzido e publicado pelo grupo do MNU de Campinas, lido no dia 7 de julho durante uma manifestação no Teatro Oficina em São Paulo, afirmou:

Nos solidarizamos com o povo da África do Sul, que ultimamente se manifesta e protesta contra o regime racista do Apartheid, embora a violência policial se abata com muita força sobre a população negra. O MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO reafirma o seu apoio para a derrubada do regime racista, exigindo o rompimento de todos os tipos de relações entre o Brasil e a África do Sul (*MNU Campinas*, 1980, jul, p.13-14)

Na segunda edição do mesmo periódico, o MNU esboçou algumas ações que foram efetuadas para contribuir com a luta dos sul-africanos não brancos. Foi citada a apresentação e aprovação da proposta de criação de comitês *antiapartheid* durante o II Congresso das Culturas Negras das Américas, realizado em março do mesmo ano, no Panamá. Tomando a cruzada da luta contra o *apartheid* no país para si, os militantes afirmavam que “Cabe ao MNU em conjunto com todos os setores progressistas da sociedade brasileira encaminhar a luta *antiapartheid* no país” (*Revista MNU*, n.2, 1980, p.16), ressaltando uma articulação nacional para a exigência do rompimento total das relações Brasil e África do Sul, bem como um apoio efetivo às lutas de libertação no continente africano.

Assim, se apropriando de diferentes oportunidades políticas disponíveis, os atores da rede do MNU focaram em distintas estratégias, direcionadas para o corroer e findar das relações do governo brasileiro com a África do Sul. No âmbito de suas capacidades, eles indicaram que é preciso atuar nas mais diversas frentes de mobilização com a distribuição de manifestos, organização de conferências, pronunciamentos em parlamentos, denúncias nos meios de comunicação como jornais, revistas, rádios e televisão. No sentido de escancarar a “verdadeira face do governo brasileiro”, os militantes criticavam a postura neutra do país de “assumir sua função sub-imperialista que a economia internacional lhe colocou” (Ibid).

Além do MNU, outras entidades também passaram a se mobilizar e somar apoio às demais pressões pelo fim do regime segregacionista sul-africano, entre elas, a Associação Brasileira de Solidariedade ao Povo Moçambicano (ABRASSO), uma



organização suprapartidária criada em 1980 em São Paulo<sup>137</sup>. Em seu primeiro boletim mensal, publicado em maio de 1981, a ABRASSO afirmou ter se juntado às demais entidades que realizavam ações de protesto contra as ações do regime do *apartheid* na África do Sul e às agressões do governo africânder aos demais países da região, em especial, ao povo moçambicano<sup>138</sup>. No próprio estatuto da organização, estava previsto em suas finalidades “b) apoiar o povo moçambicano na sua luta anticolonial, anti-imperialista, contra o racismo, o “apartheid” e toda forma de opressão e exploração”<sup>139</sup>.

Dentre as reivindicações do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (COPADECONE), órgão criado pela Secretaria do Governo do Estado de São Paulo e ligado ao gabinete do governador, com o objetivo de “elaborar, propor, co-executar e executar políticas, cujo público-alvo era a população negra” (SANTOS, p.119, 2001), o *apartheid* estava em pauta com “O rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a África do Sul”<sup>140</sup>.

O Setor Jovem do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) do Rio Grande do Sul, em uma publicação de maio de 1983, intitulada “Debate: o racismo no Brasil”, trazia na capa um recorte de folheto de campanha “Apartheid NO”, “A luta contra a opressão racista ganhou solidariedade da consciência mundial”. A campanha correspondia à crescente oposição mundial ao *apartheid* daquele momento e o amadurecimento do ativismo internacional de combate ao regime de segregação racial. Todavia, algumas pautas, como o próprio *apartheid*, foram apreendidas por alguns partidos políticos assentados no discurso da democracia, que tinham profícuas relações com entidades e militantes do Movimento Negro.

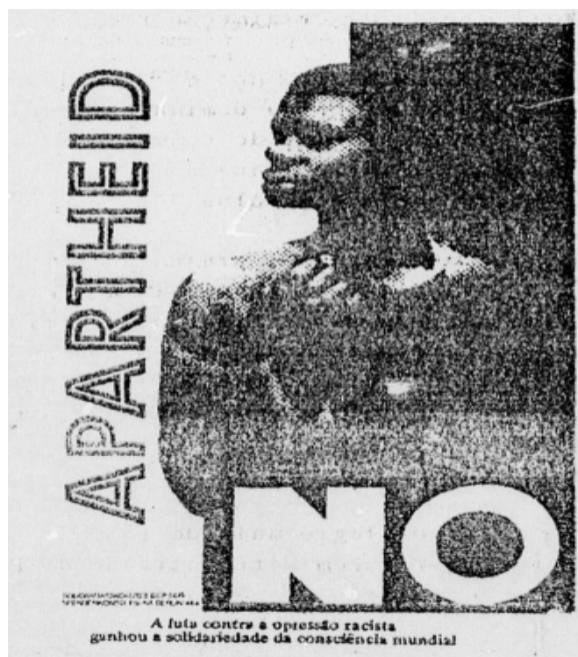
<sup>137</sup> Segundo Azevedo (2012, p.475), a Abrasso foi responsável pelo “recrutamento” e envio de muitos cooperantes do Brasil para Moçambique para ocupar os postos e serviços deixados vagos pelo êxodo dos ex-colonos após o estabelecimento da República Popular. Seus membros dirigentes eram exilados cooperantes retornados ao Brasil. Posteriormente, a associação estabeleceu também sede em Maputo, onde reunia brasileiros: militantes da esquerda, do PCB, do PT e sem partido, bem como cooperantes sem histórico de militância anterior.

<sup>138</sup> N°ACE/ANO 0288/CISA-RJ. Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência de Referência: BR DFANBSB VAZ.0.0.2866

<sup>139</sup> N°ACE/ANO 168/A-2/IV COMAR. Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência de Referência: BR DFANBSB VAZ.0.0.11786

<sup>140</sup> N°ACE/ANO 115/140/AC/86 p.31. In: Movimento Negro Unificado – Dossiê. Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência de Referência: BR DFANBSB Z4.DPN.ENI.150

Figura 3 - Campanha “Apartheid No” extraída da capa “Debate: o racismo no Brasil”



Fonte: N°ACE/ANO 168/A-2/IV COMAR. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional  
Código de Referência: BR DFANBSB VAZ.0.0.11786

Além de trazer textos relacionados ao problema da discriminação racial no Brasil e no mundo, a publicação posicionou-se na luta contra o *apartheid* e a autodeterminação dos povos, bem como contra o fim das agressões do governo da África do Sul à Angola, Moçambique, Zimbábue e Namíbia. Os exemplares foram distribuídos durante a exibição e debate do filme “Ganga Zumba”<sup>141</sup>, no Auditório da Assembleia Legislativa do Estado em Porto Alegre, evento promovido pelo MNU e pelo Setor Jovem do PMDB/RS.

As alianças de setores do Movimento Negro, especialmente o MNU, com partidos e organizações políticas de esquerda, tal qual com outros segmentos da sociedade civil, como associações, sindicatos, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), órgãos participativos governamentais (conselhos do negro e da mulher) e secretarias municipais, foram fundamentais na inserção e ampliação da temática racial no sistema político-institucional, na obtenção de recursos e no fortalecimento de suas bases.

Dessas aproximações entre os movimentos sociais e os partidos políticos, nasceram as “comissões de negros”, que reuniam representantes do Movimento

<sup>141</sup> *Ganga Zumba* é um filme brasileiro de 1964, dirigido por Cacá Diegues, que retrata a vida do líder do Quilombo dos Palmares, Ganga Zumba.

Negro e políticos afro-brasileiros dedicados a incluir propostas associadas às questões de desigualdade em seus programas e eleger candidatos que representassem esses interesses, participando das decisões do sistema político. Esses diálogos com os partidos políticos e demais setores da sociedade possibilitaram um engajamento coletivo nas manifestações contra o *apartheid*, como discutimos a seguir.

A mostra cinematográfica, realizada em Porto Alegre, foi classificada na narrativa policial como um evento de “cunho marxista”, que, na lógica da Doutrina de Segurança Nacional, poderia desestabilizar a ordem pública. A espionagem também relatou a entrega de panfletos com as palavras de ordem “Fim da Lei de Segurança Nacional - Uma exigência da nação” e “Pela paz e pela autodeterminação dos povos”, evidenciando que os militantes faziam críticas às estruturas do regime militar em favor da democratização. Nos relatórios do SNI, todos os materiais produzidos e distribuídos durante as reuniões e eventos das entidades antirracistas eram apreendidos pelos agentes de vigilância, que coletavam e analisavam informações consideradas pertinentes às questões de subversão interna.

Moções, manifestos e notas de repúdio e solidariedade à causa sul-africana também cresceram nesse contexto. No final do ano de 1980, o MNU distribuiu cópias de uma nota contra a condenação à morte de ativistas do ANC, que haviam sido julgados pela Suprema Corte de Justiça da África do Sul, em Pretória. O texto informativo foi publicado integralmente na *Revista MNU* de São Paulo, junto a críticas e ao pedido de rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a nação do *apartheid*. Além disso, o MNU convocou as demais organizações antirracistas e democráticas para “escreverem cartas ao Itamaraty e a Embaixada da África do Sul, expressando os votos de protestos da sociedade brasileira contra o racismo e PELA VIDA DOS 3 militantes da ANC” (*Revista MNU*, mar/abr n.3, 1981, p.21)

Grupos de afro-brasileiros organizados dentro dos partidos, como a Comissão de Negros do Partido dos Trabalhadores (PT), desenvolveram um programa de trabalho voltado para a agenda da questão racial, em que o *antiapartheid* também ganhou espaço. No ponto 14 do documento, mencionava-se a denúncia e o combate do regime do *apartheid*, que exigia o rompimento das relações diplomáticas brasileiras

e sul-africanas, além de “Através de debates, artigos, documentos, propagandear a luta do SUL AFRICANO e a sua situação”<sup>142</sup>.

Essa estratégia foi recorrente no âmbito das atividades promovidas pelo Movimento Negro brasileiro. Em 07 dezembro de 1984, o Conselho da Comunidade Negra de São Paulo reuniu-se com o candidato a presidência pela Aliança Democrática, Tancredo Neves, para apresentar e, possivelmente, incluir as pautas sobre a questão racial no plano de governo do presidencial.

Além das demandas que já faziam parte do rol de reivindicações das organizações antirracistas, como a valorização da imagem do negro nos meios de comunicação; uma política nacional de discriminação racial; a ampliação e o acesso a empregos; a extensão do ensino público e gratuito; a intensificação de intercâmbios culturais com países africanos etc., a situação dos africanos em contexto de regime segregacionista não foi esquecida. “Pelo rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a África do Sul” (*Jornal do Conselho da Comunidade Negra*, 1984, n.01, p.2), o Conselho lembrou ao candidato que o Brasil, país que tinha o maior contingente de população negra fora da África, fazia parte do pequeno conjunto de nações do mundo a manter relações diplomáticas e comerciais com o governo africâner.

Do extenso conjunto de documentos de vigia sobre o Movimento Negro, os debates efetuados sobre a África, em especial, no meio acadêmico, também foram encontrados, demonstrando uma vigia constante da comunidade de segurança nesses espaços. As reflexões produzidas sobre os efeitos do colonialismo, os exemplos potentes dos movimentos de independência, as novas repúblicas e seus regimes políticos, o movimento da negritude e o pan-africanismo, o regime do *Apartheid*, entre outros temas, eram debatidos por representantes e intelectuais do próprio Movimento Negro – professores, pesquisadores universitários e, por vezes, interlocutores africanos.

Os programas e informativos eram apreendidos pelos policiais infiltrados, acompanhados também de fragmentos transcritos das conferências proferidas. Havia um dossiê completo do 1º Seminário Internacional Brasil-África, realizado pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) entre os dias 4 e 7 de agosto 1981 no Rio de Janeiro, com relatório das atividades, dados do comitê organizador, cópia do programa, manifestos, artigos, palestras e de documentos norteadores das

---

<sup>142</sup> NºACE/ANO 0141/15/ASP/84. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.84015191

sessões<sup>143</sup>. Esse encontro permitiu reunir figuras do movimento antirracistas, pesquisadores brasileiros e internacionais, representantes de grupos, institutos, centros e fundações brasileiras. Explorando as relações históricas, econômicas e políticas entre o Brasil e a África do Sul, as questões associadas ao *apartheid* e à situação da África Austral perpassaram toda a programação do evento.

O documento mencionava, ainda, um Seminário sobre “Racismo e *Apartheid* na África do Sul”, realizado no fim de março de 1980 pelo Instituto Brasileiro de Estudo dos Países em vias de Desenvolvimento (IBEPVD), junto ao Centro de Informação no Brasil (CIB) e ao Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA). Anterior a esse evento, também foi citado o “Jornadas afro-latino-americanas contra o *Apartheid* e o racismo na África Austral, contra o fascismo no Uruguai e outros países da América Latina”, promovido em 19 de dezembro de 1979.

Não há dúvidas de que, no eixo dos debates entre o Movimento Negro com outras organizações civis, trabalhistas e universitárias sobre denúncias do racismo, cultura africana e afro-brasileira e a construção da identidade negra, o *apartheid* estava entre os temas mais frisados quando o assunto se voltava para a África contemporânea. Não podemos deixar de mencionar que nem os cientistas sociais ligados aos Centro de Estudos Africanos do país escapavam do monitoramento da segurança nacional. A exemplo disso, o sociólogo José Maria Nunes Pereira<sup>144</sup>, um dos mais conhecidos estudiosos sobre a África, foi identificado no relatório. Para o SNI, o pesquisador “registrando antecedentes como elemento subversivo, era professor e diretor do CEAA, organização desta que recebia livros, jornais e revistas de países africanos, publicações estas portadoras de propagandas marxistas” (Ibid, p.2).

Como já mencionamos, dentro das perspectivas da doutrina de Segurança Nacional, repousava a preocupação do governo com relação à circulação das ideias marxistas nos agrupamentos antirracistas. No discurso desse universo doutrinário, “É facilmente constatável a infiltração marxista entre aqueles que, por razões filosóficas

<sup>143</sup> N°ACE/ANO 100/40/ARJ/81. Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.81005061

<sup>144</sup> Nascido em São Luis do Maranhão no ano de 1937, José Maria Nunes Pereira Conceição participou dos movimentos de libertação das colônias portuguesas na África e foi um dos principais pesquisadores dos estudos africanos no Brasil, sendo um dos fundadores do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) e contribuindo na formação de uma geração de ativistas do Movimento Negro. Consultar: ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. Entrevista com José Maria Nunes Pereira. **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, nº 39, janeiro-junho, 2007.

e humanitárias, se opõe ao “apartheid” na África do Sul, bem como a simbiose entre racismo e marxismo, na postura do MNU” (Ibid, p.3). O pensamento construído por alguns afro-brasileiros, que incorporaram a perspectiva de raça e classe para dentro de poucos setores Movimento Negro, estreitou o diálogo com alguns grupos de esquerda e o próprio referencial teórico marxista para ler o mundo.

Para algumas parcelas antirracistas organizadas daquele período, a luta contra o racismo deveria articular-se à luta contra o capitalismo. Além das inspirações e influências advindas dos movimentos de libertação na África e da luta pelos direitos civis nos EUA, a militância esteve em contato com os “expoentes de um debate crítico entre raça e classe protagonizado por Clóvis Moura, Florestan Fernandes, Octávio Ianni e outros mais” (SILVA, p.37, 2018). Esses são elementos fundamentais que nos auxiliam a refletir sobre os vínculos do discurso antirracista em uma perspectiva revolucionária, que recebia atenção da vigilância do Estado.

No I Encontro Estadual em Defesa da Raça Negra, realizado entre os dias 23 e 24 de maio de 1981 na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, reunindo grupos e organizações antirracistas paulistanos, a situação dos “nossos irmãos da azânia” foi lembrada, sem deixar de ser articulada às artimanhas do Ocidente. Citando a proposta de criação do pacto Atlântico Sul pelos EUA, como uma estratégia da perpetuação do domínio da minoria branca, “o I Encontro exige o rompimento total das relações com a África do Sul” (*Revista MNU*, jul/ago, 1981, n.4, p.8), evidenciando que os ativistas estavam atentos às alterações geopolíticas que se reconfiguravam no mundo.

A partir de 1982, passamos a identificar uma série de informes, relatórios e anexos de jornais da grande imprensa na documentação do SNI, os quais versavam sobre as formações e atividades de diversos comitês *antiapartheids* no Brasil, organizados por lideranças do Movimento Negro e, em sua maioria, impulsionados pelo MNU. Tivemos dificuldade de estimar com exatidão a quantidade de comitês, sua distribuição em regiões do país, e a existência (ou não) de um núcleo geral que os norteava. No entanto, com informações encontradas na bibliografia<sup>145</sup> e com a captura de diversas ações públicas realizadas por essas pequenas – mas significativas – organizações, nas páginas dos relatos da vigilância ao Movimento Negro, publicações

---

<sup>145</sup> Os seguintes estudos foram um ponto de partida importante para o desenvolvimento desta parte da pesquisa de tese: A seção “3.4) África: o colonialismo e o racismo” da seção terceira da dissertação de mestrado de KÖSSLING (2007) e O apêndice “Ativismo antiapartheid no Brasil” de BRAGA (2011).

da Imprensa Negra e imagens dos audiovisuais do Cultne, pudemos rastrear a ampla mobilização feita em torno do *apartheid* por todo o país.

A matéria “Comitês querem que Itamaraty rompa com a África do Sul”, publicada no *Jornal de Brasília*, em 20 março de 1983, informava as manifestações realizadas no Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial e a entrega, que se daria em seguida, de um abaixo-assinado no Itamaraty, em prol da luta contra o racismo e do fim do *apartheid*<sup>146</sup>. O jornal mencionava que a entrega do documento seria feita pela Comissão constituída por representantes do Comitê Brasileiro Anti-Apartheid<sup>147</sup>, que foi criado durante o III Congresso das Culturas Negras das Américas<sup>148</sup>, realizado nos espaços da PUC de São Paulo em agosto de 1982.

Aliás, as três edições desse congresso foram extremamente monitoradas pelos aparelhos de informação e segurança da Ditadura. Além dos recortes de jornais como *Folha de São Paulo*, *Jornal de Brasília*, falando sobre a repercussão do evento, houve uma considerável produção de dossiês com anexos de materiais diversos.

No documento produzido no evento, foi exigido ao governo brasileiro a adoção das seguintes medidas: a ruptura de relações diplomáticas entre o Brasil e a África do Sul; a condenação dos crimes do *apartheid* contra os povos da África do Sul, na Namíbia, Angola e Moçambique, que sofriam com a agressiva política de guerra desse regime; o reconhecimento da Swapo e do ANC; e a libertação imediata de Nelson Mandela e dos demais políticos presos pelo regime racista do *apartheid*.

Em 21 de março do ano seguinte, também na PUC de São Paulo, foi realizado um ato comemorativo no dia internacional de luta contra o racismo, organizado pelo Ipeafro junto a entidades afro-brasileiras do estado paulista. Pronunciamentos de diversos militantes que representavam suas entidades, traziam debates e análises sobre a situação da África do Sul, associando-a às forças do imperialismo internacional, que possuía interesses econômicos na região e denunciando o governo

<sup>146</sup> Resenha Semanal, Campo Interno, 09 de maio de 83, confidencial. Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência de Referência: BR DFANBSB Z4.DPN.ENI.45

<sup>147</sup> São citadas as seguintes entidades que participaram do congresso e acataram o abaixo-assinado: MNU, Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA), Centro de Estudos Afro-brasileiros (CEAB-Brasília), GDCN, GTAR, IPCN, Luís Gama, Movimento Negro da Paraíba, SINBA, Grupo União e Consciência Negra, NONEME, Grupo Negro da PUC, IPEAFRO, ABRASSO, GANA, FRENAPO, ECAB, Movimento Negro do PDT, Comissão de Negro do PT, Centro Afro-Brasileiro André Rebouças e Movimento Sócio-Cultural da Comunidade Negra de São José dos Campos.

<sup>148</sup> Segundo o Ipeafro, instituto responsável pela organização do evento, foi a primeira vez em que o Brasil recebeu uma representação do ANC, além de lideranças de vários países da América, para discutir a cultura africana e diaspórica no mundo. Ver mais no Portal do Ipeafro: <https://ipeafro.org.br/acoes/encontro-e-congressos/> Acesso: 12 nov. 2022.

nacionalista, que reprimia a população e promovia ataques aos países vizinhos. Em uma das falas transcritas no informe, identificado como “militante do PT”, foi salientado que “O governo brasileiro condenou na ONU o regime do *apartheid*, mas continua a manter relação diplomática, econômica e cultural com a África do Sul”<sup>149</sup>.

O MNU estendeu a pauta, promovendo, no mesmo dia, um ato público contra o *apartheid* em frente ao consulado da África do Sul, em São Paulo. Durante o protesto, foi lido um documento que criticava a posição ambígua do governo brasileiro, pois, apesar de condenar o racismo institucionalizado nos fóruns internacionais, continuava a manter relações com o governo sul-africano. Palavras de ordem também foram emitidas, com os dizeres “Pelo fortalecimento do Comitê Anti-Apartheid” e “pelo apoio a luta internacional contra o racismo”<sup>150</sup>.

Em dezembro de 1983, a ABRASSO realizou um ato de solidariedade para com os povos da África Austral, sobretudo a Angola, que estava em contexto de guerra, denunciando as agressões da África do Sul. O ato, na Assembleia Legislativa Paulista, ocorreu através de uma mesa de debate com especialistas e representantes de organizações, que discutiram as forças políticas antagônicas na África Austral, as mobilizações de luta contra o colonialismo no continente, e os obstáculos que impediam a ruptura das relações diplomáticas entre o Brasil e a África do Sul<sup>151</sup>.

No Rio de Janeiro, em agosto de 1982, um manifesto foi lido durante um ato público em comemoração ao Dia da Namíbia no Sindicato dos Médicos (Sinmed), em que as entidades afro-brasileiras organizadoras<sup>152</sup> conclamavam os setores democráticos e antirracistas da sociedade brasileira a integrarem a luta internacional contra o *apartheid* na África do Sul. O informe afirmou que “Desde 1980, os líderes do MOVIMENTO NEGRO vem postulando a criação de um COMITÊ ANTIAPARTHEID NO BRASIL”, mas só apresentou uma proposta de estatuto para o Comitê Antiapartheid em 1983, durante uma reunião realizada no Instituto Metodista.

<sup>149</sup> N°ACE/ANO 0834/19/ASP/83. Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.83013768

<sup>150</sup> Resenha Semanal 28 março de 1983, p.89. Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência de Referência: BR DFANBSB Z4.DPN.ENI.150

<sup>151</sup> Coletânea de Assuntos da Imprensa Alternativa período 01 a 15 de dezembro. Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência de Referência: BR DFANBSB Z4.DPN.ENI.150

<sup>152</sup> Instituto Cultural Brasil-África (ICBRAFA); Grupo de Desenvolvimento da Cultura Negra (GDCN); Grupo de Mulheres Negra (GMN); Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN); Movimento Negro Unificado (MNU); Socienda de Intercâmbio Brasil-África (Sinba); Partido Democrático Trabalhista (PDT); Sindicatos do Médicos (SINMED) e representantes do jornal O POVO.



Apesar de ativistas e organizações do Movimento Negro não estarem identificadas<sup>153</sup>, a vigilância do SNI registrou que, em setembro de 1981, havia uma pequena movimentação de entidades que estariam tentando promover uma campanha de solidariedade ao povo angolano, bem como à Namíbia e Moçambique, e de repúdio ao *apartheid*<sup>154</sup>. A sessão, que teria acontecido no Sindicato dos Jornalistas, após um debate tumultuado, saiu com a entrega de um documento de protesto na sede do Consulado Geral da África; o planejamento de uma reunião para organizar um novo ato; a formação de duas comissões para a divulgação na imprensa; e a produção de um documento para o Consulado da África do Sul.

O comitê do Rio de Janeiro, identificado nos documentos seguintes como CAAB, realizou o “I Simpósio sobre racismo e discriminação racial”, no dia 23 de julho de 1983, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O documento citou a presença de Benedita da Silva, então Vereadora da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e trechos curtos do pronunciamento de Abdias Nascimento, na época, Deputado Federal. Levantando denúncia das práticas de racismo brasileiro e condenando o *apartheid*, o relatório concluiu que a realização do simpósio fazia parte de um dos objetivos do CAAB: “no afã de disseminar e ampliar a ideia de que há um forte sentimento em nosso país e de manter campanha sistemática contra o governo sul-africano”<sup>155</sup>.

Em 21 de março de 1984, o MNU promoveu na Praça do Povo do Distrito Federal, em Brasília, um ato público para destacar a importância da data e denunciar a situação dos afro-brasileiros no país. A África do Sul foi lembrada na faixa “Contra o Regime Racista do Apartheid na África do Sul” e em um panfleto intitulado “Você sabia?”, que informava sobre o *apartheid* e a história da escolha do dia 21 de março<sup>156</sup>.

Os temas e debates internos e externos promovidos pelo Movimento Negro contemporâneo estiveram presentes no monitoramento da comunidade de informações e segurança do regime militar. Esses registros demonstravam que a repressão não alcançou somente a luta armada e os que almejavam lutar pelas

<sup>153</sup> No informe, são citadas as seguintes entidades e pessoas: Sindicatos dos Jornalistas/RJ, Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Federação Latino-Americana de periodistas “Felap”, organização internacional de jornalistas “OIJ” e José Gomes Talarico.

<sup>154</sup> NºACE/ANO 1939/30/AC/81. Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.81021135

<sup>155</sup> NºACE/ANO 073/16/ARJ/83. Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.83008633

<sup>156</sup> NºACE/ANO 130/84/DI/CIPO/SEP. Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.84040846

revoluções nacional e social, mas também os que articulavam reivindicações sociais ou que faziam oposição política (KÖSSLING, p.30, 2011). A vigilância estava atenta às pressões exercidas pelas entidades ao longo do tempo, em diversos espaços e esferas de poder, como os atos públicos, debates no contexto universitário e nas câmaras legislativas.

Contudo, algumas características comuns foram possíveis ser construídas acerca da luta *antiapartheid* até 1984. No geral, os atos públicos e as manifestações em apelo ao *apartheid* eram organizados no dia 21 de março, Dia Internacional de Eliminação da Discriminação Racial, instituído pela ONU em memória dos assassinatos praticados pelo estado sul-africano no evento conhecido como Massacre de Shaperville em 1960. As celebrações e passeatas no Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, em 20 de novembro, também foram oportunas nas manifestações dos anos seguintes, para levantar a bandeira contra o *apartheid*. As respectivas datas eram caras na agenda das organizações afro-brasileiras e seus esforços eram sistemáticos para agenciar a pauta antirracista e as oportunidades no contexto político-institucional.

Havia uma preocupação de debater e informar ao público geral sobre o que estava acontecendo na África do Sul sob o regime de segregação racial. A situação de opressão institucional dos sul-africanos não brancos foi, por muitas vezes, comparada e debatida oportunamente em produções escritas e discursos proferidos pelos militantes, para denunciar o cenário de desigualdade social no qual os afro-brasileiros viviam. Nesse sentido, “A crescente atenção ao *apartheid*, criou espaço, para debater relações raciais no Brasil e para definir o direito à igualdade para negros no Brasil como um elemento dos direitos humanos” (DÁVILA, p. 99, 2015).

Apropriado por outros setores e organizações democráticas, a luta *antiapartheid* aglutinou a energia do Movimento Negro com outros movimentos sociais e entidades da sociedade civil. Nos eventos e nos atos, era o momento de distribuir as publicações jornalísticas e acadêmicas produzidas pelos afro-brasileiros engajados na luta antirracista, informar sobre a pauta e demais ações que estavam sendo articuladas pelas organizações, e convidar o público para se unir à causa.

As discussões e análises produzidas no âmbito do Movimento Negro indicavam que os militantes estavam atentos à ampla luta antirracista que estava ocorrendo no mundo, principalmente no contexto africano. As denúncias e debates mais complexos, sobretudo a menção da política e as agressões do governo da África do Sul aos países

vizinhos, estavam atrelados ao contexto político no espaço da África Austral. Além das críticas empreendidas ao imperialismo norte-americano e ao alinhamento e submissão do Estado brasileiro com essa perspectiva, os ativistas dialogavam com perspectivas e ideias advindas das experiências de luta contra o colonialismo e o racismo na África, Europa Ocidental e Américas, como evidenciamos nas seções anteriores.

Temos ciência de que o monitoramento da constante vigilância do regime militar não apreendeu a totalidade das atividades exercidas em torno das reivindicações do *apartheid*. Nas análises da seção seguinte, assistimos à ampliação e culminância das manifestações *antiapartheid* em 1985 e 1986, que foram promovidas pelos comitês e receberam ampla atenção da imprensa brasileira. Em pleno contexto de transição democrática no país, os atos pelo fim do *apartheid* contribuíam para os novos posicionamentos estratégicos do Brasil e medidas imediatas, como as sanções limitadas contra a África do Sul, aprovadas pelo Presidente José Sarney.

### **3.3.3 A ascensão do movimento antiapartheid e o fim das relações do governo brasileiro com a África do Sul (1985-1986)**

Nos periódicos produzidos por afro-brasileiros ligados à luta antirracista, permaneciam as estimas de apoio e solidariedade à causa sul-africana<sup>157</sup>. Para além das declarações em seus jornais, os anos de 1985 e 1986 foram caracterizados por uma intensa campanha do Movimento Negro com outros setores da sociedade civil, em defesa do rompimento das relações diplomáticas, comerciais e culturais do Brasil com a África do Sul.

Diversos atos públicos, passeatas e manifestações em praças, ruas, consulados e Embaixada, foram organizados em várias partes do país, mobilizando um conjunto variado de organizações e agentes, tais como associações, sindicatos, partidos políticos, entidades civis, entidades socioculturais e representantes políticos,

<sup>157</sup> Na apresentação do informativo nº 0 do *Consciência Negra*, produzido pela Secretaria Nacional do Grupo de União e Consciência Negra em Goiânia/GO, foi lembrado o cumprimento dos objetivos do grupo para desenvolver a solidariedade com as minorias oprimidas, incluindo “o negro diante da discriminação da África do Sul” (1987, p.2). Campanhas contra o *apartheid*, como a que apareceu no jornal *Voz do Negro*, um órgão da sociedade afro-brasileira fundado em 1975, em Belo Horizonte/MG, também ocupavam as páginas dos periódicos da Imprensa Negra. O Jornal foi anexado em um dos relatórios do SNI, podendo ser consultado em: NºACE/ANO 226/87/ST3.4/PM2. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional – Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.OOO.87013036

que colocavam o *apartheid* nas discussões políticas internas do país. Essas mobilizações se tornavam oportunas para o Movimento Negro, que além de dialogar com setores sociais diversos, abria espaço para levar seus questionamentos quanto ao impacto do racismo e das desigualdades raciais no Brasil.

Os eventos, que exigiam o fim das leis segregacionistas na África do Sul e a oposição diplomática do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, captavam a atenção do público, do governo e das instituições de comunicações e reafirmavam seu lugar no meio social como o principal interlocutor das demandas da população afro-brasileira, aproximando-se dos espaços políticos e institucionais.

Em 21 de março de 1985, Dia Internacional contra a Discriminação Racial, ocorreram alguns encontros. Em Porto Alegre/RS, realizou-se uma passeata do Largo da Prefeitura Municipal até a Assembleia Legislativa, sucedida de uma palestra sobre o tema “O Negro e a constituinte”, ministrada por Luíz Francisco Correa Barbosa, um juiz afro-brasileiro. Naquele momento, já havia uma agitação política pelo processo da constituinte para dar forma jurídico-legal às reivindicações da militância afro-brasileira e ao centenário da abolição (Ibid.)<sup>158</sup>.

Faixas de reivindicação por uma “Verdadeira Democracia Racial”, em “Defesa da cultura negra” e pelo “Fim da discriminação racial”<sup>159</sup> circularam na passeata. No panfleto distribuído aos participantes, era explicado o significado da data e as exigências do movimento frente ao contexto de desigualdade, fazendo relações com o regime sul-africano: “Se no Brasil não vigora a violência sistemática e as balas assassinas, que anualmente matam centenas de jovens e crianças negras indefesas na África do Sul, estamos longe da democracia racial tão hipocritamente alardeada” (Ibid.). Eles argumentavam que, assim como as ex-colônias africanas, ainda dominadas por regimes supremacistas, o Brasil foi forjado por estruturas sociais, culturais, econômicas e políticas que conduziam à permanência de profundos contrastes entre os mais de 70 milhões de brasileiros e as elites dominantes.

<sup>158</sup> Segundo Rios (2014, p.155), em 1985, já estava posto que a reforma constitucional aconteceria pela representação partidária, o que limitava as formas de participação política dos movimentos sociais. O Movimento Negro não apresentou nenhuma proposta de criar partido próprio nesse período, optando por integrar as siglas partidárias já existentes, como o PMDB, o PDT e o PT. “A estratégia do ativismo negro foi insistir na ideia de que os interesses da população afro-brasileira só seriam bem representados, caso houvesse a presença negra no processo decisório. Isso significava não apenas um canal de expressão de suas demandas ou mesmo uma representação que expusesse suas ideias, mas, sobretudo, a presença física de negros enquanto parlamentares”.

<sup>159</sup> N°ACE/ANO 13090/85. Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.85013090

Na mesma data, em São Paulo, ocorreu uma passeata contra o *apartheid*, saindo da Rua Voluntários da Pátria até o Consulado sul-africano, registrada no *Nzinga Informativo* (1985, n.2 p.7). No dia seguinte, em 22 de março, aconteceu o “Encontro Nacional de Negros Comunistas”, organizado pelo Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (PCB) com diversos representantes do Movimento Negro local. Dentre as propostas que resultaram do encontro, estavam uma moção de repúdio ao massacre de 20 pessoas na África do Sul e a criação de um comitê em São Paulo contra o *apartheid* na África do Sul<sup>160</sup>.

Em Belo Horizonte/MG, as entidades do Movimento Negro da região organizaram o “I Encontro Estadual da Cultura Negra”, que aconteceu entre os dias 20 e 21 de julho. O evento objetivava mobilizar a população afro sobre a reforma constitucional de 1987, e dentre as propostas para levar à Assembleia Nacional, sugeria o “rompimento das relações diplomáticas com a África do Sul”<sup>161</sup>. Em julho, houve um pedido de busca<sup>162</sup>, indicando que o MNU chegou a solicitar uma audiência com o Ministro de Estado das Relações Exteriores para entregar um abaixo-assinado sobre a relação política brasileira com o governo da África do Sul.

As agitações aconteciam por todo o país. No dia 06 de agosto de 1985, diversos grupos organizados do Movimento Negro de Porto Alegre fizeram um ato público na Esquina Democrática, buscando o apoio da população para assinar um abaixo-assinado que defendia o rompimento das relações com a África do Sul, e que seria enviado ao presidente José Sarney.<sup>163</sup> No dia 09 do mesmo mês e ano, como mencionamos na seção anterior, foi assinado pelo então presidente o decreto que proibia o intercâmbio cultural e desportivo, bem como a venda e o trânsito de armamentos ou petróleo para a África do Sul.

Mesmo com o gesto político, que, no plano interno, respondia à campanha que exigia a ruptura das relações comerciais com a África do Sul, e na perspectiva diplomática, cedia à pressão internacional contra o *apartheid*, favorecendo a presença brasileira em outros países do continente africano, as mobilizações contra o

<sup>160</sup> N°ACE/ANO 0327S101A5CIE. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.85049846

<sup>161</sup> N°ACE/ANO 011094/B6H85. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.OOO.85011094

<sup>162</sup> N°ACE/ANO 050912/85, Pedido de Busca nº673/85/DSI/MRE. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.85050924

<sup>163</sup> N°ACE/ANO 13090/85. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.85013090

segregacionismo institucionalizado promovidas pelas organizações antirracistas brasileiras continuaram.

Em Salvador, no dia 13 de agosto de 1985, ocorreu um ato de criação do “Comitê Anti-Apartheid”<sup>164</sup>, que, segundo o relatório do SNI, reuniu cerca de 150 pessoas, contando com a presença de entidades, partidos políticos e sindicatos<sup>165</sup>. Durante o evento, houve uma apresentação teatral representando o regime de segregação sul-africano e os pronunciamentos da mesa diretora, composta por diversos representantes das organizações antirracistas baianas<sup>166</sup>. Também foi anunciado um ato público em repúdio ao *apartheid* no dia 17 do mesmo mês, no fim da linha do Engenho Velho da Federação, e uma reunião do comitê no dia 19, para discutir as medidas que seriam adotadas pela organização criada. Um manifesto nomeado “Soltem Nelson Mandela”<sup>167</sup> e vários panfletos que informavam o funcionamento do regime do *apartheid* foram distribuídos aos participantes.

O *Jornal de Brasília* do dia 27 de agosto de 1985 trouxe alguns pontos relevantes do manifesto, que criou o Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da África do Sul e Namíbia (ComÁfrica)<sup>168</sup>. Essa organização não governamental - ONG, atuante exclusivamente na temática antiapartheid, foi fundada em 22 de agosto de 1985, sob as premissas do Instituto Unificados de Relações Internacionais (IURI) e do Instituto de Estudos Africanos (INEAFRIC)<sup>169</sup>, responsáveis por promover e disseminar informações sobre a luta *antiapartheid* na África do Sul e Namíbia, sem vínculos com partidos políticos brasileiros.

<sup>164</sup> A criação do comitê foi prevista durante a Assembleia Geral do MNU/BA no dia 03, a qual foi estabelecido que a entidade seria a responsável pela organização do comitê anti-apartheid. NºACE/ANO 008254/85. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP.85008254

<sup>165</sup> O relatório identificou a participação das seguintes organizações: Conselho de Entidades Negras da Bahia; Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/BA); MNU; Sindicato dos Jornalistas do Estado da Bahia; Sociedade Protetora dos Desvalidos; Comunidades Eclesiais de Base (CEBs); Comitê de Anistia e Direitos Humanos (CADH); Partido Democrático Trabalhista (PDT/BA); Federação da Associação de Bairros de Salvador (FABS); Partido Comunista do Brasil (PCdoB/BA); Partido Comunista Brasileiro (PCB/BA); Grupo Cultural Olodum; Partido dos Trabalhadores (PT/BA); Jornal AFROBRASIL.

<sup>166</sup> NºACE/ANO008001/85. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP.85008001

<sup>167</sup> Manifesto produzido no dia 13.08.85 pelo Grupo Teatral Versos Negros.

<sup>168</sup> Dossiê África do Sul, p.14. Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência de Referência: BR DFANBSB Z4.REX.IPS.5

<sup>169</sup> Conforme o estudo de Braga (2011, p.246), o instituto cooperou com o Centro de Informações da ONU no Rio de Janeiro (UNIC), estabeleceu contatos com as representações do ANC em Bonn, Lusaka e Luanda, e com o Conselho das Nações Unidas para a Namíbia e Comissão Especial contra o Apartheid. “Um espectro crescente de organizações antiapartheid no Brasil iniciou contato com o IURI/INEAFRIC, especialmente organizações do Movimento Negro”.

Com a coalização formada para desenvolver o ativismo *antiapartheid* no Brasil, seguindo as diretrizes do departamento de relações internacionais do ANC, as exigências pontuais do ComÁfrica para o governo brasileiro eram: o rompimento das relações diplomáticas com a África do Sul; sanções mais abrangentes do que as impostas em 1985, incluindo sanções econômicas; e o reconhecimento do ANC e do SWAPO como sujeitos de Direito Internacional Público e representantes legítimos dos povos da África do Sul e da Namíbia (BRAGA, 2011, p.249).

Também em 22 de agosto de 1985, em São Paulo, aconteceu um ato público em desagravo à política racista da República da África do Sul, no auditório Palácio dos Bandeirantes<sup>170</sup>. Na ocasião, mais de 300 paulistas saíram às ruas para protestar contra o regime sul-africano, conforme relatou o *Jornal do Conselho da Comunidade Negra* (1985, n.03, p.7). O evento, coordenado por diversas entidades afro-brasileiras<sup>171</sup>, promoveu um comício com a participação de diversos políticos dos partidos de esquerda e uma caminhada saindo do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP) até o Consulado Sul-Africano. Na fotografia publicada no *Jornal do Conselho da Comunidade Negra*, podemos ver os cartazes “Não a chacina na África do Sul” e “Pelo Rompimento das relações do Brasil e a África do Sul”.

Figura 4 – Imagem da reportagem “São Paulo faz protesto contra a África do Sul”



Fonte: *Jornal do Conselho da Comunidade Negra*, n.03, 1985, p.7

<sup>170</sup> Informação nº0665/85/275/CISA-RJ. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB VAZ.0.0.28901

<sup>171</sup> Entidades que participaram: Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra; Movimento de Mulheres Negras; MNU; Movimento Negro do PDT; Grupo Negro da PUC; Grupo Senzala, Movimento Negro de Osasco; Movimento Negro de Cangaíba.

Há, ainda, registros de um “Comitê Anti-Apartheid de Pernambuco”<sup>172</sup> e de um “Comitê Mineiro Antiapartheid”. Esse último organizou uma manifestação entre os dias 26 e 28 de agosto de 1985, em Belo Horizonte, contando com uma programação de mostras de filmes, debates, atos públicos e show cultural. O evento foi dirigido pelo MNU, com o apoio de outras entidades antirracistas e democráticas<sup>173</sup>. O ato aconteceu no último dia do evento, em frente às escadarias da Igreja São José, reunindo cerca de 100 pessoas que repudiavam o governo sul-africano, a questão da Namíbia e as articulações imperialistas dos EUA<sup>174</sup>. Um dos encaminhamentos da manifestação era enviar ao Itamaraty e à Embaixada sul-africana documentos de repúdio ao *apartheid*.

No Consulado da África do Sul, no Rio de Janeiro, também houve manifestações. No dia 26 de agosto de 1985, as entidades do Movimento Negro do referido estado e seus apoiadores<sup>175</sup> promoveram um ato, oriundo de uma reunião do dia 22, na qual foi decidido que as reivindicações do movimento contra o *apartheid* aconteceriam nessa data. O *apartheid* continuava a ser um elemento impulsionador entre os militantes do Movimento Negro, que almejavam, por meio de suas mobilizações, impedir que o país se relacionasse com a África do Sul – afinal, o regime de segregação ainda permanecia produzindo seus horrores naquele país.

Em Belém do Pará, também ocorreram manifestações em repúdio ao regime do *apartheid*. No dia 11 de outubro de 1985, o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA) e seus apoiadores reuniram cerca de 30 pessoas em uma passeata, com concentração na Praça da República. Na situação, foram realizados diversos pronunciamentos acerca da questão do *apartheid* na África do Sul e distribuídos panfletos à população, repudiando a política segregacionista e

<sup>172</sup> O comitê estava listado nas organizações que participaram do VI Encontro de Negros do Norte e Nordeste em Aracajú/SE. In: N°ACE/ANO 008984/86, Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP.86008984

<sup>173</sup> Pastoral Operária de Belo Horizonte; MNU de Belo Horizonte; Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (DA/FACE/UFMG); Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) Partido Democrático Trabalhista (PDT); PT; Partido Revolucionário Comunista (PRC); PCB; PCdoB; Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8); Conselho Estadual da Mulher; Sindicato diversos de Belo Horizonte (médicos, psicólogos, engenheiros, trabalhadores nas indústrias metalúrgicas); CUT/MG e outras organizações.

<sup>174</sup> N°ACE/ANO 11181/85. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.OOO.85011181

<sup>175</sup> Representantes de partidos políticos, líderes sindicais In: Manifestação no Consulado da África do Sul. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.85012271



evidenciando o sentido da permanência dos protestos e das críticas ao governo brasileiro.

**[...] Entendemos ainda que as sanções impostas pelo governo brasileiro não são concessões.** Mas sim frutos das pressões exercidas pelo Movimento Negro do Brasil que há muito se coloca contra a política racista. **Todavia achamos as sanções extremamente tímidas na medida em que nosso país continua a manter relações diplomáticas com o regime da segregação racial,** haja vista que o Brasil é o segundo país em população de negros no mundo.  
 ABAIXO O RACISMO  
 POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA  
 PELO FIM DO APARTHEID  
 (CEDENPA, 1985 - grifo nosso)<sup>176</sup>

Ao meio-dia de 15 de outubro de 1985, na frente da Embaixada da África do Sul em Brasília, algumas entidades afro-brasileiras<sup>177</sup> promoveram mais um ato público em protesto ao *apartheid*, com cerca de 200 pessoas. O informe narrou que os manifestantes foram unânimes em criticar o governo sul-africano, que insistia em manter o segregacionismo institucionalizado, tendo ênfase no pedido de rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a África do Sul, pleiteado por um abaixo-assinado para ser entregue ao Ministro das Relações Exteriores<sup>178</sup>.

Novamente, no dia 17 de outubro do mesmo ano, foi realizado um ato coordenado pelo MNU e promovido pelo ComÁfrica<sup>179</sup>, onde participaram cerca de 60 pessoas para criticar a pertinência das relações diplomáticas que o Brasil mantinha com a África do Sul e pedir o reconhecimento do ANC como representante legítimo do povo sul-africano. Estavam presentes alguns líderes sindicais, incluindo dois representantes do ANC<sup>180</sup> e o presidente da Central Única dos Trabalhadores da

<sup>176</sup> N°ACE/ANO 56000/85. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.KKK.85005600

<sup>177</sup> Participaram o Centro de Estudos Afro-brasileiros (CEAB); Centro de Tradições Populares; Comissão do Negro do PT; Memorial Zumbi; MNU e Grupo União e Consciência Negra.

<sup>178</sup> N°ACE/ANO 255/85/DI/CIPO/SEP. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.85051698

<sup>179</sup> Dossiê África do Sul, p.219. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB Z4.REX.IPS.6

<sup>180</sup> Conforme aponta Braga (2011, p.250-251), o ComÁfrica recebeu a delegação do ANC, que recebeu títulos de condecoração de Nelson Mandela como Cidadão Benemérito do estado e Honorário do município do Rio de Janeiro. Esses títulos eram oriundos de uma campanha do próprio ComÁfrica para reconhecimento do ANC e da SWAPO pelo governo brasileiro, com apoio da Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro e da Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro. Em nome de Mandela, os senhores Seretse Choabi e Sidne Molify estabeleceram o diálogo do ANC com importantes instâncias da política nacional, como o departamento de África no Ministério de Relações Exteriores. O autor ainda aponta que, no jornal "Correio Braziliense" de 20 de outubro de 1985, foi publicada uma entrevista com Choabi e Molify, na qual os ativistas do ANC elogiaram as sanções decretadas por Sarney, mas as consideraram insuficientes. Além disso, a visita recebeu atenção do

Seção do Distrito Federal (CUT/DF). Dentre as palavras de ordem registradas, estavam “Assassinos, assassinos, fora”; “deixem nosso solo”; e “o Brasil não precisa de vocês”<sup>181</sup>.

Figura 5 - Imagem da reportagem “Um basta ao apartheid”



Fonte: *Jornal de Brasília*, 18/10/85

Ainda no mesmo mês, no dia 22, o Comitê *Antiapartheid* da Bahia, junto ao Núcleo Cultural Afro-Brasileiro (NCAB), convocou um ato público contra a política de segregação racial, que contou com mais de 150 manifestantes na Praça da Piedade<sup>182</sup>. Entre eles, haviam artistas, estudantes secundaristas, intelectuais, poetas e políticos, que usaram da palavra para exigir o rompimento das relações diplomáticas do Brasil, e a ampliação desse movimento para toda a América do Sul.

Em Aracaju, capital de Sergipe, mais um comitê foi criado, no dia 27 de outubro de 1985, para somar à luta contra o regime racista da África do Sul. O “Comitê Sergipano Anti-apartheid” foi articulado pelo Núcleo Afro-Brasileiro do Estado da Bahia e pelo Instituto Sergipano de Pesquisa da Cultura Popular Negra (ISPCPN),

SNI, registrado com um informe da DSISs do Itamaraty, concluindo que “os representantes do ANC expressaram sua expectativa de que o BRASIL venha conferir aquela organização apoio material, moral e humanitário. Concomitantemente a um maior apoio a luta antiapartheid, os Senhores CHOABI e MOLIFI sugeriram que o Governo brasileiro autorizasse a abertura, em território nacional, de escritório do ANC, como já existem em vários países, inclusive escandinavos, FRANÇA e REINO UNIDO”. Dossiê África do Sul - Relações com o Brasil, 1977, p.29 Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB Z4.REX.IPS.1

<sup>181</sup> NºACE/ANO 388/85/DI/CIPO/SEP/DF. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.85053032

<sup>182</sup> NºACE/ANO 008138/85. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP.85008138

com a presença de outras organizações<sup>183</sup>, sob o objetivo de fortalecer a opinião pública para apoiar o boicote total ao regime de segregação racial sul-africano<sup>184</sup>. O evento foi marcado pela celebração de uma missa na Igreja Nossa Senhora de Lourdes, em memória às vítimas do *apartheid*, e por palestras sobre o tema.

Em novembro daquele ano, durante as manifestações pelo Dia Nacional da Consciência Negra, a situação da África do Sul foi constantemente lembrada<sup>185</sup>. Já no dia 12 de dezembro, na Avenida Paulista de São Paulo, o Movimento Negro e outras entidades civis, partidos políticos e artistas, protestaram pedindo o rompimento dos vínculos comerciais e diplomáticos com a África do Sul.

Figura 6 - Recorte da imagem da reportagem “Negros contra o apartheid exigem decisão do governo”



<sup>183</sup> Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SE); Comissão Sergipana dos Direitos Humanos.

<sup>184</sup> N°ACE/ANO 169/85/SI/SR/DPF/SE. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP.85008152

<sup>185</sup> No ato público realizado na Praça do Povo, em Brasília, o ComÁfrica pediu o rompimento imediato das relações diplomáticas do Brasil “com a quadrilha de assassinos que compõe o Governo da África do Sul”. Esse evento, promovido pelo MNU do DF, contou com cerca de 60 pessoas e reuniu diversas entidades antirracistas, partidos políticos, sindicatos e organizações de base, que traziam em seus cartazes repúdios à política sul-africana, como “04 milhões de brancos, massacrando 22 milhões de negros” e “Governo Brasileiro, chega de declarações, queremos ação”. In: Jornal de Brasília, 21/11/85 In: Movimento Negro Unificado - Dossiê, p.35, Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência de Referência: BR DFANBSB Z4.DPN.ENI.150. Outro ato contra o *apartheid* foi registrado na Bahia no dia 29 de novembro no largo do Terreiro de Jesus, durante o ciclo de atividades comemorativas ao Dia Nacional da Consciência Negra promovido pelo Conselho das Entidades Negras da Bahia (CENBA) e o NCAB que somou cerca de 300 manifestantes. In: N°ACE/ANO 421/85/DI/CIPO/SEP. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.86054508

Fonte: *Jornal do Brasil*, 13/12/85<sup>186</sup>

Essa onda de protestos convocados por entidades antirracistas no ano de 1985 estava consoante com a mobilização transnacional *antiapartheid*, no que diz respeito às pressões pelo boicote econômico, cultural, esportivo e acadêmico ao governo sul-africano e às sanções da Assembleia Geral da ONU<sup>187</sup>. É preciso ressaltar que o isolamento diplomático e comercial ao governo do Partido Nacional fazia parte da agenda defendida pela principal organização de resistência popular no país. Dentro da ampla rede de estratégias de luta contra o *apartheid*, “a campanha pelo boicote econômico internacional foi iniciada pelo ANC em 26 de junho de 1959” (BRAGA, 2011, p.101).

No dia 17 de dezembro de 1985, ocorreu um novo e grande ato público na Praça da Sé, iniciado com um culto ecumênico, seguido de discursos e de um show musical com cantores como Chico Buarque de Holanda, Martinho da Vila, Leci Brandão, Beth Carvalho e muitos outros.<sup>188</sup> O evento, nomeado “Dia da solidariedade do Povo Brasileiro”, foi idealizado por Martinho da Vila<sup>189</sup> e apoiado por dezenas de instituições e entidades nacionais e paulistas. Ao todo, reuniram-se cerca de 20 mil pessoas, incluindo líderes políticos, militantes, sindicais, religiosos, empresários e artistas. Segundo a reportagem do *Jornal do Conselho da Comunidade Negra*, “A repercussão do ato refletiu mundialmente, pois as agências internacionais, United Press, AGOP, FRANCE PRESS, passaram todo o acontecimento”<sup>190</sup>.

Figura 7 - Imagem da reportagem “Botha fora”, título em referência ao primeiro-ministro da África do Sul Pieter W. Botha

<sup>186</sup> In: Dossiê África do Sul, p.164. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional. Código de Referência: BR DFANBSB Z4.REX.IPS.6

<sup>187</sup> A ONU tem um espaço importante no ativismo transnacional antiapartheid. Segundo Braga (2011, p.124), ela serviu como um foro de governantes e ativistas contra as práticas do regime africânder e consolidou a abrangência mundial da condenação ao *apartheid* e da norma de igualdade racial.

<sup>188</sup> Dossiê África do Sul, p.164. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional. Código de Referência: BR DFANBSB Z4.REX.IPS.6

<sup>189</sup> Nascido em Duas Barras (RJ) no ano de 1938, Martinho José Ferreira, conhecido por ser um grande sambista, é cantor, compositor e escritor brasileiro. Algumas de suas produções literárias e musicais mencionam os dilemas das relações raciais brasileiras. Dos artistas solidários à causa *antiapartheid*, Martinho atuou nas mobilizações pelo fim do regime de segregação racial.

<sup>190</sup> *Jornal do Conselho da Comunidade Negra*, nº04, jan 1986, p.5.



Fonte: *Jornal do Conselho da Comunidade Negra*, nº04, jan 1986, p.5

Na edição seguinte do referido jornal, foi publicada uma nova matéria, intitulada “Brasileiros continuam gritando Botha Fora”, que rememorava os atos do ano anterior organizados em São Paulo, e afirmava que tiveram “no fechar do ano de 1985, o mais bem organizado e sucedido ato de solidariedade aos negros sul-africanos jamais ocorrido na América Latina”<sup>191</sup>. Atos dessa magnitude marcaram todo o cenário cultural, não somente no Brasil. Diversos festivais musicais foram promovidos em apoio à luta contra o apartheid e a libertação de Nelson Mandela, como é o caso do "Nelson Mandela 70th Birthday Tribute", realizado em Londres, em 11 de junho de 1988, reunindo artistas como Whitney Houston, Stevie Wonder e Eric Clapton no Wembley Stadium.

O ano de 1986 seguiu com mais manifestações e atos de repúdio ao *apartheid*. Na medida em que intensificavam suas reivindicações, as práticas da luta transnacional contra o *apartheid* em várias regiões do país contribuíam para o amadurecimento das experiências de mobilização, validando a capacidade de diálogo e inserção política e institucional do Movimento Negro brasileiro. Além disso, elas vislumbravam no engajamento à causa dos sul-africanos não brancos, comparando os estigmas históricos associados às opressões, um caminho para suas aspirações de unidade racial e implementação de medidas de reparação para o enfrentamento

<sup>191</sup> *Jornal do Conselho da Comunidade Negra*, ano II, n.5, 1986, p.10. In: Movimento Negro Brasileiro, Dossiê, p.17 N°ACE/ANO 008442/86 Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.86013571 - Dossiê

da desigualdade racial no Brasil ao longo das décadas seguintes, através da política afirmativa.

Em Salvador, a noite do dia 21 de março de 1986 foi marcada por um debate sobre o tema “Racismo, Imperialismo e Violência Policial”, realizado na sede da Sociedade Protetora dos Desvalidos.<sup>192</sup> Em Belo Horizonte, também ocorreu uma reunião entre cerca de 100 representantes antirracistas, que proferiram diversos pronunciamentos solidários aos “povos negros da África do Sul e Namíbia”<sup>193</sup>. A data também foi celebrada pelos grupos do Movimento Negro no Distrito Federal<sup>194</sup>, com a organização de debates, palestras e atos de manifestação em frente ao Palácio do Planalto. Nessa última, uma das faixas identificadas dizia “Repúdio ao regime racista da África do Sul”<sup>195</sup>.

O Conselho de Entidades Negras da Bahia (CENBA) deu abertura a um inquérito – com base no decreto presidencial de 1985, que abrange as sanções contra o *apartheid* – denunciando a promoção de um pacote turístico para a África do Sul, lançado pela empresa de aviação sul-africana *South African Airways* junto com a *Mercúrio York*, uma agência de turismo local. Os militantes promoveram um protesto na festa de lançamento, que ocorreu no Centro Empresarial Iguatemi, seguida do andamento legal com uma queixa-crime denunciando a vendas das excursões<sup>196</sup>.

Em 22 de agosto de 1986, o MNU, a Comissão do Negro do PT e o CEAB promoveram uma manifestação em frente à Embaixada, pedindo o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a África do Sul. A avenida em frente à Embaixada foi rebatizada de “Avenida Nelson Mandela” e os organizadores haviam planejado a pintura dos muros da Embaixada, a ser realizada por crianças trazidas da Vila Paranoá até o local. Todavia, a ação não aconteceu, devido ao impedimento da Polícia Militar<sup>197</sup>. No Rio de Janeiro, o ComÁfrica e o Instituto Unificado de Relações

<sup>192</sup> NºACE/ANO 008465/86. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP.86008465

<sup>193</sup> Transcrição do pronunciamento de Marco Antônio Cardoso durante o evento. In: NºACE/ANO 11776/86. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.OOO.86011776

<sup>194</sup> São citados como organizadores: CEAB, MNU, Mamorial Zulbi, União e Consciência Negra, Afroxé Axé Ilê.

<sup>195</sup> NºACE/ANO 024/86/DE/CIPO/SEP/DF. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.86055987

<sup>196</sup> Jornal do Brasil, 21/06/86 In: Dossiê África do Sul - Relações com o Brasil, 1977, p.20 Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB Z4.REX.IPS.1

<sup>197</sup> NºACE/ANO 185/86/SI/VI COMAR. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB VAZ.0.0.38261

Internacionais realizaram um ato público de apoio à Namíbia, reunindo cerca de 40 pessoas na sede da OAB no dia 08 de julho de 1986.<sup>198</sup>

Em São Paulo, os militantes do Movimento Negro se reuniram em um ato público no dia 23 de outubro de 1986, manifestando repúdio à morte do presidente de Moçambique, Samora Moisés Machel. Em um manifesto escrito, os ativistas explicaram que o acidente se deu “num duvidoso desastre aéreo” e que “Os indícios apontam para uma possível sabotagem, levada a cabo, por grupos mercenários ligados ao regime de Pretória”<sup>199</sup>. O evento concentrou-se no MASP e seguiu em passeata até o Consulado da África do Sul, com diversas faixas de protesto à política do *apartheid* e pronunciamentos a favor do rompimento das relações diplomáticas com a África do Sul. Em novembro do mesmo ano, uma nova manifestação foi realizada no dia 27, com mais de 500 pessoas protestando contra o *apartheid* e homenageando Samora Machel<sup>200</sup>.

Na medida em que as mobilizações avançavam e cresciam, percebemos que a luta *antiapartheid* no Brasil esteve conectada às transformações políticas e culturais a partir da década 1970, e se constituía enquanto um campo de oportunidades e um espaço de aprendizagem para os militantes afro-brasileiros. Ele se tornou uma pauta eficiente para as lideranças se reunirem e reorientarem suas ações; estarem em fluxo e diálogo com os movimentos *antiapartheid* internacionais, inclusive, com organizações e ativistas sul-africanos, como o ComÁfrica; e promoverem o debate sobre as relações raciais brasileiras, estabelecendo críticas e propondo alternativas, incluindo suas demandas nas esferas políticas e institucionais.

A década de 1980 representou um momento de grande debate sobre o racismo no Brasil, onde o *apartheid* se tornou uma pauta reivindicatória e significativa na denúncia do movimento antirracista sobre a suposta democracia racial brasileira, presente dos discursos oficiais dos governos brasileiros. O contexto marcado pelas manifestações públicas do centenário da abolição da escravidão (1988), as visitas do Bispo Desmond Tutu (1987) e de Nelson Mandela (1991) – figuras eminentes e reconhecidas da luta contra o *apartheid* –, e a ampla campanha de conscientização

<sup>198</sup> Informação Nº0110/86/220/CISA-RJ. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.86013443

<sup>199</sup> NºACE/ANO 018639/86. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.86018639

<sup>200</sup> NºACE/ANO 059929/86. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.86059929

racial para o censo de 1991 do IBGE, buscando incentivar os afro-brasileiros a se identificarem na categoria “preto”<sup>201</sup>, evidenciaram e agregaram o problema do racismo dentro dos desafios políticos da vivência democrática.

Esses momentos marcaram a trajetória do Movimento Negro, contribuindo notadamente na institucionalização da agenda da igualdade racial no Brasil, e repercutiram na opinião pública através dos meios de comunicações sociais, que produziram um alto volume de reportagens a seu respeito, tecendo variadas interpretações e percepções. Nas seções seguintes, analisamos os debates, compreendendo seus efeitos políticos.

---

<sup>201</sup> A campanha “Não deixe sua cor passar em branco”, fomentada pelo Movimento Negro e por pesquisadores interessados na questão racial brasileira, visava alcançar maior adequação da resposta da população ao quesito cor, durante a coleta no recenseamento realizado em 1991 (PIZA; ROSEMBERG, 1998-99, p.132)



#### 4. “ÁFRICA DO SUL GENOCÍDIO LEGALIZADO, BRASIL GENOCÍDIO DISFARÇADO”: AS VISITAS DE DESMOND TUTU E NELSON MANDELA NO BRASIL E O CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO (1987-1995)

Meu homem  
 Dormi com saudades suas  
 Caminhando livremente  
 Como gente  
 Sob o sol de Joannesburgo [...]  
 Meu homem  
 Passeamos pelo parque  
 Sem notar que existem brancos  
 E sem ver que haviam negros  
 Nos guetos  
 São irmãos brancos e pretos [...]

Trecho de “Meu Homem”, composição de Martinho da Vila em homenagem a Nelson Mandela, 1988.

Se o rei Zulu já não pode andar nu  
 Se o rei Zulu já não pode andar nu  
 Salve a batina do bispo Tutu  
 Salve a batina do bispo Tutu  
 Ó, Deus do céu da África do Sul  
 Do céu azul da África do Sul  
 Tornai vermelho todo sangue azul  
 Tornai vermelho todo sangue azul  
 Já que vermelho tem sido todo sangue derramado  
 Todo corpo, todo irmão chicoteado,  
 iô Senhor da selva africana,  
 irmã da selva americana

Trecho de “Oração pela libertação da África do Sul”, composição de Gilberto Gil, 1985.

As composições acima foram produzidas em um momento de efervescência das mobilizações do Movimento Negro contemporâneo, sob a nova conjuntura política que se configurava no país. A ditadura terminou com o processo de abertura iniciado no governo Geisel em 1977 e, conseqüentemente, de transição política negociada e tutelada pelos militares e concluída com a promulgação da Constituição de 1988.

Em meio à legislação autoritária, órgãos de informação e repressão policial da ditadura, acompanhamos “a propagação e capilaridade da ideia de Consciência Negra – valorização do negro e das culturas de matrizes africanas, e impulso para enfrentamento do racismo – no tecido social” (PEREIRA, 2020, p. 99), bem como a multiplicação de entidades afro-brasileiras e, mais adiante, a ocupação de quadros antirracistas nos espaços políticos institucionais.

Nesse contexto de transição, cresceram os atos públicos pelo fim do regime de segregação racial da África do Sul, o registro da criação de comitês *antiapartheid* e a promoção de suas ações. O governo da Nova República respondeu aos apelos sociais e às críticas internas e externas, impondo sanções estratégicas na esfera econômica e social à África do Sul e reposicionando seu lugar nos fóruns internacionais. Embora a ação governamental, com o Decreto nº 91.524 de 1995, tenha atendido às sanções estratégicas da ONU e às reivindicações da sociedade civil brasileira, ela não foi suficiente para reter as exigências do Movimento Negro para a pauta *antiapartheid* e suas próprias demandas.

Esta seção analisa, portanto, as manifestações, os debates e suas repercussões em torno da luta *antiapartheid*, efetuados pelo movimento antirracista em seu exercício de compreensão e enfrentamento do racismo no Brasil. Utilizando os relatórios de vigilância, audiovisuais e notícias da imprensa tradicional, exploramos a última problemática formulada para a pesquisa: *Em que medida a apropriação do antiapartheid tencionou e contribuiu para o debate político sobre a questão racial no país?*

Assim, a primeira subseção apresenta um panorama das principais alterações do regime do *apartheid* engendradas pelo Partido Nacional, e examina seu alcance e efeito na posição do governo brasileiro quanto ao reatamento das suas relações com a África do Sul. Nas seguintes, reconstituímos o Centenário da Abolição e as visitas do arcebispo da Igreja Anglicana, Desmond Tutu, em maio de 1987, e do ex-presidente da África do Sul, Nelson Mandela, em agosto de 1991. A passagem dos líderes sul-africanos elevaram a posição brasileira na comunidade internacional ao desaprovar e repudiar abertamente o regime do *apartheid*. Objetivamos, então, avaliar os objetivos, a movimentação e as repercussões desses encontros emblemáticos na trajetória do antirracismo contemporâneo.

#### 4.1 O DESMANTELAMENTO DO APARTHEID SUL AFRICANO E AS EXPECTATIVAS BRASILEIRAS

O estabelecimento do sistema do *apartheid*, expressando um modelo de governabilidade do Partido Nacional desde 1948, sufocou por décadas os movimentos de resistência, e atravessou, uma série de crises de ordem social, econômica e política nos seus últimos anos de existência, até alcançar seu esgotamento no final dos anos 1980. O caminho da transição negociada foi a solução viável para dar fim ao regime

de segregação racial institucionalizado na África do Sul, ao incluir as populações não brancas no processo político, sem deixar de garantir a manutenção dos recursos à elite de origem europeia.

Os estudiosos apontaram que o ano de 1973 marcou o começo da falência dos africanos<sup>202</sup>. O surto de expansão econômica de 1960, que tornou a África do Sul um dos países mais ricos do mundo devido às suas atividades no setor industrial, deu lugar a um período de recessão durante as décadas de 1970 e 1980, devido à crise petrolífera, que levou ao aumento do preço do petróleo e à queda no preço do ouro. A manutenção do próprio sistema do *apartheid* também acumulava suas dificuldades. A Assembleia Geral da ONU aprovou, naquele ano, a Resolução A/RES/3068<sup>203</sup>, que definiu o regime do *apartheid* como um crime contra a humanidade.

A queda do Império Português com a Revolução dos Cravos, em 1974, abalou a estabilidade da região da África Austral, que estava sendo sustentada pelos regimes brancos com o uso de inteligência militar e repressão policial. O colapso português afetou diretamente a segurança do governo dos africanos, ao expor as fronteiras da África do Sul, Rodésia do Sul e Namíbia aos novos Estados das ex-colônias, contrários às práticas do *apartheid*. Após os desgastes da ardilosa política regional, com o fracasso da invasão à Angola, encabeçada pelo primeiro-ministro Balthazar Johannes Vorster (1966-1978), “Os anos 1980 representaram o esfacelamento do *cordon sanitaire* de colônias brancas que protegiam a África do Sul da “onda negra” (PEREIRA, 2007, p.68).

Junto aos efeitos da derrubada do regime salazarista, a resistência interna também foi se intensificando. Em junho de 1976, estudantes secundaristas de Soweto, inspirados pelas ideias do Consciência Negra de Steve Biko, realizaram uma greve contra a introdução do idioma africâner em algumas disciplinas acadêmicas. Durante a demonstração pacífica, “a polícia matou muitas crianças, a tiros, entre as quais um menino de 13 anos, Hector Peterson, que se transformou em símbolo da libertação” (JONGE, 1991, p.65). O evento repercutiu fortemente no cenário internacional e, internamente, deu um novo fôlego aos movimentos de resistência da África do Sul.

Na primeira metade da década de 1980, também houve avanços significativos na luta política popular. Realizaram-se grandes ações em defesa e ampliação da liberdade sindical, combinadas com mobilizações populares de boicote às eleições

<sup>202</sup> PEREIRA (1912;2007); PEREIRA (1986); THÖRN (2006); JONGE (1991); LOPES (1990).

<sup>203</sup> Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/191217> Acesso: 04 jan. 2023.

para câmaras mestiças e indianas, agregadas ainda ao conjunto de ações do ANC, que promoveu atos de sabotagem a alvos militares e econômicos (PEREIRA, 1985, P.78). Assim, a resistência sul-africana, configurada com as novas frentes de oposição, *United Democratic Front* (UDF) (1984), *Azanian People's Organization* (AZAPO), oriunda do Movimento da Consciência Negra, *Congress of South African Trade Union* (COSAS) e o *Congress of South African Trade Unions* (COSATU) (1985), fortaleceu-se em meio à crise econômica e a radicalização do regime, alcançando uma maturidade e abrangência transnacional, com capacidade para pressionar o Estado.

A ação dessas organizações, lideradas por figuras notáveis no âmbito internacional, como o Bispo Desmond Tutu e o Pastor Allan Boesak, “traria proeminência à luta organizada pela libertação e ajudaria a transformar a percepção internacional sobre os verdadeiros pontos de estrangulamento na questão sul-africana” (VILALVA, 2016, p.150).

As incursões da administração militarizada do presidente sul-africano Pieter Willem Botha (1984 a 1989), visando assegurar a sobrevivência do regime, levaram à intensificação das pressões pela ampliação das sanções econômicas contra a África do Sul. Reformas paliativas do sistema do *apartheid* foram combinadas com o controle sistemático da inquietação social através da violência estatal (PEREIRA, 2007, p.69). Na política externa, apoiada pela política conciliatória do *Constructive Engagement* do governo estadunidense de Ronald Reagan<sup>204</sup>, perpetrou-se a desestabilização com agressões regionais aos países vizinhos, objetivando impor a hegemonia sul-africana, “com ataques às bases do ANC nos Estados da Linha de Frente, assassinando líderes do grupo e destruindo suas bases militares” (Ibid).

Nesse contexto, o governo africâner enfrentou intensas condenações internacionais contra as práticas do regime do *apartheid*, agravando-se com as sanções financeiras que isolaram o país, impostas até mesmo por tradicionais parceiros econômicos. Como sabemos, em termos de geopolítica do espaço austral do continente africano, a África do Sul estava “praticamente cercada por países extremamente solidários e identificados com a luta de libertação nacional travada em

---

<sup>204</sup> Segundo Pereira (2007), o engajamento construtivo de Reagan patrocinou o estabelecimento de um diálogo associado e construtivo com a minoria branca da África do Sul e incentivou a política do *apartheid* quando essa começou a perder seu vigor diante dos novos acontecimentos regionais. Com a política *Total National Strategy* de Botha, a África do Sul buscou controlar e eliminar o apoio externo aos movimentos de resistência interna e no Sudoeste Africano, por meio de intervenções, sabotagens e financiamento a grupos antigovernamentais, na expectativa de substituir governos hostis por aliados.

seu território; é o caso de Moçambique, Angola, Zimbabwe, Zâmbia e Tanzânia” (PEREIRA,1985, p.54). Não podemos deixar de mencionar a articulação desses países da *Linha de Frente* (citados na primeira subseção da terceira seção) que, em 1984, já haviam se reunido duas vezes e estabelecido o compromisso de eliminação do *apartheid* enquanto estratégia comum para a libertação de toda a África Austral.

Desse modo, os atos públicos em forma de protestos, manifestações, passeatas e conferências em vários estados do Brasil durante a década 1980 deram notoriedade ao contexto de resistência à repressão ao qual os sul-africanos não brancos estavam submetidos. Eles respaldavam, por sua vez, as exigências de rompimento do governo brasileiro com o governo de Pretória no âmbito da internacionalização das sanções contra a África do Sul. Através das campanhas *antiapartheid*, entidades do Movimento Negro contribuíram para a promoção dos debates sobre a situação africana e para a alteração das relações oficiais entre o Brasil e a África do Sul, levando à sua condenação política, diplomática e comercial.

Do final dos anos 1980 até a metade dos anos 1990, assistimos às alterações no cenário político sul-africano, no curso para o desmantelamento do regime de segregação racial. Esse contexto foi marcado pelo engendramento da transição do *apartheid* para o início de uma África do Sul democrática, tendo a conquista da liberdade de Nelson Mandela, após 27 anos de encarceramento, como uma de suas ações significativas. Após décadas de lutas dos grupos de resistência e dos boicotes e censuras econômicas que enfraqueceram o Partido Nacional Africano, o bastião branco mostrou sua fragilidade na condução da política de estado de Frederick W. de Klerk.

O último líder nacionalista no poder deu início a longas negociações que desmantelaram o regime, propondo medidas em torno das pautas das populações não brancas. Suspendendo o estado de exceção em todo o país, as reformas no governo de De Klerk abarcaram a legalização das oposições extraparlamentares, a repatriação dos exilados, e a revogação de algumas das leis que configuravam a estrutura jurídica do *apartheid*<sup>205</sup>. Contudo, o processo de transição democrática, apesar das facetas progressistas e da “boa governança” formatada pela mediação, “não se reproduziu à margem das dificuldades, choques e tensões, os quais por vezes conduziram a uma paralisia da vida política” (WONDJI, 2010, p.1139).

---

<sup>205</sup> Foram revogadas todas as leis que tratavam de discriminação no acesso aos serviços sociais, áreas residenciais separadas e terras, bem como as de classificação por raças.

Desse conjunto de medidas, ademais “a previsão das primeiras eleições gerais, que ocorreriam em 1994, as negociações acerca da libertação de presos políticos, e a criação em setembro de 1991 da Convenção Nacional da Paz” (SILVA, 2016, p.80), o ANC deixou de ser banido no país e Nelson Mandela foi solto, em 11 de fevereiro de 1990. Do reencontro livre dos grupos de libertação, aconteceu a 48ª Conferência Nacional do ANC, entre 2 e 6 de julho de 1991, em Durban. Foi o primeiro evento realizado no território da África do Sul em trinta anos, e logo após a libertação de Mandela, elegendo-o como presidente e Walter Sisulu como vice.

Um notável brasileiro antirracista também participou dessa conferência. Abdias Nascimento, que havia sido empossado secretário da Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras, criada pelo governo do Rio de Janeiro de Leonel Brizola (PDT). Nascimento também integrava a delegação do ComÁfrica, organização que vinha atuando na luta *antiapartheid* do Brasil em articulação com o ANC, como indicamos na última subseção da seção anterior. Incumbido de transmitir ao ANC a solidariedade do Estado do Rio de Janeiro, o secretário testemunhou uma nova etapa do maior grupo de resistência sul-africana, que se organizava para participar do processo de democratização na perspectiva de assumir o poder (NASCIMENTO, 2014, p.254).

Diante das perspectivas de uma solução pacífica e democrática que desse fim ao regime de segregação racial da África do Sul, o Brasil recebeu com entusiasmo as informações sobre as medidas de transição anunciadas pelo Presidente de Klerk. Além disso, o país pretendia reexaminar sua posição na região Austral, devido às últimas transformações ocorridas,

Havia fortes indícios de que a guerra em Angola estava por findar, com eleições marcadas para 1992. Moçambique atravessava uma fase de pacificação política e transição econômica, da economia socialista para o livre mercado. A Namíbia obtivera, em 1990, a independência. A África do Sul, o principal responsável pela situação de insegurança regional, estava comprometida com um processo irreversível de acomodação interna, cujo objetivo último era a democratização de sua sociedade (PENNA FILHO, 2001, p.84).

Além disso, considerando a importância econômica que a África do Sul representava no continente africano, o país tinha interesse em normalizar suas relações com Pretória, assim que as circunstâncias políticas internas sul-africanas o permitissem (Ibid). Nesse cenário, o Brasil convidou e recebeu o presidente do ANC,

Nelson Mandela, para uma visita oficial de quatro dias – que é discutida na última subseção. Mandela foi recebido com todas as honras de um Chefe de Estado, deixando clara a posição brasileira no contexto da reordenação das forças políticas na África do Sul e a maneira como pretendia considerar a reinserção do país na comunidade internacional (VILALVA, 2016, p.182), e estabelecendo um passo inicial “no que diz respeito à estratégia de revigoramento das relações Sul-Sul pelo futuro governo” (PEREIRA, 2007, p.158).

Além da visita de Mandela, outros dois momentos foram marcantes na história do engajamento brasileiro à causa *antiapartheid*. Em 1986, o Brasil também convidou um líder religioso sul-africano, conhecido por seu ativismo contra o *apartheid* na comunidade internacional. O arcebispo Désmond Tutu visitou o país em maio do ano seguinte e sua presença teve um impacto significativo no Movimento Negro brasileiro e na promoção do seu debate público sobre o racismo. Além disso, as manifestações do Centenário da Abolição em 1988 permitiram dar visibilidade às pautas dos militantes afro-brasileiros, com destaque para o *apartheid*. Na leitura dos ativistas, ambos os países enfrentavam desafios similares em relação à exclusão e à opressão racial.

Por outro lado, a passagem dos dois líderes sul-africanos no Brasil possibilitou o encontro dos militantes com lideranças reconhecidas e consagradas pelas produções e discursos efetuados sobre a luta *antiapartheid* e desvelou os dilemas do Movimento Negro com o governo brasileiro para a inserção de suas demandas no novo regime democrático. Simultaneamente, essas visitas foram palcos oportunos para a apresentação da cultura afro-brasileira forjada e fomentada pelo Movimento Negro e para a denúncia do racismo e das desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira.

#### 4.2 “ZUMBI DA ÁFRICA DO SUL”: VISITA DO ARCEBISPO DESMOND TUTU (1987)

As manifestações contra o regime do *apartheid* permaneceram no ano de 1987. A data de 21 de março estava associada à conscientização e mobilização contra o segregacionismo institucionalizado na África do Sul. Durante aquele mês, nos dias 20, 21 e 22, ocorreu o 3º Encontro do Movimento Negro do interior do Rio de Janeiro, na cidade de Volta Redonda. Na ocasião, os militantes avaliaram sua trajetória, alinharam suas expectativas, e reafirmaram sua solidariedade aos povos em luta contra o *apartheid*.

Em frente ao consulado sul-africano no Rio de Janeiro, no dia 20, foi realizado um ato público contra o *apartheid*, organizado por representantes do ANC com outras entidades brasileiras<sup>206</sup>. De acordo com *Maioria Falante* (n.2, p.7, 1987), o ato começou pela manhã, com uma vigília pela erradicação do sistema segregacionista, seguido de uma marcha do consulado até a Rua Nelson Mandela pela tarde. No sábado do dia seguinte, foi realizada uma exposição fotográfica na Praça XV, chamada "10 ANOS DE SOWETO — A INFÂNCIA E A JUVENTUDE".

A vigília e a exposição foram filmadas pela Produção Cor da Pele<sup>207</sup> e, atualmente, estão disponibilizadas no canal do *YouTube* do Cultne<sup>208</sup>. No vídeo, constam imagens dos painéis e pinturas que retratam os rostos de Nelson Mandela e do Bispo Tutu nos muros na avenida. "Libertem Mandela", "Contra *apartheid*", "Cuidado, *apartheid* não é ideologia, é impulso racista, é colonialismo, que explora e mata", "Preferimos a pobreza em liberdade do que a riqueza na escravidão - Ahmed Sékou Touré" foram algumas das palavras de ordem e menções expostas nos painéis.

Pela noite, também foi realizado um "Ato Show", organizado pela Comissão Especial de Cultura Afro-brasileira da Secretaria Municipal da Cultura, com apresentações artísticas de Beth Carvalho, Paulinho da Viola e outros artistas e grupos culturais. O evento também contou com a presença de autoridades que se mostravam solidárias e dispostas a colaborar com a causa sul-africana, como o vice-prefeito na época, Jó Resende.

"Todo nosso apoio, todo nosso engajamento, todo nosso compromisso! A luta contra a discriminação racial, a luta contra o apartheid, é uma luta nossa! É uma luta da prefeitura, é uma luta do nosso partido, é uma luta da população brasileira! Portanto, estamos engajados nela, trazemos aqui a nossa colaboração através da nossa secretaria municipal de cultura, através da solidariedade e engajamento do prefeito Santorino Braga e todo seu secretariado [...]"<sup>209</sup>

<sup>206</sup> Foram citados na notícia: Edward Ben Masoka do ANC; Salomom Blajberg e Jennifer Dunjwa, diretores do IURI; Januário Garcia, presidente do IPCN; Grupo Afro-Agbara Dudu; ComÁfrica; ISER; o Grupo Infantil EQUINOX, Partico Verde (PV); PCB; e o Grupo Teatral Raiz da Liberdade.

<sup>207</sup> Imagens de Sergio Araújo, Iluminação de Osmar Max e Penn Filho. Reportagem de Carlos Alberto Medeiros, Sonorização Sergio Luz, Assessoria de Jose Ricardo D'Almeida, Edição de Reinaldo Mesquita e Direção de Filó Filho.

<sup>208</sup> CULTNE DOC - Anti Apharteid - Vamos ser Livres - 21 de março. 2010. 1 vídeo (09:58min). Publicado pelo Canal Cultne. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=X1oWyltjtcM> Acesso: 16 jan. 2023

<sup>209</sup> Transcrição de trecho de vídeo. CULTNE DOC - Anti Apharteid - Vamos ser Livres - 21 de março. 2010. 1 vídeo (09:58min). Publicado pelo Canal Cultne. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=X1oWyltjtcM> Acesso: 16 jan. 2023



Foi nas alianças, permeando o interior da esfera estatal, através da institucionalização de conselhos e coordenadorias voltadas para as demandas da população afro-brasileira, que entidades e militantes do Movimento Negro puderam angariar recursos financeiros para sustentar suas iniciativas. Tais recursos destinavam-se não somente para a organização de eventos que exigiam uma grande estrutura, mas igualmente para a manutenção de suas atividades constantes, como a publicação dos periódicos antirracistas. Sobre esse aspecto, temos o exemplo da Imprensa Negra paulistana, com o *Jornal do Conselho da Comunidade Negra*, que “tinha mais condições de promover intensa produção, pois estava amparado pelos recursos de mobilização advindos do Conselho Estadual” (RIOS, 2014, p.57).

Em um momento de ampla campanha internacional pelo fim do *apartheid* sul-africano, estreitavam-se as possibilidades de diálogo com representantes e lideranças de organizações *antiapartheid* sul-africanas. Personalidades antirracistas da África do Sul, constantemente vinculadas nas narrativas de lutas anticoloniais no contexto africano, da imprensa produzida por militantes do Movimento Negro, eram consideradas insígnies exemplos da luta contra o racismo.

O sul-africano nascido na Cidade do Cabo, Desmond Mpilo Tutu, religioso e arcebispo anglicano, havia ganhado projeção nos meios de comunicação internacionais graças ao Prêmio Nobel da Paz de 1984, em decorrência da luta contra o regime de segregação em seu país. No Brasil, seus posicionamentos ganharam notoriedade não apenas entre os afro-brasileiros organizados, porque enfatizavam os meios não-violentos de protesto e encorajavam a aplicação de sanções econômicas por países que se relacionavam com a África do Sul.

Durante suas viagens ao exterior, Tutu falou abertamente contra o *apartheid*, o sistema de trabalho migrante, e contra outros males sociais e políticos do regime. Isso fez com que o governo sul-africano o perseguisse durante toda a década 1980, chegando a retirar seu passaporte por 18 meses<sup>210</sup>. O papel do bispo Tutu foi fundamental no fortalecimento da coalizão de ativismo transnacional, ligando o movimento *antiapartheid* sul-africano com a luta de solidariedade fora da África (THÖRN, 2006, p.56), atuando principalmente na mobilização e coordenação das campanhas para as pressões contra o governo do Partido Nacional.

---

<sup>210</sup> SAHO, South African History Online. Mpilo Desmond Tutu. Disponível em: <http://www.sahistory.org.za/pages/people/bios/tutu-d.htm> Acesso: 10 dez. 2022.

Em seu giro pelos EUA, feito em maio de 1985, 54 grupos protestantes e católicos anunciaram uma nova campanha contra doze importantes investidores na África do Sul, incluindo três companhias de computadores (IBM, Control Data e Burroughs), três de petróleo (Mobil, Texaco e Chevron) e duas automobilísticas (Ford e GM). Gradativamente a pressão esgotou o poder de resistência de empresários nos EUA e ampliou o debate das sanções na política estadunidense (BRAGA, 2011, p.157)

Ao construir uma autoridade política marcante no cenário mundial, Tutu tornou-se um dos símbolos da luta contra o *apartheid*, e um representante importante na transição do regime e na construção do sistema político pautado na igualdade de direitos. Em 1996, ele presidiu o penoso trabalho da Comissão de Reconciliação e Verdade no governo de Nelson Mandela, destinada a investigar e documentar violações dos direitos humanos cometidas no regime do *apartheid*<sup>211</sup>.

Na imprensa paulistana, especificamente nas páginas dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, eram reiteradas suas ideias de *antiapartheid*, “anticomunismo” e “valorização da atuação das multinacionais na região” (SILVA, 2013, p.51), compatíveis com a expectativa dos grupos empresariais, de que haveria um caminho específico para a extinção do *apartheid*. Nessa lógica, o fim da segregação institucionalizada perpassava a manutenção e a expansão do sistema capitalista na África do Sul, encarregado de integrar a população não branca à sua estrutura, para então eliminar as desigualdades raciais.

Na Imprensa Negra, como analisamos na segunda seção desta tese, da mesma forma que outros personagens sul-africanos empenhados na luta contra o *apartheid*, Tutu apareceu com força simbólica e foi uma figura-chave no processo de desmantelamento do regime de segregação, tornando-se um exemplo e inspiração da luta antirracista para os ativistas afro-brasileiros. Não obstante, em sua visita ao Brasil, em 1987, as organizações e militantes do Movimento Negro depositaram toda atenção para encontrá-lo e acompanhar sua estadia no país, que teve uma grande repercussão na mídia nacional.

---

<sup>211</sup> No item 4.3 *Comissão da Verdade e Reconciliação*, presente na tese de doutorado de Cristiane Mare da Silva (2021, p.113), a autora faz uma análise e reflexão sobre esse momento de reconciliação e de encontro com a verdade, na nação sul-africana, onde “uma comunidade humana e política pôde emergir, como a própria obra do Desmond Tutu propõe, *Sem perdão não há Futuro*, pois o perdão liberta oprimido e opressor”. Diferentemente de outros modelos de julgamentos para sancionar os vencidos e vencedores, a Comissão sul-africana, escolheu um caminho diferente para lidar com o passado, assentado na noção de Ubuntu, onde “pensamento e ação no desenvolvimento da comissão, mostrou relações que podem desenvolver-se em abertura, diálogo, uma humanidade que sai dos limites do Eu, para acolher o Nós”.

Em um telegrama do dia 23 de julho de 1986, Mello Viana<sup>212</sup>, encarregado dos negócios da Embaixada do Brasil em Pretória, informou o aceite do Arcebispo ao convite do governo brasileiro para visitar o nosso país<sup>213</sup>. No encontro com Tutu, Vianna explicou os aspectos da política brasileira com a África, ressaltando o decreto assinado pelo presidente Sarney e a política de condenação sistemática do *apartheid*.

De um lado, o Brasil, em processo de redemocratização após um longo período de ditadura militar, buscava evidenciar sua posição como uma democracia emergente e ganhar credibilidade no cenário internacional. A visita do religioso e ativista, reconhecido mundialmente por sua luta contra o *apartheid* ao país, se tornou uma significativa oportunidade para corroborar esse novo *status*, fundamentado no respeito aos valores e princípios democráticos, e para respaldar sua solidariedade com a causa *antiapartheid*. Além disso, a visita de Tutu também contribuiu para construir uma respeitabilidade, no sentido de estreitar as relações entre o Brasil e os países africanos que eram opositores ao governo nacionalista branco sul-africano.

Em um novo telegrama do dia 10 de setembro, Mello Vianna comunicou que se reuniu mais uma vez em audiência com o reverendo, o qual estimou interesse em visitar o Brasil em março do ano seguinte<sup>214</sup>. Conforme relatado, Tutu ressaltou que seria a primeira oportunidade de visitar um país latino-americano, e que gostaria de visitar entidades religiosas, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Centro Ecumênico de Documentação e Informações (CEDI), órgão de coordenação ecumênica sediado no Rio de Janeiro. Ele também manifestou que gostaria de se encontrar com o amigo, o bispo Dom Hélder Pessoa Câmara, e que poderia organizar um culto ecumênico durante sua estadia.

A organização da programação da sua visita ficou a cargo da própria equipe deliberada pelo governo, que se preparou para receber o arcebispo, acompanhado da esposa Nomalizo Leah Tutu e da sua comitiva, entre os dias 18 e 22 de maio<sup>215</sup>. O trajeto iniciou com sua chegada em Recife (18) para visitas e jantar com o governador

---

<sup>212</sup> Encontramos nos registros dos postos consulares brasileiros, que Victor Manso de Mello Vianna foi encarregado de negócios no período de 14/05/1985 a 12/05/1987. Ver em: GUSMÃO, Fundação Alexandre de. **Legações e embaixadas do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2021. Disponível em [http://funag.gov.br/biblioteca/download/legacoes\\_embaxadas.pdf](http://funag.gov.br/biblioteca/download/legacoes_embaxadas.pdf) Acesso: 15 jan. 2023.

<sup>213</sup> Dossiê África do Sul - Relações com o Brasil, 1977, p.18. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB Z4.REX.IPS.1

<sup>214</sup> Dossiê África do Sul - Relações com o Brasil, 1977, p.18. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB Z4.REX.IPS.1

<sup>215</sup> A transcrição completa da programação da visita está no anexo A. Ao compará-la com notícias de jornais, observamos algumas mudanças nos eventos e locais em que Tutu esteve.

de Pernambuco, continuando em Salvador (19) com um ato ecumênico no Pelourinho e partida para Brasília. A agenda tinha, ainda, uma audiência com o presidente da República e reuniões com outras autoridades públicas e religiosas.

No dia seguinte (20), o bispo palestrou na Universidade de Brasília (UnB) e almoçou com o ministro do Itamaraty, partindo em seguida para São Paulo, a fim de realizar um ato ecumênico na Catedral da Sé, visitar a Universidade de São Paulo (USP) e jantar com o governador do Estado. Na manhã (21), Tutu viajou para Belo Horizonte, onde foi realizada uma cerimônia pública; em seguida, se dirigiu para o Rio de Janeiro com uma intensa programação, incluindo o encontro com autoridades, líderes e representantes do Movimento Negro na Associação Brasileira de Imprensa (ABI). No último dia de visita (22), o arcebispo participou da cerimônia de outorga do título “Honoris Causa”, que lhe foi concedido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), seguida de um compromisso até o horário da sua partida para Caracas, na Venezuela, no final da manhã.

A programação da visita foi alvo de críticas dos militantes afro-brasileiros, que ficaram ressentidos com o governo por organizar os compromissos do bispo sem consultar o interesse das entidades do Movimento Negro do país. Na edição de maio do *Boletim dos Grupos Negros da Grande São Paulo*, o órgão informava sobre a visita do Bispo na segunda quinzena de maio, mas dizia que não tinha informações corretas a respeito da programação, que seria cercada pelo aparato do governo federal. Repassando alguns compromissos de Tutu no Brasil, os militantes do periódico *Acorda Negro* (1987, ano 2, n.3) informaram que estavam “tentando evitar o que ocorreu na visita do presidente do Cabo Verde, ninguém ficou sabendo e passou despercebido pela imprensa que não fez uma nota sequer”.

Padres e religiosos afro-brasileiros do Rio de Janeiro também ficaram desapontados com a programação da visita de Tutu ao Brasil. A comunidade preparou um documento escrito em inglês e português, denunciando a elaboração do roteiro oficial e as práticas de racismo presentes em nosso país, afirmando que o bispo não conheceria nenhum local que traduzisse a realidade social da população afro-brasileira. O documento foi construído em quatro pontos que tateavam o significado da presença de Tutu na visibilidade da realidade da vida dos milhares de afro-brasileiros.

O **primeiro** de seus quatro itens denuncia a existência de um apartheid também no Brasil (a Baixada Fluminense, onde Tutu não vai, seria um dos muitos Sowetos brasileiros) caracterizado pela discriminação, opressão e exploração dos negros. "Tanto na África do Sul quanto no Brasil, há um apartheid que precisa ser derrubado", disse frei David Raimundo dos Santos, franciscano, um dos coordenadores do movimento de religiosos negros, já organizado em sete Estados brasileiros. No **segundo item**, o documento acusa o Ministério das Relações Exteriores de "foco racista" por ter organizado o roteiro de Tutu sem incluir contato com as bases negras do país. No **terceiro item**, o documento cita números sobre a realidade do negro no Brasil (por exemplo: de cada 100 negros brasileiros, 42 ficam sem estudar e só um consegue entrar na faculdade). No **último item**, os religiosos negros conclamam a sociedade brasileira a refletir sobre a discriminação racial no país, a partir da visita do "irmão negro Desmond Tutu". *Jornal do Brasil*, 21/05/1987 – grifo nosso<sup>216</sup>.

Segundo a reportagem, para expor o problema, os membros da comunidade tentariam furar o bloqueio do programa oficial quando Desmond Tutu estivesse visitando o CEDI durante sua passagem pelo Rio de Janeiro, e distribuiriam a panfletagem às pessoas que estivessem acompanhando o visitante. Antes e durante a visita, as mídias especulavam que o governo estava preocupado e agindo para evitar a ocorrência de manifestações. Na segunda-feira do primeiro dia da visita, o *Jornal do Brasil* informou o desentendimento entre a Igreja Anglicana e o Itamaraty e a preocupação do governo com relação às manifestações populares.

A notícia trouxe a fala do pastor Róbson Cavalcanti, da Igreja Anglicana, afirmando que o Itamaraty se utilizou das restrições da Igreja Anglicana ao Candomblé, como um motivo para retirar as manifestações populares da programação de Tutu. Do mesmo modo, insinuou que o governo de Pernambuco estava preocupado com uma segunda manifestação prometida pelo MNU, durante o jantar com o governador: "A comissão executiva nacional do MNU em Pernambuco garante que fará um ato público em frente ao Palácio das Princesas e tentará entregar um documento a Desmond Tutu, mostrando a situação do negro no Brasil"<sup>217</sup>.

Contudo, uma única manifestação ocorreu no dia seguinte, no Largo do Pelourinho, no segundo dia da visita. Segundo o *Jornal Consciência Negra*, o local foi substituído da Colina do Bonfim, ao lado da Igreja que é símbolo da religião afro-brasileira, após o bispo da Igreja Anglicana no Nordeste telefonar para Tutu e alertá-lo da inconveniência de participar de uma cerimônia religiosa "com ritos de candomblé

<sup>216</sup> África do Sul - Dossiê, p.67 In: Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB Z4.REX.IPS.6

<sup>217</sup> *Jornal do Brasil*, 18/05/1987. In: África do Sul - Dossiê, p.68 Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB Z4.REX.IPS.6

e vodun<sup>218</sup>. Assim, na programação oficial que estava o culto ecumênico, as organizações culturais e entidades do Movimento Negro aproveitaram do evento com a presença de Tutu para organizar uma manifestação pautada na luta contra o racismo e o *apartheid*, convocando a população para participar também.

"Dia 19 de maio, às 9 horas da manhã, no Pelourinho, você tem um encontro marcado com a justiça, a igualdade e a democracia. Compareça à manifestação contra o *apartheid*, que contará com a presença do bispo Desmond Tutu, Prêmio Nobel Paz um grito de liberdade" (Ibid).

*Nkosi Sikelel' iAfrika*, o hino popular do Congresso Nacional Africano, foi entoado pelo grupo Olodum e demais entidades, como o Ilê Aiyê, a Unegro e o MNU, que organizaram uma grande recepção ao líder religioso sul-africano. "E, mais uma vez, é "Protesto Olodum" que tem a marca do Grupo registrada nos versos O Desmond Tutu/contra o Apartheid na África do Sul/vem saudando o Nelson Mandela/o Olodum" (OLIVEIRA, 2000, p.15).

No primeiro dia, Tutu também se reuniu com Dom Hélder Câmara, arcebispo emérito de Olinda e Recife e um dos fundadores da CNBB. Após o encontro, o visitante viajou para Brasília, onde visitou o Palácio do Planalto e teve uma audiência com o presidente Sarney. Pela noite, ele foi homenageado na sede da CNBB e saudado pelo bispo Sinésio Bohn, que o informou sobre a campanha da fraternidade de 1988. Esta, segundo Bohn, seria dedicada à população afro-brasileira, sob o lema "Ouvi o clamor desse povo", e centrada no tema "a Igreja e o Negro"<sup>219</sup>.

Na carta ao Papa João Paulo II, a CNBB comunicou que a temática aderida na campanha relacionava-se com a situação de parte da população brasileira que, em 1988, comemorava o centenário da abolição. Existia, então, uma real problemática que merecia solicitude pastoral, "inspirada por critérios evangélicos, aderente e fiel à doutrina da Igreja acerca da dignidade da pessoa humana e da promoção dos seus direitos e tendo em vista o bem comum"<sup>220</sup>.

<sup>218</sup> *Jornal Consciência Negra*, ano 1, mai/jun, 1987.

<sup>219</sup> *Jornal do Brasil*, 21/05/1987. In: África do Sul - Dossiê, p.67 In: Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB Z4.REX.IPS.6

<sup>220</sup> Campanha da Fraternidade 1988. Disponível em

<<https://campanhas.cnbb.org.br/campanha/fraternidade1988>> Acessado em 12/12/2022

Figura 8 - Capa da Campanha da Fraternidade 1988



Fonte: Campanha da Fraternidade 1988. Disponível em:  
<https://campanhas.cnbb.org.br/campanha/fraternidade1988> Acesso: 12 dez. 2022

No terceiro dia de visita, já em Brasília, Tutu palestrou para os estudantes no anfiteatro nove da UnB, lotado com mais de mil pessoas, e cobrou maior empenho de governantes na defesa de seu povo. "Eles ainda valorizam mais seus dólares do que vidas humanas", enfatizando que "Tenho avisado aos poderosos, ditadores e opressores do povo, cuidado, nós não temos dúvidas de que seremos livres"<sup>221</sup>

No final da tarde, o arcebispo viajou para São Paulo, onde foi recebido com aplausos por cerca de cinco mil pessoas na Catedral da Sé. Na ocasião, houve um ato ecumênico, que reuniu membros das igrejas Católica e Anglicana, além de representantes da comunidade judaica e do candomblé. Na reportagem do *Jornal do Brasil*, é possível identificar a frase "we also have apartheid here" em uma faixa, exposta ao bispo em meio à multidão<sup>222</sup>.

Figura 9 - Ato Ecumênico com Bispo Desmond Tutu

<sup>221</sup> Jornal do Brasil, 21/05/1987. In: África do Sul - Dossiê, p.68 Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência:

<sup>222</sup> África do Sul - Dossiê, p.67 In: Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.87018812



Fonte: Visita de Desmond Tutu, bispo da Igreja Anglicana na África do Sul, ao Brasil (São Paulo-SP, mai, 1987). Crédito: Vera Jursys. Fundo: Vera Jursys. Acervo: Centro Sérgio Buarque de Holanda/Fundação Perseu Abramo

Figura 10 - Ato Ecumênico com Bispo Desmond Tutu e líderes religiosos



Fonte: Visita de Desmond Tutu, bispo da Igreja Anglicana na África do Sul, ao Brasil (São Paulo-SP, mai, 1987). Crédito: Vera Jursys. Fundo: Vera Jursys. Acervo: Centro Sérgio Buarque de Holanda/Fundação Perseu Abramo

A figura 10, que captura o grupo de líderes religiosos, é emblemática quando a relacionamos às queixas e aos debates empregados pelos militantes afro-brasileiros acerca da programação da visita de Desmond Tutu no país. Em especial, o



desapontamento referente ao conhecimento das práticas religiosas de matriz africana, associadas às práticas culturais compartilhadas por grupos afrodescendentes, que queriam apresentar ao arcebispo. Embora o encontro de Tutu com as lideranças religiosas afro-brasileiras não tenha acontecido em Salvador, em São Paulo, elas estiveram presentes no culto ecumênico realizado pelo arcebispo, como registra a fotografia. O descontentamento geral pode ser melhor entendido com o discurso proferido por Abdias do Nascimento durante o encontro entre o líder *antiapartheid* e os representantes do Movimento Negro na ABI, na noite do quarto dia de visita.

No encontro registrado por Cor da Pele Produções<sup>223</sup>, assistimos o visitante sendo recebido com aplausos e palavra de ordem “Abaixo o *apartheid*”. Além de Abdias, também estavam presentes Benedita da Silva, Januário Garcia<sup>224</sup>, Zé Miguel e outros ativistas afro-brasileiros. “Saudação ao Bispo Desmond Tutu” também pode ser lido na íntegra pela publicação *Thoth*<sup>225</sup>. Nele, Nascimento fez uma saudação inicial ao bispo, salientando que “A comunidade afro-brasileira tem lutado arduamente por esta oportunidade de se encontrar com o irmão Tutu”, e afirmando que a luta *antiapartheid* também simbolizava a luta dos afro-brasileiros.

Figura 11 - Congelamento de imagem extraída do audiovisual durante a Saudação de Abdias do Nascimento



<sup>223</sup> CULTNE - Bispo Desmond Tutu na ABI - RJ – 1987. 2013. 1 vídeo (22:57min). Publicado pelo Canal Cultne. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=skyFb1FA0lg&t=882s> Acesso: 03 fev. 2023.

<sup>224</sup> Nascido em Belo Horizonte em 1943, Januário Garcia foi um fotógrafo e militante do Movimento Negro nas décadas de 1970 e 1980, participando da construção de diversos grupos, inclusive do Instituto de Pesquisa de Culturas Negras (IPCN), o qual presidiu. Para conhecer mais sobre a trajetória do ativista, ver: NERES, Vilma. Januário Garcia: um olhar com 50 anos de fotoescrivências. **Zum**: revista de fotografia. Disponível em: <https://revistazum.com.br/radar/januario-garcia/> Acesso em: 20 jul. 2022.

<sup>225</sup> NASCIMENTO, Abdias. Saudação ao bispo Desmond Tutu. In: NASCIMENTO, Abdias. **Thoth** informe de distribuição restrita do senador. Brasília, n.5, mai/ago 1998, p.251. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/502815> Acesso: 23 set. 2022.

Fonte: CULTNE - Bispo Desmond Tutu na ABI - RJ – 1987. 2013. 1 vídeo (22:57min). Publicado pelo Canal Cultne. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=skyFb1FA0lg&t=882s> Acesso: 03 fev. 2023.

Reforçando que afro-brasileiros organizados vinham protestando contra o *apartheid* e a ocupação ilegal da Namíbia, Abdias indicou que o Movimento Negro foi o responsável por nomear de “Nelson Mandela” uma rua movimentada do Rio de Janeiro, próximo ao consulado sul-africano e que tem exigido constantemente o fim das relações do Brasil com o governo Africâner. Ele também comentou que, apesar de o governo ter tomado algumas medidas restritivas ao governo racista da África do Sul, ainda assim, elas eram parciais e insatisfatórias – em seu julgamento.

Nascimento caracterizou o *apartheid* como a expressão máxima do tráfico e da escravidão moderna, experiência a qual o Brasil também compartilhava, já que “duas ou três centenas de milhões de nossos ancestrais foram suas vítimas, e nós somos hoje vítimas dos seus vestígios sob a forma da discriminação racial” (Ibid). Portanto, existiam semelhanças entre o sistema do *apartheid* e a condição em que os brasileiros não brancos viviam. A saudação continuou enfatizando os impactos do racismo no âmbito desses processos históricos, inclusive na própria configuração da visita do Bispo Desmond Tutu, alegando que “Talvez o maior testemunho do racismo brasileiro seja o fato de o governo ter recusado a sua visita às comunidades negras no seu próprio ambiente de vida”.

O ativista prosseguiu a leitura da sua saudação, dizendo que pouco antes da sua visita, representantes da Igreja Anglicana rotularam as religiões de matriz africana enquanto “práticas pagãs animistas-fetichistas”, julgando-as desmerecedoras do encontro ecumênico. “Bispo Tutu, acreditamos que tais ideias não representam o seu pensamento”. Afirmando que, se esse fosse o caso, esperava que o líder sul-africano aceitasse o convite para a suspender o julgamento sobre as práticas culturais e religiosas afro-brasileiras e voltar ao Brasil para visitar os terreiros, conversar com as autoridades religiosas e participar das cerimônias – “enfim, testemunhá-las em primeira mão”. Ele concluiu sua saudação frisando que a luta contra o *apartheid* era uma luta em comum dos povos oprimidos e finalizou pedindo permissão para batizá-lo de “Zumbi da África do Sul”, “o maior título que os negros deste país lhe poderiam outorgar”.

As desavenças da visita de Tutu, relatadas pelos jornais, e as contestações e críticas do Movimento Negro quanto à programação da sua estadia, formaram alguns

dos rastros do debate que encontramos sobre as práticas religiosas brasileiras de matriz africana, leia-se o candomblé e a umbanda, e a presença do Arcebispo no Brasil. A Igreja Anglicana transferiu a culpa ao governo brasileiro por fechar uma agenda mais institucional e política, ao passo que o Movimento Negro acusou a Igreja e o governo de racismo, por não consultarem os ativistas e incluí-los na rota de diálogos e compromissos de Tutu. Desse debate, nos interessa menos examinar a proveniência e a veracidade das acusações, do que compreender os significados das arguições dos interlocutores do Movimento Negro, à luz da trajetória e das práticas antirracistas contemporâneas.

Como analisamos na primeira seção, da reinvenção do movimento a partir de meados da década de 1970, em sua acepção moderna, observamos a África tornar-se o centro de sedimentação de significados e valores para forjar uma identidade comum entre os sujeitos de origem africana no Brasil. Dessa forma, suas atividades político-culturais, inspiradas nas experiências, ideias e pensamentos oriundos de luta anticoloniais africanas e da luta pelos direitos civis dos afro-estadunidenses, foram orientadas e tiveram mais sucesso na defesa da cultural “das religiões afro-brasileiras, de ancestralidade africana, dos processos e produtos culturais afro-brasileiros ameaçados” (SANTOS, 1985, p.291).

Enquanto interlocutores de uma cultura negra e tomando para si a operacionalização da ação coletiva entre os afro-brasileiros, é compreensível que os militantes quisessem apresentá-la a um representante legítimo do combate ao *apartheid* na África do Sul. Isso possibilitaria não somente indicar os elos da cultura africana presente no país, mas também conectar as experiências de combate à opressão entre os afro-brasileiros e os sul-africanos não brancos, encadeando os conteúdos que circulam no Atlântico Negro.

Não obstante, entidades do Movimento Negro produziram um manifesto e entregaram ao Arcebispo no encontro da ABI. O documento, intitulado “Manifesto das Entidades do Movimento Negro do Estado do Rio de Janeiro, para o arcebispo Desmond Tutu”<sup>226</sup>, elucidava as similaridades quanto à exploração econômica que afetava as populações não brancas sul-africanas e brasileiras, estabelecendo relações entre o *apartheid* e o racismo brasileiro: “[...] bairros periféricos, violência policial, exploração econômica, discriminação da mulher, marginalização da criança,

---

<sup>226</sup> O “Manifesto das Entidades do Movimento Negro do Estado do Rio de Janeiro para o arcebispo Desmond Tutu” pode ser lido na íntegra no Anexo B.

escolaridade diferenciada para negros, subnutrição, o não direito ao uso da terra [...]” (Ibid). Ele informava, ainda, que os afro-brasileiros estavam organizados e saindo nas ruas para lutar contra o racismo e denunciar o *apartheid*, exigindo do governo brasileiro o rompimento total de relações comerciais e diplomáticas com a África do Sul.

Além de trazer os holofotes da solidariedade internacional na luta contra o *apartheid* para o Brasil, a visita de Desmond Tutu, como vimos, teve uma singular importância nas reflexões e produções discursivas do Movimento Negro contemporâneo brasileiro. As relações históricas e a herança de estigmas recaídos sobre os afrodescendentes daqui e da África do Sul vinculou o *apartheid* na leitura dos militantes e acadêmicos sobre a questão racial no Brasil. Nesse sentido, os problemas do regime de segregação oficial contribuíram para a percepção de como os antirracistas interpretavam e enfrentavam as mazelas do racismo em solo brasileiro.

Ao denunciarem continuamente as imagens e ideias associadas à suposta democracia racial, adotada como modelo para a nação brasileira, os militantes do Movimento Negro construíram uma noção identitária de consciência racial para ser compartilhada entre os afro-brasileiros. Em repúdio à doutrina oficial, que encobria uma sociedade profundamente desigual, eles propuseram a organização de uma luta política unificada de combate ao racismo e a promoção do reconhecimento e valorização da cultura e história afro-brasileira. Nessa acepção, seus esforços se voltaram para mostrar – ao arcebispo sul-africano e aos holofotes midiáticos que o acompanhavam – a realidade das populações de origem africana no Brasil, que não conviviam cordialmente e tampouco de um modo integrado, como a política oficial exteriorizava.

Em trechos de entrevistados na reportagem de Carlos Alberto Medeiros do vídeo, é possível capturar fragmentos desse pensamento. Para o artista Milton Gonçalves, a presença do Arcebispo e as experiências que ele carregava consigo “são os elementos exponenciais e preponderantes na luta do negro pela sua afirmação na sociedade brasileira”<sup>227</sup>. Na compreensão de Abdias Nascimento, o *apartheid* na África do Sul “é o mesmo que existe aqui no Brasil com outro nome, aqui se chama democracia racial, mas na vida concreta do nosso povo, a democracia racial

---

<sup>227</sup> CULTNE - Bispo Desmond Tutu na ABI - RJ – 1987. 2013. 1 vídeo (22:57min). Publicado pelo Canal Cultne. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=skyFb1FA0lg&t=882s> Acesso: 03 fev. 2023.

atua na mesma forma com que atua o *apartheid*” (Ibid). Raimundo Souza Dantas, o primeiro negro embaixador do Brasil, atuante na primeira Embaixada brasileira na África sul-saariana, em Gana (1961 a 1963)<sup>228</sup>, reiterou que “que é uma oportunidade para que se fixe de indefinitivo um posicionamento em face dos crimes do *apartheid*”<sup>229</sup>.

Desse modo, junto às aprendizagens que a experiência de luta contra o *apartheid* tinha a oferecer na figura do arcebispo Desmond Tutu, sua visita se constituiu enquanto um espaço oportuno para a manifestação pública do Movimento Negro. Cartazes com as ordens “*Throw off apartheid mask of Brazil*”, “Abaixo ao *apartheid* da África do Sul e do Brasil” e “Vamos tirar as máscaras do *apartheid* no Brasil”, expostos nos eventos, nos permitem compreender a percepção da questão racial no Brasil relacionada com prática do racismo instituído legalmente na África do Sul.

Figura 12 - Congelamento de um trecho do audiovisual durante o encontro com Bispo Desmond Tutu na ABI



Fonte: CULTNE - Bispo Desmond Tutu na ABI - RJ – 1987. 2013. 1 vídeo (22:57min). Publicado pelo Canal Cultne. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=skyFb1FA0lg&t=882s> Acesso: 03 fev. 2023.

<sup>228</sup> Sobre a trajetória de Danta, sua missão à África sul-saariana e o estabelecimento de relações com o continente africano entre os anos 1950 e 1960, ver a tese: SCHILICKMANN, Mariana. **Os Argonautas do Atlântico Sul: Raymundo de Souza Dantas e o nascimento da Política Externa Independente nas décadas de 1950 e 1960.** Tese (doutorado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2020.

<sup>229</sup> CULTNE - Bispo Desmond Tutu na ABI - RJ – 1987. 2013. 1 vídeo (22:57min). Publicado pelo Canal Cultne. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=skyFb1FA0lg&t=882s> Acesso: 03 fev. 2023.

Em seu discurso na ABI, Tutu agradeceu a recepção calorosa no Brasil, o apoio e o engajamento pela justiça e pela paz em seu país, com a convicção de que o fim do regime de segregação racial estava próximo e que todos os povos da África do Sul estariam livres da opressão. Tal liberdade, relacionada aos princípios filosóficos do Ubuntu, deveria ser compartilhada igualmente com os opressores “[...] porque o opressor está aprisionado pelo seu próprio medo, pela sua ansiedade”. Assim, Tutu finalizou com um encorajamento aos brasileiros: “Meus caros irmãos e irmãs, eu vim aqui para lhes trazer um convite, venham comemorar conosco, venham comemorar conosco a nossa libertação. Que Deus os abençoe!” (Ibid).

Ainda pela manhã de quinta-feira, ele recebeu, em uma rápida passagem por Belo Horizonte, o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e, em seguida, participou de um culto ecumênico em frente ao prédio da Reitoria<sup>230</sup>. Na programação do dia 22, havia um registro de que Tutu também receberia o mesmo título pela UFRJ. Embora não tenhamos encontrado evidências da realização da cerimônia, na lista de Títulos Honoríficos disponível no site da universidade consta a honraria ao líder religioso<sup>231</sup>. O Arcebispo se despediu do Brasil na manhã de sexta-feira, dia 22 de maio.

Além da visita de Tutu, o ano seguiu com mais alguns encontros de reflexão e debate entre os grupos do Movimento Negro. Em São Paulo, no dia 27 de novembro, identificamos que intelectuais acadêmicos, entidades antirracistas e organizações da sociedade civil se reuniram no auditório “Alceu Amoroso Lima” para prestar uma homenagem ao ex-presidente de Moçambique, Samora Machel. Os pronunciamentos dos representantes, que se reuniram em uma mesa diretora coordenada por Clóvis Moura, discutiram sobre o impacto do colonialismo em África, a força política de Samora Machel e o apoio dos movimentos sociais brasileiros contra o regime de Pretória, a favor dos Movimentos de Libertação Nacional<sup>232</sup>.

<sup>230</sup> UFMG, Desmond Tutu, expoente da luta contra o apartheid, era Doutor Honoris Causa da UFMG. 2021. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/desmond-tutu-expoente-da-luta-contra-o-apartheid-era-doutor-honoris-causa-da-ufmg> Acesso: 07 set. 2022.

<sup>231</sup> No quadro dos títulos Honoris Causa concedidos pela universidade, não encontramos o nome de Desmond Tutu. Disponível em: <https://consuni.ufrj.br/index.php/titulos> Acesso: 07 jan. 2023.

<sup>232</sup> NºACE/ANO 018812/87. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.87018812

### 4.3 ATOS PÚBLICOS CONTRA O APARTHEID NO CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO DE 1988

O final dos anos 1980 foi marcado por intensos debates na vida política nacional brasileira, a partir dos quais emergiram novos partidos e a reorganização dos movimentos sociais. Por meio de suas reivindicações, esses movimentos impulsionaram um inegável avanço na conquista dos direitos civis dos brasileiros. Após mais de duas décadas de regime militar, a Assembleia Nacional Constituinte promulgou, em 5 de outubro de 1988, a Constituição Federal. Chamada de Constituição Cidadã, ela representou um marco histórico e político no processo de amadurecimento do regime republicano brasileiro, garantindo os direitos fundamentais em várias áreas da vida.

Naquele momento, as mobilizações e protestos do Movimento Negro estavam centralizadas na desconstrução das ideias que configuravam a ideologia da democracia racial. Isso incluía pressionar o poder público para a observação do racismo enquanto um problema social e para a construção de medidas de reparo aos aspectos da desigualdade que afetavam o cotidiano das populações afro-brasileiras. Assim, nos últimos dois anos daquela década, suas atenções estavam voltadas para os questionamentos e reivindicações no contexto do Centenário da Abolição da Escravidão e os amplos debates no processo da constituinte.

Do ponto de vista oficial, iniciativas de celebração e festividades foram promovidas e financiadas pelo governo federal, pelos governos estaduais e municipais, por empresas e instituições como escolas e universidades e pela Igreja Católica. Essa última, como constatamos na seção anterior, fez do racismo e da justiça social o tema central da sua Campanha da Fraternidade de 1988.

Ainda que sem uma base popular ampla, ganhando aderência entre os acadêmicos e intelectuais brancos que passaram a incluir o conceito de raça em suas reflexões sobre as desigualdades brasileiras, o Movimento Negro foi capaz de provocar um expressivo debate nacional em torno da existência da democracia racial, catalisada pelo cenário comemorativo do Centenário da Abolição. Até mesmo os principais veículos de notícias reavaliaram a narrativa ideológica utilizada para a negação da discriminação racial no país, expressando suas contradições e corroborando para a construção de uma nova identidade nacional, mais associada às ideias progressistas:

“Parece estar definitivamente enterrado... o mito da democracia racial”, observou a *Isto É*, enquanto a *Veja* implicitamente descartou o conceito abrindo a sua matéria de capa com a observação: “passados 100 anos da Abolição, há no Brasil duas cidadanias distintas a branca e a negra”. A Folha de São Paulo publicou um editorial sobre “a percepção, cada vez mais difundida, de que a ‘democracia racial’, como propalada pelas versões oficiais e oficiais, não coincide com a realidade do país” (ANDREWS, 2005, p.35).

No entendimento dos militantes antirracistas, o conteúdo da data não estava para uma retórica de festividade, tampouco de comemoração. Em sua compreensão, a Lei Áurea, assinada em 13 de maio de 1888, foi desarticulada de um processo de emancipação e construção de cidadania das populações de origem africana, que sofreram um intenso processo de marginalização ao longo do período republicano. A data de promulgação da abolição já era criticada pelo Movimento Negro, que reivindicava o dia 20 de novembro como o dia da Consciência Negra. Assim, o centenário significaria um momento de contestação do legado da opressão e de redefinição da história das contribuições das comunidades afro-brasileiras por seus legítimos intérpretes.

Os protestos se deram, principalmente, através das marchas e passeatas contra “a falsa abolição” nas capitais brasileiras. Cerca de 43 atos públicos foram organizados por entidades do Movimento Negro, do Norte ao Sul do país (RIOS, 2014, p.143), obtendo um alcance nacional e uma projeção pública de suas pautas. Marcando uma das poucas ocasiões em que exerceram uma ação coletiva contra as práticas estatais, do ponto de vista discursivo e prático (HANCHARD, 2001, p.167), o Movimento Negro estabeleceu uma ampla agitação em sua compreensão de que “13 de maio é o Dia Nacional de luta Contra o Racismo, ou seja, é o dia de luta por uma sociedade igualitária e justa para todas as raças!”<sup>233</sup>

O trecho acima foi extraído do livreto “Abolição”, produzido para professores pelo Centro de Cultura Negra do Maranhão, e distribuído durante as manifestações do dia 12 de maio. Na data, foi proposto um debate sobre as leis precursoras do abolicionismo – Vente livre (1871), Sexagenário (1885), Áurea (1888) e Afonso Arinos (1951) –, apontando a “mistificação dos fatos relacionados com a escravidão e as famosas leis que segundo os historiadores oficiais ‘beneficiaram’ o negro” (Ibid).

<sup>233</sup> N°ACE/ANO 066892/88, p.11. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.QQQ.88004111



Figura 13 - Capa do livreto “Abolição?”



Fonte: N°ACE/ANO 066892/88, p.11. Disponível em Sistema de Informação do Arquivo Nacional, Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.QQQ.88004111

Cabe apontar que, naquele momento, historiadores e historiadoras da escravidão também problematizaram a linguagem comemorativa, promovendo um debate em torno da produção do conhecimento histórico, e apontando as fragilidades da identidade nacional e seus usos da memória do passado<sup>234</sup>. No centro de suas reflexões, estava a questão dos afro-brasileiros escravizados enquanto sujeitos históricos, em detrimento da visão do “escravo-coisa”<sup>235</sup>, bem como as vinculações do eurocentrismo na escrita da história e os aspectos das renovações teórico-metodológicas na historiografia da escravidão. Os artigos e resenhas publicados por esses acadêmicos nos grandes jornais indicavam que eles estiveram mais preocupados com o próprio desenvolvimento da disciplina, sem mencionar as manifestações em curso, relativas à questão racial (SIMAS, 2020, p.116).

Lida como uma das maiores demonstrações públicas, as manifestações do Centenário da Abolição também abriram espaço para a pauta *antiapartheid*. Além das reivindicações mais tradicionais do Movimento Negro, os ativistas aproveitaram esse

<sup>234</sup> Ver mais em: BATISTELLA, Pedro Henrique. **A atualização do passado em disputa: historiadores(as), movimentos sociais e comemorações nacionais**. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

<sup>235</sup> Essa noção, segundo a geração mais recente, foi compreendida pelos historiadores econômicos e marxistas da escravidão das décadas de 1960 e 1970.

momento para intensificar as pressões pelo fim do relacionamento brasileiro com o governo sul-africano. Além disso, no temário dentro da agenda dos eventos, o *apartheid* continuava a ser citado para comparar o funcionamento da discriminação e desigualdade no Brasil.

Na cidade de Redenção, no Ceará, o discurso de um deputado do PMDB, proferido durante uma cerimônia oficial na Assembleia Legislativa, foi destacado em um relatório do SNI, por fazer críticas às relações externas do governo. O deputado manifestou "veemente repulsa à política segregacionista do *apartheid*, reforçando seu "apelo ao governo brasileiro para que rompa relações com o governo racista da ÁFRICA DO SUL"<sup>236</sup>.

Já em Fortaleza, organizações do Movimento Negro<sup>237</sup> lançaram, por meio dos jornais, um manifesto intitulado: "DA SENZALA À FAVELA", contendo uma análise da história dos afro-brasileiros a partir do processo de libertação até aquele momento, construindo um "quadro da situação do negro no Brasil" (Ibid). O documento acusava o governo brasileiro de "atitudes falsas e demagógicas para com nossos irmãos da África do Sul", citando que ele se negava a romper relações diplomáticas com o regime, contraditoriamente, convidou o arcebispo Desmond Tutu para visitar o Brasil. Finalizando com uma crítica aos órgãos oficiais e monopólios da comunicação debruçados nas "comemorações" do centenário da Abolição, os militantes convocaram todas as forças populares e comprometidas com a "libertação do negro a denunciar o racismo brasileiro".

Em Brasília, ocorreu a "Marcha Nacional contra o Racismo", organizada pelo MNU e pelo GRUCON, reunindo cerca de 1500 pessoas, que protestaram em discordância à comemoração do centenário. "Liberdade não se dá, liberdade se conquista. O 13 de Maio não é nosso dia" foram algumas das palavras de ordem ecoadas, que refletiam os sentidos e significados das manifestações. O *apartheid* foi lembrado pelos manifestantes em cartazes e faixas durante a passeata: "BOTHÁ na forca - Libertem MANDELA (Sindicato dos Bancários)", fazendo menção ao primeiro-ministro sul-africano, Pieter Willem Botha, e "Abaixo o APARTHEID - Pelo rompimento

<sup>236</sup> N°ACE/ANO 066892/88, p.5. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.QQQ.88004111

<sup>237</sup> Foram citadas: Grupo União e Consciência Negra; Grupo Orum-Avê; Grupo Seminaristas, Religiosos e Padres Negros, Comissão de Negros do PT.

imediatamente das relações diplomáticas do Governo Brasileiro com o Governo da ÁFRICA DO SUL”<sup>238</sup>.

"100 ANOS SEM ABOLIÇÃO" foi o nome da passeata com cerca de 4500 pessoas em Salvador, na qual todos saíram de Campo Grande até a Praça Municipal, para protestar contra as comemorações oficiais. No evento, organizado pelo MNU/BA com o apoio e a participação de muitas outras entidades<sup>239</sup>, foram tecidos comentários e transcritos trechos dos discursos de alguns representantes das entidades do Movimento Negro, bem como de instituições e organizações da sociedade civil que se faziam presentes.

Abordando a questão racial no Brasil e a política do *apartheid*, o relatório comunicou que os militantes fizeram críticas à data “13 de maio”, afirmando que o dia da “abolição” era, na verdade, em 20 de novembro – data instituída como o “Dia Nacional da Consciência Negra”. O relator ainda ressaltou que o Movimento Negro denunciou a postura do governo brasileiro, que “por ação ou omissão tem se constituído no grande responsável pela manutenção do racismo no Brasil”<sup>240</sup>, citando “a sistemática recusa do governo federal em romper relações com o regime criminoso do Apartheid na África do Sul e a decisão de festejar o centenário da falsa abolição” (Ibid).

Apropriando-se da questão do *apartheid* para a leitura do racismo e das desigualdades brasileiras, um dos discursos destacados, proferidos por um representante do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, reiterou que “Falou que no Brasil não tem racismo não, tem é “APARTHEID”, um dos “APARTHEID” mais cruéis e mais sanguinários do mundo, um “APARTHEID” de um inimigo que não se revela [...]” (Ibid.).

O Rio de Janeiro também foi palco de diversas manifestações, dentre a mais significativa, a “Marcha contra a farsa da Abolição: nada mudou, vamos mudar!”, realizada na Avenida Presidente Vargas. Na capital mineira, o MNU/BH e o

<sup>238</sup> N°ACE/ANO 13963/88. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.OOO.88013963

<sup>239</sup> Organizações identificadas pelo relatório: Grupo Cultural os Negões; Grupo Afrocultural Polêmica Negra; Núcleo Cultural Níger Okan; Grupo Palmares de Novo; Grupo do Pelourinho; Organização Negra da Diáspora Africana; Núcleo Cultural Afro-Brasileiro; Grupo Negro do Uruguai; Comissão de Negros do PT; Grupo de Negros Quilombo do Cabula; Grupo Ginga; Associação de moradores do Calabar; Associação de moradores do Itapoã; Movimento de defesa dos Favelados; Partidos dos Trabalhadores; Partido Comunista do Brasil.

<sup>240</sup> N°ACE/ANO 009965/88. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP.88009965

GRUCON/BH organizaram, no dia 12, uma marcha que contou com a participação de cerca de 1500 pessoas. No mesmo dia, em Porto Alegre, ocorreu o protesto "Centenário da Abolição", na Esquina Democrática, com um ato-show político cultural "13 de maio: Liberdade ou Ilusão?", promovido pelo MNU/RS, reunindo, aproximadamente, 800 pessoas.

Em Osório, também no estado do Rio Grande do Sul, aconteceu o "Acampamento Negro Internacional" entre os dias 12 e 15, no Parque Jorge Dariva. Promovido pela Fundação Leopold Sedar Senghor e pelo Movimento Negro do Litoral Norte, "o objetivo foi o debate sobre a consciência negra, a educação da criança negra, o negro na religião, nas artes, no Estado gaúcho, o futuro do negro, as insurreições negras, e a razão de não se comemorar o 13 de Maio"<sup>241</sup>.

Ainda após a agitação política do centenário da abolição, o governo brasileiro, mesmo em sua face democrática, continuava a monitorar as atividades do Movimento Negro. Os poucos relatórios, como percebemos até aqui, registravam especialmente as atividades de manifestação organizadas pelas entidades, e extraíam suas críticas em torno do governo e seu papel na perpetuação do racismo. No caso do *apartheid*, vigiava-se o grau de engajamento dos militantes afro-brasileiros na luta contra a segregação racial e suas exigências quanto ao rompimento de quaisquer relações brasileiras com o governo sul-africano.

No dia 21 de julho, ocorreu a palestra "O Apartheid, Racismo e Agressões Patrocinados pelo Regime Sul-Africano Contra Luanda e Sobre a Ocupação da NAMÍBIA" na sede da Associação dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo (AFUBESP)<sup>242</sup>. Na mesa, estavam presentes representantes da Direção da Juventude do Movimento pela Libertação de Angola (MPLA), da Seção Juvenil do *African National Congress* (ANC) e da Juventude da Organização do Povo do Sudeste Africano (SWAPO), que debateram sob a coordenação do Presidente da AFUBESP. A palestra, divulgada em quatro veículos da imprensa paulista, teve êxito com uma plateia de mais de 80 pessoas.

Em novembro, a passagem do Dia Nacional da Consciência Negra teve uma programação semanal completa na capital da Bahia e em outras cidades, organizada

<sup>241</sup> NºACE/ANO 068165/88, p.5. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.88068165

<sup>242</sup> NºACE/ANO 020533/88. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.88020533

por entidades culturais e do Movimento Negro. Tal programação contou com palestras de professores universitários, debates, cursos, apresentações culturais e passeatas com os blocos afros. No município de Itaúna, dia 23, ocorreu o "Encontro Negro", com uma palestra sobre o *apartheid*, e com a participação da Federação dos Escoteiros do Brasil, do distrito de Itabuna e da Federação Brasileira das Bandeirantes<sup>243</sup>.

#### 4.4 “SOB O SOL DE JUANESBURGO”: A VISITA DE NELSON MANDELA (1991)

Também no ano de 1988, identificamos diversos eventos promovidos pelo Movimento Negro em torno do 70º aniversário de Nelson Mandela – que estava preso desde junho de 1964 junto a outros companheiros, acusados por crime de sabotagem e conspiração contra o governo. A data serviu para um momento de reflexão, conscientização e protesto em prol de sua liberdade. Nesse momento, a África do Sul lidava com o aumento das sanções internacionais, com desinvestimentos em seus país e com campanhas domésticas e internacionais de protesto para que fosse negociada sua libertação.

Em Salvador, no dia 18, por ocasião da data, foi realizado o ato público "Diga não ao APARTHEID, liberte MANDELA nosso grande irmão" no Centro Cultural SITOC, situado no Centro Histórico do Pelourinho. A situação de como viviam os sul-africanos não brancos, a luta promovida pelo ANC e outras práticas desempenhadas para o fim do regime segregacionista foram relatadas durante o ato. Os militantes aproveitaram para apresentar o documento de autoria do Grupo Cultural Os Negões, denominado "APARTHEID NÃO", que foi aprovado pelos representantes das entidades do Movimento Negro da Bahia e enviado ao presidente da República.

O texto expressava a caracterização e a denúncia do regime do *apartheid*, conclamava pela libertação de Nelson Mandela, convidava a população a somar contra a luta internacional e finalizava exigindo que o governo brasileiro rompesse as relações diplomáticas com a África do Sul, conforme mostra o pequeno trecho:

Hoje, 10 de julho de 1988, Nelson Mandela completa 70 anos de existência e o povo democrático da Bahia comemora o seu aniversário ressaltando a sua heroica resistência no criminoso regime da África do Sul e conclamando todos os que não concordam com o racismo a engajarem-se na luta internacional contra o apartheid e contra o racismo em qualquer parte do mundo<sup>244</sup>.

<sup>243</sup> NºACE/ANO 010344/88. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP.88010344

<sup>244</sup> NºACE/ANO 010085/88. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP.88010085

Outra manifestação pela liberdade de Mandela aconteceu em Brasília do dia 18, ao meio-dia, em frente ao Setor de Embaixada, na Avenida das Nações. Ela foi organizada pelo MNU com a participação de cerca de 50 pessoas, que ouviram os discursos de repúdio ao governo da África do Sul e de clamor pelo rompimento das relações diplomáticas do Brasil com o país<sup>245</sup>. Em São Paulo, no mesmo dia, na praça da Sé, a Associação Cultural Agostinho Neto também promoveu um ato público em homenagem ao líder. Em sua programação, estava o culto ecumênico realizado na Catedral às 19h20, seguido de uma passeata com cerca de 500 pessoas que, de lá, se dirigiram para a frente da Faculdade de Direito da USP, onde ocorreram alguns discursos denunciando os horrores do regime segregacionista.

Esse ato chegou a ter cobertura de emissoras de televisão (Rede Manchete e Rede Globo) e a associação também estava distribuindo um panfleto para o recolhimento de assinaturas para as seguintes exigências: o rompimento das relações com o governo racista da África do Sul; a luta do governo ao lado do povo brasileiro pela libertação do líder Nelson Mandela, “herói do povo da África do Sul contra o APARTHEID”; apoio à resolução 345 da ONU<sup>246</sup>; e o apoio às resoluções da OUA referente à África Austral.

Figura 14 - Imagem do panfleto para recolhimento de assinaturas pelo fim do *apartheid* produzido pela Associação Cultural Agostinho Neto

<sup>245</sup> NºACE/ANO 068312/88. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.88068312

<sup>246</sup> Não conseguimos identificar pelo número qual era especificamente a resolução, dentro do conjunto de dezenas de resoluções promulgadas pela ONU contra o *apartheid*.



Fonte: NºACE/ANO 020675/88, p.27. Disponível em Sistema de Informação do Arquivo Nacional, Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.88020675

No dia 22 de agosto de 1988, na Cinelândia, no centro do Rio de Janeiro, o Movimento Negro reuniu-se em um ato público para prestar solidariedade e homenagem à Mandela. O evento, organizado pelo Partido da Mobilização Nacional, contou com cerca de 40 pessoas, que ouviram críticas ao sistema oficial de discriminação racial na África do Sul e a leitura de um manifesto pedindo o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com aquele país<sup>247</sup>. Dos eventos que marcaram os 70 anos do líder sul-africano Nelson Mandela, também “aconteceu o debate MULHER NEGRA E O APARTHEID no Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro” (Nzinga, 1988, n.4, ano 3, p.8), realizado pela comissão organizadora do I Encontro Nacional de Mulheres Negras<sup>248</sup>.

No ano seguinte, entre os dias 01 e 06 de agosto de 1991, 18 meses após sua liberdade e três anos antes das primeiras eleições democráticas pós-*apartheid*, que o tornaram presidente da África do Sul, Nelson Mandela, junto de sua companheira Winnie Mandela e de uma delegação com membros do ANC, visitou o Brasil a convite do próprio governo. A passagem de Mandela no país repercutiu fortemente nos meios midiáticos brasileiros, que produziram um grande volume de notícias em torno da

<sup>247</sup> NºACE/ANO 01625688. Disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.88016256

<sup>248</sup> O I Encontro Nacional de Mulheres Negras (1º ENMN), reconhecido como um marco de impulsionamento do movimento contemporâneo de mulheres negras, foi realizado entre os dias 02 e 04 de dezembro de 1988, em Valença (RJ) e contou com a participação de cerca de 450 mulheres de 19 estados do país.

agenda e dos discursos proferidos pelo líder sul-africano, associados aos debates sobre a existência e as características do racismo no Brasil.

Do ponto de vista do ANC, o objetivo da série de visitas diplomáticas na figura de Mandela era garantir a segurança do processo de transição negociada. Enquanto o Partido Nacional pleiteava a anulação imediata dos embargos econômicos, o diálogo do ANC com diferentes chefes de Estado recomendava manter as sanções, de modo a pressionar a continuidade do processo de transição. O intuito era ganhar tempo e força política, para então, no horizonte de uma África do Sul democrática, anular completamente as sanções estabelecidas.

Sendo “a busca pela reintegração do país na política mundial e a normalização das relações internacionais” (PEREIRA, 2007, p.125) a característica mais marcante no processo de transição, era fundamental para o ANC manter a confiança no investimento estrangeiro e arrecadar financiamento para a organização. Nesse sentido, as primeiras visitas de Mandela se efetivaram na África, onde membros do ANC se encontraram com líderes dos partidos da *Zimbabwe African National Union* (ZANU) e do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Em seguida, o líder viajou à Europa para pleitear a permanência das sanções estabelecidas pela Comunidade Econômica Europeia (CEE).

A próxima etapa seguiu na América, com visitas ao Canadá e aos EUA. Dias antes de desembarcar no Brasil, Mandela e sua esposa foram recebidos pelo presidente Fidel Castro em Havana, de acordo com o *Jornal do Brasil* (27/07/1991). Além de Cuba, eles percorreram por alguns países da América Latina, visitando a Jamaica, a Venezuela e o México, sendo que o Brasil foi o sexto país a receber a delegação. No caso da visita ao Brasil, Mandela objetivava dialogar com a administração brasileira do presidente Fernando Collor de Mello para manter as sanções – sobretudo, em relação à venda de armas, contra o governo do Partido Nacional – e para buscar apoio na luta pelo fim do *apartheid*, incluindo o financiamento para as futuras campanhas presidenciais (DARCH, 2014). Além disso, segundo Nascimento (2014, p. 247), o líder sul-africano e os membros do Comitê Constitucional do ANC desejavam conhecer o processo brasileiro de transição democrática.

Um pouco antes de sua chegada, o Ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, já estava sendo questionado pela imprensa sobre o possível reatamento das relações comerciais do Brasil com a África do Sul. Afirmando que “a questão do boicote está em aberto, não há decisões ainda tomadas” (*Estado de São*



Paulo, 01/081991), Rezek comentou que pretendia conversar com mais pessoas, sendo que Nelson Mandela era um interlocutor importante, não apenas do ponto de vista de sua projeção internacional, mas também por sua “influência na comunidade afro-brasileira”. Essa declaração sinalizava que as pressões exercidas pelo Movimento Negro em torno das pautas *antiapartheid* tiveram reconhecimento no interior do Itamaraty.

A programação da visita de Mandela ao Brasil, repleta de compromissos, incluiu passagens pelo Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Brasília, mas sofreu diversas alterações, segundo a grande imprensa<sup>249</sup>, devido à idade do convidado. Ao desembarcar no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, o governador Leonel Brizola foi receber Mandela e sua comitiva, acompanhado dos seus secretários Carlos Alberto de Oliveira Caó (Secretaria do Trabalho e Ação Social) e Abdias do Nascimento (Secretaria de Defesa e Promoção das Populações Negras).

No primeiro dia, no Rio, ele inaugurou uma escola municipal nomeada em sua homenagem, o Centro Integrado de Educação Pública “Ciep Nelson Mandela” e recebeu o título de Doutor Honoris Causa da UERJ. Em um coquetel no Palácio Guanabara, Brizola o recepcionou com mais centenas de convidados, entre eles, algumas figuras políticas, incluindo os governadores dos estados de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, artistas, líderes de entidades e representantes de organizações da sociedade civil.

Em seu discurso, Mandela saudou os brasileiros levantando as semelhanças com a população sul-africana, afirmando que o Brasil representava um “País-guia” na luta pela construção de uma sociedade multirracial, mas que, diferentemente da África do Sul, os brasileiros podiam usar seus recursos para o próprio desenvolvimento<sup>250</sup>. Em outro rápido pronunciamento à imprensa, Mandela enfatizou a defesa de um governo provisório e pediu apoio político e material para a atuação de seu partido<sup>251</sup>.

Além da recepção, o governador do estado do Rio de Janeiro organizou um grande espetáculo na praça da Apoteose, cujos números indicam a presença de 40

<sup>249</sup> “Desorganização e cansaço mudam agenda”. *O Globo*, 2/08/1991. “Mandela no Rio: emoção supera o cansaço”. *Jornal da Tarde*, 02/08/1991.

<sup>250</sup> “Brizola recepciona líder negro”, *Jornal do Comércio* 02/07/1991; “Mandela agradece ao Brasil apoio na luta anti-apartheid”, *Jornal do Comércio* 02/08/1991; “Mandela no Rio” *Estado de São Paulo* 02/08/1991. “País vira guia contra apartheid”, *Correio Braziliense*, 02/08/1991.

<sup>251</sup> “O sonho de uma democracia não racista”. *O Dia*, 02/08/1991.

mil<sup>252</sup> a 70 mil<sup>253</sup> pessoas. Recebendo o diploma de Medalha Tiradentes, concedido pela Assembleia Legislativa, Mandela ouviu saudações e discursos pelo fim do *apartheid* de personalidades políticas e assistiu à apresentação de diversos artistas e cantores brasileiros. Na oportunidade, o PT distribuiu um manifesto à população do Rio de Janeiro contra o *apartheid* e saudou Mandela<sup>254</sup>.

Figura 15 - Anúncio do showmício de boas-vindas ao Mandela no Jornal do Brasil

**O RIO TE ABRAÇA.**  
**MANDELA**  
**SHOWMÍCIO. PRAÇA DA APOTEOSE.**  
**QUINTA-FEIRA, ÀS 18 HORAS.**

Participação de: Martinho da Vila, Tim Maia, Leci Brandão, Emilio Santiago, Taiguara, Cidade Negra, Sandra de Sá, Alcione. Artistas convidados: Grande Otelo, Ruth de Souza, Lucélia Santos, Antonio Pompeo, Jacira Silva, Cléa Simões, Léa Garcia, Mário Lago, Aroldo de Oliveira, Antonio Pitanga e ainda Blocos Afro e Afoxés do Rio de Janeiro. Não perca. Venha abraçar Nelson Mandela.

Retire seu convite de cortesia no local.

REALIZAÇÃO **RIO Prefeitura da Cidade**  
**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

JB 30/7/91

Fonte: *Jornal do Brasil*, 30/08/1991. Disponível em:  
[https://www.colindarch.info/mandela\\_no\\_brasil.php](https://www.colindarch.info/mandela_no_brasil.php) Acesso em: 12 nov. 2022

Em Salvador, os visitantes permaneceram por uma tarde, na qual foram recebidos por autoridades estaduais, representantes municipais e líderes de entidades afro-brasileiras da Bahia. Para a recepção, “O governado estado repassou a entidades negras Cr\$ 5 milhões para a organização da festa e a prefeitura gastou a mesma quantia na confecção de um busto do líder sul-africano”<sup>255</sup>.

Novamente, a visita do líder sul-africano foi acompanhada de críticas de setores do Movimento Negro, ressentidos por não serem consultados ou convidados a participarem dos eventos. O presidente do ANC, como evidenciamos, era um símbolo da resistência e referência viva entre os militantes, sempre mencionado em

<sup>252</sup> “Mandela atrai 40 mil à Praça da Apoteose” *Jornal do Brasil*, 02/08/1991.

<sup>253</sup> “Mandela no Rio: emoção supera o cansaço”. *Jornal da Tarde*, 02/08/1991.

<sup>254</sup> À população do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Partido dos Trabalhadores, 01/08/1991. Disponível em: DARCH, Colin. Nelson Mandela’s Visit to Brazil, August 1991. Colin Darch: articles and writings, 2014.

<sup>255</sup> “Bahia reorganiza programa”. In: *Jornal do Brasil*, 01/08/1991.

seus escritos, discursos e manifestações. No caso da sua passagem pelo Rio de Janeiro, o militante Amauri Mendes Pereira, membro do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) e do Fórum Estadual de Entidades Negras, reiterou o boicote sofrido:

Após reuniões com o Governo para organizar a agenda, percebemos que a participação do Movimento Negro foi cortada. A preocupação do Itamaraty com segurança é absurda. Tivemos encontros com os Secretários Abdias do Nascimento e Carlos Alberto de Oliveira e aprendemos que há uma distância, dentro do Movimento Negro, dos quadros que ocupam cargos no Governo<sup>256</sup>

As desconfianças e acusações de cooptação, quando da ocupação por militantes afro-brasileiros nos espaços na esfera pública, evidenciavam a heterogeneidade no interior do Movimento Negro em seus desafios de ordem política e estratégica, e igualmente, de sua capacidade de autonomia. Esse contexto de institucionalização do movimento ocorreu durante toda a década de 1980, quando entidades e militantes se vincularam aos partidos, governos e instituições do Estado, que passaram a criar coordenadorias, secretarias e órgãos específicos de combate ao racismo.

Ao inserir-se no aparato do Estado, aproveitando desse acesso para incorporar a temática racial na agenda governamental mediante programas e políticas de enfrentamento de desigualdades sociais, os ativistas também passaram a melhorar suas carreiras, considerando a vantagem pessoal que a nova posição proporcionava. Além disso, a novidade dos recursos financeiros possibilitou a “elevação da consciência negra, patrocinada pelo estado” (ANDREWS, 2015, p. 323), garantindo certa estabilidade das atividades e publicações de entidades afro-brasileiras, que promoviam o debate e a reflexão pública sobre as questões raciais brasileiras. Contudo, setores antirracistas mais radicais, que visualizavam possibilidades de transformação fora da ordem constituída, “consideravam que o movimento deveria lutar contra o racismo de maneira independente, sem vinculação com partidos políticos nem com o Estado” (PEREIRA, 2010, p.215).

Outros representantes do Movimento Negro, incluindo o Deputado Estadual Marcelo Dias (PT) e Jurema Batista, então coordenadora do MNU, chegaram a se encontrar com a delegação do ANC no Hotel Othon Palace, onde puderam manifestar

---

<sup>256</sup> “Visita de Mandela provoca protesto de Movimento Negro”. *O Globo*, 01/08/1991.

o desagrado com a programação oficial. "O programa preparado pelo governo estadual não incluiu um encontro da comunidade negra com Mandela. O pouco que conseguimos foi através dos integrantes do ANC"<sup>257</sup>, relatou Dias. Em contrapartida, a justificativa dada por Yusuf Saloojee, do ANC, foi de que, por serem convidados do governo brasileiro, não cabia a eles, enquanto visitantes, definir a programação das atividades. Ele ainda acrescentou: "No entanto, não creio que tenha havido a intenção de excluir nenhum setor da sociedade. Um Movimento Negro unido deveria pressionar o governo, que é o anfitrião"<sup>258</sup>.

Januário Garcia, do IPCN, mencionou que, "após a visita de Mandela, a participação de quadros do Movimento Negro não poderá ser rediscutida por causa da discriminação do governo do Estado" (Ibid). Ivanir dos Santos, do Centro de Articulação das Populações Marginalizadas, também criticou a falta de credenciais para as lideranças do Movimento Negro durante a homenagem feita para Mandela na noite do Sambódromo.

Alguns representantes do Movimento Negro que estiveram presentes na recepção do Palácio Guanabana também reprovaram o pouco espaço que tiveram na agenda do líder. A deputada Benedita da Silva (PT) afirmou que o evento "não estava à altura do que ele representa"<sup>259</sup>, criticando também o programa oficial, que não deu espaço para que Winnie Mandela – importante ativista sul-africana e figura de referência dentro do movimento brasileiro de mulheres negras – participasse de eventos paralelos. Sendo oradora da sessão de homenagem do legislativo à Mandela, Benedita discursou em tom de memória da sua visita à África do Sul e na condição de mulher negra<sup>260</sup>.

Winnie Mandela, observada pela imprensa apenas pelos sorrisos e acenos ao lado do marido, foi uma figura política significativa no processo de luta *antiapartheid*, atuando fortemente com a juventude marginalizada pela libertação em seu país, sendo também perseguida e presa pela polícia sul-africana<sup>261</sup>. Foi mencionado em uma notícia que a ativista receberia no Hotel Othon Palace, no Rio de Janeiro, a visita

<sup>257</sup> "Mandela inaugura hoje Ciep em Campo Grande". *Jornal do Brasil*, 01/08/1991.

<sup>258</sup> "Visita de Mandela provoca protesto de Movimento Negro". *O Globo*, 01/08/1991.

<sup>259</sup> "Mandela elogia no Rio realidade racial no país" *Estado de São Paulo*, 02/08/1991.

<sup>260</sup> "Presidente lembra raízes comuns". *O Globo*, 06/08/1991 e "Congresso também entregou comenda". *Jornal do Comércio*, 06/08/1991.

<sup>261</sup> Sobre a trajetória política da ativista sul-africana, ver mais em SAHO, South African History Online. Winnie Madikizela-Mandela. Disponível em: <https://www.sahistory.org.za/people/winnie-madikizela-mandela> Acesso: 02 fev. 2023 e sua autobiografia: MANDELA, Winnie. **Parte de minha alma**. São Paulo: Círculo do Livro, 1987.

de um grupo de mulheres afro-brasileiras que, entre outros assuntos, denunciariam a esterilização em massa praticada no Brasil<sup>262</sup>. Todavia, não encontramos evidências da realização desse encontro. Em outra pequena nota de jornal<sup>263</sup>, foi comentado que Winnie falou, durante um encontro com militantes afro-brasileiros, da importância da continuidade do apoio do povo brasileiro na ofensiva final contra o *apartheid*. Novamente, não obtivemos informações na documentação arquivística, da realização dessa reunião, entretanto, tivemos conhecimento de um encontro que ocorreu no Hotel Copacabana Palace entre os militantes do Movimento Negro com Nelson Mandela e sua delegação<sup>264</sup>.

Em São Paulo, Mandela se reuniu com o governador Luiz Antônio Fleury Filho, o vice-governador Aloísio Nunes Ferreira e a prefeita Luiza Erundina, além de representantes sindicais e do Movimento Negro<sup>265</sup>. À noite, a visita foi encerrada com um grande show no Estádio do Pacaembu, onde se apresentaram Alcione, Martinho da Vila, Sandra de Sá e outros artistas. Já em Salvador, ele foi recebido por “dezenas de grupos culturais afro, muitos com baterias, além do trio elétrico Doces Bárbaros”, que o aguardavam no aeroporto Dois de Julho. O fotógrafo Lázaro Roberto, do Zumvi Arquivo Afro Fotográfico, lembrou a chegada do líder sul-africano:

“Foi uma grande recepção no aeroporto. Lembro que acordei cedo e quando cheguei do lado de fora do aeroporto de Salvador já tinha muita gente. Foi uma peregrinação para receber Mandela. A cidade mudou. Estava todo mundo lá: blocos afros, afoxés, a cidade toda. Foi uma recepção muito bonita”<sup>266</sup>

No Palácio de Ondina, Mandela almoçou com o governador Antônio Carlos Magalhães, com o arcebispo de Salvador, Dom Lucas Moreira Neves, e com secretários e políticos do Estado. Pela noite, discursou em uma nova recepção aberta na Praça Castro Alves. “Foi um momento muito emocionante. O Olodum cantou *NKosi*

<sup>262</sup> “Mandela inaugura hoje Ciep em Campo Grande” *Jornal do Brasil*, 01/08/1991.

<sup>263</sup> “Líder não descarta a luta armada”. *O Globo*, 05/08/1991.

<sup>264</sup> Essa significativa informação, foi fornecida por Amauri Mendes Pereira durante a realização da banca de defesa desta tese no dia 14 de julho de 2023. O professor Amauri comentou da oportunidade de discursar e abraçar Mandela em um encontro de cerca de 4 horas.

<sup>265</sup> “Mandela almoça com Fleury e ataca *apartheid* na África do Sul”. *Jornal do Brasil*, 03/08/1991. “Mandela chega a São Paulo com seis horas de atraso”. *O Globo*, 01/08/1991.

<sup>266</sup> CARVALHO, Eric Luis. 'A casa é sua, irmão': 30 anos após a visita de Mandela a Salvador, baianos relembram encontro com o líder sul-africano em 1991. *G1*, 26/11/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/novembronegro/noticia/2021/11/26/a-casa-e-sua-irmao-30-anos-apos-a-visita-de-mandela-a-salvador-baianos-relembram-encontro-com-o-lider-sul-africano-em-1991.ghtml> Acesso: 13 fev. 2023.

*Sikeleli Afrika*, canção que é o hino da África do Sul. Aquela foi uma noite que nunca terminou” (Ibid), comentou João Jorge Rodrigues, presidente do bloco afro Olodum.

Como indicamos na segunda seção, a trajetória política de Nelson Mandela ressoou nas produções escritas, imagéticas e musicais afro-brasileiras, se tornando uma importante referência. “Para nós do Olodum, Mandela é uma inspiração, um herói e naquela época tínhamos feito várias canções por igualdade que citavam a África do Sul, que pediam o fim do *apartheid*” (Ibid). Na imagem abaixo, é possível identificar faixas do MNU, marcando sua presença no evento.

Figura 00. Recepção a Nelson Mandela na Praça Castro Alves em Salvador



Fonte: CONCEIÇÃO, Jônatas. Nelson Mandela Discursando na Praça Castro Alves. **Zumví Arquivo Fotográfico**, 1991. Disponível em: <https://www.zumvi.com.br/exposicao/nelson-mandela-na-bahia-zumvi-arquivo-afro-fotografico-salvador-bahia/> Acesso em: 15 jan. 2023.

Em Vitória, no Espírito Santo, no quarto dia da visita, Mandela conversou com empresários de vários setores, interessados em intercâmbios, especialmente no setor de minério. Na oportunidade, ele também “se encontrou com representantes de movimentos negros de Vitória, com os quais conversou por meia hora”<sup>267</sup>. Infelizmente, não temos maiores registros além do indicado pelo veículo jornalístico a respeito da realização desse encontro de Mandela com os militantes da capital desse estado.

<sup>267</sup> “Mandela quase morto de tanto amor”. *Jornal do Brasil*, 05/08/1991.

Após percorrer as capitais do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Espírito Santo, o presidente do ANC viajou para Brasília e se encontrou com presidente Fernando Collor. O ministro interino das Relações Exteriores, Marcos Azambuja, manifestou “a expectativa de que o Brasil e a África do Sul terão a mais frutífera cooperação”<sup>268</sup> a partir da reinserção sul-africana no cenário internacional, por via de um processo dirigido por Nelson Mandela.

Nesse mesmo dia, Mandela foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco, o grau mais alto dos títulos honoríficos concedidos pelo governo. Parabenizando o presidente brasileiro por ter sido eleito em eleição direta, “A vitória do povo do Brasil contra a ditadura e o autoritarismo é uma vitória que inspira tremendamente o nosso povo”<sup>269</sup>, ele ressaltou que o Brasil é um dos mais fortes aliados na luta contra o *apartheid*.

Durante a entrega da condecoração, Collor declarou “a admiração de toda uma sociedade multirracial que continua a aperfeiçoar-se na arte do convívio harmonioso, entre suas várias culturas”<sup>270</sup>. Ele conversou reservadamente com o convidado por cerca de 30 minutos, supostamente sobre a evolução do desmantelamento do *apartheid* e o processo de democratização da nação sul-africana. “[...] O presidente disse ao líder negro que o Brasil é um sócio natural e um amigo vigoroso de todos os sul africanos empenhados em implantar a democracia na África do Sul”<sup>271</sup>.

Nessa mesma ocasião, um grupo com cerca de 25 pessoas realizou uma manifestação do lado de fora do Palácio do Planalto. “Com faixas e cartazes, eles acusaram Collor de racismo por não ter integrados negros no governo”<sup>272</sup>. Há registros de que a manifestação foi organizada pelo MNU, juntamente com o grupo cultural Ile Oba, Coletivos de Mulheres Negras e outros, para saudar Nelson Mandela e denunciar o racismo no Brasil. “Mandela está com o mais racista do Brasil” e “abaixo o *apartheid* do Brasil”<sup>273</sup> foram algumas das palavras proferidas naquele momento. Em sua passagem por Brasília, o líder sul-africano também recebeu o título de Doutor Honoris Causa da UnB<sup>274</sup>.

<sup>268</sup> “Azambuja prevê cooperação”. *Jornal do Comércio*, 06/08/1991.

<sup>269</sup> “Collor condecora visitante”. *Jornal do Comércio*, 06/08/1991.

<sup>270</sup> “Mandela recebe comenda do Rio Branco e agradece apoio”. *Jornal do Brasil*, 06/08/1991.

<sup>271</sup> “Nelson Mandela recebe condecoração de Collor”. *O Dia*, 06/08/1991.

<sup>272</sup> “Mandela no Planalto”. *Estado de São Paulo*, 06/08/1991.

<sup>273</sup> “Mandela recebe Honoris Causa”. *Jornal do Comércio*, 06/08/1991.

<sup>274</sup> “Universidade de Brasília: homenagem, carinho e tumulto”. *O Globo*, 06/08/1991. Mandela recebe Honoris Causa. *Jornal do Comércio*, 06/08/1991; “Última prova de Mandela: só mesmo quem passou 30 anos na cadeia para aguentar a desorganização brasileira” *Istoé*, n.1141, 07/08/1991.

Em entrevista no Itamaraty, Mandela informou que o Brasil iria manter as sanções econômicas contra o governo da África do Sul. Tal notícia foi repassada a ele pelo presidente Collor durante o encontro – avaliado por ele como bem-sucedido<sup>275</sup>. Um dia antes de partir, o líder concedeu uma nova entrevista para o *Jornal do Brasil*<sup>276</sup> e reafirmou que seus esforços e compromissos estavam voltados para a implementação de um governo interino da África do Sul, de união nacional, envolvendo todos os partidos políticos com expressão e dispostos a participar do processo, incluindo o ANC e o Partido Nacional, que eram significativos em seu país.

Sobre as últimas sanções, anunciadas pelos EUA, Mandela considerou que foram “tragicamente prematuras”, orientando aos países que estavam analisando as suas condenações a reverem suas posturas com base na Declaração de Harare<sup>277</sup> e na Declaração de Consenso sobre o *Apartheid* e suas Consequências Destrutivas na África Meridional<sup>278</sup>, da ONU, para assegurar que uma África do Sul democrática fosse estabelecida.

O presidente do ANC e sua comitiva partiram na manhã do dia 06. Sua passagem constituiu um marco na história das relações entre o Brasil e a África do Sul e na trajetória combativa do Movimento Negro contemporâneo. Tê-lo em solo brasileiro provocou significativos debates, que ajudaram na ampliação das críticas em torno do racismo, da desigualdade e da discriminação racial sofrida pelos brasileiros não brancos que compunham a maioria do país. Vale destacar que, no campo desses debates, os veículos da imprensa também atuaram atribuindo sentidos e significados nas declarações feitas por Mandela, principalmente aquelas em que o sul-africano mencionava as relações raciais brasileiras.

Com manchetes como “Mandela contradiz líderes negros do Brasil”<sup>279</sup>, “Mandela elogia no Rio realidade racial no país”<sup>280</sup>, “Mandela diz que no Rio se sente

<sup>275</sup> “Mandela recebe comenda do Rio Branco e agradece apoio” *Jornal do Brasil*, 06/08/1991.

<sup>276</sup> MÁXIMO, Gabriela. “Me sentirei honrado com a presidência”. *Jornal do Brasil*, 04/08/1991.

<sup>277</sup> Conforme Braga (2011) a declaração que exigiu a ação da comunidade internacional contra o *apartheid*, é oriunda dos encontros da ONG internacional World Council of Churches (WCC) na cidade de Harare, Zimbábue, em 1985 e 1986.

<sup>278</sup> A declaração enunciou os princípios para a criação de uma nova ordem constitucional na África do Sul e defendeu medidas para negociações pacíficas entre as populações sul africanas (BRAGA, 2011, p.119).

<sup>279</sup> Mandela contradiz líderes negros do Brasil: segundo o presidente do ANC, país está mais avançado do que a África do Sul na construção de sociedade multiracial. *Folha de São Paulo*, 02/08/1991.

<sup>280</sup> *Estado de São Paulo*, 02/08/1991.



em casa”<sup>281</sup> e “Uma saudação à miscigenação racial”<sup>282</sup>, os meios de comunicação interpretavam suas saudações, de acordo com Elisa Larkin Nascimento (2014, p.256), como um elogio à chamada democracia racial no Brasil, sem considerar a referência que ele fazia à construção da democracia constitucional, através de eleições diretas para presidente e parlamentares em todos os níveis com sufrágio universal.

Quando Mandela disse “nós celebramos [...] tantas culturas que enriquecem nossa sociedade”, O Globo registrou a frase como “a miscigenação enriquece o país”. Ou seja, nem a democracia nem a diversidade cultural figuram nas reportagens d’O Globo, numa nítida censura à mensagem de Mandela em função do interesse ideológico do jornal. (Ibid)

Junto ao debate sobre a questão racial no Brasil em comparação com a África do Sul, a imprensa também focalizou nas relações entre o ANC e o *Inkatha Freedom Party* (IFP) <sup>283</sup>. Enfatizando uma oposição e rivalidade entre os partidos, e noticiando a participação do governo sul-africano nessa tensão, com financiamento ao *Inkatha*, declarado pelo próprio presidente da África do Sul, os veículos da imprensa brasileira noticiaram que “Mandela também enfrenta a divisão entre tribos negras que lutam entre si pelo poder”<sup>284</sup>.

Quando questionado sobre as conflagrações políticas entre os diferentes grupos sul-africanos, lidas pela imprensa como embates entre “negros conta negros” e “conflitos tribais”, Mandela rebateu essas noções. O líder do ANC afirmou que a violência infligida por essas populações não era tribal e de que estes “não estão se matando pura e simplesmente por pertencerem a diferentes etnias” <sup>285</sup>. Em sua avaliação, essa seria mais uma formulação racista organizada pelo regime de Pretória, objetivando dissimular os crimes cometidos contra o povo sul-africano, concluindo que “O maior obstáculo para a paz é a existência de um regime que patrocina a violência, mente e divide para reinar” (Ibid).

Para além desses debates, do ponto de vista diplomático, a visita permitiu a projeção do Brasil como um parceiro possível daqueles que governariam a África do

<sup>281</sup> *Jornal do Brasil*, 02/08/1991.

<sup>282</sup> “Uma saudação à miscigenação racial” *O Globo*, 02/08/1991.

<sup>283</sup> Partido político sul africano, tendo o nacionalismo Zulu como base ideológica. O IFP foi lançado por Gatsha Buthelezi, que rompeu com o ANC em 1979.

<sup>284</sup> ARBEX, José. Fique por dentro: visita de Mandela gera debate sobre racismo. *Folha de São Paulo*, 05/06/1991.

<sup>285</sup> AQUINO, Ruth de. Lembranças do Brasil: entrevista Nelson Mandela. *O Dia*, 08/08/1991.

Sul democrática. Após a resolução 46/79 A da XLVI (1991), sessão da Assembleia Geral da ONU, que reconheceu as medidas efetuadas pelo governo de Pretória na eliminação do *apartheid*, o Brasil modificou o Decreto nº 91.524, de 09 de agosto de 1985<sup>286</sup>, suspendendo o Art. 1º, que incidia as proibições das atividades de intercâmbio cultural, artístico ou desportivo com a África do Sul, mantendo por mais algum tempo a proibição ao comércio de armas, a exportação de petróleo e de combustíveis derivados (VILALVA, 2016, p.183). No mesmo ano, adiantando-se no interesse pelo intercâmbio entre os dois países, o governo também nomeou o primeiro Embaixador do Brasil em Pretória, aumentou a lotação da missão brasileira na capital sul-africana, e reabriu o setor de promoção comercial (Ibid).

Posteriormente, com a vitória de Mandela nas eleições realizadas em abril de 1994, dando o passo crucial do processo de negociações para a transição iniciada nos anos 1990, o Brasil pôde estabelecer novas relações com a África do Sul democrática. Após o fim do *apartheid*, assistimos, nas últimas três décadas, as relações sul-africanas e brasileiras se fortalecerem em várias áreas. Ambos os países têm reconhecido a importância de colaborar mutuamente e buscar oportunidades de cooperação.

No âmbito econômico, o comércio aumentou significativamente com produtos agrícolas, minerais e manufaturados. Além disso, empresas brasileiras e sul-africanas têm buscado oportunidades de investimento e colaboração em diversos setores, como energia, infraestrutura, tecnologia e turismo. No campo político, Brasil e África do Sul têm estabelecido relações diplomáticas sólidas, onde os dois países são membros do BRICS, e juntamente com Rússia, Índia e China, têm trabalhado em conjunto para fortalecer a cooperação no cenário internacional. O grupo compartilha interesses comuns, como a busca por um mundo multipolar, o apoio à reforma das instituições internacionais e a promoção do desenvolvimento sustentável.

---

<sup>286</sup> BRASIL, Decreto nº 428, de 17 de janeiro de 1992. Modifica o Decreto nº 91.524, de 9 de agosto de 1985, que impôs restrições ao relacionamento com a África do Sul. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0428.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0428.htm) Acesso: 02 mar. 2023

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou historicizar as mobilizações transnacionais contra o *apartheid*, protagonizadas pelas organizações do Movimento Negro durante e após a ditadura civil militar no Brasil, bem como entender o seu impacto na constituição e os debates provocados por esse importante ator social. Escolhemos, nesta contribuição, um aspecto menos explorado da trajetória organizativa dos afro-brasileiros na modernidade, ou seja, o seu lugar nas dinâmicas da cultura antirracista global, sobretudo, o seu engajamento nos movimentos combativos à política de segregação sul-africana.

Partindo de reflexões sobre as experiências e ideias que circulam o Atlântico Negro, indicando as bases conceituais e discursivas que moldaram a trajetória dos afro-brasileiros organizados, buscamos analisar a apropriação dos referenciais da luta *antiapartheid* na África do Sul, nas renovações da luta empreendida pelo Movimento Negro contemporâneo. Indicamos que, diferentemente dos ciclos anteriores de luta política, promovida por setores das populações de origem africana, mais voltada a projetos de integração e mobilidade social, os militantes da década de 1970 passaram a afligir o projeto de nação do país, denunciando o discurso da democracia racial como um mito. Ademais, eles organizaram um processo de construção identitária negra unificada para os afrodescendentes, os quais declaravam representar, com narrativas de valorização dos conteúdos e referências de matrizes africanas, forjando uma história do povo negro.

As intensas transformações decorrentes da modernização e do crescimento econômico do país, a profusão de ideias em circulação dando forma a uma cultura internacionalizada a partir dos novos meios de comunicação, a atmosfera de abertura política e reorganização dos movimentos sociais, somada à frustração de afro-brasileiros com maior nível de educação, formaram os principais elementos conjunturais que possibilitaram a renovação antirracista brasileira.

Irrompendo na cena política contemporânea, a nova geração de ativistas afro-brasileiros estabeleceu uma continuidade com os movimentos antirracistas anteriores e se inseriu em uma linha evolutiva de um pensamento negro brasileiro. Não por acaso, as ideologias, conceitos e sentidos gerados nas experiências dos processos anticoloniais e nacionalistas dos países africanos, e os movimentos da diáspora na Europa Ocidental e nas Américas – leia-se, a *Negritude*, a *Consciência Negra* e o

*Black Power* –, proporcionaram poderosos impulsos de identificação e mobilização, manuseados pela militância.

A luta contra o *apartheid* na África do Sul ocupou um lugar preponderante na produção de conhecimento dos ativistas e entidades do Movimento Negro. Os veículos de informações produzidas por jovens afro-brasileiros, identificados academicamente como Imprensa Negra, atuavam no sentido de transmitir, à comunidade e aos próprios militantes, informações e notícias que abrigavam o exame de problemas e os interesses coletivos forjados para os afrodescendentes.

Nos embalos da invenção de uma memória histórica e cultural afro-brasileira, oriunda do entrelaçamento entre a reflexão acadêmica e o movimento social, era fundamental revisar a participação das populações de origem africana nas narrativas oficiais da história brasileira e, igualmente, ancorar-se nas experiências dialógicas de combate ao racismo em outras partes do mundo, especialmente na África, agora recriada para se tornar a matriz simbólica dos afro-brasileiros.

A institucionalização de datas, o reconhecimento e a heroicização de figuras eminentes e a valorização de manifestações religiosas e artísticas de origem africana no Brasil foram sendo apropriadas seletivamente pelo Movimento Negro. Da mesma forma, as especificidades da trajetória vivenciada pelos sul-africanos envolvidos na luta *antiapartheid* foram incorporadas ao discurso antirracista. Em um tom informativo e pedagógico, os ativistas afro-brasileiros organizaram e enfatizaram acontecimentos oriundos dos difíceis enfrentamentos e negociações das diferentes entidades, partidos e grupos de resistência à opressão branca e nacionalista na África do Sul.

Nos enunciados sobre o passado colonial dos territórios do sul da África, o império Zulu é lembrado como um povo guerreiro, que resistiu e enfrentou as invasões imperialistas boêres e britânicas. Na conjuntura contemporânea, o *apartheid* e a repercussão de seus desdobramentos violentos, evidenciados pelos articulistas nos episódios do Massacre de Shaperville (1960) e do Levante de Soweto (1976), estão conectados às experiências organizativas de luta e intervenção popular e ao segregacionismo institucionalizado.

Dessa maneira, os discursos acerca da África do Sul, alinhados às narrativas revolucionárias africanas de libertação, coadunam-se em uma linguagem antirracista compartilhada no Atlântico Negro, onde floresce e performa o pensamento dos ativistas e intelectuais afro-brasileiros, e suas críticas à ordem social e política vigente do país em regime de ditadura.

As aprendizagens com a história, as estratégias e as ideias formuladas por organizações como o *African National Congress* (ANC), o *Pan Africanist Congress* (PAC) e o Movimento de Consciência Negra, por sujeitos emblemáticos como Steve Biko, Desmond Tutu, Nelson Mandela, Samora Machel, Walter Sisulu e Winnie Mandela, moldam os chamados “lances” de Pocock (2023), que o Movimento Negro fez da luta contra o *apartheid*, transformando-a em uma das suas bandeiras mais significativas.

Os discursos que citavam o regime segregacionista, ajudavam na argumentação para a desqualificação da democracia racial, chamando-a de mito, denúncia da existência do racismo e seu papel na manutenção das desigualdades, edificando a articulação de seus projetos de autodeterminação identitária e projetando a extensão de demandas específicas no plano político-institucional.

Do conjunto de suas reivindicações e estratégias, a rejeição do *apartheid*, para além do discurso solidário à opressão cotidiana a qual viviam os sul-africanos não brancos, se deu na prática com a realização de moções, atos públicos e manifestações em vários centros do país. As mobilizações transnacionais *antiapartheid* transformaram-se em uma pauta condutora de ações conjuntas entre as centenas de entidades e militantes antirracistas, fazendo destes os principais atores do cenário civil e da luta pelo fim da segregação racial da África do Sul no Brasil.

A criação de comitês *antiapartheid* pelo Movimento Negro permitiu ampliar o seu diálogo com outros setores sociais da sociedade civil, agregando à causa sindicatos, partidos políticos, setores religiosos, empresas, representantes políticos e outras entidades. Tais comitês também auxiliaram no debate e publicização da estrutura e funcionamento do regime, conscientizando desde o âmbito acadêmico até a população mais ampla sobre os horrores que o sistema gerava na prática. E não menos importante, eles ainda faziam pressão ao poder público para romper as relações diplomáticas, comerciais e culturais com o governo sul-africano.

Capturamos as centenas de atividades promovidas por esses comitês que, em uma perspectiva mais ampla, indicavam uma importante rede de ativismo *antiapartheid* no país. Atos públicos, protestos, reuniões de grupos, seminários, conferências, exibições de filmes, notas de repúdio, debates, cartas de abaixo-assinado, passeatas, marchas e atos-show foram as diferentes estratégias usadas pelos militantes para soerguer a luta pelo fim do *apartheid* na África do Sul.

Do conjunto dessas manifestações, há uma variedade com relação à capacidade de organização e alcance. Algumas, resultantes da articulação do Movimento Negro com instituições públicas e civis, não necessariamente antirracista, e com os movimentos de esquerda, ganharam maior dimensão na cena pública com a organização de atos culturais, na presença de artistas e figuras políticas. Outras foram mais pontuais, concentrando apenas entidades e lideranças do Movimento Negro, como os atos de protesto realizados em frente das representações da embaixada sul-africana.

A identificação dessas ações foi possível, nesta pesquisa, porque elas foram constantemente vigiadas pelo regime militar ao longo das décadas de 1970 e 1980. Tal como outros grupos de resistência, as articulações do Movimento Negro foram consideradas subversivas por apontarem a existência do racismo e o problema da discriminação, contrariando e ameaçando o projeto nacionalista dos militares. Assim, em seus eventos, infiltravam-se agentes da polícia secreta, que relatavam, ora transcrevendo as discussões, ora parafraseando os discursos, as atividades e o planejamento dos ativistas, apontando relações e espectros ideológicos entre as organizações afrodescendentes e os movimentos revolucionários africanos.

Além disso, a situação de racismo institucionalizado dos sul-africanos não brancos, também foi apropriada na produção teórica e discursiva dos ativistas e intelectuais afro-brasileiros. O *apartheid* fornecia um panorama de referência e reflexão crítica do contexto de desigualdade em que os afro-brasileiros viviam. Na perspectiva comparativa do racismo sul-africano com o caso brasileiro, a primeira estava amparada em uma estrutura jurídica sistemática, ao passo que a segunda, na leitura dos intérpretes afro-brasileiros, manifestava-se no cotidiano brasileiro, mas era negada e encoberta pelas forças hegemônicas oriundas da formação social do país.

Desse panorama, a luta antirracista orientou suas narrativas e ações para a denúncia do racismo, chamando atenção para as formas de manifestação da discriminação racial brasileira e propondo políticas de compensação e reparação. As visitas de Desmond Tutu, em 1987, e de Nelson Mandela, em 1991, consistiram em momentos oportunos e importantes para o avanço da discussão pública sobre a questão racial. As informações produzidas durante as passagens desses líderes focalizaram não apenas no que estava acontecendo na África do Sul, mas amarraram

os debates em torno do racismo suscitados pelo Movimento Negro, passando a ser encarado como um problema nacional.

O engajamento na luta contra a segregação racial pelos militantes afro-brasileiros e suas exigências por mudanças, influenciaram não apenas os posicionamentos oficiais de condenação do governo brasileiro, que impôs sanções estratégicas na esfera econômica e cultural à África do Sul, mas também na configuração do próprio projeto antirracista, ocupando um espaço preponderante em seu processo de constituição e cultura política. A pauta esteve presente em documentos institucionais - como estatutos e regimentos internos das entidades, comunicações públicas e planejamento das ações. Além disso, o apartheid fez parte do temário de uma diversidade de eventos formativos e encontros do Movimento Negro, contribuindo na formação intelectual e política dos jovens militantes, onde a África do Sul fornecia um panorama de referência em suas reflexões para compreender a experiência racial no Brasil.

Contudo, as mobilizações contra o regime de segregação racial sul africano, impulsionadas no bojo da luta antirracista contemporânea, exerceram uma força política importante no âmbito da luta transnacional antiapartheid. Ao manifestar-se pressionando o governo e o empresariado brasileiro, colaboraram para o avanço das ações práticas de condenação ao sistema apartheid. Essas dinâmicas, somaram-se nas campanhas internacionais de solidariedade e boicote ao governo africâder, que por sua vez, contribuíram para o isolamento e as crises na África do Sul que levaram ao desmantelamento desse sistema.

## FONTES

### 1) Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV)

Consultado em: <https://www.cpvsp.org.br/>

<b>Periódico</b>	<b>Edição</b>
<i>Jornegro</i>	n.2, 1978 a.3, n.8, 1980
<i>Revista Movimento Negro Unificado MNU</i>	n.2, 1980 n.3, 1981 n.4, 1981
<i>Consciência Negra</i>	a.1 mai/jun, 1987
<i>Frente Negra</i>	n.0, 1983
<i>Nzinga Informativo</i>	n.2, 1985
<i>Jornal do Conselho da Comunidade Negra</i>	a.I n.1, 1984 a.I n.03, 1985 a.II n.04, 1986 a. II, n.5, 1986 a.III, n.02, 1988
<i>Boletim Informativo MNU</i>	n.5, 1983
<i>Acorda Negro</i>	n.2, 1986 a.2 n.3, 1987
<i>Maioria Falante</i>	n.2, 1987 s/n, jul/ago,1988
<i>Negô</i>	n.14, 1988
<i>Árvore das Palavras</i>	n.14, 1976
<i>MNU Campinas</i>	Ju, 1980

### 2) Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)

Consultado em: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/login.asp>

<b>Indicação do título no acervo</b>	<b>Nº/Ano/Registro</b>	<b>Código de referência</b>
Racismo negro no Brasil poder negro tropical	109622/76	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.76109622
Dia nacional da consciência negra.	219/116/AFZ/79	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.QQQ.79000378
Solidariedade a Angola	1939/30/AC/81	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.81021135
I Seminário Internacional Brasil África, I SIBA	100/40/ARJ/81 Resenha Semanal 28 Mar 1983	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.81005061
Congresso de Cultura Negra nas Américas	Resenha Semanal 09 Maio 1983	BR DFANBSB Z4.DPN.ENI.45
Comemoração pelo dia internacional de luta contra o racismo	0834/19/ASP/83	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.83013768
I Simpósio sobre racismo e discriminação racial, realizado no Rio de Janeiro. 3.4	073/16/ARJ/83	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.83008633
Comissão de negros do PT	0141/15/ASP/84	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.84015191
Ato público dia internacional pela eliminação da discriminação racial	130/84/DI/CIPO/SEP	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.84040846



I Encontro Estadual da Cultura Negra	011094/B6H85	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.OOO.85011094
Movimento Negro Unificado	050912/85	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.85050924
Assembleia geral do Movimento Negro Unificado, MNU e composição da coordenação deste movimento	008254/85	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP.85008254
Ato de criação do comitê antiapartheid	008001/85	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP.85008001
África do Sul	315/06/09/85	BR DFANBSB Z4.REX.IPS.5
Manifestação contra o Apartheid	11181/85	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.OOO.85011181
Manifestação no consulado da África Do Sul, movimento negro	12271/85	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.85012271
Atividades do Centro de estudos e defesa do negro do Para, CEDENPA	56000/85	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.KKK.85005600
Atividades do movimento negro em Porto Alegre rs	013090/85	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.85013090
Informação N°665/85/275/CISA-RJ: Movimento Negro em São Paulo	0665/85/275/CISA-RJ	BR DFANBSB VAZ.0.0.28901
Ato público em frente à embaixada da África do Sul	255/85/DI/CIPO/SEP	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.85051698
Ato público em repúdio ao Apartheid	388/85/DI/CIPO/SEP/DF	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.85053032
Atividades do comitê antiapartheid na Bahia	008138/85	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP.85008138
Movimento negro em Aracaju SE	169/85/SI/SR/DPF/SE	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP.85008152
Ato público, Movimento Negro Unificado	421/85/DI/CIPO/SEP	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.86054508
Movimento Negro Unificado	115/140/AC/86	BR DFANBSB Z4.DPN.ENI.150
VI Encontro de negros do Norte e Nordeste, Aracaju SE.	008984/86	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP.86008984
Movimento Negro Brasileiro, MNB	008442/86	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.86013571
Comemorações pelo dia internacional pela eliminação do racismo	008465/86	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP.86008465
Dia internacional de luta pela eliminação do racismo, 21 mar 86.	11776/86	BR0020DFANBSB V8.MIC, GNC.OOO.86011776
Ato público em repúdio a morte de Samora Moises Machel, consulado da África do Sul em São Paulo SP	018639/86	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.86018639
Manifestação contra o apartheid, em São Paulo SP	059929/86	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.86059929
Dia internacional pela eliminação da discriminação racial	024/86/DE/CIPO/SEP/DF	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.86055987
Informe n° 185/86-SI/VI COMAR: manifesto em frente a embaixada da África	185/86/SI/VI COMAR	BR DFANBSB VAZ.0.0.38261
Ato de apoio a Namíbia, na OAB RJ	0110/86/220/CISA-RJ	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.86013443
Homenagem ao ex presidente de Moçambique Samora Machel	018812/87	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.87018812
Movimento Negro Unificado, MNU SS14 ABH.	226/87/ST3.4/PM2	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.OOO.87013036

Catálogo de Entidades do Movimento Negro no Brasil	015879/88	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.88015879
Ato público contra o apartheid na África do Sul, em Salvador (BA)	010085/88	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP.88010085
Comemorações do centenário da abolição nos estados do Ceara, Piauí e Maranhão.	066892/88	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.QQQ.88004111
Marcha nacional contra o racismo	13963/88	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.OOO.88013963
Passeata dos cem anos da abolição da escravatura, em Salvador BA	009965/88	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP.88009965
Manifestações do Movimento Negro Se 144 AC	068165/88	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.88068165
Palestra sobre o apartheid, no sindicato dos funcionários do banco do Estado de São Paulo, AFUBESP	020533/88	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.88020533
Comemoração do dia nacional da consciência negra, na Bahia	010344/88	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP.88010344
Ato público contra o apartheid na África do Sul, em Salvador BA	010085/88	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP.88010085
Ato público promovido pela associação cultural agostinho neto, na praça da se, em São Paulo SP, em homenagem a Nelson Mandela	020675/88	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.88020675
Manifestação pela liberdade de Nelson Mandela. SE144 AC.	068312/88	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.88068312
Ato público do movimento negro	01625688	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.88016256
Encaminhamento n° 0260/cisa: movimento negro	0260/CISA-R	BR DFANBSB VAZ.0.0.10824
Informação n° 0288/cisa-rj: ABRASSO - associação brasileira de solidariedade ao povo moçambicano	0288/CISA-RJ	BR DFANBSB VAZ.0.0.2866
Informe n°169/A-2/IV Comar: associação brasileira de solidariedade ao povo moçambicano	169/A-2/IV 168/A-2/IV	BR DFANBSB VAZ.0.0.11786
África do Sul	Dossiê	BR DFANBSB Z4.REX.IPS.6
África do Sul - Relações com o Brasil	Dossiê	BR DFANBSB Z4.REX.IPS.1
Encontro nacional dos negros comunistas 3.2.5.1. e 3.2.5.3.	0327S101A5CIE	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.85049846

### 3) CULTNE

Consultado em: <https://cultne.tv/> e <https://www.youtube.com/@Cultne>

Título	Disponível em
CULTNE CINEMA - Afro Memória - parte 01	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=Fgv8JfeYJgo">https://www.youtube.com/watch?v=Fgv8JfeYJgo</a>
CULTNE CINEMA - Afro Memória - parte 01	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=Qh6f0XJGZbk&amp;t=340s">https://www.youtube.com/watch?v=Qh6f0XJGZbk&amp;t=340s</a>
CULTNE - Anti Apharteid - Vamos ser Livres - 21 de março - 1987	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=X1oWyltjtcMAcesso">https://www.youtube.com/watch?v=X1oWyltjtcMAcesso</a>
CULTNE - Bispo Desmond Tutu na ABI - RJ -1987	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=skyFb1FA0lg&amp;t=882s">https://www.youtube.com/watch?v=skyFb1FA0lg&amp;t=882s</a>
CULTNE - Frente Negra Brasileira - Edição completa	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=2FRnKpFLiQE">https://www.youtube.com/watch?v=2FRnKpFLiQE</a>

4) Notícias da grande imprensa sobre a visita de Mandela do Blog Colin Darch  
 Nelson Mandela's Visit to Brazil, August 1991 blog Colin Darch, Articles and Writings  
 Consultado em: [https://www.colindarch.info/mandela\\_no\\_brasil.php](https://www.colindarch.info/mandela_no_brasil.php)

<b>Periódico</b>	<b>Título da notícia</b>	<b>Data</b>
<i>Jornal do Brasil</i>	Mandela e Winnie em Havana	27/07/1991
	O Rio de Abraça Mandela (anúncio)	30/07/1991
	Bahia reorganiza programa	01/08/1991
	Mandela inaugura hoje Ciep em Campo Grande	01/08/1991
	Mandela atrai 40 mil à Praça da Apoteose	02/08/1991
	Mandela diz que no Rio se sente em casa	02/08/1991
	Mandela almoça com Fleury e ataca apartheid na África do Sul	03/08/1991
	Me sentirei honrado com a presidência	04/08/1991
	Mandela quase morto de tanto amor	05/08/1991
	Mandela recebe comenda do Rio Branco e agradece apoio	06/08/1991
<i>Jornal do Comércio</i>	Brizola recepciona líder negro	02/08/1991
	Mandela agradece ao Brasil apoio na luta anti-apartheid	02/08/1991
	Azambuja prevê cooperação	06/08/1991
	Collor condecora visitante	06/08/1991
	Mandela recebe Honoris Causa	06/08/1991
	Congresso também entregou comenda	06/08/1991
<i>O Globo</i>	Visita de Mandela provoca protesto de movimento negro	01/08/1991
	Mandela chega a São Paulo com seis horas de atraso	01/08/1991
	Desorganização e cansaço mudam agenda	02/08/1991
	Mandela no Rio	02/08/1991
	Uma saudação à miscigenação racial	02/08/1991
	Líder não descarta a luta armada	05/08/1991
	Presidente lembra raízes comuns	06/08/1991
	Universidade de Brasília: homenagem, carinho e tumulto	06/08/1991
<i>O Dia</i>	O sonho de uma democracia não racista	02/08/1991
	Nelson Mandela recebe condecoração de Collor	06/08/1991
	Lembranças do Brasil: entrevista Nelson Mandela	08/08/1991
<i>Estado de São Paulo</i>	Rezek sugere agenda menor para Mandela	01/08/1991
	Mandela elogia no Rio realidade racial no país	02/08/1991
	Mandela no Planalto	06/08/1991
<i>Jornal da tarde</i>	Mandela no Rio: emoção supera o cansaço	02/08/1991
<i>Correio Braziliense</i>	País vira guia contra apartheid	02/08/1991
<i>Folha de São Paulo</i>	Mandela contradiz líderes negros do Brasil	02/08/1991
<i>IstoÉ</i>	Última prova de Mandela: só mesmo quem passou 30 anos na cadeia para aguentar a desorganização brasileira	n.1141 07/08/1991

Partido dos Trabalhadores. À população do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 1/08/1991.

5) Outros documentos

Veja, n.290 27/03/74, p. 3

GERBER, Raquel (dir). ORÍ. Brasil: **Angra Filmes**, 1989. Disponível em: <https://curtaon.com.br/filme/?name=ori> Acesso: 17 fev. 2022

BRASIL, Decreto nº 91.524, de 09 de Agosto de 1985: Estabelece restrições ao relacionamento com a República da África do Sul. **Brasil**, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91524-9-agosto-1985-441903-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=%C3%89%20proibido%20o%20fornecimento%20%C3%A0,quaisquer%20dos%20produtos%20acima%20citados>. Acesso: 19 mar. 2020.

BRASIL, Decreto nº 428, de 17 de janeiro de 1992. Modifica o Decreto nº 91.524, de 9 de agosto de 1985, que impôs restrições ao relacionamento com a África do Sul. **Brasil**, Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0428.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0428.htm) Acesso: 02 mar. 2023

CNBB, Campanha da Fraternidade 1988. **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**. Disponível em: <https://campanhas.cnbb.org.br/campanha/fraternidade1988> Acesso: 12 nov. 2022.

Fotografias da Visita de Desmond Tutu, bispo da Igreja Anglicana na África do Sul, ao Brasil (São Paulo-SP, mai, 1987). Crédito: Vera Jursys. Fundo: Vera Jursys. Acervo: **Centro Sérgio Buarque de Holanda**/Fundação Perseu Abramo.

Manifesto das Entidades do Movimento Negro do Estado do Rio de Janeiro, para o arcebispo Desmond Tutu. Disponível em: <https://www.estrelapreta.com.br/manifesto-das-entidades-do-movimento-negro-do-estado-do-rio-de-janeiro-para-o-arcebispo-desmond-tutu-1986/> Acesso: 01 jan. 2023.

Desmond Tutu, expoente da luta contra o apartheid, era Doutor Honoris Causa da UFMG. **UFMG**, 2021. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/desmont-tutu-expoente-da-luta-contra-o-apartheid-era-doutor-honoris-causa-da-ufmg> Acesso: 07 set. 2022.

CARVALHO, Eric Luis. 'A casa é sua, irmão': 30 anos após a visita de Mandela a Salvador, baianos relembram encontro com o líder sul-africano em 1991. **G1**, 26/11/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/novembronegro/noticia/2021/11/26/a-casa-e-sua-irmao-30-anos-apos-a-visita-de-mandela-a-salvador-baianos-relembram-encontro-com-o-lider-sul-africano-em-1991.ghtml> Acesso: 13 fev. 2023

CONCEIÇÃO, Jônatas. Nelson Mandela Discursando na Praça Castro Alves. **Zumví Arquivo Fotográfico**, 1991. Disponível em: <https://www.zumvi.com.br/exposicao/nelson-mandela-na-bahia-zumvi-arquivo-afro-fotografico-salvador-bahia> Acesso: 15 jan. 2023.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. Qual África? Significados da África para o Movimento Negro no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 39, janeiro-junho de 2007.

\_\_\_\_\_. Movimento Negro e "democracia social" no Brasil: entrevistas com lideranças do Movimento Negro. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. 15f.

\_\_\_\_\_. Entrevista com José Maria Nunes Pereira. **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, nº 39, janeiro-junho, 2007.

ALBERTO, Paulina L. **Termos de Inclusão**: intelectuais negros brasileiros no século XX. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017.

\_\_\_\_\_. Quando o Rio era black: Soul music no Brasil dos anos 70. **História: Questões & Debates**, Curitiba, volume 63, n.2, p. 41-89, jul./dez. 2015.

ALMEIDA, Adriana Aparecida de. **O PASQUIM e O Pasquim 21**: práticas discursivas jornalísticas de resistência. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 2006.

ANDRADE, Luiz Fernando Costa de. **O Movimento Negro e a cultura política no Brasil (1978-1988)**: o caso de São Paulo. Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

ANDREWS, George Reid. Mobilização política negra no Brasil, 1975-1990. **História: Questões & Debates**, Curitiba, volume 63, n.2, p. 13-39, jul./dez. 2015. Tradução de "Black Political Mobilization in Brazil, 1975-1990," em George Reid Andrews e Herrick Chapman, eds., *The Social Construction of Democracy, 1870-1990* (Nova York, 1995), © New York University 1995.

\_\_\_\_\_. **Negros e brancos em São Paulo**. Bauru: EDUSC, 1998.

ARABLE, Manning. **Malcolm X**: Uma vida de reinvenções. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

AREND, Silvia (Ogr). **Um país impresso**: História do tempo presente e revistas semanais no Brasil 1960-1980. Curitiba: Editora CRV, 2014.

AZEVEDO, Desirée de Lemos. Trajetórias militantes: do Brasil a Moçambique nas redes da esquerda internacional. **Etnográfica** - Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia vol. 16, n.3, 2012.

BAIROS, Luiza. Orfeu e poder: uma perspectiva afro- americana sobre a política racial no Brasil. **Revista Afro- Ásia**, n. 17, p. 173-186, 1996.

BARBOSA, Muryatan santana Barbosa. O TEN e a negritude francófona no Brasil recepção e inovações. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 28 nº 81 fevereiro, 2013.

BARBOSA, Pedro. **Organização e institucionalização política do Movimento Negro de Uberlândia (MG)**. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2011.

BASTOS, Sara Talice Santos. **Movimento-Partido-Estado**: os repertórios de ação dos militantes do Movimento Negro do Rio Grande do Sul. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/SR, 2017.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Revista Sociedade e Estado** - Volume 30, Número 1, Janeiro/Abril, 2015.

BATISTELLA, Pedro Henrique. **A atualização do passado em disputa**: historiadores(as), movimentos sociais e comemorações nacionais. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

BIKO, Steve. **Escrevo o que eu quero**. Sao Paulo: Editora Ática, 1990.

BOURDIEU, Pierre e WACQUANT, Loïc. Sobre as artimanhas da razão imperialista. In: **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 24, nº 1, 2002.

BUSCÁCIO, Gabriela. Cultura Negra nos anos 1970: Candeia e a Quilombo. In: ABREU, Martha; XAVIER, Giovana; MONTEIRO, Lívia; BRASIL, Eric (Org). **Cultura negra vol.2**: trajetórias e lutas de intelectuais negros. Niterói: Eduff, 2018.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru, SP, EDUSC, 2004.

BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino. **A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório/Comissão Nacional da Verdade**. v. 1. Brasília: CNV, 2014.

BRANCHTEIN, Rafael Caleffi. **A África do Sul durante a Guerra Fria**: apoio e oposição internacional ao regime apartheid. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

BRANCO, Luís Bernardo Nunes Mexia Castelo. **A política externa sul africana**: do Apartheid a Mandela. Tese (doutorado) - Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais do Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa, Instituto universitário de Lisboa, Lisboa, 2003.

CAMPOS, Deivison Moacir Cezar. **O Grupo Palmares (1971-1978)**: Um Movimento Negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico. Mestrado em História. Porto Alegre: PUCRS, 2006.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos da polícia política como fonte. **Registro**: revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba. Indaiatuba, SP: Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, p. 7-13, 2002.

CARBONE, Valeria Lourdes. El Movimiento afro-estadounidense contra el Apartheid sudafricano: un reflejo de la lucha de la comunidad negra a nivel doméstico y su impacto sobre la política exterior de los EE.UU. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 22, n. 41, p. 113-150, jul. 2015.

CARDOSO, Sintia Araújo. **Lute como uma mulher negra**: do sindoméstico ao coletivo de mulheres negras Creuza Maria Oliveira. Dissertação do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Gênero e Mulheres (PPGNEIM), Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, 2019.

CARDOSO, Hamilton. Limites do confronto racial e aspectos da experiência negra no Brasil. In: SADER, Emir (Org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987

CARDOSO, Marcos Antônio. **O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978-1998**. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. Os desafios da luta antirracista no Brasil. **Revista Educação Pública**. Cuiabá, v. 21, n. 46, p. 319-330, maio/ago. 2012a.

\_\_\_\_\_. **A luta contra a apatia**: estudo sobre a instituição do Movimento Negro antirracista na cidade de São Paulo. Itajaí: NEAB; Casa Aberta Editora, 2012b.

CATOIA, Cintia de Cassa. O Movimento Negro (1940-50) e a emergência do debate político sobre legislação antirracismo no Brasil. **Revista Café com Sociologia**, v.7, n.1, pp. 30-49, jan./abr, 2018.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Doutrinas de Segurança Nacional: banalizando a violência. **Psicologia em Estudo**. DPI/CCH/UEM. v. 5 n. 2 p. 1-22, 2000.

COSTA, Luiz Mário Ferreira. O estado da arte da história transnacional: o discurso “corporativista-mítico” como campo de reflexões transnacionais. **Locus**: Revista de história, Juiz de Fora, v. 24, n. 1, p. 173-194, 2018

COSTA, Sérgio. **Dois atlânticos**: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CONCEIÇÃO, Domingos. **Movimento Negro em Belém**: ação coletiva de combate ao racismo e defesa de negras e negros. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

CHANAIWA, David. A África Austral. In: AJAYI, J. F. Ade. **História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880**. Brasília: UNESCO, 2010.

CRESPO, Fernanda Nascimento. **O Brasil de Laudelina: uso do biográfico no ensino de história.** Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez, 2007.

DAFLON, Verônica Toste. **Tão longe, tão perto: pretos e pardos e o enigma racial brasileiro.** Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2014.

DÁVILA, J. Ditadura, redemocratização e apartheid no Brasil. **História: Questões & Debates**, Curitiba, volume 63, n.2, p. 91-106, jul./dez. 2015.

DARCH, Colin. **Nelson Mandela's Visit to Brazil, August 1991.** Colin Darch: articles and writings, 2014.

Disponível em: [https://www.colindarch.info/mandela\\_no\\_brasil.php](https://www.colindarch.info/mandela_no_brasil.php) Acesso: 2021, 2022, 2023

DINIZ, Larissa Mattos. **O Clube Negro de Londrina: uma experiência contraditória.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2015.

DOMINGUES, Petrônio José. Os clubes e bailes blacks de São Paulo no pós-abolição: notas de pesquisa. **ANPUH – XXV Simpósio Nacional De História**, Fortaleza, 2009.

\_\_\_\_\_. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, Universidade Federal Fluminense, vol. 23, p. 100-122, 2007.

\_\_\_\_\_. Os descendentes de africanos vão à luta em terra brasilis. Frente Negra Brasileira (1931-37) e Teatro Experimental do Negro (1944-68). **Projeto História**, São Paulo, n.33, p. 131-158, dez. 2006.

\_\_\_\_\_. O “Moisés dos pretos”: Marcus Garvey no brasil. **Novos Estudos**. Cebrap, São Paulo, V36.03, Novembro 2017.

\_\_\_\_\_. “Em Defesa da Humanidade”: A Associação Cultural do Negro. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 61, no 1, 2018.

\_\_\_\_\_. “Paladinos da Liberdade”: a experiência do Clube Negro de Cultura Social em São Paulo (1932-1938). **Revista de História [S. I.]**, n. 150, p. 57-79, 2004.

ESCOBAR, Geanine Vargas. **Memória da Militância Negra durante a Ditadura Militar no Brasil e a Luta Antirracista através do Acervo Fotográfico de Oliveira Silveira (1971-1988).** Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas-RS, 2014.



FERNANDES, Letícia Wickert. Arquivos repressivos da Ditadura de Segurança Nacional Brasileira e acesso à informação: reflexões metodológicas para pesquisas no fundo do SNI pelo SIAN. **Sillogés**, v.4. n.2, jul/dez 2021.

FERREIRA, Dirceu Franco; PAES, Mácia Basseto. A longa e tortuosa trajetória da Autonomia Universitária no Brasil: entrevista com Márcia Basseto Paes. São Paulo: **Revista Angelus Novus**, 2020.

FERRARA, Miriam Nicolau. A imprensa negra paulista (1915/1963). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.5, n. 10, março/agosto 1985.

FERREIRA, Lígia Fonseca. “Negritude”, “Negridade”, “Negricia”: história e sentidos de três conceitos viajantes. *Via Atlântica* nº 9 jun/2006.

\_\_\_\_\_. Entrevista com Oswaldo De Camargo. **Sankofa: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana** Ano XIII, N°XXIII, abril/2020.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

FICKER, Sandra Kuntz. Mundial, transnacional, global: Un ejercicio de clarificación conceptual de los estudios globales. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [En ligne], Débats, mis en ligne le 27 mars 2014.

FIGUEIRÊDO, Andersen Kubnhavn. **Ativismo negro em Salvador no período da Ditadura Militar (1970-1980)**. Dissertação (mestrado profissional) - Programa de Pós-Graduação em História da África, da Diáspora dos Povos Indígenas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2016.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

GOMES, Flávio dos Santos; FAGUNDES, Anamaria. Por uma "Anthologia dos negros modernos": Notas sobre a cultura política e memória nas primeiras décadas republicanas. **Revista Universidade Rural**. Série Ciências Humanas v. 29, p. 72-87, 2007.

GONZALEZ, Lélia. O Movimento Negro na última década. In: GONZALEZ, Lélia HASENBALG, Carlos (Orgs.). **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e anti-racismo no Brasil. **Novos Estudos**, n. 43, 1995.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Para ver Cristina: a mídia brasileira, a Argentina e o “efeito orloff”. In: LAPUENTE, Rafael Saraiva; GANSTER, Rafael; ORBEN, Tiago Arcanjo. (Org.). **Diálogos do tempo presente: historiografia e história**. 1ed.Porto Alegre: Editora Fi, 2017

HASENBALG, Carlos; GONZALEZ, Lélia. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HANCHARD, Michael. **Orfeu e Poder: Movimento Negro no Rio e São Paulo**. Rio de Janeiro, EdUERJ/UCAM-Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

\_\_\_\_\_. Respos ta a Luiza Bairros. **Afro-Asia**, nº 18, 1996.

\_\_\_\_\_. Política transnacional negra, antiimperialismo e etnocentrismo para Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant: exemplos de interpretação equivocada. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 24, nº 1, 2002.

HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E. Os acervos dos órgãos federais de segurança e informações do regime militar no Arquivo Nacional. **Revista Acervo**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, vol. 21, nº 2, julho/dezembro 2008

ORTIZ, Renato. Revisitando o tempo dos militares. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; Reis, Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo; (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014

JESUS, Marize Conceição de. **O legado da militância negra pós-64 para a democratização das relações étnico-raciais**. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2015.

JESUS, Nara Regina Dubois de. **Clubes sociais negros em Porto Alegre-RS: a análise do processo de recrutamento para a direção das associações Satélite Prontidão e Floresta Aurora, trajetórias e a questão da identidade racial**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2005.

JOFFILY, Mariana. A “verdade” sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos. **Dimensões**, vol.32, 2014.

JONGE, Klaas de. **África do Sul: apartheid e Resistência**. São Paulo: Cortez, EBOH, 1991.

JOSE, Joveta. Angola: Independência, conflito e normalização. In: MACEDO, José Rivair (Org). **Desvendando a história da África**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

JÚNIOR, Henrique Cunha. Movimento de Consciência negra na década de 1970. **Educação e Debate**, ano 25, v.2, n.45, 2003.

KÖSSLING, Karin Sant' Anna. **As lutas anti-racistas de afrodescendentes sob vigilância do DEOPS/SP – 1964-1983**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2007

\_\_\_\_\_. Movimentos Negros no Brasil entre 1964 e 1983. **Perseu**, Nº 2, Ano 2, 2008.

\_\_\_\_\_. Vigilância e repressão aos movimentos negros (1964-1983). In: GOMES, Flávio. DOMINGUES, Petrônio. **Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

KURTZ, Lester R. Kurtz. *The Anti-Apartheid Struggle in South Africa (1912–1992)*. **International Center on Nonviolent Conflict**, 2010.

LEITE, José Correia. **...E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos**. Cuti (Organização e textos). São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

LIMA, Ivan Costa. **As pedagogias do Movimento Negro no Rio de Janeiro e Santa Catarina (1970-2000): implicações teóricas e políticas para a educação brasileira**. Tese - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2009.

LIMA, Bárbara Tikami de. Imagens em movimento: uma reflexão teórica e metodológica sobre o cinema como fonte histórica. **Ágora**. Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 84-93, jul./dez. 2019

LOHN, Reinaldo (Ogr). **História das bancas de revista**. Um país impresso: entre representações sociais e cultura políticas. Editora Todapalvra, 2016.

LOPES, Enize Neves Lopes. **“Pela libertação do povo negro”**: O mito da democracia racial e o advento do MNU no contexto da Ditadura Militar (1964-1985). Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da UnB, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

LOPES, Marta Maria. **Apartheid: a ideologia do apartheid, as perspectivas da África do Sul, as lideranças negras**. São Paulo: Atual, 1990.

LOPES, Maria Aparecida Oliveira. **História e memória do negro em São Paulo: efemérides, símbolos e identidade (1945-1978)**. Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo, 2007.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. A história transnacional e a superação da metanarrativa da modernização. **Revista de Teoria da História**, v. 20, p. 219-245, 2018.

LUCINDO, Willian Robson Soares. **Comemorações, cidadania e festas: o associativismo negro em Piracicaba e Campinas nas três primeiras décadas do século XX**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2020.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert Klein, "Transformações econômicas no período militar (1964–1985)", In: Daniel Aarão Reis Filho; Marcelo Ridenti; Rodrigo Patto Sá Motta (orgs.), **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**, Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

LUSNICH, Ana Laura Lusnich; MORETTIN, Eduardo. El cine y la memoria: formas de producción y dimensiones históricas. **Revista Científica de Cine y Fotografía**, nº 20, 2020.

LYRIO, Caroline. **Racismo institucional e ditadura militar: girando em sentido antihorário na árvore do esquecimento**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Direito do Departamento de Direito da PUC-Rio. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2016.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco: ciências sociais e o "credo racial brasileiro". **Revista USP**, São Paulo, n.46, p. 115-128, junho/agosto 2000.

\_\_\_\_\_. O Contraponto Paulista: Florestan Fernandes, Oracy Nogueira e o Projeto Unesco De Relações Raciais. *Antíteses*, v. 7, n. 13, p. 10-39, jan./jun. 2014.

MAZRUI, Ali A. Introdução. In: MAZRUI, Ali A; WONDJI, Christophe (Org). **História geral da África VIII: África desde 1935**. UNESCO, 2010.

MARQUES, Mauro Luiz Barbosa. **Entre ferro e fogo: os noticiários da imprensa sul-riograndense sobre o governo Agostinho Neto em Angola (1975-1979)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MACEDO, José Rivair (Org). **O pensamento africano no século XX**. São Paulo: Outras Expressões, 2016

MACIEL, Alexara de Souza "Conversa Amarra Preto" **A trajetória histórica da União dos Negros do Amapá: 1986-2000**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MARTINS, Sandra; THEODORO, Gerson (Togo Yoruba); GOMES, Flávio. Redemocratizando na raça: sobre memórias, intelectuais negros e movimentos sociais contemporâneos (notas de pesquisa). **Histórias: questões & debates**. Paraná, v. 63, n. 2, 2015.

MANDELA, Winnie. **Parte de minha alma**. São Paulo: Círculo do Livro, 1987.

MOURA, Clóvis. **Imprensa negra** - estudo crítico de Clóvis Moura – Edição Fac-Similar. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo: Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, 2002

\_\_\_\_\_. **Brasil: raízes do protesto negro**. São Paulo: Global Editora, 1983.

MORAES, Kelly da Silva. **Política Cultural: Uma análise sobre a cultura política do Movimento Negro em Dissertação - Sociologia ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/SR, 2012.**

MORETTIN, Eduardo Victorio; NAPOLITANO, Marcos; KORNIS, Mônica Almeida (Org). **História e documentário**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; Reis, Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo; (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. Editora vozes, Petrópolis-RJ, 1980.

\_\_\_\_\_. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 1. ed. - São Paulo: Perspectivas, 2016.

\_\_\_\_\_. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. **Estudos Avançados** 18 (50), 2004.

\_\_\_\_\_. **O negro revoltado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Elisa Larkim. **Pan-africanismo na América do Sul**. Petrópolis: Vozes, 1981

\_\_\_\_\_. **Abdias Nascimento: grandes vultos que honraram o Senado**. Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, Brasília, 2014.

NASCIMENTO, Beatriz. Negro e racismo. Revista de Cultura Vozes. In: RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial / Instituto Kuanza. 2007.

NASCIMENTO, Lorrane Campos do. **Análise do Apartheid como crime contra a humanidade**. Monografia (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2009.

NGCONGCO, Leonard D. O Mfecane e a emergência de novos Estados africanos. In: AJAYI, J. F. Ade. **História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880**. Brasília: UNESCO, 2010.

OLIVEIRA, Augusto Sá. Música e Cultura Popular: Olodum, Pelourinho e Imaginário. **V Seminário de Pesquisa da FACOM**, Salvador, 2000.

OLIVEIRA, Eduardo Oliveira e. O mulato: um obstáculo epistemológico. **Revista Argumento**. Ano I, nº. 3, janeiro, 1974, p. 65-74.

OLIVEIRA, Jônathas Assunção de. **Controle, espionagem e expurgo**: os diversos espectros repressivos na Universidade Federal do Ceará (1964-1973). Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Fortaleza, 2021.

PACHECO, Ana Júlia. **Apartheid nas páginas da Revista Veja (1968-1985)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História. Porto Alegre, 2018.

PEDRETTI, Lucas. **Dançando na mira da ditadura**: bailes soul e violência contra a população negra nos anos 1970. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

PINHO, Osmundo Santos de Araújo. **O mundo negro**: sócio-anthropologia da reafricanização em Salvador. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2003.

PENNA FILHO, Pio. África do Sul e Brasil: diplomacia e comércio (1918-2000). **Rev. Bras. Polít. Int.** vol. 44, n.1, 2001.

\_\_\_\_\_. Os Arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEX)O elo perdido da repressão. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.21, n.2, p.79-92, jul/dez 2008.

\_\_\_\_\_. A parceria sul-africana no contexto das relações Brasil-África.In: VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Ana Lúcia Danilevicz (Org). **África do Sul**: História, Estado e Sociedade. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010.

\_\_\_\_\_. LESSA, Antônio Carlos Moraes. O Itamaraty e a África as origens da política africana do Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 39, jan/jun, 2007.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Para além do racismo e do antirracismo**: a produção de uma cultura de consciência negra na sociedade brasileira. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2013

\_\_\_\_\_. Conjuntura nacional e luta contra o racismo no Brasil. **Revista Espaço Acadêmico**. Ano XX, n222 - mai/jun, 2020.

\_\_\_\_\_. **Trajetória e perspectivas do Movimento Negro brasileiro**. 2ª edição. Editora Nandyala. BH. 2008.

\_\_\_\_\_. **ÁFRICA: para abandonar estereótipos e distorções**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **O Mundo Negro: a constituição do Movimento Negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)**. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **Brasil A Revolução Sul Africana: classe ou raça, revolução social ou libertação nacional?** São Paulo: Editora Unesp, 2012.

\_\_\_\_\_. **África do Sul e Brasil: dois caminhos para a transição ao pós-Guerra Fria (1984-1994)**. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Tese de Doutorado, 2007.

\_\_\_\_\_. **A África do Sul independente: segregação, Apartheid e transição pactuada (1910-1994)**. In: VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Ana Lúcia Danilevicz (Org). **África do Sul: História, Estado e Sociedade**. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010.

PEREIRA, Eráclito. **Centro Cívico Cruz e Souza: memória, resistência e sociabilidade negra em Lages, Santa Catarina, 1918-2012**. 2013. 109 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2013.

PEREIRA, José Francisco. **Apartheid: o horror branco na África do Sul**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PEREIRA, José Maria Nunes. **As raízes do Apartheid. Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro, CEAA/ UCAM, ano 1, n. 1, jan-abr de 1978.

PEREIRA, Mariana Morena. **O Movimento Negro e as Revoluções de 1968: Uma análise da relação e resignificação do negro e o histórico do movimento no Brasil**. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, V. 8, N. 1, 2019.

PINTO, Regina Pahim. **Movimento Negro e Educação do Negro: a ênfase na identidade**. **Cad. Pesq.**, São Paulo, n.86, ago. 1993.

PINTO, Elisabete Aparecida. **Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2015.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. **Estruturas Intocadas: Racismo e Ditadura no Rio de Janeiro**. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, Vol.9, N. 2, 2018.

PIZA, Edith; ROSEMBERG, Fúlvia. **Cor nos sentidos brasileiros**. **REVISTA USP**, São Paulo, n.40, dezembro/fevereiro 1998-99.

POCOCK, John. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

PORTO, Valéria. **SADCC: coordenação política e econômica dos Governos de maioria da África Austral na luta contra o "apartheid"**. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 1991.

PURDY, Sean. A História Comparada e o desafio da Transnacionalidade. **Revista De História Comparada**, Rio de Janeiro, 6-1: 64-84, 2012 64

RASCHE, Karla Leandro. **Samba, caneta e pandeiro: cultura e cidadania no sul do Brasil**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2019.

\_\_\_\_\_. Associações afrodescendentes em Florianópolis: articulações, projetos e combate ao racismo (1920-1955). In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; TEIXEIRA, Luana; MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. (Org.). **Pós-Abolição no Sul do Brasil: associativismo e trajetórias negras**. 1ed.Salvador: Saga, 2020, v. 1, p. 57-74.

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Instituto Kuanza, 2007.

\_\_\_\_\_. Corpos negros educados: notas acerca do Movimento Negro de base acadêmica. **NGUZU: Revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos**, v. 1, p. 28-39, 2011.

REIS, Carlos Antônio dos. **A África impressa: identidades e representações da África na imprensa negra paulista (1916-1978)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, Franca, 2016.

REIS, Ruan. **Letras de Fogo, Barreiras de Lenha: a produção intelectual negra em movimento (São Paulo, 1915-1931)**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RIO DE JANEIRO (Estado). Comissão da Verdade do Rio. **Relatório de pesquisa colorindo memórias e redefinindo olhares: Ditadura Militar e Racismo no Rio de Janeiro**. – Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

RIOS, Flávia Mateus. RIOS, Flavia. **Elite Política Negra no Brasil (1978-2002)**. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

\_\_\_\_\_. Movimento Negro brasileiro nas Ciências Sociais (1950-2000). **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 263-274, jul./dez, 2009.

\_\_\_\_\_. A trajetória de Thereza Santos: comunismo, raça e gênero durante o regime militar. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.21.1, 2014.

\_\_\_\_\_. FREITAS, Viviane Gonçalves. Nzinga informativo: redes comunicativas e organizacionais na formação do feminismo negro brasileiro. **Cadernos adenauer** xix, nº1, 2018.

RIBEIRO, Bruno de Oliveira. O grupo TEZ e as raízes da expansão das instituições da Sociedade Civil Negra do Mato Grosso do Sul. **Revista MovimentoAção** v.02, n.01, pp. 77-93, 2015.



\_\_\_\_\_. **O Mo(vi)mento negro no Mato Grosso do Sul: Identificações em curso.** Defesa do mestrado em Ciências Sociais – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; Reis, Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo; (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

\_\_\_\_\_. Censura e ditadura no Brasil, do golpe à transição democrática, 1964-1988. **Concinnitas**, ano 19, número 33, dezembro de 2018.

ROSA, Júlio César da. **Sociabilidades e territorialidade: a construção de sociedades de afrodescendentes no sul de Santa Catarina (1903/1950).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2011.

SÃO PAULO, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. **Relatório - Tomo I - Parte II: Grupos Sociais e Movimentos Perseguidos ou Atingidos Pela Ditadura,** São Paulo, 2015.

SAHO, **South African History Online.** Disponível em: <http://www.sahistory.org.za/>  
Acesso: 2019, 2020, 2021, 2022, 2023

SALES, Ricardo Ramos. **A Imprensa Negra Paulista e a educação: um movimento de resistência.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

SANSONE, Livio. **Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil.** Salvador: Edufba; Pallas, 2003.

SANTOS, Ivair Augusto Alves. **O Movimento Negro e o Estado (1983-987): O caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Governo de São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

SANTOS, Joel Rufino dos. O Movimento Negro e a crise brasileira. **Política e Administração**, 2 (2): 287-307. Rio de Janeiro, jul./set, 1985.

SANTOS, José Antônio. Imprensa negra: a voz e a vez da raça na história dos trabalhadores brasileiros. In: **XXIII Simpósio Nacional de História - ANPUH**, 2005, Londrina - PR. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História ANPUH, 2005.

\_\_\_\_\_. Diáspora africana: paraíso perdido ou terra prometida. In: MACEDO, José Rivair (org). **Desvendando a história da África** [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

\_\_\_\_\_. Uma arqueologia dos jornais negros no Brasil. **Historiæ**, Rio Grande, 2 (3): 143-160, 2011.

SANTOS, Nara Menezes. **Movimento Negro em Brasília: Memórias da Ditadura.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da UnB, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SANTOS, Rael Fizon Eugenio dos. **A África na imprensa negra paulista (1923-1937).** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

SEMOG, Éle. **Abdias Nascimento: O Griot e as Muralhas.** Rio de Janeiro, Pallas, 2006.

SILVA, Elizangela de Almeida. **Educação, movimentos negros e ações afirmativas no Amazonas.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

SILVA, Carlos Benedito Rodrigues da. Movimento Negro e as lutas contra o racismo. **Revista Educação Pública.** Cuiabá, v. 27, n. 65/2, p. 613-634, maio/ago, 2018.

SILVA, Cristiane Mare da. **Da dignidade da política: invenção da África do sul democrática (décadas 1980-1990).** Tese - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2021.

\_\_\_\_\_. **A poética da esperança: os sentidos políticos nas memórias de Nelson Mandela.** Dissertação (Mestrado em História Social) Programa de Estudos Pós-Graduados em História, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

SILVA, Danilo Santos da. Pan-Africanismo no Brasil: O lugar da África e o Movimento Negro Unificado (1978-1988). **XVIII Encontro de Iniciação Científica,** 2010, João Pessoa-PB. Construindo saberes, 2010.

SILVA, Fabiana Vieira da. **Notícias do apartheid: o racismo nos espaços dos jornais FSP e OESP na década de 1980.** Universidade Católica de São Paulo, 2013.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, cidadania e racialização na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960).** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SILVA, Francisco Carlos Cardoso da. **Construção e (des)construção de identidade racial em Salvador: MNU e Ile Aiye no combate ao racismo.** Dissertação - Programa de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2001

\_\_\_\_\_. **Invenções Negras na Bahia: pontos para discussão sobre o racismo à brasileira** Doutorado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, Gabrielle Andrade da. **Trajetória do Movimento Negro Unificado em Goiás: Os Dilemas e as ações mobilizadoras contra o racismo.** Dissertação -

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás (PPGS/UFG), Goiânia/GO, 2018.

SILVA, Jaime Antunes. O Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) Memórias Reveladas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.21, n.2, p.18-28, jul/dez 2008.

SILVA, Joselina da. A União dos Homens de Cor: aspectos do Movimento Negro dos anos 40 e 50. **Estud. afro-asiát.** [online]. 2003.

SILVA, Sandra Regina Vaz da. A questão racial, a tradição marxista e a luta antirracista no Brasil. **ANDES-SN**. junho de 2018a.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Órbitas sincrônicas: sociólogos e intelectuais negros em São Paulo, anos 1950-1970. **Sociol. antropol.** | Rio de Janeiro, v.08.01: 109 – 131, jan.– abr., 2018b.

\_\_\_\_\_. Fazer história, fazer sentido: Associação Cultural do Negro (1954-1964). **Lua Nova**, São Paulo, 85: 227-273, 2012.

SIMAS, Alicy de Oliveira. **“Praça pública do pensamento”**: historiadoras e historiadores no suplemento Cultura do jornal O Estado de S. Paulo (1980-1991). Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas e da Educação. Programa de Pós-Graduação em História. 2020.

SODRÉ, Muniz. Sobre Imprensa Negra. **Lumina** - Facom/UFJF - v.1, n.1, p.23-32, jul./dez. 1998.

SOUSA, Karina Almeida de. **Unir para festejar, unir para lutar**: os Clubes Sociais Negros e o patrimônio material do Grêmio Recreativo e Familiar Flor De Maio. Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico, Instituto de Artes da Universidade de Brasília, 2018.

SCHLICKMANN, Mariana. **Os Argonautas do Atlântico Sul**: Raymundo de Souza Dantas e o nascimento da Política Externa Independente nas décadas de 1950 e 1960. Tese (doutorado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2020.

SCHLICKMANN, Mariana. **A introdução dos estudos africanos no Brasil nos anos 1959-1987**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2015.

SILVA, Nelson Fernando Inocencio da. **Consciência Negra em Cartaz**. Programa de Mestrado em Comunicação, Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 1994.

SILVA, Sônia de Menezes. **A operação midiográfica**: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação - A folha de São Paulo e o Golpe de 1964. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.

SOUZA, Florentina da Silva. **Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU**. 1 ed., 1 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SHUBIN, Vladimir. **The USSR and Southern Africa during the Cold War**. Centro di Studi Storici e Politici su Africa e Medio Oriente – Occasional Paper n. 1, Bologna. November 2008.

THIESEN, Icléia; FROTA, Maria Guiomar da Cunha. Os arquivos do sistema nacional de informação e contra-informação e o papel dos manuais na recuperação de informações sensíveis. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 30, n. 4, p. 1-18, 2020.

THÖRN, Håkan. **Anti-apartheid and the emergence of a global civil society**. Palgrave Macmillan, New York, 2006.

TRAPP, Rafael Petry. Utopias negras: Eduardo de Oliveira e Oliveira, educação e questão racial no Brasil (anos 1970). **Revista de História e Historiografia da Educação**, Curitiba, Brasil, v. 1, n. especial, p. 214-236, julho de 2017.

\_\_\_\_\_. O antirracismo no Brasil e a Conferência de Durban: identidades transnacionais e a constituição da agenda política do Movimento Negro (1978-2010). **Cadernos do CEOM**, v. 24, p. 235-252, 2012.

VILALVA, Mario. **África do Sul: do isolamento à convivência**: reflexões sobre a relação com o Brasil. Brasília: FUNAG, 2016.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. **Projeto História**. São Paulo, n. 4, jun. 1985.

WONDJI, Cristopher. Posfácio: cronologia da atualidade africana nos anos 1990. In: MAZRUI, Ali A; WONDJI, Cristopher. **História geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010.

**APÊNDICE A — LINHA DO TEMPO “ANTIRRACISMO E APARTHEID NA  
ÁFRICA DO SUL E NO BRASIL”**

África do Sul	Ano	Brasil
Vitória nas eleições legislativas do <i>National Party</i> (NP) e institucionalização da política baseada no "desenvolvimento separado das raças", denominado <i>apartheid</i> .	<b>1948</b>	Criação da Frente Negra Trabalhista e a Cruzada Social do Negro Brasileiro (SP)
	<b>1949</b>	Lançamento do jornal <i>União</i> Conferência Nacional do Negro organizada pelo TEN em maio no Rio de Janeiro
Aprovação das leis <i>Population Registration Act</i> , para o registro dos sul africanos de acordo com o seu grupo racial e <i>Group Areas Act</i> determinando os locais onde cada grupo racial viveria, impedindo o acesso das populações não brancas em áreas urbanas.	<b>1950</b>	Conselho Nacional das Mulheres Negras (RJ)  1º Congresso Brasileiro do Negro (RJ)
Campanha do Congresso do Povo	<b>1951</b>	Órgãos da Imprensa Negra: <i>Quilombo</i> ; <i>Mundo Novo</i> ; <i>Redenção</i>  Início das pesquisas do “Projeto Unesco” sobre estudos das realções raciais no Brasil
Campanha de Desafio contra Leis Injustas promovida pelo ANC, com atos de boicote e desobediência civil	<b>1952</b>	
	<b>1953</b>	Criação do jornal <i>A voz da Negritude</i>
	<b>1954</b>	Fundação da Associação Cultural do Negro (ACN)
Aprovação da Carta da Liberdade pelo Congresso do Povo	<b>1955</b>	
Líderes do ANC são presos e julgados no Julgamento de <i>Treason</i> (traição) por conspirarem contra o governo.	<b>1956</b>	
	<b>1957</b>	
	<b>1958</b>	<i>O Mutirão: Órgão da Associação Cultural do Negro</i>
Criação do <i>Pan Africanist Congress</i> (PAC) por dissidentes da ANC	<b>1959</b>	Jogadores da equipe de futebol da Portuguesa Santista, que excursionava pela África, são impedidos de jogar na África do Sul
69 pessoas são assassinadas pela polícia do Estado, enquanto manifestavam contra a Pass laws (Lei do passe) no bairro de Shaperville.	<b>1960</b>	Imprensa Negra: <i>Niger</i> , <i>Hífen</i>
O governo proíbe atividades do ANC e o PAC		
Início das atividades de guerrilha e sabotagem da Umkhonto we Sizwe (MK) o braço armado do ANC.	<b>1961</b>	
Nelson Mandela, Walter Sisulu e Govan Mbeki, dirigentes do ANC, são presos por acusação de sabotagem e conspiração contra o Estado	<b>1962</b>	
Criação da OUA (Organização da Unidade Africana) orientada pela filosofia pan-africanista	<b>1963</b>	Fundação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) da Universidade Candido Mendes.

Nelson Mandela e outros líderes do ANC são condenados à prisão perpétua no Julgamento de Rivonia	<b>1964</b>	Em 31 de março, um golpe militar é deflagrado, resultando na deposição do presidente João Goulart e no início do regime militar.
	<b>1965</b>	Criação do Centro de Estudos Africanos (CEA) na Universidade de São Paulo
A ONU institui o dia 21 de março como o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial em memória às vítimas do massacre de Sharpeville	<b>1966</b>	
	<b>1967</b>	
	<b>1968</b>	O Ato Institucional nº 5 (AI-5) é decretado, concedendo poderes excepcionais ao governo, permitindo a censura, suspensão de direitos civis, perseguição política e intervenções nas universidades.
	<b>1969</b>	
	<b>1970</b>	
	<b>1971</b>	Fundação do Grupo Palmares de Porto Alegre (RS)
	<b>1972</b>	Fundação do Centro de Estudos e Arte Negra (CECAN) em São Paulo.
	<b>1973</b>	Fundação do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) Universidade Federal da Bahia
	<b>1974</b>	Ernesto Geisel assume a presidência do Brasil e implementa a abertura política gradual.  Fundação de diversas entidades de culturais afro-brasileiras, de estudos africanos e de combate ao racismo: Bloco Ilê Aiyê, IBEA, IPCN, Federação das Entidades Afro-Brasileiras do Estado de São Paulo, Sociedade de Intercâmbio Brasil-África.  <i>Criação do <i>Árvore das Palavras</i></i>
	<b>1975</b>	
Manifestações contra a obrigação de ensino do afrikaans em Soweto, que matou estudantes secundaristas pela polícia sul africana	<b>1976</b>	
Morte de Steve Biko na prisão, fundador do Black Consciousness Movement	<b>1977</b>	Formação do Núcleo Negro Socialista, posteriormente, coligados no Convergência Socialista.  Fundação da <i>Revista Tição; Sinba; Negrice</i>
Pieter W. Botha assume o cargo de primeiro-ministro	<b>1978</b>	Fundação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), passando a se chamar mais tarde, o MNU, e o primeiro ato em frente as escadarias do Teatro Municipal de São Paulo.  Laçamento do <i>Cadernos Negros; Jornegro; Jornal Abertura; o Capoeira.</i>
Fundação do Azanian People's Organisation (AZAPO)		
	<b>1979</b>	
	<b>1980</b>	Fundação do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA)

	<b>1981</b>	Fundação do Grupo União e Consciência Negra do Brasil
		Criação do periódico <i>Nêgo</i>
	<b>1982</b>	
Criação da <i>United Democratic Front</i> (UDF)	<b>1983</b>	Criação do Nzinga, Coletivo de Mulheres Negra
	<b>1984</b>	Criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (CPDCN) e início da publicação do seu jornal.
		Lançamento do órgão <i>Nizinga</i>
<b>Criação do Congress of South African Trade Union (COSAS) e Congress of South African Trade Unions (COSATU)</b>	<b>1985</b>	Tancredo Neves é eleito presidente pelo Colégio Eleitoral, mas morre antes de assumir o cargo. José Sarney se torna o primeiro presidente civil após a ditadura militar.
		Lançamento dos comitês antiapartheid do Movimento Negro: “Comitê Sergipano Anti-apartheid”, “Comitê Antiapartheid” na Bahia”, “Comitê Mineiro Antiapartheid” “Comitê Antiapartheid” de São Paulo
		Criação do Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da África do Sul e Namíbia (ComÁfrica)
		Decreto Nº 91.524, de 9 agosto de 1985 assinado por José Sarney que estabelece restrições à República da África do Sul
	<b>1986</b>	“Dia da solidariedade do Povo Brasileiro” reunindo cerca de 20 mil pessoas na praça da Sé (SP) em manifestação ao <i>apartheid</i>
		Convenção Nacional do Negro em Brasília que teve como tema “Negro e a Constituinte”.
	<b>1987</b>	Visita do arcebispo Desmond Tutu no Brasil
	<b>1988</b>	É promulgada a Constituição Brasileira, que marca o fim oficial do regime militar e estabelece a redemocratização do país.
		Criação da Fundação Cultural Palmares
		Centenário da Abolição - Manifestações e Marcha contra a Farsa da Abolição
		Fundação da União de Negros pela Igualdade (UNEGRO)
		Manifestações do Movimento Negro pelo 70º aniversário de Nelson Mandela
Frederik Willem de Klerk assume a presidência da África do Sul	<b>1989</b>	Lei Caó estabeleceu o racismo como crime inafiançável e imprescritível no Brasil
Legalização dos partidos de oposição, estado de emergência suspenso e revogação de algumas leis	<b>1990</b>	Fernando Collor de Mello é eleito o primeiro presidente por voto direto após a ditadura militar.

Nelson Mandela e outros prisioneiros políticos são libertados.		
Independência da Namíbia		
48º Conferência Nacional do African National Congress (ANC) onde Nelson Mandela é eleito presidente do ANC	<b>1991</b>	Visita de Nelson Mandela ao Brasil  1º Encontro Nacional de Entidades Negras (ENEN) em São Paulo  Fundação da Coordenação Nacional das Entidades Negras (CONEN)
	<b>1992</b>	Fundação do Instituto Cultural Steve Biko (BA)
De Klerk e Mandela são agraciados com o prêmio Nobel da Paz	<b>1993</b>	
ANC vence as primeiras eleições democráticas do país e Nelson Mandela é eleito presidente.	<b>1994</b>	
Lei de Promoção da Unidade e Reconciliação Nacional que cria a Comissão de Verdade e Reconciliação para investigar e registrar os casos mais graves de violação de direitos humanos ocorridos durante o regime do <i>apartheid</i>	<b>1995</b>	Marcha Zumbi Contra o Racismo pela Cidadania e a Vida em Brasília  Instituição do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra

Fonte: produção própria com base na bibliografia consultada e documentos analisados da tese.



## **ANEXO A - PROGRAMAÇÃO OFICIAL DA VISITA DE DESMOND TUTU NO BRASIL**

### **SEGUNDA-FEIRA, 18 DE MAIO**

- 16:30h Chegada a Recife pelo voo RG 701  
(Aeroporto Internacional dos Guararapes)  
Hospedagem: Recife Palace Hotel
- 18:15h Visita a Dom Helder Câmara, arcebispo emérito de Olinda e Recife  
(Rua Henrique Dias, 208)
- 19:00h Visita a Dom Clóvis Rodrigues, bispo da província setentrional da Igreja Episcopal do Brasil  
(Rua Carneiro Vilela, 569)
- 20:00h Visita a Câmara Municipal (outorga da medalha José Mariano)
- 21:00h Jantar oferecido pelo Governador de Pernambuco e a Senhora Miguel Arraes  
(Palácio Campo das princesas)

### **TERÇA-FEIRA, 19 DE MAIO**

- 8:30 Partida para Salvador, em voo especial da FAB  
(Aeroporto Internacional dos Guararapes)
- 9:30h Chegada a Salvador  
(Aeroporto Internacional dois de julho)  
Cerimônia pública
- 10:30h Ato Ecumênico (Pelourinho)
- 13:30h Partida para Brasília, em voo especial da FAB  
(Aeroporto Internacional dois de julho)
- 15:10h Chegada a Brasília  
(Base Aérea de Brasília)  
Hospedagem Hotel Nacional
- 16:00h Visita ao Presidente do Senado Federal
- 16:30h Visita ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte e da Câmara dos Deputados  
(Congresso Nacional)
- 17:15h Audiência com o senhor Presidente da República  
(Palácio do Planalto)
- 17:45h Visita ao presidente do Supremo Tribunal Federal  
(Supremo Tribunal Federal)
- 18:30h Visita a Dom Agostinho Guilhaon Soria, Bispo da Diocese da Igreja Episcopal do Brasil em Brasília  
(QS 309/310)
- 20:00h Visita à Conferência Nacional dos Bispos CNBB  
(SES-QUADRA 801)

### **QUARTA-FEIRA, 20 DE MAIO**

- 10:00h Visita ao senhor Guy Affonso de Almeida Magalhães, governador substituto do Distrito Federal  
(Palácio do Buriti)
- 10:40h Palestra na Universidade de Brasília  
(Reitoria)
- 12:15h Almoço oferecido pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores  
(Palácio Itamaraty)
- 15:10h Partida para São Paulo, em voo especial da FAB  
(Base Aérea de Brasília)
- 16:30h Chegada a São Paulo  
(Aeroporto de Congonhas)  
Hospedagem: Hotel Ca'd'oro
- 17:00h Ato Ecumenico na Catedral da Sé
- 19:00h Visita a Universidade de São Paulo (USP)  
(Campus universitário-reitoria)

- 21:00h Jantar oferecido pelo Governador de São Paulo e a Senhora Orestes Quercia (Palácio dos Bandeirantes)

#### QUINTA-FEIRA, 21 DE MAIO

- 8:30h Partida para Belo Horizonte em voo especial da FAB (Aeroporto de Congonhas)
- 9:30h Chegada a Belo Horizonte (Aeroporto de Pampulha)
- 10:00h Cerimônia Pública
- 12:00h Partida para o Rio de Janeiro, em voo especial da FAB (Aeroporto de Pampulha)
- 12:32h Chegada ao Rio de Janeiro (Base aérea do Galeão)  
Hospedagem: Caesar Park Hotel
- 15:30h Visita ao Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Rua Cosme Velho, 98)
- 16:30h Visita à Academia Brasileira de Letras (ABL) (Av. Presidente Wilson, 203)
- 20:30h Jantar oferecido pelo Governador do Rio de Janeiro e a Senhora Wellington Moreira Franco  
Palácio das Laranjeiras

#### SEXTA-FEIRA, 22 DE MAIO

- 9:00h Cerimônia de outorga do título de Doutor "Honoris Causa" da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- 10:00h Encontro com o Senhor José de Paiva Neto, presidente da Legião da Boa Vontade (LBV) (Aeroporto Internacional do Galeão - Sala VIP)
- 11:00h Partida para Caracas, pelo voo RG 808 (Aeroporto Internacional do Galeão)

*Transcrição do telegrama do Ministério das Relações Exteriores em 15.05.87. África do Sul - Dossiê, p.73 In: Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Código de Referência: BR DFANBSB Z4.REX.IPS.6*

**ANEXO B - MANIFESTO DAS ENTIDADES DO MOVIMENTO NEGRO DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PARA O ARCEBISPO DESMOND TUTU  
(1987)**

**MANIFESTO DAS ENTIDADES DO MOVIMENTO NEGRO  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PARA O ARCEBISPO  
DESMOND TUTU**

A ideologia daqueles que detêm o capital e os meios de produção na África do Sul, não difere da ideologia dos seus parceiros e aliados brasileiros, escondidos sob o manto do anonimato.

Lá como aqui, a exploração marca o dia-a-dia do povo negro, já que são muitas as semelhanças entre o Apartheid e o Racismo brasileiro: bairros periféricos, violência policial, exploração econômica, discriminação da mulher, marginalização da criança, escolaridade diferenciada para os negros, subnutrição, o não direito ao uso da terra, tais são os fatos comuns que acarretam a espoliação da cidadania de negros sul-africanos e brasileiros.

Hoje, no Brasil, os capitais multinacionais estão associados na exploração das riquezas de nosso sub-solo e na quebra da soberania nacional. A Anglo América Corporation of South Africa controla grande parte das nossas riquezas minerais, ela detém 83% da produção de ouro mecanizado, 54,3% da produção de níquel, 44,6% da produção de nióbio, 15% das rochas fosfáticas. Juntamente com a Union Carbide controla toda a extração de tungstênio brasileiro, uma das maiores reservas mundiais.

Os negros brasileiros estão nas ruas, nas entidades e em todos os espaços da nossa sociedade, lutando contra o racismo e denunciando o Apartheid na África do Sul; exigindo do governo brasileiro o rompimento de relações comerciais e diplomáticas com o governo racista de Peter Botha. Lutamos, igualmente, pela proibição dos pousos de aviões comerciais da África do Sul em nosso território e aviões brasileiros em território Sul-Africano; pelo congelamento dos bens sul-africanos no Brasil, demonstrando afirmativamente a posição do 2º maior país de população negra do mundo, face aos interesses do governo racista da África do Sul.

Os interesses eurocêntricos da sociedade brasileira, mais uma vez atuaram no sentido de afastar o Arcebispo Desmond Tutu de problemas relativos à real situação do negro brasileiro, bem como, de nossa solidariedade, enquanto negros, à luta dos nossos irmãos sul-africanos.

Nem a falta de coragem, nem a falta de respeito das autoridades governamentais, com a população afro-brasileira, nos afastará desta luta. **NÃO NOS ENGANEMOS!** Ao mesmo tempo que trazem o Arcebispo Tutu, nos negam a cidadania plena e o exercício da nossa dignidade.

Nós negros brasileiros queremos determinação e coragem, basta de palavras!

Os negros da África do Sul não estão sozinhos nesta luta!

Enquanto houver um só negro, vivendo sob as leis do Apartheid, nenhum negro pode se considerar livre no Brasil ou em qualquer outro país da diáspora negra.

Nós, negros brasileiros, sabemos que os racistas sul-africanos vão matar muitos negros, mas não podem matar todos; sabemos, também, que estes racistas foram capazes de nos tirar de dentro da África, mas não são capazes de tirar a África de dentro de nós.

A luta continual  
Basta de Apartheid!  
Chega de Racismo!

[ A VITÓRIA É CERTA! ]